



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Mestrado e Doutorado em Sociologia



REGINA TRINDADE LOPES

**LESBIANIDADE NO *FRONT*: GÊNERO, RAÇA, *PERFORMANCES* E
SILENCIAMENTOS NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA**

São Cristóvão/SE
2023

REGINA TRINDADE LOPES

**LESBIANIDADE NO *FRONT*: GÊNERO, RAÇA, *PERFORMANCES* E
SILENCIAMENTOS NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade Federal de
Sergipe, como requisito para a obtenção do título
de Doutora em Sociologia.

Orientador: Prof^o Dr^o Paulo Sérgio da Costa
Neves.

São Cristóvão/SE, 13 de fevereiro de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Sergio da Costa Neves
Universidade Federal de Sergipe

Prof^a Dra. Gleise Prado Rocha Passos
Instituto Federal de Sergipe

Prof^a Dra. Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Marcelo Aláριο Ennes
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Frank Nilton Marcon
Universidade Federal de Sergipe

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Lopes, Regina Trindade.

L864I Lesbianidade no *front*: gênero, raça, *performances* e silenciamentos na Polícia Militar do Estado da Bahia / Regina Trindade Lopes; orientador Paulo Sérgio da Costa Neves. - São Cristóvão, SE, 2023.

216 f.

Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Sociologia. 2. Lésbicas. 3. Papel social. 4. Policiais militares - Bahia. I. Neves, Paulo Sérgio da Costa, orient. II. Título.

CDU 316.472.3(813.8)

DEDICATÓRIA

Dedico essa tese para todas as mulheres negras que sedimentaram a trilha do meu caminhar. Dedico para todas as policiais lésbicas que resistiram e resistem à estrutura militar, que insiste em negá-las. Dedico à minha mãe (*in memoriam*), uma sertaneja de força e fé. Também dedico ao meu filho Francisco, que acende em mim a alegria de seguir resistindo.

AGRADECIMENTO

Através dos saberes das mais velhas, das mulheres negras, aprendi a agradecer à espiritualidade e à falange que me guia por possibilitarem tantas oportunidades de crescimento e de aprendizado, estas nos caminhos e nas estradas, que forjaram a minha trajetória em um mundo que ainda é tão refratário à existência das comunidades negras e LGBTQIA+. Peço licença para Exu e Ogum, além de Oxum, que torna tudo mais doce para esclarecer os mistérios, para agradecer às pessoas, redes e instituições que seguraram minha mão em momentos tão áridos, como nos anos da pandemia do Coronavírus (Covid-19).

Ao meu professor e orientador, Paulo Sérgio, por tanta generosidade, orientação e resiliência para pensar e propor saídas, caminhos, tanto na dimensão acadêmica, assim como no tocante à escuta do campo e da abertura para o mergulho auto etnográfico e biográfico, tudo isto acerca da minha passagem na PMBA, tanto quanto na dimensão emocional em face das situações difíceis vivenciadas por mim durante a pandemia da Covid-19, no ano da qualificação da tese, em 2020. Em nenhum momento dos quatro anos do doutoramento houve sinal de que eu não pudesse alcançar, avançar e realizar essa pesquisa. E, mesmo nos diversos momentos de desânimo e descrença, a sua palavra sempre me acalmava o coração e projetava o meu olhar para o caminho escolhido, na estrada escolhida, antes da seleção à vaga no PPGS/UF, ao propor como projeto de tese o estudo da existência lésbica na Polícia Militar do Estado da Bahia. Agradeço, imensamente, por ter acreditado e investido o seu tempo, a sua sensibilidade e os seus conhecimentos para me acolher e segurar a minha mão nessa jornada.

À Rede de Mulheres Negras, agradeço pelo aprendizado da militância na *práxis* das condições extremas impostas, aos grupos vulnerabilizados que vivenciavam a fome, o desemprego, e a doença diante da pandemia da Covid-19. Ao participar da Campanha humanitária “Tem Gente Com Fome”, da Coalização Negra por Direitos, coordenada pela militante negra e feminista Vanda Menezes, consegui adaptar o conteúdo para o melhor direcionamento. Tudo isto por meio de Vanda, amiga e irmã que me acolheu e fortaleceu as buscas nesta caminhada para um giro descolonizador e para o meu bem viver. Principalmente, meu ‘muito obrigado’ à minha mãe de coração, pleno e valoroso, ao amor de Nailda Ramos (Moreninha).

À minha família, minha mãe (*in memoriam*), por tantas lutas para tornar cada um de nós vivos e fortalecidos na luta constante da existência em um espaço periférico. Às minhas

duas irmãs, Jocélia e Eva, por toda força, ao irmão Josué e a sobrinha Andreia, por todos os afetos e admiração. Às amigas de longa data transformadas em irmandades de gente preta, por lugar de fala e existência: Jubatã Araújo, Jaciara Barreto e Cláudia Gouveia, o meu abraço fraterno repleto de esperança por mais três décadas de trocas, afetos e muito amor.

À turma do doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS, agradeço muito pelo acolhimento, as trocas e os afetos da Verônica (o nascer de uma bela amizade em irmandade), Karoline (uma terna amizade), ao Luige (um camarada excepcional) e aos colegas André, Cristiano, Matheus, Fábio e Patrícia, pelas trocas e pelos aprendizados. Além disso, à experiência das trocas nos colóquios de doutoramento, principalmente, com os colegas e camaradas Jonathan Vasconcellos e Igor Macedo.

Ao quadro docente do PPGS, agradeço aos professores Rogério Proença e ao Marcelo Ennes, pelas constantes provocações sobre o fazer sociológico, e à professora Fernanda Petrarca, pela possibilidade de avançar metodologicamente no projeto de tese do Colóquio de Doutoramento II. E, ainda, preciso agradecer ao atendimento rápido de Jônatas Barbosa e Dayanne Santos, servidores/as que atuam na secretaria do PPGS, garantindo todos os dias caminhos possíveis dentro da estrutura acadêmica.

À Fundação de Apoio a Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe, pela contribuição da bolsa de pesquisa ao longo desses quatro anos de atuação, formação e produção da pesquisa, para delineamento de um caminho necessário para o desenvolvimento regional e do fortalecimento da ciência da Universidade Federal de Sergipe.

À banca examinadora desta tese, composta por intelectuais, docentes e pesquisadoras/es, engajadas/os na produção de conhecimento que possibilite olhares mais argutos, diversos e humanos da realidade social, eis o meu agradecimento especial para as docentes Dra. Gleise Passos (IFS) e Dra. Patrícia Rosalba (UFS), assim como aos docentes Dr. Marcelo Ennes (PPGS/UFS), Dr. Frank Marcon (PPGS/UFS) e o sempre presente orientador Dr. Paulo Neves (PPGS/UFS).

Ao oficial da época da formação policial militar no CFAP/ Governador Mangabeira, por nos ter lançado em uma humanidade necessária para seguir adiante, mesmo com todos os silenciamentos que ficaram no corpo e na memória. Às policiais militares lésbicas, que acreditaram e possibilitaram a realização desta pesquisa, disponibilizando seus tempos e instantes para as entrevistas, em lugares e espaços inusitados, no âmbito da Polícia Militar do Estado da Bahia. Sem vocês, sem a coragem e a fé que depositam sobre suas vidas, que estão à luz de transformações possíveis, nem eu nem a tese chegaríamos até aqui.

Agradeço muitíssimo à Priscila Ernesto por atender ao meu chamado, diante das incertezas da escrita sobre as narrativas das policiais lésbicas, e no despertar de afetos preciosos.

EPÍGRAFE

Ta wa ni bá ba àgbaó
Ta wá ni ba

Imbaúba, nos ilumina para que
encontremos o que está escondido

Imbaúba, ilumina as buscas
Ilumina o que está escondido

Àgbaó, ilumina nossas
pequenas e grandes buscas

(3° *Orin* – Àgbáó
O que as folhas cantam – para quem canta folha
Mãe Stella de Oxóssi – 2014, p.47).

RESUMO

O objetivo central desta tese é de compreender os alcances do descentramento das performances lésbicas ao dispositivo de controle, que impregna a segurança pública ao normalizar a subalternidade feminina, e naturaliza o modelo padrão masculino na Polícia Militar do Estado da Bahia (PMBA). A hipótese de que a negação do feminino, assim como a ofensiva às performances dissidentes à norma, no âmbito da performatividade, faz parte do discurso de pertencimento militar que nomeia e sanciona o quê e quem pode ser “aceitável” e “não aceitável”, expondo a reivindicação institucional de uma masculinidade pautada no *ethos* guerreiro e selvático. Esta tese, ao enveredar pelas performances lésbicas e acionar as vozes das intelectuais negras descoloniais, problematiza como as forças militares usam suas ferramentas para acomodá-las, arrefecê-las, e, por vezes, premiá-las pela distinção às outras mulheres, focando em dominar suas linguagens, impondo novas narrativas de contínuo controle dos corpos, da vida, da morte, e das subjetividades tanto dentro quanto fora da instituição policial militar, num espelho da Segurança Pública no Estado da Bahia. A pesquisa, sob a base autoetnobiográfica associada ao *continuum* de narrativas biográficas das policiais militares lésbicas, evidenciou a desigualdade de gênero atravessada por intersecções de gênero, raça, classe social e sexualidade, por meio das distintas existências de policiais lésbicas que narraram suas experiências em situações de assédio, isolamento, emparedamento e silenciamento impostas às mulheres, às lésbicas e as negras.

Palavras-chave: Performances Lésbicas; Gênero; Raça; Silenciamento; Polícia Militar; Segurança Pública.

ABSTRACT

The central objective of this thesis is to understand the scope of the decentering of lesbian performances from the control device, which permeates public security by normalizing female subalternity, and naturalizes the standard male model in the Military Police of the State of Bahia (PMBA). The hypothesis that the denial of the feminine, as well as the offensive against performances that are dissident to the norm, within the scope of performativity, is part of the discourse of military belonging that names and sanctions what and who can be “acceptable” and “not acceptable”, exposing the institutional demand for a masculinity based on the warrior and savage ethos. This thesis, by focusing on lesbian performances and activating the voices of decolonial black intellectuals, problematizes how the military forces use their tools to accommodate them, cool them down, and, at times, reward them for their distinction from other women, focusing on master their languages, imposing new narratives of continuous control of bodies, life, death, and subjectivities both inside and outside the military police institution, in a mirror of Public Security in the State of Bahia. The research, based on an autoethnobiographical basis associated with the continuum of biographical narratives of lesbian military police officers, highlighted gender inequality crossed by intersections of gender, race, social class and sexuality, through the different existences of lesbian police officers who narrated their experiences in situations of harassment, isolation, walling in and silencing imposed on women, lesbians and black women.

Keywords: Lesbian Performances; Gender; Race; Silencing; Military police; Public security.

RESUMEN

El objetivo central de esta tesis es comprender el alcance del descentramiento de las performances lésbicas del dispositivo de control, que permea la seguridad pública al normalizar la subalternidad femenina y naturaliza el modelo masculino estándar en la Policía Militar del Estado de Bahía (PMBA). La hipótesis de que la negación de lo femenino, así como la ofensiva contra actuaciones disidentes de la norma, en el ámbito de la performatividad, es parte del discurso de pertenencia militar que nombra y sanciona qué y quién puede ser “aceptable” y “no aceptable”, exponiendo la demanda institucional de una masculinidad basada en el ethos guerrero y salvaje. Esta tesis, al centrarse en las actuaciones lésbicas y activar las voces de intelectuales negras decoloniales, problematiza cómo las fuerzas militares usan sus herramientas para acomodarlas, enfriarlas y, en ocasiones, recompensarlas por su distinción de otras mujeres, enfocándose en dominar sus lenguajes, imponiendo nuevas narrativas de control continuo de los cuerpos, la vida, la muerte y las subjetividades tanto dentro como fuera de la institución policial militar, en un espejo de la Seguridad Pública en el Estado de Bahía. La investigación, basada en una base autoetnobiográfica asociada al continuum de narrativas biográficas de policías militares lesbianas, destacó la desigualdad de género atravesada por intersecciones de género, raza, clase social y sexualidad, a través de las diferentes existencias de policías lesbianas que narraron sus experiencias en situaciones de acoso, aislamiento, muro y silenciamiento impuestas a mujeres, lesbianas y mujeres negras.

Palabras clave: performatividad lesbiana; género; silenciando; Policía Militar; Seguridad Pública.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

QUADRO 1 - Orientações sobre o processo de mobilização das policiais	57
QUADRO 2 - Perfil das Entrevistadas na Pesquisa de Campo	75
QUADRO 3 - Fluxograma do espectro da política de silenciamento PMBA	177

TABELAS

TABELA 1 - Distribuição do efetivo da PMBA, por quadro, patente e gênero (2022)..	70
TABELA 2 - Percentual de vagas nas Polícias Militares do Brasil, por ano, UF e gênero.....	67
TABELA 3 - Distribuição da presença feminina na PMBA, por categoria e patentes (2020)	72
TABELA 4 - Distribuição do oficialato feminino em postos de Comando na PMB. (2022)	81
TABELA 5 - Tipo de Atividade e condição da Autodeclaração da Identidade das policiais militares entrevistadas	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM	Academia de Polícia Militar
BCS	Base Comunitária de Segurança do Bairro da Paz
BGR	Boletim Geral de Registro da Polícia Militar da Bahia
BPGd	Batalhão de Polícia de Guarda Florestal
BPChoq	Batalhão de Polícia de Choque
Cb PM	Cabo da Polícia Militar
CICOM	Centrais Integradas de Comunicação
CFAP	Centro de Formação e Aperfeiçoamento Policial no município de Governador Mangabeiras
CFO	Centro de Formação de Oficiais
CFS	Centro de Formação de Sargentos/as
CIPM	Companhias Independentes de Polícia Militar do Estado da Bahia
COM	Colégio da Polícia Militar
CAR	Coordenação de Interatividade do Veterano
CONSEG	Conferência Nacional de Segurança Pública
DPS	Departamento de Promoção Social
DAP	Departamento Administrativo da Polícia Militar
PC/SE	Polícia Civil do Estado do Sergipe
ICBA	Instituto <i>Goethe</i> de Cultura Brasil-Alemanha
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexual e transgênero, queer, intersexo, assexual e mais
MPF	Ministério Público Federal

PMBA	Polícia Militar do Estado da Bahia
PPGA/UFS	Programa de Pós-Graduação em Sociologia
PFem	Policia Feminina
QCG/Aflitos	Quartel do Comando Geral da PMBA
QOPM	Quadro de Oficiais da Polícia Militar
QOAPM	Quadro de Oficiais Auxiliares da Polícia Militar
QPPPM	Quadro Praças da Polícia Militar
QETA	Quadro Especial de Tenentes Auxiliares da Polícia Militar
QOS	Quadro de Oficiais de Saúde da Polícia Militar
QPBM	Quadro de Praças de Bombeiros Militares
RENOSP-LGBT	Rede Nacional de Operadores/as da Segurança Pública
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
RENAESP	Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública
Sgt PM	Sargento da Polícia Militar
Sd PM	Soldado da Polícia Militar
STF	Supremo Tribunal Federal
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
UPC/RMS	Unidades de Policiamento da Capital e Região Metropolitana de Salvador

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. A AUTOETNOBIOGRAFIA DE UM CORPO NO <i>FRONT</i>: O MEU NÃO LUGAR DE ANTES (RE)VISTO HOJE.....	27
2.1 Ao “Pé da Olivetti” – narrativas sobre o emparedamento da existência lésbica no CFAP.....	48
2.2 A fábula da naturalização do ser homem viril e do “ser mulher” frágil na ambiência militar: o capitão reformista.....	53
2.3 Os caminhos da pesquisa – notas sobre as escolhas e os modos de escutar narrativas lésbicas.....	60
2.4 O presente a partir do começo: pesquisa <i>versus</i> pesquisadora – a revelação de si.....	71
2.5 A pesquisa e o gênero na diversidade do perfil das entrevistadas.....	74
3. O ESPECTRO DA TEORIA FEMINISTA NO <i>CONTRAFOGO</i> DA EXISTÊNCIA LÉSBICA NO <i>FRONT</i> - O GÊNERO COMO FÁBULA.....	92
3.1 Gênero, <i>performances</i> lésbicas e polícia: um tripé insidioso para uma literatura ausente.....	92
3.2 Segurança pública, polícia militar e os dispositivos de controle na produção dos silenciamentos.....	102
4 EPIFANIAS LÉSBICAS: NARRATIVAS DE ENCRUZILHAMENTOS MILITARES.....	118
4.1 A historicidade como ferramenta que enovela as narrativas de <i>encruzilhamentos</i> militares.....	123
4.2 Chavela e o querer ser militar: O libertar-se e o desejo de amar!.....	129
4.3 Rani e o ímpeto selvático: a vocação e o sonho de ser a Mulher Maravilha!.....	144
4.3.1 O trauma e o paredão do esquecimento: (re)memórias da sindicância e além.....	147
4.3.2 Quando a <i>Meia volta, volver</i> descarrilha nos assédios aos corpos femininos e lésbicos.....	152
4.4 A ascensão de Dandara na Polícia Militar: entre a vocação e a revolta.....	159
4.5 O armário e seus desdobramentos na vida de Sueli: o suplício dos assédios.....	170
4.6. Outras vozes do mesmo <i>front</i> : a emblemática vocação das mulheres lésbicas para ser, existir e <i>fazer-se</i> na PMBA.....	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS: À GUIA DE UM <i>CONTINUUM</i> DE NARRATIVAS LÉSBICAS NO <i>FRONT</i>.....	198
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	207
ANEXOS.....	217

1. INTRODUÇÃO

Narrar a si mesma não é uma tarefa fácil. E, quando os elementos discursivos conjugam categorias analíticas, como gênero, raça, sexualidades, lesbianidades e militarismo, o desafio é amplificado, porque trazem em si dispositivos que regulam os corpos e as *performances*. Desta maneira, se impõe uma luta por (re)conhecimento no âmbito da heteronormatividade compulsória, em contraponto à existência lésbica. Nesse sentido, desnudar-me nesse processo de autoconhecimento é também permitir que outras vozes ecoem a partir das experiências vivenciadas pelas policiais lésbicas que atuam na Polícia Militar do Estado da Bahia - PMBA.

Cabe, portanto, confessar que este lugar de experiência pessoal na instituição militar, ao contrário do ser lésbica, foi negado sistematicamente por mim ao longo da minha trajetória profissional e acadêmica, o que torna desafiador o objetivo desta tese, prioritariamente, de compreender o alcance de descentramento das performances lésbicas ao dispositivo de controle que impregna a segurança pública, ou ao normalizar a subalternidade feminina e naturalizar o modelo padrão masculino da Polícia Militar do Estado da Bahia (PMBA).

Guiada pela hipótese de que a negação do feminino, assim como a ofensiva às performances dissidentes à norma, faz parte do discurso de pertencimento militar que nomeia e sanciona o quê, assim como quem pode ser “aceitável” e “não aceitável”. Deste modo, a pesquisa foi realizada a partir de um relato autobiográfico associado ao *continuum* de narrativas biográficas das policiais militares lésbicas. A metodologia aplicada, com entrevistas semiestruturadas e as experiências individuais através de narrativas autobiográficas, evidenciou a desigualdade de gênero atravessada por intersecções que marcam as distintas existências das policiais lésbicas, sendo aquelas que narraram suas experiências em situações de assédio, patrulhamento, isolamento e silenciamento impostas às mulheres, cis, lésbicas e negras.

Para dar conta desta complexidade, as escritas de Judith Butler (SALIN, 2013) e Michel Foucault foram acionadas, inicialmente, como referenciais teóricos nesta imersão sociológica, com foco na performatividade e no dispositivo de controle dos corpos, ao mesmo tempo em que dialogam (convergindo e/ou divergindo) com outras escritas dissidentes conduzidas por Monique Wittig, Adrienne Rich e os feminismos descolonizais e lésbicos, que foram reivindicados por Maria Lugones, Lélia Gonzalez, Grada Kilomba, Yuderskys Miñoso,

Ochy Curiel, Audre Lorde e Tanya Saunders, que reconhecem na colonialidade de gênero a lesbianidade como um ato político que acirra as disputas por narrativas, disputas e relações de força. Portanto, das relações de poder que classificam, analisam, normalizam e buscam universalizar, disciplinando os corpos, nossas vidas lésbicas extrapolam a binaridade de gênero.

Ao contrário dos equívocos, que foram difundidos sobre a concepção voluntarista dos sujeitos, seja de afrontar à norma como se os papéis de gênero fossem uma escolha e condição por dada identidade (MISKOLCI, R. 2009; SALIN, 2003; BUTLER, 1993 e 2015b), a retomada do debate sobre *performance* e performatividade dissocia a ideia de representação e a situa no processo em que tanto reiteram as normas quanto materializam-se no corpo o que nomeia a partir dos marcadores de gênero binário, reacendendo o lugar do sujeito. A existência das policiais lésbicas na estrutura da PMBA é performativa por não representar uma escolha, e, sim, uma resposta aos arquétipos normativos, uma reivindicação institucionalizada da heteronormatividade compulsória, a mesma dada frente à existência lésbica (RICH, 2019; WITTIG, 2006; LORDE, 2020).

Segundo a visão assertiva da filósofa Judith Butler acerca do conceito de performatividade, que deve ser compreendido como um arquétipo de normas cotidianamente reiteradas e anterior à vontade do agente, nos induz a pensar que a busca pelo reconhecimento no âmbito da perspectiva da viabilidade de ser humano, o ser aceitável em determinado contexto social e histórico, implica dizer que o *fazer* na mesma medida requer ações organizadas de grupos, redes de coletivos, capazes de reordenar essa visão do sujeito na ordem que já é preexistente (BUTLER, 2015b).

A performatividade dos corpos não só representa as expressões das práticas e dos discursos, que criam verdades sobre como devemos ser nas relações sociais (normativa) que estabelecemos nas nossas interações, como projetam novas possibilidades de verdades sobre existências, a partir de uma teoria subversiva que caracterizou tanto o ato (*performance*) quanto o conjunto desses atos realizados (*performatividade*), que coexistem dentro de uma perspectiva ainda normatizadora, em contextos diversos do presente, ao longo do tempo nas práticas cotidianas (BUTLER, 2015a e 2015b; SALIN, 2013).

Neste sentido, a reiteração da norma através da regulação do sexo impõe aos corpos uma performatividade que depende menos do sujeito e mais das práticas cotidianas materializadas no corpo, a compulsória “generificação” (BUTLER, 2006). A fuga e/ou mudança deste arquétipo passa, assim, pela condição de reconhecimento da ambiência reguladora, através de uma capacidade crítica tanto para os homens quanto para as mulheres,

que vivem nos limites dos discursos que nos nomeiam frente à uma pedagogia que oculta o virulento currículo, sendo aquele que ritualiza os corpos e esvazia o caráter temporal da construção das identidades de gênero.

A reflexão crítica e a inteligibilidade sobre as normas existentes postulam que, individualmente, não há capacidade possível de descentrar o sistema e seus tentáculos, sendo aqueles que tendem a reivindicar *performances* e subverter a performatividade de forma contrária à norma vigente na ambiência militarizada, ao mesmo tempo, em que se incita a mobilização e a constituição de ações organizadas, mesmo que subterrâneas e silenciosas, de existências no circuito desta norma compulsória, porém não finalística. A reiteração dela é ao mesmo tempo o refazer de outras como subalternas e possíveis dentro dos limites discursivos do ser sujeito, humano.

Arregimentar o legado das intelectuais negras para enegrecer a escrita com experiências vividas de lesbofobia no processo de formação policial na PMBA é também tentar entender como as policiais lésbicas e suas *performances* estão articuladas à estrutura da segurança pública que produz soldados imbuídos de um *ethos* guerreiro – branco, masculino, viril e selvático - para o combate à criminalidade e ao elemento suspeito – negro, masculino, jovem e periférico, um projeto político executado pelos agentes das forças auxiliares do Exército – as Polícias Militares.

Se os corpos pensam e as *performances* lésbicas anunciam modos de ser e de viver, como se veem e o que dizem sobre a instituição policial militar? Há descentramento ou acomodação das policiais lésbicas às dinâmicas machistas, sexistas, racistas e lesbofóbicas? Se as *performances* lésbicas são dissidentes da norma heteronormativa, por qual motivo há reivindicação institucional às mulheres que performam masculinidade?

Admitir, portanto, os lugares de ativista negra lésbica, pesquisadora e ex-policial é estabelecer um esforço pedagógico diante das limitações epistemológicas que conformam o imaginário acadêmico, ainda eurocêntrico, sobre um *fazer* pesquisa na produção acadêmica, o que me leva a reconhecer em outros caminhos o *fazer-se* no movimento da “epifania lésbica” – fenômeno que associa os momentos que impactam a trajetória de vida pessoal às formas mobilizadas para negociar situações vivenciadas em experiências passadas - representa, ao mesmo tempo em que revela, outras perspectivas de negociar aportes da memória, dos sentimentos, das imagens e dos efeitos das experiências (ELLIS et al, 2019) de uma performatividade (BUTLER, 2015B) reivindicada no cotidiano institucional da Polícia Militar do Estado da Bahia, enovelada pelo racismo genderizado (KILOMBA, 2019).

A primeira orientação sociológica aprendida no primeiro ano de formação foi o exercício de um olhar para os *atos sociais* como “coisas” com todo rigor metodológico, objetificando a relação entre a pesquisadora e o seu objeto de pesquisa, como preconizava o legado *durkheimiano*. O meu encontro com a produção da Escola de Chicago, a partir do exemplo de Erving Goffman, em “Manicômios, Prisões e Conventos”, ajudou no abordar das cerimônias e das restrições institucionais, assim como com Howard Becker, em “Outsider”, quando problematiza o processo de construção social do estigma e da suspeição criminal, e, de Harold Garfinkel, com a “*Etnometodologia*”, ao estudar a intersubjetividade do cotidiano e como este é vivido por seus participantes, como um divisor de águas, dentro da minha compreensão sobre o fazer sociológico.

Para esse novo caminhar, as escritas das intelectuais negras descolonizais ultrapassam essas pontes que instituem o não lugar da existência lésbica no mundo, e, conseqüentemente, na ambiência militar encoberta por um período de agravamento aos direitos humanos e do constante processo de vigilantismo do saber e do debate sobre as questões de gênero, assim como da diversidade sexual, como ocorreu no Governo Bolsonaro (2018-2022), período de desenvolvimento desta tese.

Realizar esse deslocamento de ideias, teóricas e metodológicas, foi o início de uma sequência de respiros sobre os meus lugares no campo e na escrita acadêmica, sem negligenciar nenhum dos marcadores sociais que trago no corpo, nas memórias, nas minhas *performances* como o gênero, a raça e a orientação sexual¹. Essa relação conflituosa e tênue com a escrita me acompanha desde a adolescência, quando descobri através da literatura, as múltiplas possibilidades de existir, acessando os livros na biblioteca da escola, assim como em outros espaços públicos de leitura.

O espaço da Biblioteca Central da Bahia, localizado nos Barris, foi o meu principal refúgio dentro da cidade, prioritariamente, ao iniciar o ensino médio-profissionalizante no Colégio Central, localizado na Avenida Joana Angélica/Nazaré, que voltou a ser parte e palco no desenvolvimento das entrevistas com algumas policiais militares, em 2019-2020 – um dos espaços de refúgio em minhas andanças, principalmente, pelas aventuras sociológicas em Salvador/BA.

A mesma literatura que me propiciou a construção de uma abstração da realidade pauperizada, através do imaginário da poesia, dos poemas e das histórias sobre o cotidiano

¹ Refere-se ao gênero que a pessoa sente atração afetivo-sexual, permeada pelo campo dos desejos, o ser em plenitude. Orientação sexual é considerada um termo mais abrangente e neutro e deve ser usado no lugar de preferência sexual. Assim, incluem heterossexual, gay, lésbica, queer, assexual e pansexual.

social, político, econômico e político brasileiro. Tudo isto, também, dentro do mundo despertou em mim e sobre mim o não lugar, o estranhamento, e o que não pode ser narrado de forma positiva nas letras, nas escritas, nas músicas, reaparecendo como um espelho que reflete uma imagem subalternizada de todos os marcadores, que me definem dentro de uma ordem pré-determinada: negra, jovem, periférica e lésbica.

O primeiro assombro na literatura sobre a existência pobre e negra foi marcado pelo livro “Clara dos Anjos”, do Lima Barreto (1995), acessado aos 15 anos, entendendo-se o processo de estigmatização da mulher negra e periférica. Logo, em seguida, o clássico livro “Quarto de Despejo”, da Carolina Maria de Jesus, reafirma a desigualdade de gênero, a discriminação racial e a criminalização da pobreza. Conceição Evaristo (2017) chamaria toda essa ebulição autobiográfica de “escrevivências”, através das experiências vivenciadas e amplificadas pelos sujeitos em suas relações do cotidiano, reescrevendo as trajetórias e imprimindo o reconhecimento sociológico, principalmente, acerca da condição e do “lugar de negro” na sociedade brasileira (GONZALEZ & HASENBALG, 2022).

O segundo despertar, a consciência de ser lésbica no mundo social determinado, ocorreu também aos 15 anos com a minha primeira paixão por uma colega de classe, em conjunto com os assombros acerca dos desejos e dos meandros, todos em torno dos pecados da carne em uma ambiência familiar evangélica. No livro “O que é homossexualidade”, de Peter Fry e Edward MacRae (1985), assim como aluna do professor MacRae, na disciplina “Antropologia II”, do curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal da Bahia, desembaralharam-se os mitos sobre a existência homoafetiva, o que dignificou a minha existência no mundo, corroborada pelo acesso ao livro “O Poço da Solidão”, de Marguerite Radclyffe Hall (1974), a primeira referência literária sobre os processos de redefinição das identidades.

O “enfrentamento” mais emblemático ocorreu no espaço doméstico, mesmo quando era protegida pela figura materna (mãe sola, feirante, empobrecida e com oito filhos) das ofensivas heteronormativas. O não dito no espaço doméstico era a norma empregada por minha mãe para todos, e a desobediência era tratada com severidade. Não havia conveniência de pessoas adultas, seja com falatórios sobre sexualidades. Ou seja, ser gay² ou sapatão³,

² Homem que é atraído afetivamente e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero. Não precisam ter tido, necessariamente, experiências sexuais com outros homens para se identificarem como gays.

³ Uma gíria criada na década de 1970, sob o título “Maria Sapatão”, para mulheres lésbicas que performavam masculinidade, com o uso de sapatos masculinos. Essa designação à época era pejorativa, usada por pessoas heteronormativas, para desqualificar e xingar mulheres vistas como masculinas. No entanto, o termo foi ressignificado e reapropriado pelos movimentos feministas, por mulheres lésbicas com aporte de resistência política dos seus corpos, uma reafirmação da identidade lésbica.

mesmo nas disputas por espaços e nas brincadeiras entre irmãos e vizinhança. Ser mulher e ser homem era a tônica reproduzida em casa, na igreja, no bairro, na escola e na vizinhança, pois não havia o que defender, sabendo-se que aquilo não era possível de admitir ou de existir. O lugar da introspecção e do não pertencimento à família, assim como da vizinhança, era equacionado pela via do manter-se em segurança, e invisível, diante da minha orientação sexual, mesmo que a minha expressão de gênero⁴ fosse construindo *performances* no processo de um “*fazer-se*” já anunciado nas minhas relações afetivo familiares e sociais.

Na escola, ainda no ensino primário, por viver muito escondida na biblioteca da Escola Parque, dentro de uma educação integral formada pelas escolas do tipo de classe, eu fui abordada por uma colega que questionou o fato de eu estar usando uma calça colada, estilo *stretch*, que me perguntou “se todo mundo sabia que eu era sapatão”. Ser emparedada por uma palavra que esvaziava em mim a possibilidade de “ser mulher”, ao ouvir pela primeira vez aquela expressão, me senti atingida de forma tão violenta que sequer consegui reagir. Afinal, uma jovem negra que sente atração e desejos por outra mulher, não pode ser mulher?

Na visão de Simone de Beauvoir (1949), na luta por direitos em uma sociedade construída para os homens, nos tornamos mulheres nos processos desiguais de construção social da realidade e da sociedade. E, neste mesmo sistema patriarcal, em que é produzido o “pensamento heterossexual”, Monique Wittig (2006) combate e afirma que cabe o “*ser lésbica*”, principalmente, por este romper com as expectativas de uma heteronormatividade compulsória. Mas é possível, assim, pensar na construção de uma identidade lésbica apartada do esquema heterossexual? Na concepção de Judith Butler (SALIN, 2013), as identidades são performativas, ou seja, antes de “torna-se mulher”, nós nos “fazemos” continuamente nas relações sociais e de poder, prioritariamente, em face dos dispositivos de controle.

Gênero, portanto, é um “*fazer-se*” porque é produto do esquema heterossexual. Seria, então, o gênero uma fábula? Ao passo em que as pensadoras euro centradas problematizam o conceito de gênero em si, as intelectuais negras reivindicam existências em todas as suas intersecções de gênero, raça, classe social, sexualidades, assim como pelos impactos do conceito de gênero para a vida das mulheres americanas de descendência africana (GONZALEZ 1984). Ou seja, o feminismo decolonial ao apresentar uma nova epistemologia feminista para as comunidades afro-americanas (LUGONES, 2008 e 2014; SAUNDERS, 2017; LORDE, 2020; MIÑOSO, 2007; CURIEL, 2002), com atenção à centralidade da interseccionalidade (COLLINS & BILGE, 2021; CRENSHAW, 1989), funciona como

⁴ Refere-se ao modo como cada pessoa expressa o seu gênero, seja através de roupas, linguagens, atitudes ou gestos.

ferramenta de resistência sobre o fenômeno social do racismo dado por gênero (KILOMBA, 2019).

Afinal, as mulheres negras não são mulheres, assim como as lésbicas? O que é ser mulher, assim, em uma sociedade em que as mulheres brancas reivindicam equidade de gênero e espaço, seja na representatividade das relações de poder enquanto as mulheres negras já ocupavam os espaços laborais das cozinhas, da peleja cotidiana e do sustento da família? Essa invisibilidade do protagonismo das mulheres negras na construção das lutas por direito dos corpos femininos é o ponto crucial esboçado nas escritas negras, prioritariamente, sobre a negação de uma humanidade possível à população negra e aos povos africanos, atravessada pelo fenômeno da escravidão.

É neste intermédio entre o espelho da vida, reificado por uma heteronormatividade compulsória (RICH; 2019), assim como pelo espelho de si para sobreviver entre a invisibilidade e a resistência à negação da existência negra lésbica (SAUNDERS, 2017) que surge a motivação para concorrer à vaga no concurso da Polícia Militar do Estado da Bahia, no ano de 1996, mesmo ano em que ocorreu a minha aprovação no Vestibular do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia - UFBA.

Assim como eu, a maioria das entrevistadas nesta pesquisa de campo alegaram que a sua principal motivação para adentrar à instituição policial militar foi a busca por estabilidade econômica, e, conseqüentemente, o reconhecimento social por serem oriundas de famílias periféricas e negras. Nenhuma de nós tinha, assim, a noção dos processos de assédio que poderíamos enfrentar em uma ambiência que reivindica a todo o momento o *ethos* guerreiro de masculinidade, virilidade e força – o tripé de uma heteronormatividade compulsória, amplificada em instituições militarizadas.

A negação do feminino, assim como a colonização do sexo pelo gênero, através da ofensiva às *performances* dissidentes à norma, segue a mesma lógica de quem nomeia e sanciona o que ou quem pode ser “aceitável”, assim como “não aceitável”, dentro dos inúmeros discursos de pertencimento militar, aversão dada à diferença e padronização de uma vida com escopo universalizado.

O desafio metodológico para esta tese foi gestado antes mesmo do meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFS⁵, com a articulação em rede e o acesso às policiais militares lésbicas, através das mídias sociais. Ainda, sobre o silenciamento das vozes das policiais lésbicas dentro e fora das instituições reguladoras, o uso do meu perfil

⁵ Eu participei do processo seletivo do PPGS/UFS à vaga do doutorado no mês de novembro de 2017, mas o grupo com as policiais lésbicas foi formado no mês de janeiro de 2017, para testar a viabilidade da pesquisa.

na conta do *Facebook* foi crucial para formar um grupo privado no aplicativo *Messenger*. Desta forma, consegui adicionar os contatos das policiais, na mesma época da minha formação policial, e expor os objetivos da pesquisa, além de solicitar a indicação de outras pessoas, o que de pronto foi aceito e exitoso para a proposta apresentada.

Pensar na metodologia é, além de sinalizar o(s) caminho(s), recepcionar as vias possíveis para articulação dos métodos e explicações, estas que são atravessadas por diferenças, divergências e elementos comuns (OLIVEIRA, 1998), que devem, sobremaneira, reavaliar, questionando a relação entre sujeito e objeto, assim como desnudando a dominação do primeiro sobre o segundo, principalmente, na construção do conhecimento. Para esse feito, Mills (1972) nos instaura a imaginação sociológica ao associar o objeto de estudo à vida experienciada pelo/a pesquisadora/a, momento em que a biografia de quem pesquisa o tema é central para a construção artesanal da prática de pesquisa, portanto, do conhecimento (MILLS, 2009).

Diante de um processo contínuo de apreensão das existências lésbicas (in)visibilizadas na PMBA, os caminhos metodológicos são apresentados através da minha experiência como ex-policial e lésbica, assim como das narrativas das policiais lésbicas que possibilitaram a entrada no campo, das suas respostas à presença da pesquisadora, que também estava enovelada por seu objeto de pesquisa. A metodologia inicialmente montada, com foco em grupos amostrais, passou por ajustes, em detrimento às exigências da pesquisa de campo realizada nos meses de junho, julho e agosto de 2019, consolidada através das entrevistas semiestruturadas⁶, com roteiro dirigido⁷.

Para desvelar o enigma sociológico acerca das *performances* lésbicas dentro da estrutura da PMBA, fez-se necessário entender como a instituição policial militar regulava os corpos na passagem do “*paisana*” ao “*militar*”, impondo sobre os corpos femininos as relações de gênero a partir da imagem de soldado, viril, guerreiro e heteronormativo. Essa percepção incorporada pela tropa, inclusive das mulheres, impacta sobremaneira aos corpos lésbicos que também reproduzem a dinâmica do soldado selvático, acima das *intempéries*, no combate ao crime, ao elemento suspeito e às fragilidades vinculadas ao feminino.

Nesta tese, para dar conta das categorias analíticas, como gênero, raça, performances e silenciamentos, que são mobilizadas a partir das narrativas das policiais militares lésbicas, o conceito de emparedamento demanda maior compreensão e visibilidade dos estudos sobre

⁶As policiais militares alegaram que não se sentiam à vontade em compartilhar suas experiências com outras pessoas dentro da estrutura da Polícia Militar, mesmo que esta pessoa também fosse lésbica. Assim, o método da pesquisa foi alterado para dar conta desta contingência.

⁷ Ver Anexo 1 – Roteiro das Entrevistas.

performatividade lésbica e instituições militares. Assim, compreende-se por emparedamento o dispositivo que cerceia, vigia, e assedia, ao mesmo tempo em que impõe sobre determinados corpos, todas suas *performances*, em uma disputa, essa no campo das relações de poder, que os negam e os reivindicam institucionalmente.

Portanto, o não lugar da existência lésbica na ambiência militarizada passa, necessariamente, pela negação do feminino, diante da reivindicação institucional militar e de como as policiais lésbicas se veem, são vistas e enxergam a corporação militar no trânsito de uma existência emparedada – uma vivência cerceada, vigiada e assediada tanto por homens quanto por mulheres numa estrutura que nomeia, regula e reivindica o “segundo homem”, em detrimento da presença feminina.

O primeiro capítulo foi desenvolvido, deste modo, a partir de um relato autoetnobiográfico, algo que não seria possível sem as pontes construídas ao longo dos sete anos de atuação policial na PMBA. O escopo da tese foi pensado antes mesmo de institucionalizá-la, assim como na sua construção, que exigiu de todas, pesquisadora e entrevistadas, disponibilidade e coragem de retornar ao período da formação policial militar. Os primeiros fragmentos das epifanias lésbicas, uma continuidade de narrativas autobiográficas que relata e recorda, rememorando momentos cruciais que impactaram significativamente a trajetória militarizada, vivenciada por mulheres lésbicas para alcançar o *status* de ser policial.

Na perspectiva de uma autoetnobiografia revelamos, ou foram permitidos revelar, as principais formas de sobrevivência acuradas, estas em constantes negociações, feitas para ultrapassar situações intensas e extremas de negação, assim como de isolamento, e, conseqüente, emparedamento por meio das *performances* que são vistas e apreendidas pelas próprias policiais militares. Esse não lugar da existência lésbica, uma ambiência previamente determinada ao masculino, guerreiro e viril, expõe, concomitantemente, às minhas experiências como “*abjeta*” à época da formação policial, a pesquisadora nos labirintos desta reflexão e dos seus múltiplos silenciamentos.

Entendendo as epifanias lésbicas como parte de um processo de formação e construção de um “outro”, sendo o masculino o sujeito e o feminino objetificado, problematizo a forma em que as policiais lésbicas, estas que performam tanto o feminino quanto o masculino, criam aproximações e distanciamento na validação do sujeito determinado. Ao mesmo tempo, assim, descentram, conformam e criam um trânsito entre a subjugação da presença feminina e a reivindicação institucional militarizada pelo “segundo homem”. Esse entrelaçar de vivências, memórias e partilhas de silenciamentos entre as entrevistadas e eu, a pesquisadora,

desvelam de dentro e por dentro, o que a estrutura policial militar insiste em reafirmar, negar, constituir e reivindicar para a tropa, prioritariamente, como espelho da sociedade.

No capítulo 2 será abordado, assim, o caráter teórico-metodológico, a fim de problematizar o espectro da teoria feminista à luz da questão de gênero e das dissidências sexuais promovidas, tanto pela abordagem pós-estruturalista e da teoria *queer*, quanto da abordagem decolonial, sendo esta a perspectiva que ressalta a necessidade de problematizar o feminismo, seja isto através de uma via antirracista para descortinar a existência lésbica e seus descentramentos nas relações que envolvem o militarismo, *performance* e silenciamentos.

Neste sentido, há hierarquias e emparedamento em torno da diferença, da formação e da conformação das identidades, tudo isto a partir de uma “mentalidade hétero” e branca, que articula os dispositivos de controle e silenciamento na Polícia Militar do Estado da Bahia, principalmente, ao invocar o currículo selvático de masculinidade, virilidade e violência. No bojo, pela emergência das reformas institucionais, surgem movimentos para desmilitarizar as agências policiais, isto diante dos traços do autoritarismo e da escalada da violência, que bloqueiam a efetiva implementação de práticas preventivas e da aproximação real com as comunidades vulnerabilizadas, por exemplo, das Polícias Comunitárias e Unidades de Polícia Pacificadora.

No capítulo 3 se versará sobre as epifanias lésbicas através das trajetórias, percepções e sentimentos, estratégias utilizadas pelas policiais lésbicas em suas vivências para sobreviver e existir, tudo isto diante da rejeição do feminino e reafirmação do masculino, que são encruzilhadas por ritos de passagem, validação masculina ao *ethos* guerreiro, um tipo de formação militarizada que estabelece um marco entre a vida civil de antes e a pertença ao espírito policial, ancorado no militarismo para construção de um “nome de guerra” para o protótipo de identidade policial/profissional. Ainda, neste capítulo, as trajetórias das policiais lésbicas serão amplificadas em dois atos: o primeiro ato embasado nas cinco trajetórias que aprofundam as histórias de vida das policiais lésbicas, desde as motivações de ingresso na PMBA até os processos de aceitação de si, do corpo lésbico, na estrutura militar. No segundo ato, acontece a complementação de outras vozes, estas que entrecruzam e reafirmam a negação do feminino e a centralidade da genderização do racismo, isto tudo na *performatividade* lésbica.

No último ato desta narrativa, serão apresentados os caminhos pelos quais as mulheres lésbicas trilharam para se manter dentro da Corporação Policial Militar, tudo isto como estratégias de resistência ao emparedamento, tanto dos homens quanto das mulheres na conformação das *performances* lésbicas masculinas, reivindicadas institucionalmente como o

não lugar que descentra e fortalece os mesmos mecanismos de controle dos corpos dissidentes à norma, a *performatividade*. Neste sentido, a experiência vivida e partilhada de dentro das realidades apresentadas, sentidas tanto em vocação quanto em revolta, possibilitará não só a visibilização da existência lésbica nos quartéis, mas também o questionamento dos aparatos de controle e silenciamentos de uma cultura militar selvática e guerreira, que imprime nos corpos femininos a negação da existência, da existência dissidente e lésbica.

2. A AUTOETNOBIOGRAFIA DE UM CORPO NO *FRONT*: O MEU NÃO LUGAR DE ANTES (RE)VISTO HOJE

A motivação para trazer à tona do debate acadêmico a problemática das *performances* lésbicas no âmbito da Polícia Militar do Estado da Bahia (PMBA), que é o objeto desta tese, está localizada nos vários tentáculos da minha caminhada profissional e acadêmica: 1) suprimir a ideia de negação sobre a minha breve passagem pelos quadros da PMBA, proveniente da lesbofobia; 2) entender os alcances da capacidade das *performances* lésbicas de descentrar os dispositivos de controle internalizados pelas policiais, ainda no período de formação e em suas perspectivas de existências, de mulher, lésbica e militar; 3) contribuir para uma reflexão ainda distante de produção do conhecimento acadêmico, seja no tocante à relação entre lesbianidade, polícia e militarismo.

A perspectiva de narrar as minhas experiências no *front* militarizado, assim como de trabalhar no olhar das policiais lésbicas sobre ser, estar e viver na PMBA, expõe o *fazer* autoetnobiográfico, associando elementos da autobiografia e da etnografia (ELLIS, 2019; SANTOS, 2007; CARDOZO, MARQUES e CARDOZO, 2012). O primeiro elemento aborda, assim, uma escrita autobiográfica sobre as minhas experiências passadas, conectadas com outras experiências que retiram das margens, lançando para o centro os impactos de determinadas situações, estas vivenciadas no *front* e silenciadas, ao longo do tempo, por uma estrutura secular e rígida da militarização da vida, também vividas por policiais militares lésbicas na atualidade.

Para tanto, empreender um olhar crítico sobre as possíveis fissuras deste emaranhado de experiências, na estrutura militar, requer uma observação apurada das práticas culturais dantes que afetam o presente, possibilitada por uma etnografia que perpassa o hoje, que envolve valores, normas, experiências de si e de outrem, a partir de uma vivência compartilhada suscita de observar, entrevistar, examinar, investigar e analisar pessoas, assim como espaços, lugares e objetos de determinada cultura (CALVA, 2019). Assim, a autoetnobiografia é reconhecida como uma ferramenta potente de autoconhecimento, exatamente por ser capaz de desvelar os impactos produzidos entre os grupos que vivenciam, historicamente, situações de desvantagens e silenciamentos.

Esse caminho metodológico surgiu muito mais por meio de uma provocação do meu orientador do que de um movimento espontâneo, principalmente, sobre a minha existência lésbica. Na ideia do projeto (em 2017) até a defesa do Colóquio de doutoramento I (no primeiro semestre de 2019), eu não havia assumido esse lugar na escrita, mesmo que

estivesse, a todo o momento, nas minhas reflexões, exatamente porque os impactos dessa passagem pela PMBA foram bastante traumáticos e me reservei ao lugar de observadora, seguindo a binaridade canônica entre o sujeito e objeto.

Com foco na valorização das experiências, histórias e narrativas que foram aprisionadas e esvaziadas de sentidos, ao longo da minha trajetória na PMBA, foi possível entender os sentimentos e os entraves que ocorreram na realização da primeira entrevista, justamente com a colega que vivenciou comigo todo o drama da sindicância⁸, instaurada pelo Departamento de Ensino do CFAP/Governador Mangabeira, no ano de 1997. Abrir essa caixa, há tempos trancada e negligenciada, através das inúmeras manifestações de negação da minha passagem pela Polícia Militar, foi um grande e doloroso desafio, mas que representou uma urgência ontológica antes, durante e após a pesquisa de campo.

No período de 1997 a 2004, atuei como policial em duas Companhias Independentes de Polícia Militar do Estado da Bahia (CIPM/BA) na capital baiana, e, assim, continuei em vários setores como soldado PM 1ª classe⁹, a exemplo do “Grupo de Teatro da PMBA” encenando o papel de mãe de um jovem usuário de drogas na peça, sob o título “Que Droga”. Na linha da formação e da aproximação da instituição policial militar às escolas pública e particular de Salvador, assim como dos demais municípios da Bahia, o objetivo era desconstruir o olhar da população sobre uma polícia ainda violenta e truculenta para projetar, positivamente, a imagem de uma força militar acessível à maioria da população, com o discurso cordial e de proximidade, portanto, comunitária, segura e mantenedora da ordem pública, mesmo que resistente à diversidade.

Participar do Grupo de Teatro da PMBA¹⁰, no período de 1998 a 2001, foi revelar uma das contradições da polícia força que imprime, cotidianamente, o seu arsenal bélico no combate ao tráfico de drogas, e, conseqüentemente, à criminalização da pobreza em territórios vulnerabilizados. Imprimir uma conscientização aos jovens, no coletivo que compôs a peça, arredou em mim menos uma crença de mudanças possíveis, principalmente, no cenário da segurança pública baiana, em conjunto com uma reafirmação da existência de duas polícias: a polícia cordial para os bairros da Orla¹¹ e adjacentes, buscando conscientizar essa juventude

⁸ O termo refere-se ao conjunto de atos e diligências que objetivam apurar a verdade de fatos alegados, por investigação e sindicância.

⁹ Essa questão será desenvolvida no quadro 1 desta tese, que versa sobre as diferenciações das patentes de praças e oficiais da PMBA.

¹⁰ Disponível em: <https://aldeianago.com.br/noticias2/20211-grupo-de-teatro-da-pmba-completa-20-anos-de-existencia>. Acesso 20/03/2022.

¹¹ Orla de Salvador, também chamada de Orla Marítima de Salvador, refere-se ao conglomerado de bairros que circundam os espaços turísticos das praias entre os trechos de Itapoã e o Porto da Barra. A maioria desses bairros figura com maior valorização imobiliária e maior poder aquisitivo.

que valha a pena salvação; assim como pela polícia operacional, truculenta e invasiva no Subúrbio Ferroviário¹², pelas comunidades periféricas de Salvador e os demais municípios da Bahia (LOPES, 2007).

A cidade do Salvador, capital que agrega a maior população negra fora do continente africano, possui histórico tanto de desigualdade social quanto racial. A capital baiana retroalimenta as práticas discriminatórias que atravessam as ações policiais ocorridas nos bairros periféricos da cidade, a exemplo das chacinas¹³. Além disso, houve uma interiorização da violência e dos crimes violentos na Bahia. Segundo o Anuário (2023), seis cidades baianas figuram entre as dez cidades mais violentas do país: Jequié (1), Santo Antônio de Jesus (2), Simões Filho (3), Camaçari (4), Feira de Santana (9) e Juazeiro (10). Um cenário que coloca a Bahia, assim, como o estado com maior registro de ocorrências de crimes violentos (em torno de 2.515), perdendo apenas para o estado do Rio de Janeiro (1.790), no primeiro semestre de 2023. As ações policiais nas comunidades periféricas são repressivas e letais, enoveladas pelo racismo¹⁴.

O Teatro da PMBA, portanto, é um espaço-lugar que foi criado há mais de duas décadas, que ampliou sua atuação e revisitou aspectos de linguagens com a juventude, ainda com discursos e imagens de controle, em conjunto com a vigilância sobre os corpos pretos, alterando os nomes para os mesmos propósitos. Da peça “Que Droga” para a peça “Saia Dessa”, possibilitando o deslocamento de um corpo militar enovelado pela arte de comunicar, sem ser subversivo, e projetar outra lógica de ser polícia, sem perder ou abdicar das percepções acerca do peso do militarismo, tudo isto na formação policial do Estado da Bahia¹⁵.

A arte, sem dúvidas, representou um respiro dos corpos militares que contracenaram, seja em outra lógica, num tempo determinado pela peça, que era continuamente aplaudida pelos serviços prestados às comunidades. Porém, a negação destes mesmos corpos pelos pares e por oficiais comandantes era constante, principalmente, por avaliarem ser infrutíferas para a escala operacional do policiamento ostensivo. Ao longo de 20 anos de atuação, o grupo que começou com nove (09) policiais, passou por diversas mudanças de elenco, renovações e compartilhamento, vindas de novos horizontes. O foco na redução do uso de drogas pelos

¹² Compreende o conjunto de 22 bairros margeado por uma linha férrea que liga o centro às áreas periféricas da cidade, concentrando parte considerável das comunidades populares e maior vulnerabilidade social.

¹³ Disponível em: <https://www.ibahia.com/bahia/dezoito-chacinas-aconteceram-em-salvador-e-rms-em-seis-meses-aponta-instituto> Acesso 07/02/2023.

¹⁴ Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/reportagens/pesquisa-analisa-racismo-em-acoes-policiais-em-5-estados-e-bahia-e-o-2o-com-mais-mortes-em-operacoes-feminicidios-e-chacinas/>. Acesso 15/06/2023.

¹⁵ Disponível: <https://www.cms.ba.gov.br/noticias/grupo-de-teatro-da-pmba-se-apresenta-no-centro-de-cultura>. Acesso em 20/03/2022.

jovens sem, contudo, alterar estruturalmente a perspectiva do *ethos* guerreiro, situa este grupo no não lugar do serviço militar na PMBA. Um contraponto, portanto, sinalizando certa resistência e descentramento da norma, tudo isto no âmbito das instituições militares. Afinal, onde há poder há resistências (FOUCAULT, 1988)

Iniciar esta narrativa, a partir da minha participação no Grupo de Teatro da PMBA, tem por propósito apresentar o meu trânsito em áreas distintas da polícia, afirmando o quão preponderante é o objeto que suscita esta tese, pela *performance* lésbica na ambiência militarizada. A temática ainda incipiente flutua no tempo e no espaço, assim, de uma formação selvática no Centro de Formação e Aperfeiçoamento Policial, no município de Governador Mangabeiras – CFAP¹⁶, e no período de junho/1997 a março/1998, seguindo a mesma lógica operacional nas demais áreas da PMBA, repercutindo nas forças militares, dentro dos dias de hoje.

Para tanto, antes mesmo de ingressar na PMBA, eu já tinha consciência sobre a minha condição de lésbica, sapatão, dentro e fora das relações familiares. A busca por (re) conhecimento e formação de nível superior, atrelada à necessidade por autonomia econômico-financeira, conduziu minha decisão em ambas as direções: UFBA e CFAP, mesmo com todas as questões que isso pudesse gerar, como ocorreram de fato. Formada, politicamente, no espaço do Pré-Vestibular Steve Biko¹⁷, uma cooperativa premiada e criada por empreendedores/as negros/as de Salvador, possibilitando à juventude negra um novo horizonte: o acesso à Universidade, o que também me aproximou do debate sobre o racismo institucional e a sua relação entre a juventude negra periférica, em conjunto com o policiamento militar na capital baiana (LOPES, 2014).

A triangulação entre juventude negra, periferia e polícia militar foi desenvolvida por Reis (2005), prioritariamente, ao defender que as políticas de segurança pública implementadas na Bahia reiteram o racismo institucional, com práticas de eliminação à juventude negra dos bairros populares de Salvador, definindo tal contingente como os “atucaitados pelo Estado”, tudo isto através das intervenções policiais, diferenciadas por cor e classe social, no período de 1991 a 2001. Essa análise temporal de Vilma Reis segue diante

¹⁶ O CFAP Governador Mangabeira, localizado há duas horas da capital baiana, foi desativado no ano 2000 e a formação policial passou a ocorrer no CFAP de Alto de Ondina, em Salvador/BA.

¹⁷ Stephen Bantu Biko foi um ativista anti-apartheid da África do Sul, na década de 1960 e 1970. Como líder estudantil, liderou e fundou o Movimento da Consciência Negra, cujo objetivo era mobilizar e capacitar a grande massa negra e urbana da África do Sul. Morto sob custódia da polícia (1977), passa a ser reconhecido como mártir, assim como representante do movimento anti-apartheid no mundo.

das inúmeras chacinas perpetradas com o consentimento do estado, ceifando corpos que carregam os mesmos marcadores sociais anteriormente citados¹⁸.

A decisão de ingressar na PMBA foi difícil, mas amenizada pela necessidade econômica, para dar conta de outra dimensão: a existência lésbica para além dos muros familiares. Ao contrário das narrativas das policiais lésbicas entrevistadas para esta tese, diante da decisão de adentrar à PMBA, a maioria não tinha nem conhecimento e nem consciência sobre o que significava “ser polícia”. Eu tinha uma (in)formação e consciência sobre o *modus operandi* das ações policiais nos territórios vulnerabilizados da capital soteropolitana, assim como do significado do fardamento azul nas comunidades suburbanas e periféricas (REIS, 1998; REIS, 2005).

O fardamento azul da PMBA produziu uma simbologia altamente significativa para as pessoas que moravam em áreas periféricas, prioritariamente, ao ser atrelado à truculência policial, às violências gratuitas através das abordagens policiais, o contínuo assassinato e o desaparecimento dos corpos de jovens negros, não alterando o cenário sistemático das violências, principalmente, após a mudança do fardamento para a cor cinza. No bojo do festejado início da Polícia Comunitária na Bahia, no ano de 1998, aumentando a sensação de segurança para as populações já privilegiadas, assim, com a ampliação das Companhias Independentes de Polícia Militar, no rol dos bairros da Orla e adjacentes.

Há 40 anos, Abdias Nascimento e Florestan Fernandes (1978), proeminentes pesquisadores da realidade social brasileira, denunciavam o genocídio do povo negro, proveniente do racismo estrutural, que segue impregnando as instituições brasileiras através da seletividade social, criminal e penal, decidindo quem deve viver ou morrer, através da necropolítica, uma política de morte àqueles/as que são considerados subalternos, descartáveis, portanto, matáveis (MBEMBE, 2018).

O mito da democracia racial ganha, deste modo, ainda mais corpo, principalmente, quando a maioria daqueles que “batem na cabeça de tantos outros pretos” fazem o mesmo com tantas outras cabeças pretas com boinas, pessoas fardadas, deslocadas dos espaços periféricos e “humanizadas” pelo caráter disciplinar, da ordem e do progresso, na militarização da vida. Esse processo ocorre pela ascensão social da carreira pública de funcionário público, assim como pela autoridade hierárquica que passa a impregnar esse corpo, que é instituído enquanto “polícia”, tanto entre os seus pares, quanto nos demais territórios em que circulam e operacionalizam a ordem militarizada, da selva e do combate ao

¹⁸Disponível em: <https://revistaforum.com.br/blogs/blog-da-maria-fr/2015/2/8/fala-lamentavel-de-rui-costa-genocidio-negro-institucionalizado-48420.html>. Acesso em 06/09/2022.

inimigo, tudo isto na defesa da ordem pública (LOPES, 2007; ALBUQUERQUE & MACHADO, 2001).

Pela primeira vez, ao chegar nessa ambiência militarizada, um novo mundo foi apresentado para a imensa tropa, que era formada por pelotões de homens e mulheres, em sua maioria de pessoas negras, pretas e pardas. Tudo isto era oriundo da capital e dos municípios da Bahia, que passariam a seguir normas rígidas no ato de ir e vir dentro e fora do CFAP. Afinal, as nossas almas agora pertenciam aos instrutores de ordem unida, em uma instrução em formação de marcha, de parada, com rígida observância dos movimentos e das distâncias individuais dos membros da tropa ao comando de voz, ou pela corneta, apito e clarim, estes dos instrutores que podem ser oficiais, praças ou aprendizes, escolhidos pelo comandante da tropa.

Assim, na tropa, a maioria dos instrutores e oficiais eram do sexo masculino. Na época, em que era 1997, só tínhamos uma mulher oficial atuando no CFAP, com a patente de tenente. No quadro de praças e graduados/as (soldados, cabos e sargentos), o número de mulheres era maior, mas ainda reduzido, tudo isto em relação aos homens que atuavam em várias modalidades da formação, desde a educação física até a instrução de tiro, o que não ocorria com as mulheres graduadas. E, assim, algumas mulheres graduadas tendiam a incorporar o *ethos* da masculinidade viril para impor respeito e medo, como faziam os homens, diante das tropas femininas e masculinas.

A norma imposta sobre todos os corpos, com apreço exagerado à descrição e aos bons modos dos corpos femininos, acendeu em mim uma maior atenção sobre a minha *performance*. Portanto, o lardear da minha sexualidade, dado por um possível detonador de conflitos, em face dos ditames institucionais sobre o controle e a prática da homossexualidade nas instituições militares (BRASIL, 1969)¹⁹.

O crime de pederastia, previsto no artigo 235 do Código Penal Militar, criado no período do Regime Militar de 1964, previa sanções sobre relações homossexuais. E, mesmo com a intervenção do Ministério Público Federal – MPF (2008) e do STF (2015) para revogar o crime de pederastia, no imaginário social ainda persistem práticas de discriminação de gênero e identidades de gênero, dentro e fora das instituições militares. Nas Forças Armadas, e, conseqüentemente, nas Polícias Militares – que são suas forças auxiliares – a homossexualidade ainda era tratada como crime à época, em 1997, e qualquer um/a que fosse flagrado/a em atos ditos “suspeitos” com pessoas do mesmo sexo, seria passível de sanções e

¹⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1001Compilado.htm. Acesso em 29/09/2023.

expulsão. A lógica do corpo sexualizado cede lugar à lógica do corpo educado, ajustado continuamente à binaridade e à heteronormatividade compulsória (RICH, 2019; WITTIG, 2006; LOURO, 2015).

Apresenta-se, assim, o ritual dos ajustamentos à disciplina e à ordem, para o acolhimento ao novo esteio, não só da atuação policial, mas do novo indivíduo, que acende à hierarquia militar e à obediência, diante de todas as normas, como o horizonte de vida, existência, e negação contínua do suposto elemento suspeito que forma, assim, a caracterização e instrumentalização da visão deste novo mundo, seja sobre as classes pauperizadas ou marginalizadas. Um *modus operandi*, assim, intensificado nos centros de formação policial militar, tudo isto em um período que marca, ao mesmo tempo em que separa o sujeito, seja do seu lugar de civil ou paisano, para a conduta corporativista do ser policial (MUNIZ, 1999).

Nasce aqui o indivíduo imbuído de autoridade, seja pela farda, pela arma, pela força, pela presença ostensiva ou vigilante, em seu ímpeto por patrulhamento, dentro ou fora do serviço militar, no ato de cumprir o seu *devoir ser* de polícia armada e legitimada, seja pelo estado, como o seu representante legal no combate ao crime, assim como em uma criminalidade que possui classe, cara e cor (SOARES & BORGES, 2004). E esse *devoir ser* é incorporado continuamente, desde os primeiros dias da formação das tropas, através da regulação dos corpos, da vigília e da punição (FOUCAULT, 2001b).

A regulação dos corpos se dava, assim, na primeira organização da tropa, enfileirada por gênero, ordem alfabética e por tamanho, e, que, a cada soar de sobrenomes que eram chamados pelos/as instrutores/as, uma vibração se ouvia bem de perto e ao longe, pelo feito almejado: estar e fazer parte da Polícia Militar do Estado da Bahia, considerada por muitos uma honraria no combate à criminalidade, à segurança e ao bem comum, além da elevação da expectativa de vida, ascensão social, principalmente, no processo de inculcação das novas almas.

Além deste novo lugar suscitar orgulho à tropa, composta por maioria de homens, a subtração do primeiro nome do sujeito é o primeiro passo para se reconhecer enquanto autoridade militar, prioritariamente, através do sobrenome, uma diferenciação importante entre o nome civil e o nome de guerra: Trindade, Sousa, Quirino, Santos, ou Andrade. Não há mais a menção, assim, aos nomes que nos intitulam como sujeitos quando nascem. Há outro processo de (re)conhecimento na polícia militar, que ocorre não só na ambiência militar, mas também fora do serviço, porque o sujeito passa a incorporar esse novo *status* e ser chamado

pelo sobrenome, entre os seus pares. Depois, isto mesmo ocorre pelas comunidades, ao transitar e prestar o policiamento ostensivo.

O mesmo ocorre com a pessoa que se autodeclara do gênero feminino, uma minoria invisibilizada na tropa, mas que também precisa incorporar uma *performatividade* masculina e guerreira, para começar a existir nesse *front*. A pretensa docilidade desse corpo, feminino, deve ceder lugar às práticas selváticas, operacional, mesmo que isso não isenta a determinação dos possíveis lugares e espaços, dados em que tais corpos devam ocupar na estrutura militar, quase sempre longe da linha dos comandos, alojados nos departamentos de assessoramento, do secretariado.

Entre a vibração selvática e o desejo do *vir a ser* guerreira, há, sem dúvida, um grupo de pessoas que desejava apenas sobreviver àquilo tudo e garantir a estabilidade financeira, para operacionalizar outras metas de vida, como eu o fiz ao concorrer à vaga de policial militar da PMBA. Segundo Porchmann (2013), ao analisar as transformações dos anos de 1990, no tocante à inserção da juventude, no mercado de trabalho, a população juvenil economicamente ativa era a mais fragilizada, o que alcançou índices altíssimos de desemprego, isso quando não ocupava postos não-assalariados e precários. Essa pode ser uma das hipóteses que modula o desejo de ser polícia e a necessidade de existir em uma sociedade dual precária, encontrada nas populações marginalizadas.

A vibração pelo acesso, sem dúvidas, era algo notório entre os homens, que eram cotidianamente fortalecidos pelo *ethos* guerreiro, nem que isso pudesse negar sistematicamente a exígua presença feminina na tropa. A reafirmação da masculinidade, na Polícia Militar, começa nos critérios de acesso, dados através dos concursos públicos, uma relação de poder instituída por gênero, quando se reserva apenas 10% das vagas para o gênero feminino, uma cota institucionalmente garantida. Essa prática segue até os dias atuais: das mil vagas disponibilizadas, apenas cem delas são para as mulheres²⁰. Mesmo assim, estabelecer certo deslocamento de um mercado de trabalho precário à população juvenil, que é negra, periférica e detentora de uma formação educacional também precária, evidencia o horizonte possível e transponível da carreira militar, sem a mesma perspectiva de ingresso às Universidades.

Fazer parte daquele universo nada diverso, para a maioria de homens jovens, era pensar no futuro dantes incerto para um lugar ao sol, à centralidade do poder de ser policial, uma autoridade temerária nos territórios mais pobres, desejada nos bairros mais abastados das

²⁰ Disponível em: <https://admin.folhadirigida.com.br/filemanager/files/concursos/Editais/edital-pm-bombeiros-ba-2019-soldado.pdf> Acesso 15/01/2020.

cidades baianas, inclusive, sobre a dualidade da segurança pública em Salvador/BA (LOPES, 2014).

O preço inicial, ainda não divulgado à tropa, era a adaptação às rotinas dos serviços militares, que começava ao despertar um certo modelo compulsório na madrugada, para organizar as camas dos beliches compartilhados, seguindo a norma de dispor o lençol e o cobertor da cama por cada dia da semana, sem amassos, sujeiras ou vincos. Em razão deste rigor, várias colegas despertavam uma hora antes do normal, para garantir a feitura da cama nos moldes estabelecidos, o que gerava estresse e preocupações, logo ao amanhecer. A vistoria era realizada por graduados (cabos ou sargentos) após o horário do café da manhã, assim como antes de acessar o pavilhão das salas de aula.

Os quartos coletivos eram perfilados, ao longo dos pavilhões femininos, com corredores longos que possibilitassem o acesso e a vigilância, pois eram apartados dos pavilhões masculinos. Em cada quarto havia dois beliches, cada um com duas camas, um armário grande com quatro portas pequenas, que reservava espaço de uso, individualizado para cada aluna-aprendiz. Neste armário, guardávamos desde roupas, *kit* de higiene pessoal, alimentos não perecíveis e material de limpeza. Além disso, havia um espaço pequeno para cadeira, mesa e fogão de mesa, que deveria estar limpo e bem-organizado no quarto, diante da rígida fiscalização dos dormitórios, das camas, do asseio do ambiente e da competição instalada, tanto entre os pares na corrida por prestígios e privilégios, junto aos oficiais de dia²¹.

A rotina era organizada através dos horários fixos das aulas, dos serviços de plantões nos pavilhões e no refeitório, assim como nas apresentações da ordem unida²² antes do café da manhã, para acessar o pavilhão de aulas, para o almoço e o retorno ao pavilhão de aulas no turno da tarde, antes da janta e antes do toque de recolher, às 22h00. Nada poderia estar aceso nos quartos compartilhados por quatro pessoas, nem movimentação nos corredores, vigiados pelo agrupamento de plantão. A norma deveria ser cumprida para que o despertar das 05h30 nos possibilitasse a energia necessária aos afazeres do Centro, e ao aprendizado militar. Uma nova forma de se ver no mundo começava a girar os botões de uma engrenagem, chamada “corpo educado” (LOURO, 2015), aos ajustes da doutrinação militar que voltava (LEIRNER, 1997).

²¹ Oficiais (tenentes) responsáveis por supervisionar o serviço da guarda, porém em escala diferenciada.

²² Refere-se à formação habitual de marcha, de parada ou de reunião dos componentes de uma tropa, que observa as distâncias e os intervalos estabelecidos.

Louro (1999), a partir da perspectiva das pedagogias da sexualidade e das dimensões socialmente construídas sobre os corpos, convida-nos a refletir sobre o papel da escola, portanto, das práticas pedagógicas, seja na normalização das desigualdades de gênero e dos demais marcadores sociais, como cor/raça, classe, sexualidade, e corpos na construção das identidades sexuais, assim como nos seus diferentes arranjos, que estabelecem relações de poder que rejeitam, ao mesmo tempo em que toleram, ressignificam e também desqualificam assuntos afeitos aos corpos e à sexualidade. A autora, a partir da necessidade de compreender determinadas situações que coexistem no “currículo oculto” das formações, busca na memória os detalhes desta prática pedagógica, e, nos incita a rever o lugar das nossas identidades para descentrar o que é dito e visto, como verdades nas relações pedagógicas, assim, portanto, das relações de poder.

Piero Leirner (1997), ao analisar a centralidade da hierarquia na modernidade, nos diz que essa se dissemina como peculiar, não só no âmbito do Estado, mas na escola, na religião, nas noções de propriedade, de família e da própria sociedade. Para tanto, as Forças Armadas e suas forças auxiliares, as polícias militares, são organizadas, tendo por princípio magno a hierarquia, através da disciplina, por uma base que institucionaliza e norteia a cultura militar, sabendo-se que “a hierarquia é a base sobre a qual se exteriorizam cotidianamente sinais de respeito, honras, cerimonial, continências, ordens e comandos” (LEIRNER, 1997, p. 53).

Essa base determina, assim, não só as relações no mundo dos quartéis, mas o modo como as relações se estruturam entre o militar e o civil, o chamado *paisano* (CASTRO, 1990), em que essa visão de mundo militarizada passa a nortear toda vida desse sujeito, a partir dos múltiplos papéis e divisões de tarefas, sendo aqueles que estruturam a relação entre comandante e subordinado, retroalimentada pelo caráter da obediência, que tem início no período da formação, por um rito de passagem que sedimenta a passagem para o mundo militar, na constituição de um “novo” sujeito.

No recôndito espaço da intimidade, supostamente partilhada nos quartos, dar-se o primeiro rito de socialização militar, com o estabelecimento dos acordos de confiança sobre e para os seus próprios corpos. Ao passo, assim, em que o quarto resguarda os corpos e os sentimentos, a unidade comum do banho desnudava as intimidades de forma compulsória, pelo viés do coletivo. Qualquer olhar mais desatento no horário do banho já era um sinal de maledicência, o que deixava todas em alerta sobre si e sobre o olhar de outrem. A estratégia era, sem dúvidas, o confrontar diário das nossas capacidades de obediência, controle e penitência (FOUCAULT, 2001b).

Michel Foucault (2020), ao analisar a experiência cristã do sexo, e, especificamente, as confissões da carne, à luz de uma organização hierárquica que não tolerava infrações graves e que impunha provas e penas que garantissem “arrepentimento por meio de uma disciplina e dos exercícios que valem como castigo em relação ao passado e como engajamento em relação ao futuro” (FOUCAULT, 2020, p. 133), tornando a penitência o remédio mais indicado para a cura das falhas, das feridas, e dos pecados da alma.

A vigilância sobre os corpos era redobrada, assim, para controlar pensamentos, sentimentos e desejos (FOUCAULT, 1988). O que não quer dizer, desta maneira, que todos os olhares eram direcionados aos corpos, com os sentidos dos desejos, mas muitos eram coibidos pela perspectiva de uma noção de corpo ainda restrito à castidade, para a pureza e a reserva. Tudo passava a estar à mostra, assim como muitas tentaram mantê-lo em segurança, criando horários alternativos como estratégias de manutenção de uma ordem paralela.

A maioria da tropa ocupava os horários regulamentares para acessar os chuveiros e banhar-se, coletivamente. No entanto, havia também um grupo composto por pessoas que se autodeclaravam evangélicas, que faziam uso dos chuveiros o mais cedo possível ou após o café da manhã. Essa dinâmica da reserva do corpo foi relatada por policiais lésbicas em várias épocas de ingresso ao CFAP, além do uso do próprio carro para fazer a troca das roupas, em face do constrangimento, que sentiam ao acessarem o espaço comum da tropa feminina, diante de como eram vistas, por performar masculinidade. Outra estratégia relatada foi, também, do uso do espaço comum do banho antes do penúltimo quarto de hora²³, antes das 06h00. Neste horário, a circulação no pavilhão era menor e permitia maior tranquilidade de dispor dos seus corpos nus, sem sentir ou provocar constrangimentos.

No período do (re)conhecimento de si, no espaço militar, além do fortalecimento dos grupos, a partir do compartilhamento dos dormitórios e das salas de aula, ajudava na censura do olhar sobre o corpo, o que passava a ser relativizada ao tempo, em que as práticas cotidianas impunham modos de socialização mais fraternos, em que ocorriam as atividades esportivas, dentro do turno subsequente. Porém, certos corpos estavam sempre sob o manto das suspeições – os corpos femininos que performavam masculinidade ou os corpos masculinos que performavam feminilidade (BUTLER, 2015a). O medo do desconhecido, e do peso da norma, orientava a todas, e aos pequenos núcleos de vigilância, para a efetividade da disciplina militar, ancorada na obediência, assim como no panóptico de Jeremy Bentham (FOUCAULT, 2001a), que se apresentava em toda parte e em todos os lugares do CFAP.

²³ Os plantões no período de formação eram realizados por uma dupla por “quartos de hora”, ou seja, eram duas horas de vigilância por quarto de horas de descanso.

A circulação no CFAP era explicitamente orientada, prioritariamente, para a divisão de gênero de nível hierárquico, entre homens e mulheres, assim como oficiais²⁴ e graduados/as. As alunas, assim como os alunos, não circulavam nos corredores dos pavilhões destinados a cada gênero, assim como nos pavilhões de aulas. O acesso livre ocorria nas áreas dos jardins, do refeitório e da praça central, o que abrigava a ordem unida para o perfilamento das turmas. Mesmo assim, todo mundo sabia de tudo e de todos. A tropa masculina queria saber das andanças da tropa feminina e vice-versa, além do monitoramento contínuo dos envolvimento entre alunos/as, os oficiais de dia (homens) com as alunas e as graduadas no âmbito do Centro. O ambiente era propício para um tipo de controle social – as fofocas tanto para elogiar quanto para depreciar as pessoas suspeitas de algum desvio, transgressão ou norma (ELIAS & SCOTSON, 2000).

Não havia diferença visível na atuação de homens e mulheres, tanto no âmbito dos afazeres dentro do Centro, desde varrer as áreas comuns até exercer os serviços no refeitório, na vigilância dos pavilhões. As instruções eram comandadas separadamente para homens e mulheres, exceto em algumas atividades físicas, assim como nas corridas rústicas, que eram realizadas uma vez por semana nas adjacências da cidade. A equipe de instrução entoava sempre os mesmos cânticos de guerra, que inspiravam força, disciplina e combate. E, mesmo quando as atividades eram comandadas por mulheres, graduadas (sargentos) e a única oficiala (tenente), o *ethos* de força e determinação masculina era o tom emblemático, que ouvíamos como princípio norteador das nossas condutas, tudo isto dentro do CFAP.

Os aprendizes atuavam em áreas distintas das jovens aprendizes e vice-versa, a exemplo dos pavilhões dos dormitórios e das aulas, guarita central e refeitório. Nos espaços livres, como os jardins e praças, eram permitidas conversas e trocas de objetos diversos, desde material de higiene pessoal até as marmitas guardadas para o turno seguinte. No regulamento, assim, não era permitido relacionamentos dentro do Centro, mas era de conhecimento de todos/as a existência do envolvimento dos oficiais de plantão (homens) com jovens aprendizes (mulheres)²⁵, assim como do corpo de aprendizes entre si, desde que seguissem a lógica da heteronormatividade compulsória. Os demais comportamentos eram sistematicamente rechaçados em todas as oportunidades do processo de formação, nas aulas teóricas e práticas, usando o feminino como sinônimo de fragilidade, debilidade e incapacidade, prioritariamente, de alcançar o *ethos* selvático da formação militar.

²⁴ Só havia uma oficiala feminina em toda tropa de oficiais que atuava no CFAP, e que era hierarquicamente subordinada aos demais oficiais, seja por ano de ingresso ou por hierarquia militar a saber: Tenente, Capitão, Major, Tenente Coronel e Coronel.

²⁵ Patentes do oficialato: Tenente, Capitão, Major, Tenente Coronel e Coronel.

O impacto deste novo ambiente, que articulava escala, hierarquia e heteronormatividade, foi sentido de imediato por mim diante das escalas de serviço nos finais de semana, que agregavam os plantões em “quartos de hora”, dados nos espaços definidos pelos oficiais do planejamento que, como os/as graduados/as²⁶, além de instrutores/as, assumiam os serviços nos finais de semana, tais quais como “oficiais de dia”. Os plantões das guardas eram afixados nos murais pela equipe do planejamento às 5ª feiras, definindo os grupos por setores e áreas do CFAP: pavilhões dos dormitórios, pavilhões das salas de aula, refeitório, espaços comuns e Comando Geral.

Assim, formado por dois pelotões de pessoas jovens, feminino e masculino, na faixa etária entre 20 e 29 anos, que buscavam para além do “servir a sociedade”, a estabilidade econômica. Ou seja, ser funcionário/a público/a do Estado da Bahia para poder ascender às patentes na instituição e ir além da Polícia Militar, dado o desafio das escalas de finais de semana, era o balizador entre os gêneros, a pauta de reafirmação de poder, por serem usados instrumentos de punição para aqueles/as que infringiam alguma norma ao longo da semana, a saber:

- a) deixar, reiteradamente, a cama do quarto fora do padrão estabelecido: para cada dia da semana – segunda até sexta -, existia um modelo de como ferrar a cama no alojamento, algo observado e cobrado pelo/a graduado/a do plantão do dia. Incurrer nessa norma por duas ou mais vezes era saber que não haveria liberação do Centro no final de semana da folga;
- b) chegar atrasada/o na formação da tropa, na sala de aula e em outras atividades obrigatórias;
- c) ausentar-se do posto de serviço por quaisquer motivos com ou sem justificativa plausível, sem antes informar ao plantão de dia;
- d) chegar atrasada/o ou faltar ao serviço semanal do refeitório: todas as pessoas que integravam os grupos, masculino ou feminino, deveriam “pagar”²⁷ um dia de serviço no refeitório, atuando como ajudante de cozinha nos três horários das refeições: (5h00 às 06h30 – preparo e organização do café, além de servir); (12h00 às 13h00 - servir, lava os pratos e organizar a cozinha); (17h30 às 19h00 – servir, lavar os pratos e organizar a cozinha, além de retirar o lixo);
- e) responder de imediato ao superior hierárquico, sem a prévia autorização;
- f) negligenciar o ato de prestar continência ao superior hierárquico (soldado, cabo, sargento e oficiais): o ato de erguer a mão direita à frente, assim como prestar continência ao superior

²⁶ Cabo PM e Sargentos PM.

²⁷ A expressão é utilizada comumente na ambiência militar, principalmente, no tocante aos serviços obrigatórios da atuação militar.

hierárquico, é sinônimo de respeito e reconhecimento à patente de quem se apresenta direta ou indiretamente às nossas vistas. Incurrer neste ato é considerado desrespeito e pode ser reivindicado pelo superior imediatamente, o que deixava a todos/as em alerta, tais quais os aprendizes (alunas/alunos);

f) transitar em espaço aberto sem o uso da boina;

g) se apresentar na tropa sem o coturno limpo e lustrado;

h) chegar atrasada/o na ordem unida e/ou parada matinal, assim como noturna, para verificação da tropa, algo que poderia ser avaliado pelo/a instrutor/a, caso não fosse reincidente;

i) não cumprir devidamente as flexões determinadas pelo superior hierárquico no ato da sanção, dado pelo atraso para manter-se em forma: antes de todas as atividades do dia no Centro, toda tropa deveria manter-se “em forma”, perfilada e imóvel nos seguintes momentos: no horário de acesso ao refeitório - café da manhã (06h30); no horário de acesso ao pavilhão de aulas (07h30); no horário de acesso ao refeitório - almoço (12h00); no horário das atividades operacionais vespertinas (13h30); no horário de acesso ao refeitório - janta (18h00); no horário de verificação de presença da tropa – encerramento das atividades do dia (21h00). E, também, descumprir ao comando de “Meia-volta, volver”.

Albuquerque e Machado (2001), a partir de uma pesquisa realizada junto aos jovens aspirantes ao oficialato da Polícia Militar do Estado da Bahia, evidenciaram que havia uma manutenção de intensos treinamentos para dar conta de um caldeirão de ritos de passagens, mesmo com todo o processo de modernização advindo dos pressupostos democráticos, prioritariamente, no tocante ao novo currículo para formação na Academia de Polícia Militar. Os autores, ao aprofundar essa investigação, concluíram que as atividades de formação, a partir da Junta de Instrução Militar, impunham processos de reprodução (BOURDIEU, 1992; LEINER, 1997) de técnicas militares e antiguerilha, em detrimento das atividades policiais, de policiamento ostensivo, com a existência de um “currículo da selva”, seja ao integrar ensino, militarismo e *ethos* guerreiro.

O pior era o clima constante de suspense, o silêncio sobre os treinamentos e as surpresas desagradáveis e de repente a gente tomava traquejo [penitência em forma de exercícios físicos] do Tenente X, ou via ele massacrando colegas (ALBUQUERQUE; MACHADO, 2001, p. 224).

Para além das reformas impulsionadas dentro da PMBA, no tocante à reformulação curricular ao longo da década de 1990, todos os centros de formação e a academia, desde os

cursos de praças (soldado, cabo, sargento) ao oficialato (tenente, capitão, major, tenente coronel e coronel), ainda são pautados por este currículo, que instrumentaliza “as artes da submissão” por um outro, dito o currículo oculto (LOURO, 2000).

A existência de um currículo oculto, uma variável que ultrapassa a relação entre o currículo formal e o real, impondo implicitamente o que não deveria ser ensinado, ao mesmo tempo em que expressava, legitimando, formas de ver, ser e sentir, seja diante de padrões rigorosos de disciplinamento e obediência, na árdua formação policial militar, que transitava sobre nós, anunciando desde o primeiro encontro a desigual presença entre homens e mulheres e a reafirmação do sistema binário, assim como compulsório, do de ser homem e do ser mulher.

No tocante ao sexismo e ao ato refratário, assim como às demais expressões da sexualidade, instrumentalizados pelo currículo oculto, Vergueiro (2016) utiliza a categoria analítica de *cisgeneridade* como produto do *cis-tema*, tanto em alusão ao processo que normatiza e naturaliza corpos e identidades em pré-discursos binários coloniais, quanto no emparelamento das *performances* adversas ao padrão pré-determinado pela sociedade, assim como reproduzido no Centro de Formação militarizado, impondo para além das dores do corpo nos treinamentos, sofrimentos silenciados da existência.

O CFAP/Governador Mangabeira, nos impunha, cotidianamente, normas e ritos militares, que deveriam ser compulsoriamente incorporados e reproduzidos, sem jamais questionar. E o silêncio, que é um instrumento de dominação (SPIVAK, 2010), envolvia a todas/os como uma ordem, que era reverberada na mentalidade da tropa, como um meio para sobreviver e manter-se nesta estrutura disciplinar, viril e masculina.

As chamadas de ordem anunciavam que, ao adentrarmos no CFAP, começaríamos uma nova vida dentro de uma grande família, por meio de um coletivo, uma unidade, pelos princípios da disciplina e da hierarquia militar na defesa do bem comum à sociedade. Esse foi o lema do primeiro acolhimento da tropa, na primeira formação de ordem unida, parada e proferida pelo Comandante do Centro, assim como pelos demais grupos de instrutores/as, administrativos e assistentes.

De acordo com a pesquisa realizada por Lopes (2007), as pessoas que ingressaram na PMBA até a década de 1980, por um contingente formado por homens, sustentando o argumento de que a vocação foi a principal motivação, sendo que a grande maioria só possuía o nível de escolaridade até o 1º grau completo, ao passo em que as pessoas que ingressaram na PMBA, a partir da década de 1990, buscavam estabilidade financeira e a possibilidade de custear os estudos universitários, exatamente porque a grande maioria detinha o nível de

escolaridade exigida pelo edital, com o 2º grau completo do nível educacional, além de afirmar que a PMBA era uma oportunidade de emprego.

No âmbito desta pesquisa, das 15 (quinze) policiais militares lésbicas entrevistadas, a maioria (nove) assumiu que a motivação para ingressar na PMBA era proveniente da busca, seja por estabilidade financeira, assim como pela oportunidade de emprego. As demais policiais (seis) assumiram que a motivação era o “desejo de ser militar”, “vestir a farda”, como um ato vocacional, ficando a estabilidade em segundo plano. No momento da pesquisa, todas já possuíam o nível de escolaridade de ensino superior, o que pode sinalizar a hipótese, tanto para custear os estudos e garantir maiores avanços na qualidade de vida, quanto na defesa de suas identidades sexuais perante a família e à sociedade.

No concurso de ingresso à PMBA (1996), foram aprovadas pessoas de ambos os sexos, homens e mulheres, mas o efetivo feminino representava, como até hoje, apenas 10% do total das vagas oferecidas no certame do edital. Aqui começamos a entender melhor a questão de gênero, assim como da negação dos demais corpos, das *performances* femininas e do sexismo, tudo isto dentro da estrutura militar²⁸.

A expressão de fragilidade e/ou qualquer elemento que pudesse reivindicar o “feminino” era negada veementemente entre todas, acirrando a competição interturmas e entre os grupos, que se formavam dentro das turmas de mulheres, para que pudessem eliminar a “mulherzinha” que existia em nós, ou mesmo monitorar o feminino que cabia a nós - a mulher forte, mas obediente e recatada à reverência masculina. A estrutura engendrava uma disputa entre as mulheres, e o maior respeito para com o poder instituído aos homens.

O pelotão feminino, assim como o masculino, estava dividido por grupos e com as iniciais do alfabeto. A minha turma era chamada por “Turma G”. O encontro entre as pessoas de cada grupo era bem difícil, o que restringia a nossa socialização às mesmas pessoas da classe de aulas, que também coabitavam no mesmo corredor dos dormitórios. O período da regra menstrual, vivenciada por mulheres cisgêneras, era negligenciado pela equipe de instrução, e, do mesmo modo, endossada pelo pelotão masculino, como forma de desqualificar a presença feminina na formação militar.

Na busca por equiparar corpos femininos e masculinos, muitas aprendizes que não apresentavam os sintomas nefastos das cólicas menstruais corroboravam em uníssono com os homens, alegando que tais mulheres estavam se utilizando desta situação para não assumirem seus horários e serviços nos plantões. Aquelas que sofriam mais com as cólicas não resistiam

²⁸ Ver Concurso Público Edital SAEB Nº 02/2019: https://www.ibfc.org.br/concurso/concurso_selecionado/358.

aos longos períodos de pé, principalmente, na formação de ordem unida em horários de sol intenso. Eram ridicularizadas em público e usadas como exemplos de fraqueza e nominadas de “macetosas”²⁹, algo que o pelotão feminino deveria policiar e recriminar em tais comportamentos das colegas.

A negação do feminino era a tônica das brincadeiras entre os homens, que rebatiam em nós quando alguém não atingia as metas das atividades físicas, que eram ministradas pelos/as instrutores/as. A exaltação do masculino e o seu objeto feminino, coisificado, anunciava que não havia espaço e nem lugar para qualquer dito sobre sexualidades, sequer sobre orientação sexual, mesmo que muitos soubessem que existiam graduadas lésbicas (soldados e sargentos) atuando no Centro, seja por fuxicos³⁰ entre graduados, que conversavam abertamente com os alunos, consideradas coisas de homem, ou pelas *performances* que anunciavam alguma posição centralizadora da heteronormatividade.

As menções à sexualidade ocorriam nos corredores e nas praças, através dos fuxicos intergrupos e entre os grupos das turmas³¹, sempre no tom de menosprezar a masculinidade de algum aprendiz ou estigmatizar o feminino e as *performances* de mulheres que estivessem fora da cisgeneridade: não era admitido, nem pelos homens nem pelas mulheres, comportamentos aversos à masculinidade dos alunos, assim como nem trejeitos masculinos que pudessem ser reconhecidos e/ou valorados, seja pelos homens nos corpos femininos, assim como tudo isso que passava pelo crivo dos valores morais, reiterado pelo grupo dominante, dos escolhidos do mundo dos homens.

Nessa relação de poder entre os escolhidos, estabelecidos, no mundo dos homens e a tolerância à presença das mulheres, consideradas “outsiders”, foi intitulado de estranho aos ditames militares, em referência a proposta de uma “sociogênese do preconceito”, elaborada por Elias & Scotson (2000), o que reforça o domínio do grupo mais integrado sobre o grupo menos integrado, acerca do tempo e a circulação das fofocas. Os valores morais legitimam a coesão do primeiro grupo sobre o segundo, tanto em relação aos mexericos em clara demonstração de que o ponto de partida para tal domínio, previamente determinado, “refletiam a estrutura e a situação do grupo que o circulava” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 128).

²⁹ A palavra “macetosa” era usada para afirmar que a aprendiz estava com artimanha, uma técnica usada para enganar, iludir as pessoas, sendo ardilosa.

³⁰ O termo se refere a comentário que é espalhado com base em suposições, quase sempre desleal; futrica, futrico, intriga, mexerico.

³¹ Para além do respeito à hierarquia, havia muito mais o medo de receber advertência, e, até mesmo, ser expulsa.

O mesmo discurso que reivindica a feminilidade nas mulheres usava, como exemplo, os corpos masculinos para instruir às demais mulheres, tanto de como se portar no Centro de Formação Militar, tendo por foco o elemento biologizante – o ser homem viril continuamente valorado, mesmo quando sua *performance* recai sobre os corpos femininos, emparedando-os, nos exercícios de força e de êxito militares.

Ao longo dos quatro primeiros meses no CFAP, em nenhum momento eu me preocupei com a minha orientação sexual, haja vista que buscava suprir outras ausências (subsistência), e, até mesmo certa vigilância interna sobre o assujeitamento militar com leituras e atuações, tudo isto em sala de aula. E, assim, nem tinha a devida consciência sobre a *performatividade* masculina, que assumia no meu trânsito as atividades de formação, valendo-me de certo privilégio ao poder sair do Centro e ressignificar a minha existência em outro ambiente também institucional: a Universidade. O espaço da Universidade reafirmava os motivos pelos quais seguia me submetendo às reiteradas normas militares, pela estabilidade financeira-econômica.

Na turma G, creio, em todo o CFAP, que eu era a única aluna-aprendiz que estava cursando o ensino superior numa universidade pública. Por essa questão, obtive liberação do Comandante do Centro para assistir às aulas em dias determinados e realizar as provas. A minha liberação era vista por parte da turma como um “privilégio”, o que criou mal-estar, e, conseqüente, falta de empatia sobre minhas opiniões, dadas nos debates que surgiam em sala de aula. Afinal, um corpo feminino, preto e instruído performando masculinidade carrega marcadores sociais que movimentam menos as “*pride gossips*” (fofocas elogiosas), assim como mais as “*blame gossips*” (fofocas depreciativas), sendo que a primeira intensifica os mexericos maledicentes, reivindicando os preceitos morais pelos quais o grupo se identifica, impondo isolamento do grupo, pelo exemplo e exposição pública. Por se tratar de um grupo menor e inferior, diante do grupo dos estabelecidos, cria-se um processo intergrupo para se aproximar da centralidade de quem controla as narrativas, assim como as fofocas.

As mulheres de certo grupo passam a municiar e se sentir partícipes do domínio dos homens, como condutoras de um processo social de reajuste da estrutura, impondo estigma e execração pública àquelas que foram negligentes com a norma. A cada momento, eu me reservava ainda mais com as colegas do quarto para me fortalecer nos períodos dos finais de semana, em que era obrigada a ficar no Centro por falta de recursos para estar em casa³².

³² Os dois primeiros meses de formação foram difíceis, tanto pelo processo de adaptação às normas do Centro, quanto pela falta de recursos para comprar material básico e realizar o deslocamento da cidade de Governador Mangabeira até Salvador (139km – 02 horas), por causa do atraso na liberação da ajuda de custo da PMBA.

Permanecer no Centro nos finais de semana não significava interação nem com outros grupos nem com pessoas, mas sim isolamento, já que a minha rede, restrita ao grupo do quarto e de algumas alunas da turma G, no máximo de 06 (seis) pessoas, estava ausente, usufruindo da folga. E o “entrar em forma”, mesmo nos finais de semana, tornava o estar no Centro um martírio, mas uma experiência que foi suprimida com a aproximação de uma colega de turma, chamada de Rani.

No início desta amizade, nós não percebíamos ou não dávamos a devida atenção ao vigilantismo dos olhares estranhos, porque ficávamos sempre juntas, fazíamos todas as atividades juntas, o que passou a gerar desconforto nos subgrupos da turma. Por não perceber, seguíamos executando nossas atividades, cumprindo os horários e nos ajudando mutuamente, sem atentar para o fato de que não bastava cumprir as metas do curso, porque as nossas *performances* passaram a ser alvo de um grupo de mulheres da nossa turma. Essa nova possibilidade de interação dentro do Centro também trouxe o capítulo mais terrível da minha estada no CFAP – as discriminações por motivações homofóbicas, retroalimentadas pelas “*blame gossips*”.

As minhas indagações sobre os direitos humanos, a criminalidade e as normas militares geravam conflitos em sala de aula, assim como quase sempre eu era avaliada como àquela que desejava ser a “melhor” dentre elas, por estar cursando Ciências Sociais na UFBA. No contraponto deste mal-estar, o oficial (tenente) e instrutor da disciplina gostava das minhas intervenções, o que agravava ainda mais o clima de disputa por narrativas em sala de aula.

O debate sobre sexualidade e direitos da população LGBTQI+ não fazia parte nem da matriz curricular nem dos discursos proferidos por mim em sala de aula, em razão do caráter coercitivo da Polícia Militar e dos meus silêncios sobre uma *performatividade*, que seguia quase sempre à margem, ainda a ser nomeada por outrem.

O tema sobre a lesbianidade, precisamente, sobre quem podia ser sapatão ou mulher-homem, já fazia parte das conversas das mulheres da minha turma frente às nossas *performances* - mesmo que inconscientemente – ecoando pelos corredores das salas de aula e nos pavilhões do pelotão masculino, haja vista o nosso desempenho nos treinamentos e nas atividades esportivas. Fazíamos parte do melhor grupo, tanto de futebol de salão, quanto do handebol, junto com outras colegas que também performavam masculinidade, porém namoravam com homens, o que as excluía da regulação do grupo dominante. Novamente, a exigência compulsória dos homens, vistos como sujeitos na vida das mulheres, observadas como corpos abjetos, não tardaria a atormentar àquelas que se negavam a este dispositivo,

portanto à norma do que é “*ser mulher*” na heteronormatividade compulsória (RICH, 2019), que encapsula as performances lésbicas no âmbito do pensamento heterossexual (WITTIG, 2006).

O passaporte era, sem dúvidas, estabelecer vínculos com o par masculino, exatamente para passar ilesa pelo dispositivo de controle dos grupos. Essa comunicação com o pelotão masculino, assim como com os estabelecidos que dominavam e intensificam a narrativa das fofocas, foi possível porque muitas alunas mantinham encontros fortuitos com os alunos, até mesmo com os oficiais, dentro do Centro durante os plantões. Mas sempre de forma rasteira e no subterrâneo, porque as notícias do falatório sobre nossas *performances* chegavam aos demais grupos, assim, no estilo “disse-me-disse”, numa boataria frenética que arregimentou outras instâncias, dadas pelos alojamentos do alunado para os alojamentos dos graduados. Uma novidade, assim, que desestabilizava as normas e os códigos vigentes, que estruturavam a conduta dos grupos, portanto, passíveis de conformação.

O que antes seguia pelos corredores dos alojamentos, atravessado pelo subterrâneo dos dois prédios, emerge de forma violenta no cotidiano do CFAP, principalmente, sobre a minha amizade com Rani, já que éramos duas jovens que ingressaram na Polícia Militar com objetivos distintos: eu, com foco na estabilidade econômica para custear os meus estudos, e, a Rani, com o “desejo de ser militar” em um ato vocacional, mas que cada uma buscava realizar-se enquanto sujeito independente, economicamente ativo, e livre para ser o que desejava ser diante da reafirmação reiterada, de que era abjeta, tanto fora quanto dentro da instituição, por expressar uma *performance* lesbiana contrária, ao pressuposto da binaridade de gênero.

Instala-se, assim, sobre tais corpos, um processo de censura coletiva que contaminou todo o CFAP, como algo a ser expurgado, excluído e execrado do convívio dos grupos, em face da escandalosa narrativa, tudo isto sobre um boato que tornou vexatório o prestígio do grupo dominante, dos homens, e alçou à centralidade o grupo de mulheres, que engendrou o boato, criando uma aproximação, mesmo na distância de quem possui a notoriedade de reivindicar a conformação às normas, à compulsória relação binária, pela via da submissão, com disciplina e hierarquia militar. Não há existência outra apartada do dispositivo de controle sobre o corpo desviante, ou transgressor, portanto, condenável simbolicamente.

O pressuposto *foucaultiano* de que o poder não está localizado em nenhum lugar da estrutura social, como uma coisa ou objeto, e, sim, como uma relação de forças que é distribuída por toda espinha dorsal das instituições reguladoras (FOUCAULT, 2001a), é validada quando um grupo de mulheres, de determinada turma do pelotão de alunas, da qual

eu fazia parte, ainda não satisfeitas com a boataria, apresenta uma denúncia à direção do Departamento de Ensino do CFAP, sobre supostos atos libidinosos praticados por mim com uma colega de sala no interior do alojamento feminino – o único discurso possível que elevaria o grupo de mulheres ao mais alto reconhecimento por parte do oficialato, entre seus pares de homens e mulheres, na evidente reprodução da lógica do opressor, sobre a imposta subalternidade feminina.

O que era boato ou fuxico ganhou materialidade jurídica, prioritariamente, diante da instauração de uma sindicância para apurar os possíveis desvios de conduta de duas jovens aprendizes, emparedadas, por performar afetos, e desvelar o quão perverso é o *cis-tema* sobre os corpos lésbicos, mesmo diante do arquivamento do caso. Esse episódio que retrata o emparedamento da *performance* lésbica e sapatão, - expressão nunca usadas por ambas para se automecarem - por um grupo de mulheres que se autodeclaravam heterossexuais, ao mesmo tempo em que também sofriam assédios dentro do CFAP à época da formação, até mesmo no momento da construção do projeto de tese, que foi tratado por mim como algo pontual, mas que surgiu com muita força em todas as narrativas concedidas em entrevistas pelas policiais lésbicas, sendo estas aquelas que atuam ou atuavam na PMBA. Esse dado da pesquisa não descontrói a hipótese principal, mas adiciona outros elementos que caracterizam o assujeitamento feminino e o silenciamento de outros corpos à cultura militarizada, ao arquétipo da Polícia Militar no seu bojo de regular, disciplinar e docilizar todos os corpos, em especial pela sujeição dos corpos feminino e lésbico.

Desde que defendi a dissertação de mestrado sob título de “As percepções dos policiais militares sobre a violência”, no ano de 2007, venho pensando sobre os escombros da sindicância e do quanto recusei o lugar de fala (RIBEIRO, 2019) sobre o assunto, acatando a mordaza e o lugar subalterno do silêncio, do apagamento do existir no feminino, do fazer-se novamente em *performances* que visibilizavam a nossa expressão, os nossos gestos, que nos configuram e se reconfiguram em linguagem, portanto, em sentidos. Afinal, o “silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é” (ORLANDI, 2007). A urgência pela quebra do silêncio, transformando a linguagem em ação, materializa o “ao pé da Olivetti, por narrativas sobre norma e silenciamento de uma mulher, lésbica, negra e ex-policia”, rememorando todo o processo doloroso da formação militar através da ferramenta autoetnobiográfica.

A ambiência militar que disciplina e impõe um severo silenciamento das expressões de gênero, a partir da lógica do vigiar e punir *foucaultiano*, embasa a declaração do Ex-Vice-Presidente da República do Brasil, Hamilton Mourão, quando diz que “a homossexualidade

sempre houve, né? Agora, dentro da disciplina e da hierarquia”³³, o que corrobora para a reiteração de uma heteronormatividade compulsória e o expurgo dos corpos dissidentes. Para manter-se nas Forças Armadas e nas forças auxiliares – Polícias Militares – há de se incorporar o silêncio como mestre de todos os mares, por vezes tranquilo, revoltado, profundo e disperso, mas sempre implacável no seu propósito de não ser visível, observável, mesmo quando transita entre as palavras ditas e não ditas.

2.1 Ao “Pé da Olivetti”³⁴ – narrativas sobre o emparedamento da existência lésbica no CFAP

Sentar-se ao “pé da Olivetti” é uma expressão militar, típica dos anos de chumbo da Ditadura Militar, que anunciava para certos corpos – os corpos que ousaram subverter-se à ordem, norma, com atos definidos como subversivos – ações rígidas e exemplares por incitar outrem a descentrar o sistema, e, conseqüentemente, infringir a lei, a disciplina militar e os bons costumes.

A norma que impera sobre nós constrói o próprio elemento capaz de desconstruí-lo, ao degradar o sujeito que se apresenta fora da heteronormatividade. Será este sujeito marginalizado que invocará reconhecimento, questiona o sistema que tenta materializar cotidianamente a normalização de seus corpos, usando os próprios corpos como resposta da sua ineficácia, pela impossibilidade de domá-los completamente? Esse processo, por experiência vivida, sugere maior foco no poder da norma, assim como menos na capacidade voluntarista do sujeito de afrontá-la (BUTLER, 2015a).

O rito é exemplar, seja quando o sujeito é convocado ou conduzido a sentar-se junto à máquina de escrever, assim como para confessar o suposto delito, mesmo que não tenha materialidade do crime. Neste sentido, antes mesmo da instauração do processo administrativo disciplinar, o corpo suspeito, e, não o fato, é colocado à prova e atravessa o corredor simbólico do julgamento social que o prepara, minando-o física e psiquicamente, aos infundáveis interrogatórios, na busca eminente por sua confissão, derivada da carne (FOUCAULT, 1988), dos seus desejos que ora foram negados e execrados publicamente. Assim, a pauta do interrogatório é menor do que o delito, e mais ligada aos corpos que os praticaram, diante do código implícito do silêncio, o mesmo que nos submete à obediência compulsória dos corpos subalternos, sem voz, sem direitos, mas tementes à ordem.

³³ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7770660/programa/>. Acesso em 16/06/2019.

³⁴ Uma expressão militar que anunciava quando alguém estaria a responder por alguma infração disciplinar e, por isso, deveria se sentar junto à máquina de escrever e confessar o delito até a década de 1990.

A primeira etapa ritualística da norma é incidir sobre os sujeitos um não lugar, o corpo deserdado de si, em uma visibilidade permeada por constrangimento, culpa e confissão. Não importa a localização dos corpos, o panóptico tornará tal existência insuportável, enquanto se afronta a ordem e os limites discursivos do sexo (BUTLER, 1993; FOUCAULT, 2001b). Os caminhos trilhados para a denúncia, reproduzidos através dos fuxicos, da boataria, produziram a desintegração da integridade deste sujeito, que passa a ser exposta ritualisticamente e colocada à prova, mesmo quando lhe é permitido falar apenas para confessar além do dito, o que é atravessado pelo interdito (LOPES, 2015), independente do sentido do fato ou da culpa, conforme relato da entrevistada, abaixo:

Eu lembro que nós fomos chamadas pelo corpo de alunos e ficamos numa roda lá com comandantes de pelotões, auxiliar de pelotão e o comandante. E com vários oficiais, trouxeram a acusação. E eu não me lembrava de como tinha sido. E aí chegou o momento de praticamente nos induzir a pedir o desligamento do curso. Eu sei que a gente ficou se defendendo, mas o fato se deu por conta disso, incomodava muito as suas apresentações, as suas colocações lá no curso³⁵ (Entrevistada 1 - Cb PFem - Rani³⁶).

Essa passagem traz para o centro o que representa o sujeito negro, que é quando este rompe com as mirabolantes fantasias das pessoas brancas sobre como deve ser e existir, dentro de uma negritude que reivindica o ato de fala, assim como confronta uma hierarquia que insiste em nos manter em silêncio, subalternizados e alijados da perspectiva do conhecimento, de dentro da ciência: “ele é um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras” (KILOMBA, 2019, p. 50). Defender-me da denúncia e reivindicar o meu lugar de fala é subverter-me na lógica do silêncio, assim como descolonizar o pensamento, a escrita do conhecimento, e projetar “uma negociação entre quem fala e quem escuta, isto é, entre falantes e seus interlocutores” (KILOMBA, 2019, p. 43), o que não nos protege de “uma hierarquia violenta que determina quem pode falar” (KILOMBA, 2019, p.52).

Em referência ao primeiro ato da etapa ritualística – o constrangimento, são trazidas à tona as disputas intergêneros, o embate sobre identidades sexuais, principalmente, na arena em que as mulheres cisgênero estabelecem suas batalhas por visibilidade, seja no âmbito do que aceitam como o feminino, em um corpo determinado pela norma e reiterado pela naturalização dos corpos (homem ou mulher), não como sujeito, mas como objeto, abjeta em

³⁵ Novamente, a referência à perseguição é movida por inveja de mulheres sobre um corpo não desejado, mas reconhecido como corpo político.

³⁶ Todos os nomes citados nesta tese são fictícios para resguardar a imagem e a integridade das entrevistadas. O nome que for citado, além do número da entrevistada, faz parte do capítulo referente à Epifanias Lésbicas.

relação ao homem. A reprodução de uma masculinidade imperiosa e implacável frente à feminilidade, necessita do ímpeto de um subalterno que não possui voz, tanto diante de outro subalterno, que desafia a ideologia colocada na reprodução de uma ordem institucional aos demais corpos vulnerabilizados.

O processo da sindicância devora, assim, todos os “micros instantes” da minha permanência no Centro de Formação. Transformaram, ambas, eu e Rani, na atração principal do CFAP, e a cada chamada para depor diante do/a oficial de dia, do graduado e a velha Olivetti, havia um recebimento feito por nós, com muito sofrimento, dado pelos demais como espetáculo. Mas o rito seguia solenemente sua função, lançando sobre nossos corpos o elemento da suspeição. Não adiantava o que disséssemos durante horas e dias diante da criativa e perversa denúncia acerca do nosso comportamento dentro das instalações do Centro, que passou a mobilizar o corpo de oficiais, liderado pela única representação feminina do oficialato, era a nossa confissão, o pecado da nossa existência lésbica, um crime nomeado por homossexualidade.

No início deste processo, envolvida por uma formação política enredada pelos Direitos Humanos, em vários momentos, pensei em quebrar o silêncio e anunciar que era sim lésbica e que isso não habilitaria ninguém à exposição e ao sofrimento. Contudo, não haveria defesa plausível, entendendo-se que a execração do corpo suplantaria o julgamento do fato, no trocadilho da eleição do corpo do crime e o fato do crime. Esse cenário ganhou proporções inimagináveis dentro e fora do Centro, mobilizando algumas graduadas (soldado e sargento) lésbicas, porém não assumidas e não alcançadas pelo rigor da patente.

As graduadas (instrutoras), impactadas pelos recorrentes episódios de constrangimento público impostos aos corpos lésbicos, arregimentaram esforços ao caso para construir estratégias de alianças dentro do corpo de oficiais contra o linchamento moral. Dar-se, portanto, uma reação à perseguição movida por mulheres sobre o corpo não desejado, mas reconhecido como um corpo político, e, por isso, diante da reivindicação institucional de imprimir sobre os corpos a segunda etapa deste ritual, a culpa.

Na esteira desta compreensão coletiva, uma sargento mais antiga³⁷, acompanhada por mais duas soldados lésbicas, que não negavam sua orientação sexual, algo que também era motivo de falatórios nos corredores dos pavilhões de aulas e nos demais espaços do CFAP, convocou-nos para uma conversa fora do horário das atividades, a fim de nos orientar para as ofensivas das oitavas e descartar qualquer investida de confissão compulsória sobre “ser

³⁷ Na PMBA, dizer ser “a mais antiga” é sinal de mais tempo na Instituição, e, por isso, maior reverência e respeito.

lésbica”. À época, esse grupo de policiais que atuava como instrutora do curso de formação nos instruiu sobre o artigo 235 do Código Penal Militar: “praticar, ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito a administração militar, garante pena ou detenção, de seis meses a um ano”³⁸.

Essa máxima que ainda circundava explicitamente na época, e, que, atualmente, segue de forma implícita nos currículos ocultos, na rotina dos centros de formação policial, e, na ordenação da ordem militar, poderia representar uma legalidade capaz de produzir nossa expulsão e gerar repercussões dentro da PMBA, mesmo com a reiterada negação da denúncia em todas as etapas da sindicância. Ou seja, o linchamento público e cotidiano poderia, como de fato ocorreu, impactar nossas vidas para fora do CFAP. A terceira etapa deste rito inquisitório foi protagonizada pela negação da nossa existência, alijando em nós a pretensa tentativa de defesa do nosso direito à existência lésbica frente à heteronormatividade compulsória nos quartéis.

Sob essa orientação, cujo objetivo era garantir nossa manutenção na PMBA, a estratégia defendida foi a de estabelecer um distanciamento possível entre nós nas principais atividades curriculares e nos plantões de serviços, haja vista a proliferação e o fortalecimento das inúmeras narrativas acerca dos boatos que tomaram lugar na centralidade das comunicações, em todas as instâncias do Centro. Por outro lado, manter a distância era ao mesmo tempo nos manter visíveis a todos ao redor, como um farol a iluminar e sinalizar nitidamente os nossos passos, seja em lugares recomendados, porque a nossa ausência em certas atividades, mesmo que estivéssemos realizando tarefas sob orientação de graduados/as, gerava ainda mais especulações e falatórios, a maioria sobre onde estaríamos e o que estaríamos fazendo com os nossos corpos abjetos.

A fiscalização sobre as nossas atividades foi intensificada, desde o forrar das camas até a nossa pontualidade, seja nos serviços do refeitório, ou nas inúmeras paradas ao longo do dia, com maior atenção na parada noturna. Qualquer atraso para entrar em forma era motivo de algazarra, subentendendo que nós estaríamos ocultando encontros, “namorando”. Nos horários das aulas, quase sempre nos 10 ou 15 minutos para o final da atividade curricular, eramos convocadas para depor junto ou separadas, considerando-se a equipe da sindicância, para qual retornávamos quando a aula já tinha iniciado. Não havia aviso prévio, e isso representava a estratégia de dominação e do medo para o ajustamento, assim como ao assujeitamento à norma. No percurso da sala de aula até a sala da sindicância no andar térreo,

³⁸ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm. Acesso em 11/09/2021.

passávamos pelo corredor longo das salas de aula, e, assim, indiretamente já provocávamos um alvoroço, que se aquietava no silêncio quando estávamos sentadas defronte à Olivetti, ouvida pelo/a oficial de dia e vista da janela de vidro, com o público fiel amontoado na beirada da sacada dos corredores, tudo isto até o final do intervalo.

A lógica instaurada pela sindicância foi impulsionada para além das quatro paredes da sala das oitavas, prioritariamente, sob o domínio do escrivão que quase sempre solicitava para mim a repetição de um “dito”, nos interditava no ato da fala, do expressar de um jeito ou de outro, sem gaguejar ou tremer, até porque as nossas feições eram observadas para tornar a repetir a mesma pergunta dita reiteradamente a todas as pessoas presentes, mas só ele que não entendia muito bem. E, como um homem negro e graduado sargento, não havia qualquer relação de irmandade de cor, menos ainda de gênero, porque um corpo lésbico não pode ser reconhecido sequer como mulher, menos ainda como homem, por carregar em si a culpa pelo suposto delito e pela desonra aos bons costumes, feita ao enunciar uma *performance* que afrontava, assim como afirmava a centralidade da binaridade, e, conseqüentemente, relacionava-se para com a superioridade de uma masculinidade branca e selvática, encontrada sobre todas nós.

Nós erámos ouvidas separadamente, às vezes juntas, como forma de tornar a acareação³⁹ eficaz, seja no cruzamento das informações para a solução de um fato, ou de um suposto crime. Além disso, todas as nossas colegas de quarto foram ouvidas, além do grupo de mulheres que fez a denúncia. A insistência sobre uma denúncia recebida como verdade por parte de alguns oficiais causou espanto para um oficial, imbuído da patente de capitão, uma pessoa mobilizada pelas graduadas lésbicas por disseminar a importância da reforma como alternativa de modernização das polícias, respeitando os protocolos dos Direitos Humanos.

Surge, então, a segunda e definitiva estratégia para barrar as ofensivas da sindicância e promover seu arquivamento: aliança com um oficial do Centro, que comungava disciplina e respeito, em contraposição para com a lógica da disciplina e punição. O Capitão era uma pessoa bastante querida por toda a tropa, exatamente por priorizar manter uma relação de respeito, sem o auxílio frequente do poder disciplinar. Adepto dos princípios democráticos e civilizatórios, ele agregava a todos/as, exatamente porque a patente não poderia ser maior do que o ser humano. E, em nenhum momento, a tropa esquecia que ele era o capitão, um oficial da PMBA, com plenos poderes para instruir, sem esvaziar a capacidade criadora do ser humano.

³⁹ Um termo jurídico para confrontar as testemunhas através dos seus depoimentos, já que estes passam a ser insuficientes para a solução do caso.

As patentes têm força, portanto, poder. Mas é de conhecimento de todos/as que o oficialato domina as decisões dentro da corporação, por comungar de lógicas hierárquicas que criam escalonamentos das patentes, como Aspirante, Tenente, Capitão, Major, Tenente Coronel e Coronel, que são bem similares na distribuição do poder de comando, tudo isto diante da tropa, reforçando a manutenção das forças policiais, dadas como forças auxiliares das Forças Armadas (LEIRNER, 1997).

A estratégia pensada pelo grupo organizado de graduadas lésbicas foi aproximar de nós um oficial articulado e bem relacionado, sabendo-se que este mesmo pudesse desorganizar a narrativa discursiva e punitiva da sindicância, propondo como base o direito à dignidade humana, desnaturalizando o “ser homem” e o “ser mulher” de si, assim como do outro na formação policial. Assim, uma pessoa que pudesse ser reconhecida pela tropa com o símbolo de justiça e retidão.

2.2 A fábula da naturalização do ser homem viril e do “ser mulher” frágil na ambiência militar: o capitão reformista

O capitão recrutado pelo grupo de graduadas para a defesa da existência lésbica nos quartéis era reconhecidamente querido e respeitado por todos/as na época da formação no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP/ Governador Mangabeiras -, e, assim, impregnava o ambiente militar com gentileza, respeito e reconhecimento às diferenças. O oficial transformava a permanência no Centro em um espaço possível de trocas, escutas e convivência comunitária. Não havia o medo latente que carregávamos, na maioria das vezes, ao atravessarmos o pátio do Centro em horário de plantão, porque sabíamos que o plantão do dia deste capitão estaria atento às contingências das nossas rotinas de aulas, assim como dos serviços nos alojamentos ou no refeitório.

O capitão representava o contraponto dos comportamentos da maioria dos homens, que atuavam como instrutores na formação, seja através do estabelecimento de pontes de diálogos entre oficial, graduados e aprendizes, assim como pelo respeito mútuo, independente da patente. Prestar continência ao capitão era encarado como um ato fraterno, prazeroso, muito mais por sua gentileza em retribuir, do que da obrigatoriedade que gerava tensão, esquecimento e punição. Ter um plantão comandado pelo Capitão era estar em estado de tranquilidade na realização da tarefa indicada ao longo do dia, assim como da noite do plantão. Por esse temperamento e estado de ser, o oficial capitão ganhava elogios e era muito

admirado por todos/as, de alunos/as às/aos graduados/as, que atuavam no apoio à formação no Centro.

A perspectiva da integração do ser civil e o ser militar, defendida pelo capitão na formação policial militar, destoava do modelo impregnado, dada pela louvação à masculinidade, à virilidade e à violência física, psíquica e moral. As humilhações que os instrutores impunham à tropa variavam entre exigir ordem, unida em excesso à xingamentos, assim como pela exposição de alunos/alunas aos exercícios físicos no sol escaldante ou à chuva, e qualquer demonstração de moleza era vista como algo ruim, descabida para a ambiência militar. As mulheres, em período de menstruação, seguiam suas rotinas comuns, sem direito algum distinto dos homens, nem mesmo para a troca dos absorventes. Não havia tolerância com nada e com ninguém, mas com as mulheres essa intolerância ganhava contornos sexistas.

O oficial possibilitava o diálogo acima de qualquer procedimento militar, com direito à justificativas e ressalvas, antes das punições, caso fosse necessário. O distanciamento que impregna as patentes de oficiais em relação a patente de praças (soldados, cabos e sargentos) era diluído através do respeito à pessoa, o sujeito que mesmo submetido às regras, poderia se apresentar e se justificar sem medo. São vários exemplos de honradez performados pelo capitão ao longo dos nove meses de formação no CFAP. No entanto, como diz um ditado popular: “uma andorinha não faz verão, mas pode impulsionar a mudança”.

Ciente da produção do rigor disciplinar e do militarismo sobre nossas vidas, o capitão procurou ser o mensageiro de uma nova prática, sem a mínima intenção de ser o salvador, mas propiciar dias mais calorosos à tropa em seus plantões de serviços no Centro. Aliás, ele sabia que suas convicções sobre a formação humana não seriam uma regra possível, diante da ininterrupta construção de um sujeito herói, um homem, moldado através da hierarquia, da obediência e do *ethos* selvático, sob chuva e sol para o combate, o que, obviamente, descartava o feminino em face do que alegavam como sujeito, reconhecidamente possível naquela ambiência.

Essa presença, que era respeitada, em maior medida, pelo público feminino, exatamente por criar embates sobre o lugar das mulheres no Centro, projetava um olhar divergente acerca da norma excessiva da militarização policial, e foi a peça fundamental para barrar as sucessivas oitivas e a própria sindicância instaurada contra nós.

As incidências do capitão nesse processo ultrapassaram as instâncias da sindicância, como ela também o fez, e circularam entre as práticas das tropas, acontecendo em momentos distintos das nossas rotinas. A postura reta do capitão inibia toda e qualquer tentativa de

linchamento público sobre os nossos corpos, principalmente, quando os nossos sobrenomes eram chamados pelos instrutores/as, para com diversas ordens, dentro do pátio central. Não era permitido criar cenários de constrangimentos, nem censuras, entre as tropas do masculino sobre o feminino, assim como vice-versa. Mas a força da reprodução de uma masculinidade infalível, enovelada pela heteronormatividade compulsória, era ovacionada nos plantões dos demais oficiais e instrutores, que disseminavam o currículo selvático (ALBUQUERQUE; MACHADO, 2001).

A permissividade do oficialato acerca da ofensiva sobre os corpos femininos era basilar para a manutenção das relações desiguais de poder entre homens e mulheres, desde o acesso aos quadros da PMBA, pois os oficiais não só permitiam quanto participavam sutilmente das ofensivas, com risadas que estimulavam tais atos, em demais espaços e momentos, tudo isto dentro da ordem unida. E o espetáculo da sindicância mobilizava todo o Centro, em face dos ajustes e da possibilidade de expurgar os corpos indesejados que performavam fora da curva da binaridade.

Quando nós chegávamos atrasadas nas atividades, eram provocados risos de todos, sempre em tom malicioso, de imputação de culpa, pelo mínimo possível das nossas atitudes, tudo isto dentro do Centro. Passamos a ser, desta maneira, o exemplo a não ser seguido por ninguém, além de sermos expostas publicamente em todas as chamadas das oitivas, sempre pela via da acusação:

Você afirma que estava no banheiro com sua colega em atos ilícitos? Não! E como justificar a denúncia sobre esses atos no Centro? Não sei. Mas porque você dividia o quarto com a colega quando estava em serviço nos plantões? Quase todas as colegas dividem os quartos quando estão de plantão para não perder o horário de render a outra no quarto de hora. Você mantém relação homossexual com sua colega dentro do Centro? Não! E mantém essa relação fora do Centro? Não. Você é homossexual? Não. E, por qual motivo você foi acusada dos delitos citados? Não sei⁴⁰.

Em nenhuma fase da minha vida eu neguei a minha orientação sexual, nem mesmo no âmbito familiar, quando era provocada e “xingada” de sapatão no confronto com os meus irmãos. No entanto, o fiz diante das oitivas da sindicância investigativa ocorrida no CFAP. Formada pelo viés do enfrentamento no movimento negro, negar a minha existência lésbica diante de uma calúnia foi algo sofrido, mas necessário, em razão das orientações que

⁴⁰ Questões hipotéticas construídas para vislumbrar o teor da condução da sindicância. Durante o período da pesquisa, conversei com uma capitã da PMBA sobre a possibilidade de acesso ao meu processo da Sindicância, e, posteriormente, fui informada de que o arquivo do antigo CFAP/Mangabeira havia sido destruído, com a justificativa de que o novo CFAP/Ondina não dispunha de espaço para abrigá-lo.

recebemos do grupo que nos auxiliava, para possibilitar o arquivamento do processo por três motivos:

- 1) a denúncia foi motivada por lesbofobia, uma tentativa de suplantar, em algum momento, o caráter do feminino com *status* de poder, diante de um território masculino e viril;
- 2) a inquirição estava focada muito mais na nossa *performance*, dado o “ser mulher” e “ser lésbica”, do que na peça de acusação, ou seja, o ato libidinoso;
- 3) a negação da existência lésbica era crucial para cessar o linchamento moral porque, ao se assumir lésbica, automaticamente, ambas estariam assumindo o ato da denúncia, o motivo real para expulsão.

Houve uma reunião entre o capitão e os membros da sindicância para tentar entender e incidir para o arquivamento, o que não foi aceito pelos membros. Ciente de que a demora no arquivamento do processo poderia estimular alguma ação arbitrária para dar resposta à tropa e alimentar ainda mais linchamentos morais, o capitão recorreu ao Comandante Geral do CFAP, relatando a situação, assim de como essa situação frágil e indecorosa poderia incidir sobre a imagem da gestão do Coronel, ao nosso rendimento curricular, diante de uma denúncia infundada que fere os direitos humanos. O Comandante orientou o arquivamento do processo, de forma a reestabelecer a ordem e o silenciamento sobre o caso.

O capitão passou a ser visto como o nosso protetor, o que representou certa segurança diante de alguns graduados (soldados e sargentos instrutores) e alunos/alunas que intentassem calúnias contra nós. Cria-se, portanto, outra dinâmica, ainda mais silenciosa, sobre nossa presença nos lugares, e, em especial, no horário de acesso ao pavilhão dos banhos. Houve um cessar dos linchamentos, mas os boatos foram proliferados em outra direção, não só no imaginário da tropa do CFAP, mas nas Unidades Policiais em que atuavam os oficiais.

Sob o controle e a égide da imagem de um capitão ético, reto e generoso, os fuxicos transitavam entre nós com mais cautela, por sermos elevadas ao *status* de protegidas do oficial. Uma mulher quando passa a ser vista como “protegida por um oficial”, algo ela está oferecendo e quase sempre o imaginário que se constrói passa pela ótica do corpo, o que não ocorre com os homens que são apadrinhados por oficiais em postos melhores e mais remunerados. A mulher vista como necessária aos rompantes masculinos, acaba naturalizando os atos de assédios e violências.

A censura, fator predominante que nos alude ao processo de silenciamento, e, portanto, do movimento dos sentidos (ORLANDI, 2007), agrega à visão do panóptico de Jeremy Bentham e ao vigilantismo *foucaultiano* do CFAP, assim como das Companhias Independentes de Polícia Militar. O estigma e a marca já ditavam como seríamos tratadas caso

não alterássemos nossas condutas, ou seja, nossas *performances* em uma ambiência que preconizava a ordem, a disciplina e o silenciamento dos corpos (in)dóceis, mas factíveis na mesma norma, esta aquela que cria as brechas da sua própria existência ao reivindicar pertença, obediência e subalternidade.

O silêncio é assim a ‘respiração’ (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é ‘um’, para o que permite o movimento do sujeito (ORLANDI, 2007, p.13).

Numa perspectiva de romper o silêncio, não estar, tomar a palavra, não guardar o silêncio, apropriar-se da fala e não ficar em silêncio, Audre Lorde (1934-1992), filósofa, escritora, feminista negra-lésbica foi uma das precursoras do uso da interseccionalidade ao agregar o racismo, a luta de classes, sexualidade e a questão de gênero na luta das mulheres afro-americanas por direitos, por ser sujeito imbuído de humanidade, ser humana.

Lorde (2020) sempre esteve atenta às opressões por idade, raça, classe e sexo, versando sobre como o silêncio nos aprisiona em todas as dimensões das nossas vidas. Por este motivo, por suas experiências no enfrentamento ao racismo e todos os marcadores que enfeitavam o seu corpo, afirmava que o silêncio não nos serve, porque ele não vai nos proteger. Nos espaços das instituições militarizadas, a ordem, a disciplina e a hierarquia não permitem que o subalterno fale sem prévia autorização, porque a palavra pode dividir o silêncio e transformar a linguagem em ação, visibilizando corpos e existências, mesmo quando o manter-se em silêncio é assegurar o sentido arregimentado institucionalmente.

Miñoso (2007) aquece o debate sobre a reflexão do feminismo decolonial na América Latina, ao afirmar que sair de um cenário que nos condena supõe remexer em feridas que estão aderidas em nós, em processos contínuos de socialização, e, assim, por elas fomos moldadas. Admitir que ela nos molda e nos contamina é o primeiro passo para saná-la de dentro para fora, o que não nos isenta de reproduzir as mesmas práticas antes questionadas, diante da nossa capacidade de infringir violências, dor e distinções praticadas pelo pensamento heterossexual, seja no exercício do poder para combater os assédios, assim como para performarem, como o fazem as mulheres entre si, contra as mulheres lésbicas.

A importância das intelectuais negras na produção de um conhecimento decolonial, como Lélia Gonzalez (1984), Grada Kilomba (2019) e Lorde (2020), entrelaça os marcadores sociais, com as categorias raça e sexo, para além de meras variáveis explicativas, assim como elementos fundadores da exclusão de existências, que buscam ser vistas como humanas, haja vista a reiterada desumanização dessas vidas. Por esse viés, a ambiência militar que inclui um

contingente considerável de pessoas negras, pardas e pretas, se apresenta emblemática ao reproduzir na nossa formação, via um tipo de currículo oculto, de que o favelado, periférico, ou marginalizado – uma massa gigantesca da população negra -, que faz parte do que definem por elemento suspeito, algo a ser combatido e eliminado. A negação de tais corpos, negros e dissidentes à norma, diante do espelho negro refletido na configuração da PMBA, gera em nós um deslocamento da origem, um lugar periférico, para outra esfera de ascensão com o poder de autoridade, diante das comunidades locais.

E, assim, o feminismo decolonial nos ensina que devemos transformar a linguagem em ação, algo que para mim não foi possível à época, e nem sei se tivesse conhecido a escrita da filósofa/poeta Audre Lorde, talvez pudesse subverter tal ordem naquele momento derradeiro. Como não pude, as zombarias sobre nossa existência permaneceram até o dia da formatura, mas serviu como estratégia de guerrilha, diante de um inimigo real: o sistema, que possui múltiplos tentáculos, e só pode ser enfrentado no *front* de forma organizada, em alianças aquilombadas.

Neste momento, eu passei a observar mais atentamente o quanto as pessoas se preocupavam em indagar se A ou B era “homossexual”, “burla⁴¹”, “entendida”, ou “sapatão”. Obviamente, a preocupação não estava centrada no princípio da solidariedade compulsória entre as mulheres em ambientes masculinos, mas, sim, profundamente enraizada no ato de normalizar a *performance* lésbica, assim como contrapor como sujeito de uma lógica normativa, que também expurgava os corpos negros.

Os discursos em torno das sexualidades que não condizem com a heteronormatividade terminam incorporando termos pejorativos, sendo aqueles que negam os constructos sociais das diversas formas de vivenciar os prazeres sexuais. Não é raro nos depararmos com termos como *fanchas*, *caminhoneiras*, *saboeiras*, *bolacheiras* e tantos outros, que jogam os prazeres dissidentes das normas *phalocêntricas* no mundo do não dito. Entretanto, na perspectiva *queer*, esses termos podem ser positivados e saboreados.

As indagações eram motivadas pelas observações que as pessoas faziam sobre as nossas *performances*, especialmente, de uma *performatividade* lesbiana que, assim como as travestilidades e as expressões dos gays (VERGUEIRO, 2015), descentravam os padrões ditos femininos e masculinos numa ambiência institucional, assim como disciplinavam tudo aquilo que focalizava no corpo, dada a realização da sua eficácia produtiva, pelo uso do poder,

⁴¹ O termo refere-se ao artifício de enganar ou ludibriar.

menos para suplicá-lo e mais para adestrá-lo, normalizando-o de forma compulsória (FOUCAULT, 1987).

Diante disso, nos reorganizamos para uma nova forma de ser e estar, tudo isto realizado ao acessar determinados espaços, nunca sozinhas, porque o nosso trânsito foi cerceado e bloqueado, às margens e ao centro, sempre por um número significativo de pessoas que não cessaram a boataria, apenas retornaram ao subterrâneo, ao currículo oculto, ao não dito em razão da interdição.

Os comentários nos corredores das salas, dos dormitórios, no refeitório, eram os balizadores das conversas da semana entre os grupos, tanto de alunos/as quanto dos/das graduados/as e oficialato, porém sem as algazarras e legitimidade dantes. Ambas eram continuamente lançadas no centro das questões do dia, nas brincadeiras, com insinuações de que eram as perigosas – as *outsiders* dos dormitórios, as sapatonas, as indesejadas, e, portanto, os *corpos-homens* em locais errados.

Ao final da formação, nós ficamos marcadas como as “sapatonas” do CFAP porque esta foi a mensagem que se fez circular para além dos muros do Centro de Formação, e, assim, fomos recebidas na Companhia Independente que servimos após a formatura. Para nós, duas mulheres jovens e negras, isso foi aterrorizante à época. E, ao contrário do que fez a colega, que resolveu apagar da memória as violências que sofremos para prosseguir o seu sonho de ser policial, eu segui com tudo muito vivo dentro de mim para fortalecer a minha decisão de não alçar nenhum voo⁴² dentro da PMBA.

Experienciar toda força do panóptico *foucaultiano* de vigiar e punir, que se alimenta e é alimentado pelo vigilantismo incessante, tudo isto sobre o corpo e o sexo do sujeito (FOUCAULT, 2001a; 2001b; 1998), objeto dos dispositivos normativos que imperam na cultura militar, assim como do caráter normalizador da heteronormatividade compulsória (RICH, 2010; BUTLER, 2015a) sobre as possíveis *performances* – afeminadas ou masculinizadas enquanto materialidade do sexo no corpo como um efeito do poder (BUTLER, 2015b, 2015c) – produziu em mim uma negação também compulsória da ambiência e do *ethos* militar, por um não lugar com prazo de validade⁴³.

No relato *foucaultiano* de constituição de si, o regime é central para entender como tais termos estão, tanto fora do sujeito quanto nas normas disponíveis, dados para viabilizar o

⁴² Ao longo dos sete anos de atividades dentro da PMBA, eu fui orientada por oficiais várias vezes a concorrer à vaga da cota interna para a escola de formação de oficiais e sempre recusei. As greves e a impossibilidade de adicionar mais créditos nos semestres, em razão das escalas de serviço, retardaram a conclusão do curso de licenciatura em Ciências Sociais para o ano de 2002.

⁴³ Logo após a conclusão do curso de licenciatura em Ciências Sociais, articulei minha saída da PMBA e da cidade do Salvador para poder estudar as estruturas da polícia em segurança.

reconhecimento de si (FOUCAULT, 2001), haja vista a existência, mesmo que não se realize completamente, de um regime de verdade que estabelece as formas, estas pelas quais os sujeitos serão “reconhecíveis e não reconhecíveis” (BUTLER, 2015, p. 35).

A matriz do poder é, sem dúvidas, um princípio organizador das relações sociais, e envolve o exercício da dominação nas várias dimensões da vida social: econômica, sexual, por relações de gênero, organizações políticas, familiares e do conhecimento, assim como por instituições estatais (as policiais militares, por exemplo). Mas, quando pensamos sobre a ideia de poder, nos remetemos a algo (uma fonte) que emana e permite que este possa fluir, sempre atrelado à capacidade de um ente (Estado, instituições, autoridades, ou um líder) de obter obediência e/ou submeter algo, como grupos e instituições numa relação que transita entre o rei e seus súditos, segundo a concepção hobbesiana do poder, como um corpo mítico do rei. Esse processo não é distinto da teoria weberiana, dada acerca dos tipos de dominação que tendem a influenciar comportamentos, mas que continuam atreladas a algo: uma entidade, que gosta de submeter e influenciar.

Assim, após os 22 anos de silenciamento acerca da minha narrativa dentro da Polícia Militar do Estado da Bahia, como um sujeito que não vivenciou a pena “castigo-corpo” (sofrimento físico), mas sim uma pena “incorpórea” (suspensão de direitos), numa clara alusão à substituição do carrasco por funcionários e técnicos que se tornaram “desligadores” da vida em doses homeopáticas, permito-me o ato de confissão nesta tese, externalizando ao outro, e, também para mim, a perspectiva de que a heteronormatividade compulsória que impera as relações de poder na instituição policial militar (masculina, branca e viril), impregna as *performances* das policiais lésbicas em formação, e, assim, em suas atividades operacionais, ao mesmo tempo em que possibilita fissuras por reivindicar uma *performatividade* que descentra as relações sociais e de gênero binário.

2.3 Os caminhos da pesquisa – notas sobre as escolhas e os modos de escutar narrativas lésbicas

O problema de pesquisa denota-se pelo seguinte questionamento: a performance lésbica é capaz, assim, de descentrar os dispositivos de controle que normalizam a subalternidade feminina, assim como naturalizam o modelo padrão masculino na Polícia

Milita do Estado da Bahia? Como foi exposto ao longo desta narrativa, se supõe algumas fissuras teóricas da produção acadêmica acerca da existência lésbica, tanto nos movimentos feministas quanto em instituições reguladoras militares.

A histórica invisibilidade da questão lésbica nos movimentos feministas, inclusive dos movimentos feministas negros (SAUNDERS, 2017; LORDE, 2020; MIÑOSO, 2007; CUIEL, 2002) expõe o problemático acesso às mulheres, policiais e lésbicas, que são emparedadas por ambos os grupos, masculino e feminino, em suas *performances* dentro da Polícia Militar, quando são definidas como *perigosas*, *pecaminosas* e *passíveis de normalização e/ou expulsão*.

A existência lésbica sucumbe à masmorra, mas as suas *performances*, contraditoriamente, são requeridas, quando estas incorporam o “masculino” como possibilidade de “*ser do outro*” - o “*segundo homem*” em alusão a crítica *wittigiana* acerca da relação de gênero binário e o pensamento heterossexual (WITTIG, 2006).

A reconhecida narrativa de ser uma mulher assumidamente lésbica e ex-policia! possibilitou o acesso ao grupo de policiais lésbicas, antes mesmo de este projeto de tese ser aprovado no PPGS/UFS (2017). Nesse mesmo ano, eu participei da elaboração conjunta do artigo “Movimentos Políticos Feministas-Teóricos em torno das Sexualidades e das Experiências Queer” (LOPES & PEREIRA, 2017a), e, depois com a produção do artigo “A subversão como argumento e como prática da sexualidade – gênero, corpo e teoria queer”, refletindo sobre a existência lésbica como um ato político e subversivo (LOPES & PEREIRA, 2017b).

A produção discursiva sobre a prática da sexualidade como um efeito do poder (BUTLER, 2015; FOUCAULT, 1988) proporcionou uma reflexão acerca dos ditos e não ditos (LOPES, 2015) no processo de formação militar, tudo isto diante do assujeitamento das *performances* gays e lésbicas. Assim, tanto como do dispositivo de silenciamento das práticas disciplinares e suas respectivas narrativas, uma questão que não é objeto de reflexão das policiais lésbicas, sendo estas as que atuam nos espaços reiterados pela heteronormatividade compulsória, dentro da Polícia Militar do Estado da Bahia, assim como os demais ambientes de socialização social: família, igreja, clubes, escola ou universidade.

No início do ano de 2017, fazendo uso das novas tecnologias da informação e comunicação - TICs⁴⁴, na esteira das mídias sociais para o desenvolvimento da pesquisa e o acesso mais célere às policiais lésbicas, criei um grupo no aplicativo *Messenger* para

⁴⁴ Tecnologia da Informação e comunicação que proporciona novas formas de comunicação em variados setores, em especial na área de ensino, pesquisa e extensão.

adicionar os perfis das policiais militares lésbicas através do *Facebook*, solicitando que estas também pudessem adicionar outras policiais militares lésbicas para o grupo.

Nesse novo instrumento de coleta de informações para a pesquisa, foi possível agregar, inicialmente, 12 policiais lésbicas e compartilhar a proposta de projeto de tese. A ideia inicial era sensibilizá-las à contínua participação e possível contribuição para uma área, que estava ainda à margem dos interesses acadêmicos⁴⁵, e, inclusive, da própria Corporação Policial. Deste grupo, duas policiais foram elevadas ao nível de informantes diretas, exatamente para mapear outras policiais lésbicas em todas as companhias e batalhões da PMBA, além de manter o grupo ativo com compartilhamento de notícias sobre a temática lésbica, incluindo vídeos, séries ou shows.

No segundo semestre de 2018, pensando sobre a metodologia desta pesquisa, esbocei as possíveis fases:

- 1) Realizar o levantamento bibliográfico sobre o tripé – gênero, sexualidades e polícia militar nas plataformas acadêmicas de pesquisa;
- 2) Pesquisar junto à Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP, produções acadêmicas com foco em gênero, sexualidade e população LGBTQIA+;
- 3) Solicitar acesso à Rede Nacional de Operadores/as da Segurança Pública – RENOSP-LGBT através do aplicativo *Facebook*;
- 4) Definir o escopo da pesquisa no sentido de reduzir tempo e custo para o alcance dos objetivos da tese; e,
- 5) Organizar o roteiro da entrevista com a formação de grupos focais - grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, cujo propósito era obter informações qualitativas e de profundidade, além de ser uma técnica rápida e de baixo custo para a obtenção de dados qualitativos junto às policiais militares lésbicas, acreditando-se inicialmente ser possível um corpo integrado entre as policiais militares lésbicas (BAUER & GASKEL, 2002; QUARESMA, 2005).

As duas redes foram mobilizadas para essa pesquisa com o objetivo de ampliar os conhecimentos sobre a produção em segurança pública, tendo a interface das temáticas de gênero e sexualidade à luz dos seus operadores, e a busca por adesão ao objeto da tese das pessoas que se autodeclararam parte da comunidade LGBTQIA+ no Brasil.

⁴⁵ No dia 11 de dezembro de 2017, após os vários compartilhamentos sobre a temática, informei ao grupo da minha aprovação no doutorado em Sociologia do PPGS/UFS, o que foi comemorado com o acordo tácito de participação de todas as mobilizações de outras policiais lésbicas, que atuavam na PMBA.

O Programa Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) foi criado em 2005 através de convênios estabelecidos entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ) e as Instituições de Ensino Superior (IES), com o objetivo de institucionalizar um mecanismo permanente de educação para os operadores da Segurança Pública, com foco na formação em Direitos Humanos. Através de tudo isto, a Rede Nacional de Operadores/as da Segurança Pública (RENOSP-LGBT) foi criada em dezembro de 2010 durante o “I Seminário Nacional de Segurança Pública para LGBT: Pela Defesa da Dignidade Humana”, promovido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ), por iniciativa de delegados, policiais federais, civis, militares, guardas, bombeiros e agentes penitenciários.

Na primeira fase do levantamento das informações que eram atreladas ao processo de mobilização das pessoas-chave, ocorreu um impacto acerca do processo da pesquisa bibliográfica, tudo isto diante da constatação da existência de um fosso da produção acadêmica, dado sobre o objeto inicial desta tese, por *performances* lésbicas na polícia militar, assim como nas plataformas acadêmicas⁴⁶. Nestas plataformas, as palavras-chave agregavam gênero, mulher, polícia e militar, sem associar as categorias de sexualidade, lésbica e polícia militar. Já, na base de dados da RENAESP, com uma informatização ainda precária à época deste levantamento, as categorias polícia, gênero, mulher, e violência doméstica eram recorrentes, exceto as categorias sexualidade, diversidade, gay, lésbica, aumentando não só a relevância quanto os desafios desta pesquisa acadêmica, em que o campo revelou vários cenários para o entendimento desta problemática.

Na segunda fase, com o passaporte de acesso, os carimbos de ex-policia e consultora do MJ/PNUD⁴⁷, foi possível adentrar à RENOSP-LGBT, através do Delegado de Polícia Civil de Sergipe - PC/SE, Mário Leony⁴⁸, na perspectiva de ampliar o meu escopo e possibilitar múltiplos olhares sobre a existência lésbica, tudo isto nas policiais militares do Brasil. Inicialmente, a ideia era ter uma amostra que fosse representativa das regiões do país, haja vista a atuação da Rede.

Integrada ao espaço da Rede, como associada, foi observado que das 103 pessoas associadas, apenas 18 pessoas se autodeclaravam mulheres e apenas 15 pessoas se auto

⁴⁶ Portal de Periódicos Capes, *SciELO*.

⁴⁷ Consultora da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública – 1ª CONSEG/MJ/PNUD (2008-2009) e do Caderno Temático LGBT – MJ/PNUD (2016).

⁴⁸ A Delegacia de Homicídios de Sergipe foi escolhida pela equipe do MJ/PNUD como uma das cinco delegacias que investigavam os casos de assassinatos de pessoas LGBTQIA+ no Brasil, por motivação homofóbica. Foi no ano de 2016, no âmbito deste convênio, que eu conheci e entrevistei o Delegado Mário Leony - um homem gay que se assumiu, justamente, no espaço da 1ª CONSEG. E, hoje, é militante político das causas LGBTQIA+ em Sergipe.

identificavam como lésbicas ou bissexuais nos perfis, com variadas formações: guardas municipais, bombeiras, policiais civil e militar. No geral, com a confirmação de que a maioria destas mulheres fazia parte da Polícia Civil, foi descartada a visão ampliada da amostra da pesquisa, através dos integrantes da RENOSP-LGBT. Com o esvaziamento da presença de policiais e militares lésbicas, proveniente da presença majoritária de homens e brancos desta Rede, o escopo da pesquisa teve, por amostra, o grupo de policiais militares lésbicas da Polícia Militar do Estado da Bahia.

Na terceira fase, e, ainda pensativa sobre a baixa presença de mulheres lésbicas e bissexuais na RENOSP-LGBT, além de testar o interesse das participantes na pesquisa, retornei ao grupo do aplicativo *Messenger*, no dia 15 de março de 2019, para informar sobre o roteiro da pesquisa de campo a ocorrer no período de junho a dezembro de 2019. Assim, duas questões foram lançadas para o grupo, a saber: 1) No grupo, alguém conhecia ou já ouviu falar da Rede Nacional de Operadores/as da Segurança Pública – RENOSP-LGBT?; e, 2) Seria possível as integrantes deste grupo migrarem para o aplicativo *Whatsapp*, com o propósito de viabilizar as trocas das mensagens e dinamizar nossa comunicação?

Na questão 1, o grupo não conhecia e/ou nunca ouviu falar na Rede. Na questão 2, apenas 05 (cinco) policiais visualizaram as mensagens e concordaram em criar o grupo. As demais policiais militares foram sendo adicionadas pelas demais integrantes, cujo papel era supervisionar o grupo e mantê-lo ativo. No processo da mobilização virtual, o grupo foi ampliado para 16 participantes. Destas integrantes, 04 policiais solicitaram a saída do grupo, e, não da pesquisa, alegando alguns motivos:

1. A sensação de desconforto por participar de um grupo com outras policiais lésbicas por não ser “assumida”. O termo “assumida” é corriqueiramente usado entre as mulheres lésbicas e significa que a mulher assume sua sexualidade abertamente, dentro e fora dos espaços de interações familiares e/ou profissionais, o que não era o caso destas policiais militares;
2. A sensação de insegurança diante do clima de perseguição que ocorria dentro da corporação policial militar, já que falar de si é também falar da polícia, o que poderia gerar conflitos. A maioria do efetivo das polícias militares do Brasil foram arregimentadas pelos discursos do candidato e eleito Ex-Presidente da República, Jair Bolsonaro, repletos de ódio e *fake news*, colocando as forças militares numa centralidade em seu governo⁴⁹. Por isso, muitas pessoas da PMBA que eram contra a onda bolsonarista estavam sendo monitoradas pelas

⁴⁹ Disponível em: [Militares apoiam Bolsonaro e rejeitam Ciro, Alckmin e Haddad | Política | Valor Econômico \(globo.com\)](#). Acesso 10/08/2020.

redes sociais e convidadas a apagar postagens, até mesmo se calarem. O medo passou a ser a tônica do momento para os opositores/as, tanto civis quanto militares⁵⁰.

3. A preocupação por sua orientação sexual ser usada, futuramente, como forma de discriminação e possíveis perseguições. O corpo feminino já sofre assédios corriqueiros na ambiência militar, e os corpos que tentam subverter à norma sofrem todas as formas de discriminações e perseguições, desde a mudança de posto de serviço até transferências para outras unidades e cidades, exatamente por associar a ordem militar à homossexualidade⁵¹.

4. O respeito compulsório à hierarquia e o receio do pretense “desrespeito” às patentes, por parte das integrantes do grupo, alegando que isso poderia interferir na esfera institucional. Na tentativa de diluir o ranço militar acerca da deferência às patentes, a estratégia foi nivelar as relações entre as policiais lésbicas com o uso do nome e não do sobrenome, como é comum no ambiente militar. Reconhecendo o primeiro nome (Júlia, Maria, Sandra, ou Pollyana), tenta-se criar outra perspectiva sobre a emblemática questão da hierarquia militar, já que o grupo era composto por soldado, cabo, sargento, subtenente, tenente e capitã. Houve, previamente, um acordo com todas para facilitar a comunicação e fluidez da pesquisa.

O grupo ficou organizado por 12 (doze) participantes, sendo que 03 (três) integrantes participaram de forma indireta do grupo, através dos seus contatos individuais. Durante o trabalho de campo, surgiram outras indicações para realizar as entrevistas, mas as policiais visualizaram a proposta e não responderam, silenciando-se diante do suposto risco que esta pesquisa poderia gerar em suas vidas. Apenas uma policial, sargento, e, em processo de promoção, retornou, com receio de deixar registrado algo que pudesse comprometê-la, justificando que esse seria o motivo da recusa à pesquisa.

O meu trânsito entre as policiais militares ocorria de forma mais ou menos livre, por ter assumido ser ex-policial da Corporação (1997-2004), o que gerou identificação, promoção da sensação de segurança e a garantia das identidades militares de cada participante. Além disso, foi solicitado de cada uma das policiais o empenho no processo de mobilização de outras policiais lésbicas, sendo estas aquelas que atuavam na Polícia Militar do Estado da Bahia. Para evitar qualquer tipo de constrangimento no ato de adicionar alguém sem o devido consentimento, compartilhei com o grupo uma metodologia para permitir o acesso de outras pessoas com o perfil requerido (policial da ativa ou não, lésbica, assumida ou não):

⁵⁰ Disponível em: [Ameaças a opositores e ódio bolsonarista fazem Câmara acelerar PL contra fake news \(redebrazilatual.com.br\)](https://redebrazilatual.com.br). Acesso 10/08/2020.

⁵¹ Disponível em: [Homofobia na PM baiana: tenente gay sofre perseguição - Jornal Correio \(correio24horas.com.br\)](https://correio24horas.com.br). Acesso 10/08/2020.

Quadro 1: Orientações sobre o processo de mobilização das policiais.

1. Conversar com a pessoa sobre os objetivos previamente lançados no grupo;
2. Encaminhar o contato (número do celular), com prévio consentimento, para o novo grupo no aplicativo <i>Whatsapp</i> , caso haja dúvidas sobre o projeto
3. Adicionar a nova integrante ao grupo com as boas-vindas
4. Caso a policial quisesse participar da pesquisa, mas não desejasse ser integrada ao grupo com a justificativa de não “querer se expor”, basta encaminhar o contato para o meu perfil do <i>WhatsApp</i> para o desenvolvimento da pesquisa.

Fonte: Autora da obra, 2022.

Em dois dias de contato, foi possível dobrar o número de policiais no grupo, com promessas de aumento vertiginoso. Neste mesmo período, surgiu a indicação de dois contatos de policiais que desejavam participar, mas não queriam se expor. O “não querer se expor” foi algo que perpassou as conversas com as policiais que descartaram o convite para entrarem no grupo, além de duas policiais, que, inicialmente, ficaram reticentes em serem integradas em um composto por policiais militares lésbicas. Estimular a partilha de experiências, trajetórias e assédios na ambiência militar era o grande desafio para construção de escutas sensíveis em grupo.

O argumento de que não era “assumida”, e, por isso, “não desejaria se expor” foi um mantra para as policiais mais reticentes. Quando questionadas sobre o receio de estarem entre os pares, consideradas policiais militares lésbicas, uma policial argumentou que não se sentia à vontade para partilhar sua intimidade, identidade de gênero⁵², no ambiente institucional, mesmo com outras mulheres que comungavam da sua condição de ser lésbica. E, mesmo com as reticentes, continuei argumentando e querendo saber se quando afirmam “não ser assumidas”, isso se refere às colegas policiais que são lésbicas e/ou heterossexuais, ou só para os superiores hierárquicos? Uma delas retrucou: “*Algumas colegas lésbicas sabem de mim. Poucas, na verdade. E, em todos os ambientes da PMBA, com os superiores (oficiais) e*

⁵² Identidade de gênero está alinhada ao sexo que lhes foi atribuído no nascimento. No entanto, para muitas pessoas, sua identidade de gênero não corresponde ao sexo atribuído, e, simm como se sentem ao ser homem ou mulher, de outro gênero ou sem gênero.

graduados, eu não exponho minha escolha sexual” (Entrevistada 2 - Cb PM). Indagada se se sentiria confortável no grupo formado por policiais lésbicas, a policial disse que não, mesmo se tratando de policiais lésbicas, como ela própria.

Ciente da complexidade imposta pela hierarquia militar, informei à policial que gostaria de construir no grupo uma relação horizontal no tratamento entre elas, diluindo a relação com a patente⁵³. De pronto, ela reagiu de forma positiva, afirmando que “*esse negócio de patente é para polícia. O grupo é assunto de doutorado*”. Ao final, ela aceitou ser adicionada ao grupo, e, no dia seguinte, mobilizou outra policial, disponibilizando o contato para maiores esclarecimentos sobre a pesquisa. No primeiro mês de constituição do grupo, a mesma policial que disse ser a patente um negócio de polícia, não aceitou ser questionada por outra colega sobre o formato de compartilhamento no grupo. Por ser uma colega praça (soldado), uma patente abaixo da patente de cabo, a policial saiu do grupo e da pesquisa. Neste episódio, evidenciam-se os pressupostos do *homo hierarchicus*, por relações, valores e classificação, que se manifestam de forma contundente, diante da reivindicação hierárquica entre distintas patentes, dadas dentro do mesmo grupo, que era subordinado ao oficialato e às praças (soldado, cabo e sargento).

Com o objetivo de entender a capacidade de descentramento das *performances* lésbicas na Polícia Militar da Bahia, a resposta da primeira fase da pesquisa entre as policiais lésbicas foi emblemática, por ser uma reflexão negada e silenciada também entre elas: “*Se eu me sentir insegura, saio*”⁵⁴. De forma leve e em tom de brincadeira, repliquei: “*No meio de lésbicas, insegura?*”. E, ela respondeu: “*Algumas são muito espalhafatosas. Sou enrustida*”. Repliquei, dizendo que tinha adorado a retomada do termo “*enrustida*”⁵⁵, e ela sorriu.

Em face de todos os melindres que envolvem as manifestações de afetos, desejos e interesses, através de uma *performance* que afronta à norma, dizer ser em linguagens, gestos, ou vestimentas, corrobora por uma *performatividade* institucionalmente reivindicada, tornando tais corpos indesejados e execrados por outros corpos, que não só silenciam como corroboram para execrar o subversivo, o estranho, e o atrevido, em sua forma de trazer ao centro a forma do silêncio das pessoas enrustidas, que escondem suas falas, suas vestes, seus desejos, mesmo que inconsciente, como estratégias de sobrevivência. Por outro lado, esconder-se nesse lugar é ser a mão que propicia o silenciamento de tantas outras que desejam

⁵³ A hierarquia é a base das relações dentro da Polícia Militar que promove acumulação gradual do poder entre as patentes, ou entre grupos (praças e oficiais).

⁵⁴ Uma policial lésbica com a patente de Sargento na PMBA.

⁵⁵ O termo se refere ao que não se revela, não se expõe. No geral, todo mundo sabe da orientação sexual da pessoa enrustida, mas ela insiste em manter-se dentro da norma, sem incomodá-la e no seu silêncio.

aludir ao patamar de dignidade e esperança. As enrustidas tornam-se guardas ou vigias de outros corpos que desejam ir ao centro, sair da caverna e da lógica do “vigiar e punir”, não sendo “aceitáveis” sequer entre o grupo que vive a sua situação, num *transe* de existências não dialogadas, por meio do dispositivo de controle (FOUCAULT, 2001b).

Em resposta às orientações sobre como escrever as narrativas de ingresso e permanência na PMBA, uma sargento enviou uma mensagem pedindo desculpas por ainda não ter respondido à mensagem. A partir de alguns relatos sobre a minha dificuldade de mobilizar as policiais para o grupo focal, a sargento começou a relatar algumas situações para que as policiais não quisessem participar da pesquisa.

A primeira situação, assim, refere-se ao fato da Polícia Militar ser Pró-Bolsonaro, e, com isso, estarem submetidas ao intenso monitoramento, seguido de retaliações daqueles/as que fazem crítica ao governo: “*Todos sabem como ocorrem as coisas na PMBA*”. A policial estava se referindo às perseguições dentro da PMBA e de como as transferências de postos, companhias e batalhões são usadas como castigo e punição, o que se dá de forma velada.

A sargento citou, ainda, o caso em que duas amigas, oficiais Pró-Bolsonaro, recomendaram a moderação das postagens no aplicativo *Facebook* como medida de proteção, alegando que todos/as estavam sendo vigiados/as, até mesmo nas redes sociais, ressaltando a exacerbação do caráter militar, algo que impregna as atitudes das policiais lésbicas, assim como atuam como “Caxias⁵⁶”, na defesa da Polícia Militar⁵⁷.

A policial elogiou a iniciativa, mas declinou do convite para participar do grupo da pesquisa, alegando que estava concorrendo à promoção de patente, além de ter relatado o temor da companheira, também policial, sobre o rebatimento desta pesquisa em suas vidas. Antes de finalizar a ligação, provoqueei a policial no sentido de saber se o assédio praticado dentro da Corporação contra as mulheres era maior ou menor contra as mulheres lésbicas com *performances* distintas.

De pronto, a policial discorreu sobre o assunto dizendo que só o fato de ser mulher já é se sentir menor, e, por isso, ser desvalorizada. Mas, no tocante à sexualidade, fez questão de afirmar que havia sofrido muitos assédios dentro da PMBA por manter uma *performance* feminina, e, por isso, ser perseguida por não ceder aos assédios sexuais dos oficiais. Para ela, as policiais lésbicas com *performance* masculinas, comparando-as com as mulheres

⁵⁶ Referência ao Marechal Duque de Caxias, que defendia as Forças Armadas acima de qualquer coisa, e privilegiava a ordem e a disciplina, em detrimento da própria vida dos sujeitos.

⁵⁷ As questões postas pela policial neste trecho aparecem ao longo das quinze entrevistas, com maior ou menor intensidade, e serão ainda tratadas com o devido rigor teórico-metodológico, nas quatro narrativas escolhidas para compor as epifanias lésbicas nesta Tese.

heterossexuais, usufruem de certa vantagem por incorporar o *ethos* viril, masculino e selvático, algo que a própria instituição reivindica ao negar a presença feminina nos quartéis. Essa informação passou a ser o meu guia sobre a capacidade das policiais lésbicas descentrarem à norma, ao mesmo tempo, em que a norma reitera e materializa no seu corpo a *performatividade* de gênero, que é reivindicada no corpo feminino.

A proposta inicial de realizar as entrevistas através da técnica dos grupos focais foi esvaziada, deste modo, em decorrência da grande resistência das policiais lésbicas, de partilhar e expor suas visões de mundo, assim como sua compreensão sobre as identidades de gênero com outras policiais lésbicas, mesmo com àquelas que atuavam em companhias, batalhões ou departamentos distintos.

O roteiro foi alterado para dar conta da nova dinâmica e incluir as entrevistas semiestruturadas (BONI & QUARESMA, 2005; MINAYO, 2004; DUARTE, 2002) individualmente, dos meses de junho e julho de 2019, na cidade do Salvador/BA, e alcançar o maior número de policiais lésbicas, inclusive, àquelas que atuavam em outros municípios da Bahia, a partir do uso de videochamada do aplicativo *Whatsapp*⁵⁸, um instrumento de pesquisa que possibilitou encurtar distâncias e agregar contribuições diversas para a coleta de informações sobre as narrativas das policiais lésbicas.

A pesquisa de campo foi antecipada por várias razões, como por: 1) A grande instabilidade acerca da manutenção das bolsas de estudo, com os cortes de verbas às Universidades Federais⁵⁹; 2) O acirramento e a criminalização da questão de gênero e da diversidade sexual, durante e após às eleições presidenciais de 2018⁶⁰; 3) Ampliação do número de informantes, dado por policiais lésbicas, interessadas em disseminar a proposta da pesquisa, prioritariamente, no âmbito da Polícia Militar da Bahia.

No tocante aos locais das entrevistas, a escolha era feita tanto pelas policiais quanto por mim, levando-se em consideração a disponibilidade dos horários de cada uma, para não atrapalhar os plantões e/ou causar qualquer incômodo à rotina de trabalho das policiais. E, assim, os encontros e entrevistas foram realizados nos seguintes espaços:

- ✓ Biblioteca Central dos Barris (Barris - Centro);
- ✓ Centro Cultural Brasil-Alemanha – ICBA (Corredor da Vitória);
- ✓ Cine de Arte do Museu Geológico (Corredor da Vitória);

⁵⁸ Em virtude da distância e do interesse das policiais em participar da pesquisa, o uso do aplicativo *Whatsapp*, por videoconferência, foi utilizado em três das quinze entrevistas realizadas.

⁵⁹ Disponível em: [Gestão Bolsonaro corta bolsas de mestrado e doutorado em todo país - Revista Galileu | Ciência \(globo.com\)](https://www.galileu.com.br/2019/05/10/gestao-bolsonaro-corta-bolsas-de-mestrado-e-doutorado-em-todo-pais/). Acesso em 10/05/2019.

⁶⁰ Disponível em: [Pós-graduandos que estudam gênero e violência temem censura | Política \(brasildefato.com.br\)](https://brasildefato.com.br/2019/01/19/pós-graduandos-que-estudam-genero-e-violencia-temem-censura/). Acesso em 19/01/2019.

- ✓ Livraria do Shopping São Cristóvão (São Cristóvão);
- ✓ Quartel do Comando Geral da PMBA – QCG (Aflitos);
- ✓ Departamento Administrativo da Polícia Militar – DAP (Barris);
- ✓ Batalhão de Polícia de Guardas – BPGd (Pituaçu);
- ✓ Companhia Independente da PMBA – CIPM - Orla de Salvador.

Os três primeiros locais foram minhas sugestões por ter relação com os meus afetos, os meus esconderijos na cidade do Salvador, e foram acatados pelas policiais que estavam em dia de folga do trabalho. Os demais locais, todos na ambiência militar, foram sugestões das policiais, que entrariam ou sairiam do serviço militar – o que concordei, exatamente por saber que o espaço escolhido dentro dessas instâncias, resguardaria a segurança necessária.

O instante mais emblemático desta pesquisa foi de retornar e circular pelos corredores do Quartel dos Aflitos, instância máxima do Comando Geral da Polícia Militar do Estado da Bahia (QCG), local em que eu já havia prestado serviço em vários setores, no período de 1999-2001. Presenciar a continência do policial da guarda – entrada do QCG - ao oficial do dia, de tantos outros que circulavam pelo quartel com suas insígnias nos ombros, destacando o brilho das estrelas, e, conseqüentemente, distinções perante a tropa e o oficialato, causou-me agitação, não receio de adentrar.

Ser civil, vista como paisana, no ambiente militarizado e tão rebuscado por ordem, disciplina e obediência, trouxe-me pensamentos de negação da minha própria trajetória na polícia. Não foi uma experiência desejada por mim, porém necessária nessa travessia entre o ser militar e o ser civil, para então compreender como os corpos (in)desejados retroalimentam as reivindicações deste lugar, visto não mais do subterrâneo, mas ao centro, repleto de rituais, valores e classificações à *performatividade* lesbiana.

Assim, após o período de atuação no campo, o grupo constituído por policiais militares lésbicas segue ativo e com a participação frequente da maioria, que recepcionou bem a metodologia desta pesquisa, compartilhando notícias sobre a população LGBTQIA+, por segurança pública, assim como por algumas atuações da polícia militar no combate ou na reafirmação da homofobia, dentro e fora dos quartéis – inclusive, do debate sobre a presença das mulheres trans na PMBA, e o desafio que atravessa o exercício do respeito à diversidade⁶¹.

⁶¹ Disponível em: ['A Polícia precisa ser diversa', diz 1ª mulher trans da PMBA \(ibahia.com\)](#). Acesso em 06/11/2022.

2.4 O presente a partir do começo: pesquisa *versus* pesquisadora – a revelação de si

A primeira entrevista representou o contorno da minha entrada no campo pelo caráter de personalidade⁶² e de espaço-tempo, já que eu estava novamente dentro de uma unidade policial depois de 15 anos, e, tudo passou a emergir diante e além do roteiro da pesquisa. Antes de iniciar a entrevista, a policial perguntou se deveria mesmo gravar e sinalizei que sim, argumentando que não seria possível acompanhar todos os momentos da entrevista. Aceitas as explicações, e, conhecendo-a bem, segui o roteiro e lancei a primeira pergunta: “Qual foi a sua motivação para ingressar na PMBA?”. Enquanto a policial refletia sobre a pergunta, a questão também reverberava sobre mim, ao pensar sobre o meu ingresso pragmático à PMBA e o desenrolar das situações de constrangimentos vivenciadas por nós. Então, ela rompe o silêncio e responde:

Acho que tinha a ver com a ideia do super-herói, da mulher maravilha, daquela pessoa que salvava o mundo e que desde criança eu trazia isso comigo, além de achar bonito a farda, atuação. Mas só que depois que a gente passa para o lado de cá e vê a atuação, o desempenhar do papel e que não cumpre a função institucional que deveria com o desvio na Instituição e isso vai desmotivando. Mas eu me sentia atraída pela ação de combater a criminalidade, de ajudar, de servir a sociedade, um sonho realizado (Rani – Cb PFem).

A vocação foi o combustível para o seu ingresso na PMBA, mesmo não tendo nenhuma representação policial no ambiente familiar. Tudo isto, assim, foi criado a partir de um imaginário de “Polícia salvadora, protetora e heroica”, através dos símbolos televisivos projetados cotidianamente sobre a vida das massas. Contraditoriamente, para uma parcela significativa da população baiana, era sabido o que significava a presença da “farda azul” na comunidade periférica, na lógica de que “Bandido bom, é bandido morto” (NORONHA & PAES MACHADO, 2002; ESPINHIERA *et al*, 2004; REIS, 2005; CANO, 2000;1998).

Segundo a entrevistada, a fase do namoro com a Polícia acabou⁶³, não pelos acontecimentos ocorridos à época da formação e ao longo da sua atividade policial, mas porque a Polícia Militar é uma instituição envolvida com a política, o que a faz sentir-se sem voz e desmotivada à atividade-fim⁶⁴: “são tantos momentos e serviços ruins que eu procuro

⁶² A entrevistada 1, Rani, após o episódio de lesbofobia na PMBA, tornou-se a minha companheira por dois anos.

⁶³ A entrevistada 1 atua na PMBA há 22 anos.

⁶⁴ Atividade-fim na Polícia é considerada como a atividade operacional realizada de forma preventiva nas ruas. A atividade-meio é definida como a atividade administrativa, que planeja as ações das atividades-fim.

esquecer. Não dá mesmo para eu lembrar”. Inquieta com a pouca capacidade de lembrar dos acontecimentos à época da formação, eu quis saber por qual motivo optou pelo esquecimento, não o apagamento, das memórias sobre sua passagem no CFAP: “O meu sonho vinha na frente, de ser policial. Mas ao ingressar né, na Corporação né, eu passei a viver essa discriminação contra nós mulheres e lésbicas, então, né, muito mais latente essa discriminação”⁶⁵. Retruquei, querendo saber como era a discriminação à época da formação e como ela enfrenta isso, atualmente.

Ela foi mais forte na formação porque naquela época, 1997, as coisas eram menos divulgadas, as pessoas menos esclarecidas. A homossexualidade na Polícia era vista como pederastia né? Era crime. Então, a gente tinha mesmo que se esconder. Para você frequentar lugares (bares) de acesso aos homossexuais, tinha que ser escondido com medo de ter alguém infiltrado ali (...). Hoje eles sabem que são obrigados a me aceitar porque sabem que não podem usar as mesmas armas usadas naquela época, de ameaças, de desligamento no curso de formação, de impedir a minha continuação no curso, na Corporação. Hoje não, eles não podem fazer desta forma; eles não podem me punir simplesmente porque eu sou homossexual. E onde eu vou, as pessoas sabem. Agora, claro, que tem aqueles comentários: ‘Chegou Rani, gay, homossexual, ela é lésbica’ (Rani – Cb PFem).

Na sequência da entrevista, perguntei se isso representava um avanço qualitativo no âmbito dos Direitos Humanos dentro da PMBA, e, de pronto, disse que agora o corpo docente formado por oficiais teve que se enquadrar, porque o Ministério Público está mais ativo: “antigamente, a gente era punido pelo simples querer do oficial superior. Hoje, não pode punir ninguém sem o devido processo legal, entendeu? Por isso, eu me remeto ao passado, que parece até distante” (Rani, Cb PFem).

No momento em que suscitei o tema dos constrangimentos ocorridos, no período da formação policial, assim como das formas em que os corpos femininos eram tratados e lidos, a partir da exaltação da masculinidade, em contraponto à existência lésbica, a entrevistada solicitou uma pausa na gravação, alegando que não conseguia organizar os pensamentos, exatamente porque as memórias sobre a formação, e, em especial, sobre a existência lésbica, só remontavam os medos, ressentimentos e sofrimentos. Assim, do mesmo modo, como a cena do nosso emparedamento, diante de todo o Centro de Formação. Para ela, a entrevistada, assim como a posição pelo esquecimento, a negação dos instantes que envolviam os assédios, que marcou nossos corpos, e, conseqüentemente, nossa existência dentro da PMBA, foi a saída para permanecer dentro da PMBA.

Esse gatilho implodiu as memórias da época da formação militarizada, assim como de outras situações, compartilhadas pela entrevistada acerca do processo da sindicância que

⁶⁵ A discriminação apontada estava mais inclinada ao fato de ser mulher do que ser lésbica.

vivenciamos juntas, tudo isto até o final do curso, mesmo que o arquivamento tenha ocorrido dois meses antes da nossa formatura. Anunciar esses momentos é também revelar os sofrimentos provocados por uma violência interseccional por gênero, raça, classe e sexo, dada quando o campo cede lugar às vozes silenciadas, tudo isto em suas múltiplas narrativas de *performatividade* lésbicas na PMBA.

Os pressupostos feministas que inundaram os espaços acadêmicos, através do ativismo feminista, não romperam com a relação binária de gênero, relegando ao sexo a conotação biológica, assim como as impossibilidades de reconhecimento das múltiplas *performances* do corpo, por exemplo, da ainda presente invisibilidade das mulheres lésbicas, seja nas pautas feministas, ou, conseqüentemente, nas produções acadêmicas.

No entanto, a necessidade de uma reiteração contínua, pela via da força das normas, produzem-se as possíveis instabilidades e fissuras de uma materialização, que não se faz completa em corpos, que se rebelam à imposição da normalização, criando dada insegurança da própria força desta lei, tudo isto na sua missão de regular tais corpos.

(...) são as instabilidades, as possibilidades de rematerialização, abertas por esse processo, que marcam um domínio no qual a força da lei regulatória pode se voltar contra ela mesma para gerar rearticulações que colocam em questão a ora hegemônica daquela mesma lei regulatória (BUTLER, 2015, p.154).

Segundo Judith Butler, a diferença sexual não pode ser compreendida como uma simples função das diferenças materiais, e, sim, marcadas pelas práticas discursivas, exatamente por ser o sexo que desde sempre normativa por governar a prática regulatória sobre os corpos: “toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir – demarcar, fazer, circular, diferenciar – os corpos que ela controla” (BUTLER, 2015c, p. 153-154). E, assim, o panóptico *foucaultiano* estabelece as linhas divisórias entre o punir e o vigiar os corpos, que apresentam *performances* que descentram a ambiência militar, dada por materializar o sexo nos corpos dos sujeitos recusáveis à cultura disciplinar, binária e heteronormativa.

Assim, a ruptura com o regime de verdade foi realizada através do questionamento de uma ordem discursiva, algo que imprime sobre os corpos as possibilidades. Ao mesmo tempo em que governa a todos, o *contrafogo* recai sobre as teorias feministas, algo que não estabeleceu uma ruptura com os ditames das Ciências Humanas, já que estas foram descentradas pela escrita subversiva da filósofa Judith Butler, o que traz à baila a radicalidade de Monique Wittig, em conjunto com a sua crítica ao sujeito universal, que é masculino.

Por outro lado, a subversão *butleriana* sobre a inviabilidade de construção de identidade lésbica, proposta por Wittig (2006), abre brechas para questionar as principais categorias de análise, estas sendo aquelas que moldaram as teorias feministas, do gênero e do sexo. As convergências dessas teorias descentram e assumem um campo de debate, permeado pelas relações de poder, dado pelo político, enquanto categoria fluída e metamorfoseada nas práticas discursivas, dentro da heteronormatividade compulsória.

O sujeito universal, elaborado por uma instância hegemônica ocidental, tanto propõe fixidez ao definir grupos sociais, como silencia a existência de intergrupos, estes que coexistem enquanto *performances* de múltiplas sexualidades, que descentram de dentro e não de fora da heteronormatividade, frente o isolamento já instituído ao sexo feminino, na reificação corpórea do(s) gênero(s).

O presente trabalho, articulado à primeira etapa da pesquisa de campo, pôde estabelecer uma linha de proximidade, ainda em curso, com a hipótese de pesquisa de que as *performances* lésbicas tanto descentram a ambiência militar, quanto reproduzem o *ethos* guerreiro, viril e masculino. No entanto, o achado mais preponderante que pode lançar luz sobre essa questão, após o tratamento das informações, é justamente do papel das policiais militares, assumidamente heterossexual, que constitui a outra ponta dos possíveis assédios, que recaem sobre as policiais lésbicas que foram emparedadas no trânsito, algo imposto pelo gênero, se enxergando a imposição dada à elas, sendo femininas ou masculinas, em um lugar instituído pela ordem militar à existência lésbica – o “segundo homem”.

2.5 A pesquisa e o gênero na diversidade do perfil das entrevistadas

Nas instituições policiais militares, por ser força auxiliar das Forças Armadas, a hierarquia é a centralidade nas relações, dentro e fora do expediente funcional, algo que deve ser seguido com o rigor da ordem, através do controle da mente e dos corpos dos *subalternos*. Assim, a linha hierárquica, parte das praças (soldado, cabo, sargento e subtenente), é realizada no corpo de Oficiais (tenente, capitão, major, tenente coronel e coronel). Em cada uma dessas categorias, e, entre as categorias, existem especificidades que conformam o fio condutor do respeito (obediência) à norma hierárquica, militarizada e heteronormativa.

A categoria com o menor prestígio hierárquico dentro do grupo de praças é a de soldado, o maior contingente dentro das Polícias Militares de todo país. E, assim, a de maior prestígio é o grupo dos oficiais que, independentemente da patente (tenente, capitão, major,

tenente coronel e coronel), se eleva diante da grande massa de soldados. Para um maior entendimento sobre o processo de subordinação do sujeito, dentro das Polícias Militares, a patente de Cabo subordina a patente de soldado, assim como a patente de sargento subordina as patentes de Cabo e Soldado, a patente de Subtenente subordina as patentes de Sargento, Cabo e Soldado, e a patente de Oficial subordina todo o grupo de praças.

Um/a praça, caso não realize o exame para o oficialato, alcança o posto de Subtenente da PMBA e chega ao oficialato, por meio do Curso de Formação de Oficiais, por merecimento ou por tempo de serviço. Esse lugar, considerado de comando das tropas de praças, na ausência de um/a oficial, expressa o esforço e o respeito às mais antigas, prioritariamente, por parte das demais patentes, dentro do âmbito da Polícia Militar. Por outro lado, ao longo dos 30 anos do corpo feminino na PMBA, essa presença é comemorada no dia 30 de abril de 2020, que ainda não é representativa.

Tabela 1: Distribuição do efetivo da PMBA, por quadros, patentes e gênero (2022).

Patentes/Sexo	Marco Temporal do Efetivo da Polícia Militar do Estado da Bahia										Total	
	QOPM		QOSPM		QOAPM		QETAPM		QPPM			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Coronel PM	37	0	2	0								39
TenCoronel PM	180	1	6	3	6	0						196
Major PM	401	116	7	9	20	0						553
Capitã/o PM	1005	136	2	1	67	16						1227
Tenente PM	391	36	33	22	245	65	94	7				893
SubTenente PM										860	605	1465
Sargento PM									2341	1085		3426
Cabo PM									4782	1056		5838
Soldado PM									12651	1246		13897
Aspirante Of	0	0			130	53	97	1				281
Aluna/o Of	75	8					98	2				183
Aluna/a Sd									1481	199		1680
Total	2089	297	50	35	468	134	289	10	22115	4191		29678

Fonte: Ascom/PMBA, 2022.

De acordo a Tabela 1, o efetivo geral da PMBA é de 29.679, composto por 25.011 homens e 4.667 mulheres⁶⁶, o que evidencia uma desigualdade no acesso e na ascensão, dada entre homens e mulheres, dentro da Corporação Policial Militar. As mulheres representam,

⁶⁶ Efetivo geral atualizado no dia 31 dezembro de 2022. Ver Anexo 3.

assim, apenas 15,7% do efetivo geral, que compõe os 05 (cinco) quadros dos efetivos, como consta na legislação da PMBA⁶⁷.

No quadro de oficiais da Polícia Militar, chamado de QOPM, refere-se ao efetivo que ingressou, através do exame de admissão à Academia de Polícia Militar, dada como APM⁶⁸, num espaço de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais. Neste quadro, as mulheres representam 12,4% em relação aos 87,6%, dentro do efetivo masculino. Em 30 anos de acesso das mulheres aos quadros da PMBA, nenhuma mulher alcançou a patente de coronel, e, apenas 04 (quatro) mulheres foram condecoradas na patente de Tenente Coronel.

No entanto, faz-se necessário alertar que apenas 01 (uma) mulher possui a patente de tenente coronel neste quadro, haja visto que o acesso ao quadro de oficiais da saúde (QOSPM) ocorre através de concurso público e do estágio de adaptação⁶⁹, o que torna distinto o processo de promoções. Dentre as patentes do QOPM, as mulheres estão melhor representadas na patente de Major PM, correspondendo à 22,6% do efetivo, em relação aos 77,4% de homens.

Os dados sobre a patente de capitã/o são os mais alarmantes, principalmente, no tocante ao número de homens e mulheres, com a hegemonia de 87,5% de homens, o que configura os postos de comandos das Unidades Operacionais, dadas como CIPMs e Batalhões da Polícia Militar do Estado da Bahia. É justamente a patente de capitão que possibilita o acesso à direção e gestão das Unidades de Policiamento, portanto, do ordenamento do policiamento de áreas, comunidades e territórios, ao contrário do que ocorre com o comando das Bases Comunitárias de Segurança, num espaço em que a gestão pode ser conduzida por um/a tenente da PMBA.

No Quadro de Oficiais da Saúde da Polícia Militar – QOSPM, haja visto o acesso, que é diferenciado dos demais quadros da Tabela 1, num espaço em que se recebem profissionais de nível superior e de especialidades médica e odontológica, a diferença da representação entre homens e mulheres é mínima, não chegando aos 9%, o que nos conduz a refletir sobre o caráter da estrutura militarizada, seja na formação e nos processos de ascensão dentro da PMBA, um obstáculo para a vida das mulheres. O espaço deste quadro evidencia o caminho da equidade de gênero, sem critérios excludentes de acesso, cujo foco é a formação educacional e a capacidade intelectual.

⁶⁷ Disponível em: <https://aspraba.com.br/legislacao-pm-ba/>. Acesso em 13/01/2022.

⁶⁸ Disponível em: <http://www.pm.ba.gov.br/academia-de-policia-militar/>. Acesso em 13/01/2022.

⁶⁹ Disponível em: <http://www.pm.ba.gov.br/medicos-e-dentistas-iniciam-estagio-no-quadro-de-oficiais-de-saude-da-pm/>. Acesso em 14/01/2023.

No Quadro de Oficiais Auxiliares da Polícia Militar – QOAPM, cujos integrantes são oriundos da categoria de Praças (soldados, cabos, sargentos e subtenente), os/as policiais acessam tal patente, a partir das promoções ao longo da carreira, o que possui como um dos requisitos o curso de formação, como consta no regulamento da Lei nº 7.990/2001, no artigo 44-A⁷⁰:

§ 1º – O maior grau hierárquico do Quadro de Oficiais Auxiliares da Polícia Militar – QOAPM e do Quadro de Oficiais Auxiliares Bombeiros Militares – QOABM é o Posto de Major.

§ 2º – Somente poderão concorrer à promoção ao posto de Major do QOAPM e do QOABM os Capitães que possuam graduação em curso de nível superior reconhecido pelo Ministério da Educação, preenchidos os demais requisitos legais, inclusive conclusão com aproveitamento do Curso de Especialização no Serviço Público – CESP promovido pela Polícia Militar.

Neste quadro, integrantes da PMBA, oriundos da categoria de praças, só alcançaria a patente máxima de major PM, caso possuísse o nível superior. O novo marco temporal do efetivo da Polícia Militar do Estado da Bahia, publicado no Boletim Geral de Registro -BGR de 16 de janeiro de 2023, incluem a patente de Tenente Coronel ao QOAPM. Esse avanço para a categoria de praças, não alterou a situação das mulheres de acesso às patentes de major e tenente coronel, além de não superar os 20% de representação nas patentes de capitã e tenente, um espaço genuinamente masculino.

No Quadro Especial de Tenentes da PMBA – QETAPM, criado para possibilitar o acesso ao oficialato de praças com tempo de serviço para aposentadoria, ambos, mulheres e homens, não superam os 11% em relação ao efetivo geral de oficiais, o que nos remete à estrutura engessada da hierarquia e da hegemonia do poder, que impossibilita avanços significativos para as pessoas oriundas do círculo de praças. No entanto, no tocante à questão de gênero e sua relação com os degraus de acesso às patentes do oficialato, novamente, as mulheres são subvalorizadas em todos os níveis destas progressões, prioritariamente, ao efetivo geral da patente de tenente: homens (10,5%) e mulheres (0,8%); aluno/ aspirante: homens (99%) e mulheres (1%); aluno/a oficial: homens (98%) e mulheres (2%), por um sexismo que atravessa todos os espaços da ambiência militar.

No Quadro de Praças da Polícia Militar – QPPM, o acesso ocorre através de concurso público, principalmente, com o critério de gênero, determinando a hegemonia masculina no número de vagas, por homens (1.700) e mulheres (300), no total de 2.000 vagas para o Curso

⁷⁰ Disponível em: <https://aspraba.com.br/legislacao-pm-ba/>. Acesso em 14/01/2023.

de Formação de Soldado do QPPM e para o Curso de Formação de Bombeiro Militar, isto no Quadro de Praças de Bombeiros Militares – QPBM, com o total de 500 vagas, de homens (423) e mulheres (77), como consta no Edital do Concurso Público do ano de 2022⁷¹. Esse espectro sinaliza o sexismo e machismo no acesso restritivo das mulheres aos quadros da Polícia Militar do Estado da Bahia, que tem por base a Lei n.º 9.713/1998, que estabeleceu a cota de 10% das vagas às mulheres, para garantir a presença feminina nas forças militares da maioria das Unidades Federativas do país.

Tabela 2: Percentual de vagas nas Polícias Militares do Brasil, por ano, UF e gênero.

ANO	UF	VAGAS		% FEM
		M	F	
2022 ⁷²	SP	2.700		*
2022*	RJ ⁷³	1.800	200	10%
2022	BA	1.700	300	15%
2022 ⁷⁴	SC	200	50	20%
2022 ⁷⁵	MT	Cad. Reserva		20%
2018 ⁷⁶	RN	938	62	6,2%
2018 ⁷⁷	RR	378	52	12%
2016 ⁷⁸	SP	2.293		*
2017 ⁷⁹	BA	1.819	181	9%
2014 ⁸⁰	RJ	5.400	600	11%
2012 ⁸¹	BA	1.625	240	12,9%
2010 ⁸²	RJ	2.800	800	22,2%

⁷¹Disponível em: <https://blog-static.infra.grancursosonline.com.br/wp-content/uploads/2022/09/28031831/edital-publicado-pm-ba.pdf>. Acesso em 20/01/2022.

⁷²Disponível em: https://conhecimento.fgv.br/sites/default/files/concursos/2_minuta_do_edital_retificado_no_dp-1.321.22_-_sd_pm_2a_cl_v.2.pdf. Acesso em 20/01/2023.

⁷³ Disponível em: <https://admin.folhadirigida.com.br/filemanager/files/concursos/Editais2022/termo-referencia-concurso-pmerj-2022-soldado.pdf>. Acesso em 20/01/2023.

⁷⁴ Disponível em: https://d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/1135/3_1732619.pdf Acesso 23/01/2023.

⁷⁵Disponível em: <https://blog-static.infra.grancursosonline.com.br/wp-content/uploads/2022/01/20150938/Concurso-PM-MT-Edital-Soldado-Publicado.pdf>. Acesso em 23/01/2023.

⁷⁶Disponível em: [http://editaisconcursos.damasio.com.br/890_1_Anexo1_Pol%C3%ADcia_Militar_RN_\(Soldado_2018\).pdf](http://editaisconcursos.damasio.com.br/890_1_Anexo1_Pol%C3%ADcia_Militar_RN_(Soldado_2018).pdf). Acesso em 23/01/2023.

⁷⁷Disponível em: <https://cpc.uerr.edu.br/wp-content/uploads/2018/04/EDITAL-PM-2018.pdf>. Acesso em 23/01/2023.

⁷⁸ Disponível em: <https://www.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/Concursos/Editais/2017/DoeEdital-DP-232116-SdPM2Cl.pdf>. Acesso em 23/01/2023.

⁷⁹ Disponível em: <https://fs.ibfc.org.br/arquivos/39d09866a13475383a5d486b3011f279.pdf> Acesso 23 jun./23. Acesso 23/06/2020.

⁸⁰Disponível em: <https://blog-static.infra.grancursosonline.com.br/wp-content/uploads/2014/06/PM-RJ-Edital.pdf>. Acesso 23/06/2020.

⁸¹ Disponível em: https://arquivos.qconcursos.com/regulamento/arquivo/11397/cbm_ba_2013_soldado-edital.pdf Acesso em 13/02/2020.

⁸² Disponível em: <https://www.pciconcursos.com.br/concurso/edital-comunicado-aos-candidatos-do-concurso-da-policia-militar-rj-cfsd-2010>. Acesso em 23/06/2020

2008 ⁸³	BA	2.500	250	10%
2008 ⁸⁴	SP	2.500	-	0%
2008 ⁸⁵	SC	658	42	6%
2008 ⁸⁶	MT	927	103	10%
2007 ⁸⁷	PA	1.535	165	9,7%
2007 ⁸⁸	RJ	2.000	-	0%

Fonte: Dados extraídos dos editais de Concurso Público das Polícias Militares no Brasil.

Na década de 2000, os estados escolhidos das cinco regiões do país (BA, PA, RJ, SP, MT e SC) seguiram à risca a cota máxima de até 10%, sendo que os estados de São Paulo e Rio de Janeiro não disponibilizam vagas para o público feminino. Na década de 2010, o Estado do Rio de Janeiro sinalizou em seu edital a destinação de 22,2% para o efetivo feminino, decrescendo no ano de 2014, com apenas 11% de vagas para as mulheres. O Estado de São Paulo inova, principalmente, ao executar a paridade de gênero, ato feito na destinação das vagas de acesso ao quadro de praças da Polícia Militar, sem incluir porcentagem de vagas para ambos os sexos (masculino e feminino). Os demais estados não sinalizam avanços tão significativos, ficando entre 6,2% (RN) a 12,9% (BA).

Na década de 2020, o Estado de São Paulo dá continuidade à política de equidade de gênero no acesso aos quadros de praças da Polícia Militar. Os estados de Santa Catarina e Mato Grosso avançam ao instituir a reserva de 20% (vinte por cento), tudo isto para o ingresso de candidatas do sexo feminino na carreira militar. E, assim, o Estado do Mato Grosso, perpassam através da Lei n. 10.816/2019⁸⁹, na reserva de 20% (vinte por cento) para pessoas negras, o que já consta no edital de 2022 da Polícia Militar do Estado da Bahia.

As tentativas que buscavam diluir o tratamento restritivo às mulheres nas forças militares não foram capazes de alterar, significativamente, os critérios de acesso das mulheres às carreiras militares do Estado da Bahia, que entre 2012 (12,9%) e 2022 (15%), acumulou apenas 2,1% no percentual de ingresso de candidatas do sexo feminino, o que não é

⁸³ Disponível em: <https://servidores.rhbahia.ba.gov.br/concursos/ssp/2018/soldado-da-policia-militar-2008> Acesso em 23/06/2020.

⁸⁴ Disponível em: <https://www.pciconcursos.com.br/concurso/edital-2500-vagas-para-soldado-pm-de-2-classe-da-policia-militar-sp>. Acesso em 23/06/2020.

⁸⁵ Disponível em: https://jcconcursos.com.br/media/uploads/anexos/2008/pm_edital_8918.pdf. Acesso em 23/06/2020.

⁸⁶ MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Administração. Secretaria de Justiça e Segurança Pública. EDITAL Nº 003/2008-PMMT, de 21 de abril de 2008.

⁸⁷ Disponível em: https://portalfadesp.org.br/midias/anexos/368_edital_001_cfsd_soldados_doe.pdf. Acesso em 23/06/2020.

⁸⁸ Disponível em: https://jcconcursos.com.br/media/uploads/anexos/2007/pm_abertas_2000_vagas_5362.pdf Acesso 23/06/2020.

⁸⁹ Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=374457> Acesso 20 jan./22

significativo nem para a análise nem para a vida das mulheres no tocante, principalmente, aos possíveis avanços da presença feminina nas carreiras militares.

A consonância entre os dados das tabelas 1 e 2, para além da ordem e da disciplina, evidencia um elemento central nas relações de poder entre as categorias militares (Praças e Oficiais), dada no tocante à presença feminina na corporação, assim como na atividade-fim e na atividade-meio, que era pautada na valorização do sujeito masculino em detrimento da determinação do objeto feminino, seja no fluxo de acesso aos concursos públicos da carreira militar. O gênero e o ser mulher eram usados como categoria útil de análise (SCOTT, 1990), principalmente, acerca das disparidades que engendram múltiplas violências, assim como a busca por reconhecimento na instituição policial militar, que reafirma que a resistência à presença feminina é a tônica de todas as forças auxiliares no Brasil, prioritariamente, a partir da sua porta de entrada com os concursos públicos. Por esse motivo, a mobilização das policiais militares foi conduzida de forma a agregar todas as patentes possíveis dentro dos dois grupos (praças e oficiais), seja da linha hierárquica da Polícia Militar do Estado da Bahia, no sentido de melhor entender as experiências e as narrativas sobre as *performances* lésbicas na ambiência militarizada.

Assim, como demonstra a Tabela 1, a categoria de praças abarca os 88,9% do efetivo da Polícia Militar da Bahia, com os 26.306 policiais sob o comando do oficialato, incluindo os alunos aspirantes e alunos a oficiais, como consta no artigo 11, inciso 7, da 7.990/2001:

§ 7º – A precedência entre os Praças Especiais e aos demais é assim regulada:

a) o Aspirante Oficial é hierarquicamente superior aos praças;

b) o Aluno Oficial é hierarquicamente superior aos Subtenentes;

c) o Aluno do Curso de Formação de Sargentos é hierarquicamente superior ao Cabo (BRASIL, Lei nº 7.990, 2001).

A mesma configuração do oficialato em relação às mulheres é espelhada na categoria de praças, subvalorizando a presença feminina, mas com algumas variações, principalmente, no tocante às promoções das patentes do marco temporal de 2022:

- Aluno/a Soldado: homens (88,2%) e mulheres (11,8%);
- Soldado PM: homens (91%) e mulheres (9%);
- Cabo PM: homens (81,9%) e mulheres (18,1%);
- Sargento PM: homens (68,3%) e mulheres (31,7%); ou,
- Subtenente: homens (58,7%) e mulheres (41,3%).

Ao mesmo tempo em que a patente de Subtenente demonstra uma aproximação à equidade de gênero, a patente de sargento nivela por baixo a presença feminina no comando da tropa e das guarnições de policiamento. Sendo assim, essa configuração de comando é balizada pelo processo de acesso desigual entre homens e mulheres, presenciada na patente de alunos/as e soldado. Sem a devida equidade no acesso, as demais etapas serão encapsuladas pela hegemonia masculina.

Ser sargento é alçar o espaço de comando e autoridade entre praças, o mais próximo da presença de oficiais nas Unidades e na condução das operações especiais, desde que sejam nas Companhias Independentes, Batalhões e Rodas Especiais de Operações Policiais. Atua, em sua grande maioria, na atividade fim, nas operações policiais e no contato da guarnição com a população, que, em geral, é composta por 01 (um/a) soldado, 01 (um/a) Cabo e 01 (um/a) Sargento. Todas as guarnições de radiopatrulhamento (ronda com viatura), duplas de policiamento a pé, seja motorizado e de bicicleta, estarão sob o comando de um oficial de dia, quase sempre realizado por um/a Tenente PM. Esse lugar de comando entre praças é indubitavelmente ocupado por homens, como evidencia a Tabela 1.

Tabela 3: Distribuição da presença feminina na PMBA, por categoria e patentes (2020).

Patentes	Categorias		%
	Oficial	Praça	
Tenente	1	-	0,002%
Coronel			
Major	34	-	0,07%
Capitã	203	-	4,4%
Tenente	136	-	2,9%
Subtenente	-	506	10,9%
Sargentos	-	390	8,5%
Cabo	-	1.847	40%
Soldado	-	1.474	32%
Alunas CFO	4	-	0,08%
Alunas CFS		11	0,02%
Total	478	4.228	4.606

Fonte: Ascom/PMBA, 2020⁹⁰.

De acordo com a Tabela 2, a porta de entrada de maior acesso das mulheres na PMBA é na categoria de praças, concentrando 92% da tropa feminina nas patentes de soldado, cabo e sargentos. As duas primeiras patentes de praças, soldado e cabo, concentram 72% deste

⁹⁰Disponível em: <http://www.mulheres.ba.gov.br/2020/04/2813/PMs-femininas-completam-30-anos-de-ingresso-na-corporacao-baiana.html>. Acesso em 02/05/2020.

efetivo, o que evidencia o baixo acesso das mulheres aos espaços de poder, dado o exemplo da condução das guarnições, seja no radiopatrulhamento, policiamento a pé ou cavalaria. No âmbito do oficialato, espaço de tomada de decisões, a presença feminina não é significativa, exatamente por representar apenas 7,4%, o que impossibilita avanços importantes para a promoção da equidade de gênero na Polícia Militar do Estado da Bahia.

No ano de 2014, a Bahia figurava com o 3º maior efetivo de mulheres no Brasil (13,9%), apenas atrás do Amapá (20,3%) e Roraima (14,5%). Em 2015, o Ministério Público questionou o fato de as mulheres não ocuparem postos elevados na Instituição. Com efetivo de pouco mais de 30 mil integrantes, a participação feminina passou a representar apenas 13,5%, com apenas 4.158 mulheres policiais, diante da autonomia do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar da Bahia.

Os editais limitam o quadro de vagas para mulheres. Não deveria se estabelecer cotação. Todos os concorrentes deveriam disputar em pé de igualdade. Se 60% das mulheres forem aprovadas, deveriam ser convocadas. (...) a PM ainda conserva características patriarcais. A polícia militar reproduz a discriminação e o sexismo da sociedade. Quem pensou o ingresso das mulheres na polícia foram os homens. Não foi pensada a promoção da mulher para os cargos máximos (Promotora Márcia Teixeira)⁹¹.

No ano de 2018, o Ministério Público do Distrito Federal e Território questionou a Lei nº 9.713/1998, entrando com representação acerca da inconstitucionalidade de uma lei, que tem 20 anos, e, que, por isso, não acompanha a realidade atual. Essa ação mobilizou especialistas e a única representação feminina no Superior Tribunal Militar, a Ministra Maria Elizabeth Rocha, que defende a presença feminina nas carreiras militares, assim como avalia que a isonomia entre os sexos ainda é um horizonte longínquo, dado em face da herança patriarcal e sexista que vigora no país⁹².

Em pleno século 21, a simples existência de uma lei como essa demonstra o quão longe se está de atingir a tão almejada isonomia entre os sexos. Segundo legislação anterior, havia distinção de quadros femininos e masculinos. O quadro feminino sempre foi menor e não autorizava que as mulheres alcançassem os mesmos postos que os homens sob o argumento de as atribuições serem diferentes. A Lei nº 9.713/98 veio para unificar os quadros e, em tese, acabar com esse tratamento restritivo, contudo, fez justamente o oposto, estabelecendo às claras uma política discriminatória contra a mulher ao limitar o número de policiais do sexo feminino a apenas 10% do efetivo. Seria de se pensar, por consequência, que um dispositivo legal, tão absurdamente contrário às políticas afirmativas e ao próprio texto constitucional, fora, de pronto, questionado perante o Supremo Tribunal Federal. Porém, tal não ocorreu, mesmo passados 20 anos da promulgação da norma, a revelar a invisibilidade jurídica que ainda permeia as violações aos direitos das mulheres (Ministra do STM, Maria Elizabeth Rocha).

⁹¹ Disponível em: [G1 - BA é 3º estado com maior número de mulheres na PM; e MP critica sexismo - notícias em Bahia \(globo.com\)](https://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/05/29/g1-bahia-e-3o-estado-com-maior-numero-de-mulheres-na-pm-e-mp-critica-sexismo-noticias-em-bahia-globo.com). Acesso em 29/05/2022.

⁹² Disponível em: [Isonomia entre os sexos na carreira militar está longe, avalia ministra do STM - Concursos \(correioweb.com.br\)](https://www.correioweb.com.br/2018/05/29/isonomia-entre-os-sexos-na-carreira-militar-esta-longe-avalia-ministra-do-stm-concursos). Acesso 29/05/2022.

Essa política discriminatória sobre os corpos femininos, restringindo o acesso das mulheres, impõe distinções entre homens e mulheres, aos quadros das Forças Armadas e das Polícias Militares do Brasil, mobilizando a Defensoria Pública do Estado da Bahia, que questiona a cota de acesso das mulheres ao QPPM, principalmente, em audiência pública, diante da inconstitucionalidade da Lei n.º 9.713/1998, que estigmatiza o feminino e viola os direitos das mulheres.

Para que as mulheres possam sobreviver neste cenário árido e ainda restritivo às suas vidas, com os sucessivos assédios praticados contra seus corpos e sua presença, os ajustes do corpo e do comportamento – as *performances* - são fundamentais para o trânsito, entre intergrupos que reivindicam a hierarquia das patentes, algo nada tranquilo diante dos ditames das patentes superiores, mesmo entre os seus pares no oficialato.

Tabela 4: Distribuição do oficialato feminino em postos de Comando na PMBA (2022)⁹³.

Presença Feminina nos Espaços Institucionais - PMBA	Oficialato Feminino		Geral		
	Patente	Função	F	M	%
Gabinete do Comando Geral					
Administrativo	Cap PM	Secretária	2	12	14,2%
Coordenação de Assuntos de Licitação e Contratos	Maj PM	Coordenadora			
Gabinete do Subcomando Geral					
Cerimonial	Maj PM	Coordenadora	1	4	20%
Organizações sediadas no CAB					
	NA	NA	0	13	0%
Centrais Integradas de Comunicação -					
CICOM/SSA					
	NA	NA	0	2	0%
CICOM - Regional Sudoeste/ Guanambi	Cap PM	Coordenadora			
CICOM - Regional Velho Chico/ Ibotirama	Cap PM	Coordenadora	3	19	13,6%
CICOM - Regional Costa do Dendê/ Valença	Cap PM	Coordenadora			
Organizações sediadas nos Barris					
	NA	NA	0		0%
Organizações sediadas na Vila Policial Militar					
Centro Médico Hospitalar da PM – CNH/DS	Tcel PM	Coordenadora	6	12	33%
Coordenação da Equipe Multidisciplinar - DPS	Cap PM	Coordenadora			
Coordenação de Assistência Social - DPS	Maj PM	Coordenadora			

⁹³ Disponível em: [Lista Telefônica PMBA \(cpu001818.ba.gov.br\)](http://Lista%20Telef%C3%B4nica%20PMBA%20(cpu001818.ba.gov.br)). Acesso em 16/01/2023.

Coordenação de Valorização da Mulher - Centro Maria Felipa	Maj PM	Coordenadora			
Capelania do Núcleo de Religiões de Matriz Africana - CAR	Cap PM	Coordenadora			
Coordenação de Interatividade do Veterano - CAR	Maj PM	Coordenadora			
Organizações sediadas na Capital e RMS (Adm)	NA	NA	0	13	0%
Instituições de Ensino sediadas na Capital do Estado					
Colégio da Polícia Militar - LUIZ TARQUÍNIO	Maj PM	Diretora Adjunta	1	17	5,5%
Instituições de Ensino sediadas no Interior do Estado					
Colégio da Polícia Militar - FEIRA DE SANTANA	Maj PM	Diretora Adjunta	1	19	5%
Comando de Policiamento Regional	NA	NA	0	26	0%
Unidades de Policiamento da Capital e RMS					
Operação Ronda Maria da Penha	Maj PM	Comandante			
Operação Ronda Maria da Penha	Cap PM	SubComandante			
Operação Ronda Escolar	Maj PM	Comandante			
12ª CIPM - Ondina/ Rio Vermelho - Orla	Maj PM	Comandante	8	69	10,4%
13ª CIPM - Pituba - Orla	Maj PM	Comandante			
5ª CIPM - Iguatemi	Maj PM	Comandante			
40ª CIPM - Nordeste de Amaralina - Orla	Maj PM	Comandante			
50ª CIPM - Sete de Abril	Cap PM	SubComandante			
Bases Comunitárias de Segurança de Salvador e RMS					
Base Comunitária de Segurança do Bairro da Paz	Ten PM	Comandante			
Base Comunitária de Segurança do Calabar	Cap PM	Comandante			
Base Comunitária de Segurança de Fazenda Coutos	Cap PM	Comandante	7	13	35%
Base Comunitária de Segurança de Narandiba	Ten PM	Comandante			
Base Comunitária de Segurança de Santa Cruz	Ten PM	Comandante			
Base Comunitária de Segurança de Itinga	Ten PM	Comandante			
Base Comunitária de Segurança da Nova Cidade	Cap PM	Comandante			

Fonte: Produzida pela autora, a partir das informações da ASCOM/PMBA, 2022.

Dos 08 (oito) setores que compõem a linha de atuação do Comando Geral da PMBA, a presença feminina está representada por duas oficiais: uma capitã no cargo de secretária, auxiliando a parte administrativa do Comandante Geral, e outra, que é major PM na função de chefia da coordenação de assuntos de licitação e contratos, que foca num avanço significativo para o vazio da representação feminina, em espaços de decisões. No âmbito do Subcomando Geral, composto por cinco setores, localizados no Quartel dos Aflitos, apenas uma representação feminina coordena o Cerimonial do Comando Geral da PMBA. Na estrutura central, as mulheres estão localizadas em áreas consideradas aptas para o feminino, como o secretariado aos oficiais de dia, dentro de suas atividades administrativas.

Nas organizações sediadas no Centro Administrativo da Bahia, chamada de CAB, no total de quatro departamentos, em um tipo de superintendência e um centro integrado de comunicações, em um Comando de Policiamento Especializado em que não há presença feminina, nem na direção. Apenas na base dos Centros Integrados de Comunicações do Interior, chamada de CICOMs, formada por 22 Centros, as mulheres oficiais ocupam 03 (três) cargos destes, representando 13,6%, assim como os homens se dão em 86,4%, em um abismo construído pela lógica do pensamento heterossexual, que configura o patriarcado.

No tocante às organizações da Vila Policial Militar, se comportam dezoito setores, distribuídos por 02 (dois) departamentos e um centro, em que as mulheres estão alocadas majoritariamente no Departamento de Promoção Social (DPS), que ocupa três dos quatro setores. Ao contrário do que ocorre no Centro de Atenção Religiosa (CAR), se possuem oito setores, e apenas dois são ocupados por mulheres. No geral, essa concentração de mulheres nos sinaliza a reafirmação prioritária do lugar das mulheres na política do cuidado, sem, contudo, tornar equânime a presença de homens e mulheres, prioritariamente, nos espaços centrais das tomadas de decisões.

No comando da formação e educação, a partir das instituições de ensino, os Colégios de Polícias Militares (CPM), tanto na capital quanto no interior, são majoritariamente comandados por homens, e a presença de duas oficiais nesse rol é sempre de coadjuvantes, com duas diretoras adjuntas, uma na capital (Luiz Tarquínio) e uma no interior (na Feira de Santana), representando 5,5% de representação feminina. Estes espaços, assim, são prioritários para o processo de formação e inculcação de normas, regras e o disciplinamento de crianças, jovens e adultos, haja visto que o processo pedagógico dos cursos de formação é organizado nessas instituições, o que tende a fortalecer o disposto controle sobre os corpos e as mentes, e, conseqüentemente, do controle das pautas de gênero e sexualidade, dados na ambiência militar.

As Companhias Independentes da Polícia Militar (CIPM), surgidas na década de 1990, no Estado da Bahia, possuem a perspectiva de realizar uma transição entre a polícia truculenta para a polícia de proximidade, em que a presença da mulher mudaria a “imagem” institucional e propiciaria um novo olhar da sociedade sobre a PMBA, que inclui os batalhões e as operações na capital. Após os 30 anos da presença feminina na Corporação Policial Militar, das 31 (trinta e uma) CIPMs da capital, apenas 04 (quatro) CIPMs são comandadas por mulheres com a patente de Major PM. Ainda, nesse anexo, apenas a Operação Ronda Escolar é comandada completamente por mulheres, comandante e subcomandante, Major PM e Capitã PM.

As Bases Comunitárias de Segurança estão instaladas em áreas de grande vulnerabilidade social, pobreza, desemprego e índices de violências. Para este lugar, as mulheres têm assumido lugares de destaque, representando o maior percentual dentre as demais organizações da PMBA (33%), em referência aos demais setores e atribuições, com o domínio irrevogável dos homens (67%), tanto na capital quanto no interior da Bahia.

As informações expostas na Tabela 3 foram as mais significativas, seja diante do volume de informações sobre a estrutura administrativa e operacional da PMBA, assim como seus comandos ocupados majoritariamente por homens, ao passo em que as mulheres, mesmo passando pelo mesmo processo de ingresso e formação na Academia de Polícia Militar, sofrem a resistência dos homens acerca da sua competência para liderar ou comandar uma Unidade Policial.

A configuração desigual entre homens e mulheres no acesso e nas progressões às patentes de ambos os grupos – oficiais e praças - não é aleatória, e, sim, instrumentalizada legalmente por uma normativa que não só impacta o acesso, mas também o alcance dessas mulheres na estrutura policial militar. Uma estrutura, assim, que reflete os caminhos da sociedade em suas relações com os corpos femininos, condicionando-as às margens dos espaços de poder dentro da Instituição, com recortes evidentes de uma interseccionalidade que reafirma o padrão do patriarcado: homem, branco e heteronormativo.

Nesse sentido, apresentar o perfil das entrevistas nesta pesquisa, a partir da questão de gênero, de como as mulheres são condicionadas aos homens, o que também internaliza e reproduz o regulamento imperioso da hierarquia, é também parte de evidenciar que a reivindicação de uma *performance* institucional masculina é atravessada, conseqüentemente, pela negação dos corpos femininos e das sexualidades vivenciadas pelas mulheres entrevistadas, sejam oficiais ou praças.

Quadro 2: Perfil das Entrevistadas na Pesquisa de Campo (2020).

N.	Patente	Cor	Nível Educacional	Área de Serviço	Condição da Identidade	Tempo de Serviço	Município / Atuação	Modalidade da Entrevista
1.	Cabo PM	Negra (preta)	Superior completo	Atividade-meio	Lésbica assumida	21 a 25 anos	Salvador	Presencial
2.	Cabo PM	Negra (preta)	Superior completo	Atividade-meio	Lésbica não assumida	15 a 20 anos	Salvador	Presencial
3.	Cabo PM	Negra (parda)	Superior completo	Atividade-fim	Lésbica assumida	21 a 25 anos	Interior	Virtual
4.	Tenente PM ⁹⁴	Negra (preta)	Superior completo	Atividade-meio	Lésbica não assumida	15 a 20 anos	Salvador	Presencial
5.	Cabo PM	Negra (parda)	Superior completo	Atividade-fim	Lésbica assumida	15 a 20 anos	Salvador	Presencial
6.	Cabo PM	Negra (parda)	Superior completo	Atividade-meio	Lésbica não assumida	21 a 25 anos	Salvador	Presencial
7.	Capitã PM ⁹⁵	Branca	Superior completo	Atividade-meio	Lésbica assumida	15 a 20 anos	Salvador	Presencial
8.	Soldado PM	Negra (parda)	Superior completo	Atividade-fim	Lésbica assumida	15 a 20 anos	Salvador	Presencial
9.	Soldado PM	Negra (preta)	Superior completo	Atividade-fim	Lésbica assumida	5 a 10 anos	Salvador	Presencial
10.	Sub Tenente	Branca	Superior completo	Atividade-fim	Lésbica assumida	26 a 30 anos	Interior	Virtual
11.	Sub	Negra	Superior	Atividade-	Lésbica	26 a 30	Salvador	Presencial

⁹⁴ Realizou o Concurso para Oficiais da Academia de Polícia Militar no ano de 2005 através da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, para ascender à patente de oficial.

⁹⁵ Realizou o Concurso para Oficiais da Academia de Polícia Militar no ano de 2005 através da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, para ascender à patente de oficial.

	Tenente	(preta)	completo	fim	não assumida	anos		
12.	Cabo PM	Branca	Superior completo	Atividade-meio	Lésbica não assumida	15 a 20 anos	Interior	Virtual
13.	Cabo PM	Branca	Superior completo	Atividade-meio	Lésbica assumida	15 a 20 anos	Salvador	Presencial
14.	Sgt PM	Branca	Superior completo	Atividade-meio	Lésbica assumida	21 a 25 anos	Salvador	Presencial
15.	Cb PM	Negra (parda)	Superior completo	Atividade-fim	Lésbica assumida	15 a 20 anos	Salvador	Presencial

Fonte: Dados da autora, 2020.

A pesquisa contou com a participação de 15 (quinze) policiais militares lésbicas, que atuam ou atuaram na Polícia Militar do Estado da Bahia, entre cinco até trinta anos de efetivos serviços prestados à corporação militar. Em virtude do conflito inicial, para participar ou não do grupo criado através do aplicativo *WhatsApp*⁹⁶, - uma proposta pactuada ainda no grupo do *Messenger* – em que algumas policiais, sob alegação de que não se sentiam seguras em compartilhar suas trajetórias e memórias, mesmo que fossem entre as policiais lésbicas da mesma corporação policial, decidiram participar da pesquisa com a condição de estarem apartadas do grupo. Assim, o grupo do *WhatsApp* foi formado por apenas 10 (dez) policiais militares.

O perfil das entrevistadas foi sendo construído, assim, a partir da adesão das policiais à pesquisa, seja pelo *WhatsApp* do grupo, intitulado “Policiais Les” ou pelo *WhatsApp* individual, por compreender os receios que cada uma justificava sobre a ambiência militarizada, algo que impregnava o comportamento de muitas mulheres lésbicas, dado no tocante à hierarquia.

Independente da formação educacional, há diferença de lotação nas atividades-fim e atividades-meio, dado no tocante ao quesito cor/raça. Em razão do número maior de mulheres negras (10) e mulheres brancas (05), há mais mulheres negras (05) na atividade-fim do que as mulheres brancas (01) para essa amostra. Por outro lado, ambos os grupos, de negras e

⁹⁶ *WhatsApp* é um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones, com o suporte de mensagens de texto, imagens, vídeos e documentos diversos, como *word* e PDF, o que também possibilita realizar ligações com o custo agregado ao pacote de dados ou *wifi* livre de uma conexão com a internet

brancas, reafirmaram que há sim maiores oportunidades de acesso às mulheres brancas para ocuparem espaços na atividade-meio do que as mulheres negras.

As duas mulheres oficiais desta pesquisa, uma (01) negra⁹⁷ e a outra branca⁹⁸, ingressaram no Curso de Formação Policial no mesmo ano de 2003, concluíram o curso e atuaram na atividade-meio, mas ocupam postos distintos, em virtude da patente, promovida pela distinta progressão. No ano de realização da pesquisa (2019), a policial branca já comandava uma Unidade Policial, prioritariamente, por ser Capitã da PM. A oficial negra só conseguiu a promoção à patente de Capitã no ano da defesa desta Tese, ou seja, em quatro anos. Ambas afirmaram que há distinção de gênero e de raça/cor na escalada dos acessos aos postos, dentro da PMBA. E, quanto mais reservada a postura da policial nos corredores da Corporação, há menos impactos na busca por progressões na carreira. Esta orientação serve, assim, para o tipo de performance.

A policial, autodeclarada branca⁹⁹, atuou na atividade-fim, na maioria do tempo da carreira militar, e se autodeclarou “lésbica assumida”. A policial, autodeclarada negra¹⁰⁰, atuou em várias repartições da atividade-meio, assim como alegou que parte da tropa saiba dos seus relacionamentos com mulheres, mas se autodeclarou “lésbica não assumida”. Há uma dualidade entre a pretensa liberdade da atividade-fim, em contraposição à atividade-meio, sendo esta última realizada na área administrativa. Sendo assim, com maior controle da vigilância sobre todos os demais corpos, inclusive, os das mulheres lésbicas.

Nesta passagem, simbiótica entre gênero e raça, Kilomba (2019) nos apresenta a configuração do racismo *genderizado*, em que raça e gênero são categorias inseparáveis para compreender que as mulheres negras experienciam situações que as colocam sempre à margem dos acessos possibilitados, primeiro, aos homens brancos, segundo, às mulheres brancas, terceiro, aos homens negros, e, por último, às mulheres negras, que vivenciam, ao mesmo tempo, o apagamento e as contradições de uma realidade que as lançam no não lugar, ou, melhor, na histórica construção do “lugar do negro”, tão bem caracterizado por Lélia Gonzalez (1984).

E, como toda contradição, há espaços para as resistências em ambas as categorias: Oficiais e Praças, em que os sujeitos transitam entre corpos negros, que anseiam por reconhecimento e poder. No âmbito da patente de oficiais, o/a Tenente deve deferência à patente de Capitão, a de Major deve deferência à patente de Tenente Coronel, e, o Coronel

⁹⁷ Entrevistada 4, Tenente PM, demais informações constam no Quadro 2.

⁹⁸ Entrevistada 7, Capitã PM, demais informações constam no Quadro 2.

⁹⁹ Entrevistada 10, Sub Tenente PM, demais informações constam no Quadro 2.

¹⁰⁰ Entrevistada 02, Cabo PM, demais informações constam no Quadro 2.

comanda toda cadeia hierárquica militarizada. Enquanto, assim, a base, composta por praças, é submetida à obediência quase que inquestionável dos oficiais, já que o grupo de oficiais são regidos por outro tipo de ordem hierárquica, esta mesma a que produz o autorreconhecimento entre os seus pares.

A base da pirâmide também experimenta a sensação de comando pelo reconhecimento aos “mais antigos”, seja na concepção de antiguidade no intergrupo de praças, sustentada pela máxima militar: “antiguidade é posto”, ou seja, quem ingressou primeiro detém anos de serviço prestados à sociedade, por isso, é merecedor do respeito (obediência) dos mais novos na Corporação Policial Militar. Entre a hierarquização das patentes, evidenciamos o triplo fardo que intersecciona raça, gênero e orientação sexual, caracterizando o racismo, o sexismo e a lesbofobia.

A mesma configuração conforma o universo feminino da corporação policial militar, pautada na ordem e na disciplina. Porém, a disparidade de gênero condiciona as mulheres, o feminino, para uma condição ainda mais subalterna na instituição, independentemente da patente, uma vez que as CIPMs e Batalhões da PMBA são comandadas por homens, estes aqueles que representam a maioria do efetivo militar, aprofundando a hierarquização e o sexismo nas relações constitutivas da ambiência militar. Afinal, quem comanda determina quem pode e não pode ocupar os postos, assim como os lugares da gestão das operações policiais.

Retomando o Quadro 2, evidenciamos que há uma correlação significativa entre a condição da identidade “lésbica assumida” ou “lésbica não assumida”, para com o tipo de atividade desenvolvida na Corporação Militar: atividade-fim ou atividade-meio. Na atividade-fim, que configura o policiamento ostensivo, fardado em locais públicos, se representam 11 das 15 policiais militares, que se autodeclaram “lésbicas assumidas”, ao passo em que as policiais militares que se autodeclaram “lésbicas não assumidas” atuam na atividade-meio, pelo trabalho técnico e administrativo de planejamento do serviço operacional.

Tabela 5: Tipo de atividades e condição da Autodeclaração da orientação sexual

Autodeclaração Orientação sexual	Atividades		Total
	Fim	Meio	
Lésbica Assumida	7	4*	11
Lésbica Não Assumida	0	4	4

Fonte: Autora da obra. *Duas dessas policiais atuaram na atividade-fim antes de atuarem na atividade-meio.

As policiais que se autodeclararam “lésbicas assumidas” e que atuam na atividade-meio possuem uma trajetória profissional alicerçada na atividade-fim, o que sinaliza a preponderância desta atividade para o processo de reconhecimento da orientação sexual, dado junto aos seus pares. Algumas variáveis podem contribuir para a promoção desse reconhecimento para si e entre os seus pares, feminino e masculino, na ambiência militarizada, desde que ocorra a incorporação do *ethos* selvático destes corpos femininos. As narrativas das policiais lésbicas podem nos direcionar aos dispositivos de controle e ao processo de silenciamento, dado que tais corpos estão submetidos em ambas as atividades policiais.

A maioria das entrevistadas se autodeclara negra, parda ou preta, o que não agrega significância para nenhuma das categorias de análise: patente, ano de ingresso da PMBA, ou nível educacional. A relevância do quesito cor/raça será demonstrada através das narrativas acerca do lugar do corpo negro nas atividades laborais, o que pode impactar o processo de promoção às patentes, a exemplo das duas policiais militares que adentraram na Corporação no mesmo ano (2003), como soldado, e, logo em seguida, prestaram concurso para oficiais, também no mesmo ano (2005).

Uma se autodeclarou branca e a outra se autodeclarou negra/preta. Ambas possuem nível superior e experiência em suas áreas de atuação, porém a pessoa branca, à época da entrevista, exercia a patente de capitã e a negra de tenente. A presença de várias mulheres negras na PMBA é significativa, porém com baixa representatividade, entre o quadro feminino de oficiais.

A invisibilidade da mulher negra nos altos escalões, comparada com a presença das mulheres não negras, sinaliza o que a colonialidade de gênero é capaz de instituir aos corpos predeterminados ao trabalho braçal, sob sol e chuva, no policiamento ostensivo, ao mesmo tempo em que hiper sexualiza, portanto, objetificando sua existência auto aferida, esta em contraposição aos corpos ajustados ao processo de branqueamento, mestiçagem, como valor e poder demandado pela hegemonia do homem branco, principalmente, nas patentes de maior autoridade e poder na PMBA. A desigualdade de gênero, orquestrada a partir do ingresso, reestrutura continuamente o sistema, que constrói lugares e não-lugares para as mulheres negras e não negras, prioritariamente, nas instituições e nas Corporações Militares, em um caráter que é acentuado pela hierarquização da ordem e da vida das mulheres, assim como mais acentuadamente encontrado no cotidiano das policiais lésbicas e negras.

3. O ESPECTRO DA TEORIA FEMINISTA NO *CONTRAFOGO* DA EXISTÊNCIA LÉSBICA NO *FRONT* - O GÊNERO COMO FÁBULA

A perspectiva do pós-estruturalismo apresenta uma possibilidade de descentramento das estruturas, prioritariamente, ao trazer para o centro uma série de vozes antes silenciadas pelo regime de verdade, construído discursivamente, de modo que impunha aos corpos dispositivos normativos o controle arregimentado por uma heteronormatividade compulsória. Por outro lado, as instituições reguladoras e militares constituídas através de um poder disciplinar fortalecem ininterruptamente o caráter viril e masculino das suas tropas, colonizando o corpo e todas as possíveis *performances* contrárias a normalização binária: ser homem e ser mulher, sobretudo, quanto aos excessos do feminino e do masculino em corpos díspares, deslocados da visão biologizante das sexualidades, exatamente para torná-los dóceis e educados ao regime militar. Neste sentido, não há performance e/ou *performatividade* sem o arcabouço da norma, esta que enquadra continuamente as performances que constituem a *performatividade*, reiterada institucionalmente nas práticas cotidianas.

3.1 Gênero, *performances* lésbicas e polícia: um tripé insidioso para uma literatura ausente

A questão de gênero foi discutida, desde sua concepção (BEAUVOIR, 1949), numa reflexão crítica sobre a construção do “ser homem” e do “ser mulher” em uma sociedade patriarcal e produtora de comportamentos sexistas, sobre a apropriação do gênero como categoria útil de análise histórica (RUBIN, 1993; SCOTT, 1990), ao reconhecê-la não só como constitutiva das relações sociais, mas essencialmente como engendradora das relações de poder (NICHOLSON, 2000; SAFFIOTI, 2004), passando pelo enfrentamento da dicotomia entre sexo e gênero, masculinidade e feminilidades (STOLLER, 1993).

A emergência do movimento feminista, eurocêntrico, diante da busca pelo reconhecimento da identidade da mulher como sujeito ativo e pensante, na sociedade ocidental, é datada de 1949, com o livro “O Segundo Sexo”, da filósofa francesa Simone Beauvoir, ao problematizar que a categoria gênero, ao contrário do que era dito, era construída socialmente pelo “conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (BEAUVOIR, 1980, p. 9).

A mulher, historicamente situada como mulher branca, ao ser determinada como ponta cega dentro do arquétipo do poder, vê sua subjetividade anulada em prol de um tipo de

organização, esse mesmo sendo aquela que legitima o domínio masculino em todas as dimensões da vida, principalmente, na base para o relacionamento entre homens e mulheres. A naturalização do “ser mulher” – reprodutora e cuidadora, e, por isso, frágil, em contraposição à também lendária naturalização do “ser homem” –, por força, racionalidade e liderança, era imprescindível para a manutenção de uma ordem por muito tempo intocada, dado o patriarcado.

Um dos primeiros passos para o deslocamento desta estrutura foi ressaltar a distinta relação, dada entre gênero e sexo. Para tanto, foi necessário expurgar todas as concepções que naturalizavam as relações estabelecidas entre o “ser homem” e o “ser mulher”, o macho e a fêmea, o feminino e o masculino, próprias da relação binária que coexiste na contraditória definição de sociedade, uma associação amistosa com outros, proveniente da palavra em latim *societas*. De que forma a desvalorização das mulheres, subalternizadas como corpos abjetos, representa concomitantemente o domínio sem precedentes dos homens, e, conseqüentemente, pautada pelo *ethos* da virilidade? (MOREIRA, 2010).

Nicholson (2000), no artigo “Interpretando o Gênero”, propõe que a palavra “mulher” seja compreendida a partir das semelhanças e diferenças de cada contexto estudado. E, ao explicar a categoria gênero em oposição à categoria “sexo”, tem forte influência da relação binária “ou/ou”: enquanto a primeira é socialmente construída, a segunda é biologicamente dada. E, dentro de uma perspectiva radical, Judith Butler afirma que o gênero é concebido, independente do sexo, contingencialmente, em que a relação de sexo e gênero se dá pelo conjunto de *performances*, reiteradas pela norma. É o domínio, assim, do qual o poder age como discurso, como uma prática que conjuga o contexto para produção, daquilo que o próprio discurso nomeia como normal e desajustado à norma.

Na visão de Flax (1991), o propósito da teoria feminista é analisar, como nós pensamos ou não pensamos, assim mesmo como evitamos pensar sobre a categoria “gênero”: o que é gênero? Como as relações de gênero são construídas e mantidas? Como as relações de gênero se relacionam a outros tipos de relações sociais, como identidade de gênero, classe e/ou raça? E, qual a conexão entre heterossexualidade, homossexualidade e relações de gênero? Afinal, o trânsito entre teoria e prática acaba por ter no poder o definidor das verdades no campo científico, que são reproduzidas em todas as ambiências institucionais, responsáveis pelo processo de ajustes e normalização.

Assim, do mesmo modo, o gênero, o corpo, e, conseqüentemente, a sexualidade, fazem parte de processos que naturalizam nossa existência, descartando a dimensão cultural e identitária como propulsora de sentidos e de práticas sociais contínuas, que nos integram à

sociedade quando positiva. Assim, reconhecendo as múltiplas formas de sentir prazer, se valorizam os desejos e os usos que fazemos sobre os corpos, assim como os usos do sexo. Ao mesmo tempo, se pode impor uma conduta única, excluindo tudo que descentre a relação binária (homem *versus* mulher), fortalecendo o controle social sobre as manifestações de desejos. O desejo e sua manifestação subvertem à norma, exatamente porque sobre este elemento, por vezes, não há controle. As tentativas de freá-lo dar-se no fortalecimento de um discurso que impera a fiscalização sobre o sexo, e a linguagem é o seu principal mensageiro.

A linguagem e sua expressão sobre o sexo só serão permitidas, e, por isso, intensificadas, no ato da confissão da carne como um rito de passagem necessária, dada para expurgar todos os elementos que presentifiquem a relação entre o corpo e o espírito, em direção à salvação. Expurgar de si, do corpo, o mal que nos paralisa em pensamentos lascivos, transforma em necessidade imposta, do ato da fala, do dito, uma ferramenta eficaz no controle dos devaneios e dos desejos, pelo enquadramento no aparato discursivo, dentro do século XVIII.

Discursos de infração que denominam o sexo cruamente por insulto ou zombaria aos novos pudores; o cerceamento das regras de decência provocou, provavelmente, como contrafeito, uma valorização e uma intensificação do discurso indecente. Mas o essencial é multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do exercício do poder: incitação institucional a falar do sexo e a falar dele cada vez mais; obstinação das instâncias do poder a ouvir falar e a fazê-lo falar ele próprio sob a forma da articulação explícita e do detalhe infinitamente acumulado (FOUCAULT, 1988, p. 24).

Para Foucault (1988), a valorização constante do discurso sobre o sexo promoveu, ao contrário do que se pretendia por censura, uma economia específica dos meios de produção dos discursos, sob o domínio dos mecanismos de poder da escolástica. Enquanto no século 18, a categorização acerca do sexo assume uma perspectiva política, levando-se em consideração a supressão da relação entre lícito e ilícito, assim como dotando-o dentro do sistema de utilidade, passível de administração, e, portanto, de análise. No século 19, abre-se um novo leque de possibilidades no entendimento sobre as condutas sexuais, despindo-o solenemente a partir do estímulo à fala, às inúmeras narrativas que possibilitam construir dispositivos de escuta e de registros, pela medicina, pedagogia e justiça, institucionalizando o exercício proeminente da fala e do ato de ser, assim como do saber sobre o sexo. A modernidade, portanto, ajuíza e retira do sexo o seu caráter obscuro, trazendo-o às margens e às vistas de todos, como uma personagem que domina a cena por ser detentora de um segredo que, valorizado, se desnuda discursivamente.

O discurso sobre a sexualidade volta-se para os já considerados vulneráveis ao desvio: crianças, criminosos, loucos e aqueles/as que afrontam a binaridade da sexualidade¹⁰¹. Dar-se voz, escuta e forma aos discursos antes aprisionados no direito canônico, assim como na pastoral cristã, que exercia a condenação compulsória das sexualidades periféricas. Antes aprisionados nas masmorras, agora comandados pelo grande olho, entregues ao *panóptico* de Jeremy Bentham, que impõe e necessita de uma visibilidade exultante (FOUCAULT, 2001b).

A vigília incessante dos usos do sexo e da sexualidade reduz as instâncias de controle da igreja e da justiça, assim como cede lugar à medicina e à terapêutica que regimenta as práticas sexuais, menos para proibir, do que para o exercício do poder, a partir da fábula do diagnóstico e do tratamento, no lugar da interdição e da penalidade. Instaura-se, assim, um mecanismo que subdivide, ramificando, organizando, e articulando a microfísica do poder sobre a nova especificação dos indivíduos, tudo isto em seus infinitos alcances. Uma dessas especificações é a figura do homossexual, em que a sexualidade impressa no século 19 transforma o sujeito jurídico antes na figura do sodomita, num princípio insidioso que o envolve do corpo até a alma, assim como define como espécie, apto para as inúmeras possibilidades de classificação.

O princípio desta classificação é torná-los visíveis o suficiente para dotá-los de uma razão natural do desvio e da desordem. Introduce, deste modo, o sentido invertido de sua própria existência no sujeito, em um mundo que antes de interditar cria espaços de proximidades para coisificá-los e reforçar a instância das práticas discursivas, que se movimentam entre o prazer e o poder: primeiro, enjaulando a sexualidade não só na ambiência heterossexual, mas no convívio matrimonial – o *locus* da família. Segundo, concentrando e dotando de mais poder as principais instituições corretivas, que são escolares e psiquiátricas, dadas no controle dos espaços e dos rituais das sexualidades periféricas.

A sexualidade, aferida por Michel Foucault, só pode ser compreendida dentro de um jogo que extrapola o interdito e expõe o sexo, dentro de uma relação entre o desejo pelo prazer e pelo saber. O mesmo saber que alimenta a vontade de verdade carrega em si os mesmos dispositivos de poder, que outrora interdita e que agora tornam uma categoria analítica, categorizada pelos sujeitos em si, assim como pelas instituições que reivindicam para si o domínio sobre tais corpos.

¹⁰¹ Numa acepção etimológica da palavra “hetero”, que, em Grego, quer dizer “diferente” e “norma”. Em Latim, quer dizer “esquadro”, que constitui a formação da palavra heteronormatividade, pelo conjunto de ações, relações e situações praticadas entre pessoas de sexos opostos. Assim, as múltiplas representações de sexo, sexualidade e identidade de gênero devem se enquadrar dentro dos moldes da heteronormatividade, tudo isto como única orientação sexual possível.

A emergência pelo desmonte da heteronormatividade traz para o centro a necessária problematização dos conceitos de corpo e de sexo, estes que haviam sido subsumidos pelo conceito de gênero (NICHOLSON, 2000). Butler (2003), entretanto, vai mais além quando busca historicizar os conceitos antes marginalizados – sexo e corpo –, dentro da teoria feminista, inferindo que tanto o gênero quanto o sexo e o corpo são construções, estas estabelecidas por uma ordem compulsória, subvertendo um discurso que persiste em inscrever o sexo e as diferenças sexuais fora da cultura, que são presas à natureza. Neste sentido, Judith Butler dá os primeiros passos em direção à superação da dicotomia, essa entre sexo e gênero, que se torna precursora da teoria *queer*.

Para Miskolci (2009), a teoria *queer* tem sua gênese nos estudos culturais surgidos nos Estados Unidos, na década de 1980, e elege como objeto de análise crítica a sexualidade, assim como os desejos, como constitutivo das relações sociais na contemporaneidade. Toda discussão trazida por esta vertente de pensamento se posiciona contrária aos estudos sobre minorias sexuais e de gênero, por não romper com os dispositivos que normalizam suas condutas, a partir da norma heterossexual. O termo *queer* surge como uma interpelação que discute a questão da força e da oposição, da estabilidade e da variabilidade no seio da *performatividade* (BUTLER, 2015).

Butler (2003), portanto, desata alguns nós políticos conceituais que não conseguimos afrouxar, a partir da categoria gênero, e, assim, como a maioria das teóricas feministas, inicia suas análises tomando como ponto de partida a célebre afirmação de Simone de Beauvoir (1949), que afirma que “não se nasce mulher, torna-se mulher!”. Compreende-se que o sujeito é um eterno *dever*, não há identidades fixas, e, que estamos sempre agregando novas formas de *ser, estar e existir* no mundo. Nesta perspectiva, a fluidez também perpassa pela produção social dos corpos e das nossas *performances*, como um *continuum* no tempo histórico. Dessa forma, “*se não nasce mulher, se pode tornar a ser*”, assim como “*também não se nasce homem, tornar-se a sê-lo*”.

A norma que impera sobre nós constrói o próprio elemento capaz de desconstruí-lo, ao tentar execrar o sujeito que cria arregimentações identitárias fora da heteronormatividade compulsória. No entanto, será este sujeito marginalizado que invocará reconhecimento, questionando o sistema que tenta materializar cotidianamente a normalização de seus corpos, passando a usá-los (os próprios corpos) como resposta da sua ineficácia, pela impossibilidade de domá-los diante das suas *performances*.

O desvelar da *performatividade*, que advém dos arranjos linguísticos e da própria ideia de representação, torna tal categoria um elemento cambiante na teoria *butleriana*, dado por

seu caráter de contingência e subversão, com foco na formação do sujeito. O sujeito emerge da obscuridade para se autodeterminar, em face dos limites da norma, assim como reafirmar sua indeterminação dentro das categorias pré-fixadas, de: gênero, gay, lésbica, travestis, transgêneros e tantas outras identidades sexuadas (SALIN, 2013).

No campo do debate sobre a sexualidade feminina e o desejo lesbiano, Rich (2010) relata o apagamento da existência lésbica na produção acadêmica feminista, permeada ainda pelo viés da heterocentricidade, o que sugere que essa atitude seja revista como uma instituição política, que tanto subtrai o poder das mulheres quanto aniquila a existência das mulheres lésbicas.

A via da heterossexualidade compulsória, por meio da qual a experiência lésbica é percebida através de uma escala que parte do desviante ao odioso ou a ser simplesmente apresentada como invisível (...) apresentando sua amargura diante dos homens (RICH, 2010, p.24).

Ao passo em que a existência das mulheres estaria dirigida para os homens de forma “inata”, sua autonomia representaria ameaça à estrutura conservadora e liberal, principalmente, sob dominação masculina, já que a existência lésbica deve ser submetida às correções compulsórias da pulsão sexual masculina, dada como um direito de torná-la “esmagada, invalidada, forçada a se esconder ou recobrir”, corroborada pelo viés religioso (RICH, 2019, p. 22).

O poder masculino ultrapassa, assim, a questão da desigualdade entre os gêneros, e transita entre a brutalidade física à violência psíquica, o que condiciona e retroalimenta a estrutura de dominação masculina, avaliada como simbólica por Bourdieu (2002), mas que ultrapassa todas as dimensões do viver e existir, na lógica patriarcal.

O desejo lesbiano afronta o patriarcado, exatamente por romper com o contexto previamente demarcado das relações de gênero, assim como com a ideologia do amor romântico heterossexual e da hierarquia de submissão, por inscrever uma perspectiva de autointegração do sujeito feminino (WITTIG, 2006). E, assim, a existência das mulheres negras, é pautada? Afinal, os corpos femininos negros são vistos como mulheres pelo dispositivo binário, diante do processo de desumanização escravagista? E, as lésbicas negras, assim, ocupam alguma posição nesse processo de autointegração?

A emergência de uma atitude descentralizadora das categorias gênero e sexo, caracteriza-as como elementos contingenciais e impulsionadores das relações de poder (FOUCAULT, 1988; BUTLER, 2002 e 2015; FLAX, 1991; SALIN, 2013; LOURO, 2000, 2004 e 2015), assim como do apagamento da existência lésbica eurocêntrica (WITTIG, 1998;

RICH, 2010), sem, contudo, enfrentar a problemática sobre quem poderia ser mulher (TRUTH, 1857 *apud* DAVIS, 2018; GONZALES, 1984; KILOMBA, 2019), o que nos conduz aos escritos feministas decoloniais, desde a América Latina e o Caribe (LUGONES, 2014; CURIEL, 2009b; MIÑOSO, 2007).

O grande legado de Maria Lugones para a quebra de uma história única, que é imposta pelos processos coloniais aos povos latino-americanos, passa pela opressão da ideologia de gênero, caracterizada por ela como “colonialidade de gênero”, em alusão à colonialidade do poder”, dada pelo Aníbal Quijano. Ao se autodeclarar mulher de cor, por sua herança dos povos originários, se busca visibilizar a pluralidade de existência das mulheres, dos seus saberes e narrativas, ao enegrecer o pensamento, através da interseccionalidade de gênero, raça, classe e sexualidade (LUGONES, 2008), rumo ao feminismo decolonial, dado como ferramenta de resistência à heterossexualidade normativa (LUGONES, 2014).

Na esteira deste legado, do lugar de existências dos múltiplos olhares e das experiências vividas sobre os feminismos, que são atravessados pela colonialidade que colapsa a vida das mulheres, a existência lésbica e a genderização do racismo ganham centralidade na construção de uma nova epistemologia, que desafia todos os arranjos normativos, também das comunidades afro-latino americanas (SAUNDERS, 2017; LORDE, 2020; MIÑOSO, 2007; CURIEL, 2002). As autoras negras salientam que essa invisibilidade está, primeiramente, alocada na perspectiva de que tais corpos não podem ser considerados “humanos”, “mulheres”, e aceitáveis dentro da lógica colonial, patriarcal, misógina, racista e lgbtqia+fóbica.

Ao entender a heterossexualidade, não como uma prática sexual, e, sim, como um sistema político que implica a exploração e subjugação das mulheres em suas várias dimensões de existência: sexual, material, emocional, simbólico e espiritual, Curiel (2002) caracteriza a lesbianidade, antes definida como uma identidade, a partir e como uma posição política, que agrega várias vozes que resistem dentro de uma colonialidade, esta que impõe a docilização dos corpos.

Ao estabelecer maior regulação e sujeição às “*cabecitas negras*”, os corpos negros imprimem o luto e a morte, e, ao corpo branco, a segurança e a paz. Às mulheres, a debilidade através da autodefinição e da autodeterminação colonial, patriarcal, sexista e racista (MIÑOSO, 2010). A autora nos traz reflexões críticas sobre o feminismo e a política de identidade, questionando a centralidade da política feminista, disseminada por Simone de Beauvoir (1949), prioritariamente, acerca da autonomia das mulheres no seu processo de

nascer ou fazer-se, haja vista que o gênero não é capaz de agregar outras vozes no seu projeto cultural:

(...) las lecturas actuales deconstructivas del género, se pregunta sin embargo, si al dejar de nombrar se rompe la cadena de la subordinación; confirmando así que el debate sigue abierto y el binarismo es aún una trampa de la que no hemos podido escapar (MIÑOSO, 2007, p.16).

Portanto, traduz-se em:

(...) as palestras atuais desconstrutivas do gênero, se perguntam sem embargo, se ao deixar de nombrar se rompem a cadeia da subordinação; confirmando assim que o debate segue aberto e o binarismo é apenas um trampa de que não podemos escapar (MINOSO, 2007, p.16).

Ciente de que uma epistemologia negra sapatão se sedimenta, primeiramente, no questionamento da definição de “humano” do mundo ocidental e colonial, é preciso questionar para que se possa resgatar os corpos das mulheres negras, do espectro da anormalidade. Portanto, dos inúmeros processos de exclusões e violências por elas, assim como em segundo lugar, questionar a unidade afro-americana, e, trazer para o centro a existência lésbica que descentra os arranjos normativos que a aprisiona, cêrcea e silencia (SAUNDERS, 2017)

Na perspectiva do uso do erótico como poder, assim como da poesia, Lorde (1984; 2020) questiona a mentalidade colonial que atribui aos corpos de mulheres negras, mais do que violência e vitimização, anulando o seu direito ao amor, ao afeto, ao prazer e a existência humana. Assim, defende-se uma reconexão entre corpo e alma, para construção de um conhecimento vívido, pulsante e integral. Desmonta, deveras, a dicotomia entre mente e corpo, definindo a episteme que rompe a mentalidade da tradição ocidental – do uso e controle do corpo, assim como do erótico – para transformar linguagem em ação e caminho possível, para irromper os silêncios que aprisionam e imobilizam, muito mais do que as diferenças.

No tocante à ambiência institucional da polícia militar, o sujeito homossexual é submetido à obscuridade e ao silenciamento, o que tende a sancioná-lo como um problema público, discursivo e hierarquizado, que engendra as relações embutidas de poder. E, assim, a construção do “masculino”, como fator de dominação sobre o “feminino”, elucida o tripé da formação militar, pelo militarismo, pela virilidade e violência, em que o feminino é compreendido como ser frágil, delicado e afeminado. Essa discussão nos remonta à manutenção das formas coercitivas de ajustes e enquadramentos, dados aos modelos de gênero e sexualidade (FOUCAULT, 1988; BUTLER, 2002 e 2015; FLAX, 1991).

Soares et al. (2005), também afirmam que a presença de mulheres nos aparelhos de segurança pública no Brasil não representou alteração nem na estrutura e nem na cultura institucional, que ainda era pautada pelo caráter hegemônico do patriarcado, que exalta as práticas repressivas, típicas da construção do guerreiro, dados dentro do homem. Isto posto, as mulheres nas instituições policiais continuam ocupando cargos e postos menos valorizados, com íntima relação com o mundo doméstico (CAPELLE & LEMOS, 2010).

Segundo D'Araújo (2008), a assimilação da presença feminina nas Forças Armadas foi mais “fácil” do que a dos homossexuais, diante da perspectiva do desvio e da depravação moral. Contudo, a autora salienta que tal incorporação representa o processo de democratização e expansão de direitos, o que não quis dizer na alteração automática das ações discriminatórias, por parte das instituições e organizações militares, não alterando o *ethos* de formação guerreira ao “ser homem”, em detrimento da imagem imaculada, educada e do lar, reservada às mulheres dentro do arquétipo da feminilidade (STOLLER, 2003).

Ao contrário dos processos, que também eram complexos, sobre a inserção das mulheres nas Forças Armadas e nas Polícias, a problemática que circunda a inserção da população LGBT ainda persiste como algo menos relevante nos debates acadêmicos, diante da relação altamente significante entre militarismo, masculinidade e virilidade, exatamente para construção da identidade militar, a partir do século XIX até os dias atuais (FRANÇA, 2016). E, ao conjugar as categorias da polícia e lesbianidade, percebe-se um grande fosso, no tocante às pesquisas e trabalhos acadêmicos desta área.

O tipo de tratamento imposto às mulheres, por emparedamento e pela normalização, dentro do modelo padrão militar, é continuamente retroalimentado, nas práticas e nos discursos cotidianos dentro dos quartéis, ao passo em que os comportamentos *afeminados*, nos corpos masculinos, foram configurados como crime de pederastia no Código Penal Militar de 1969, mas abolido em 2015. Porém, as práticas do vigilantismo sobre os homossexuais (gays e lésbicas, sendo o primeiro mais fortemente combatido se for afeminado) persistem nas corporações militares, exatamente porque a cultura, constituída pelo imaginário viril do macho, perfila a todos/as em torno do ideário de uma heteronormatividade compulsória (RICH, 2010), em que a existência lésbica é tida como desviante, portanto, passível da masmorra.

Na busca por uma crença que reafirme continuamente os espaços militares como destinados aos ditos “homens machos”, a legitimidade das práticas depreciativas sobre os gays, de um lado, e o desejo de correção sobre as lésbicas, de outro, passa a ser constitutiva da cultura policial e da própria razão de ser da profissão militar. O indivíduo, após ter o seu

comportamento rastreado e indicado enquanto *desviante*, passa a assumir uma “nova” identidade: primeiro, diante do “*outro*”, que rigorosamente impõe suas rotinas diárias à forma em que deve *ser e existir*. Neste caso, o ambiente institucional, e, por fim, diante de si mesmo, não porque se reconheça enquanto transgressor das regras requerentes, mas especificamente porque incorporam outros valores em suas trajetórias, tangíveis ao olhar vigilante dos seus pares.

O corpo, portanto, ao mesmo tempo, é instrumento de afirmação viril (masculinizada) e da razão de ser policial (MUNIZ, 1999; BRITO & PEREIRA, 1996; SANTOS, 2004; ALBUQUERQUE & MACHADO, 2001). Afinal, “lugar de gays e mulheres não é na PM” (FRANÇA, 2016, p.164). Nega-se, portanto, suas subjetividades (expressão de gênero¹⁰²) por meio do medo, da culpa e da apatia orquestrada pelo vigilantismo, assim como pelo cerceamento dos corpos que, nem sempre, são subversivos à norma.

É nessa política do silenciamento, permeada pelas diferenças, que as policiais lésbicas, ao mesmo tempo em que descentram, acomodam suas difusas identidades de gênero, e, de raça, numa ambiência militarizada, cunhada pelo dispositivo de controle dos corpos, com os usos da pena, da punição e dos assédios retroalimentados pelo caráter normalizador e disciplinador das polícias militares.

Em síntese, há um legado profundo e descentralizador da própria construção da política feminista, em face da política do silenciamento de outras vozes e corpos, estes sendo aqueles que performam feminilidade e masculinidade no escopo de uma binaridade compulsória. Por essa razão, o emparedamento múltiplo das mulheres que carregam os marcadores em seus corpos, assim como as *performances*, que são *genderizadas* pelo racismo, o que nos faz pensar sobre como as mulheres lésbicas atuam, vivenciam e resistem em uma ambiência institucional militar, denotando clara invisibilidade sobre tal problemática no espaço acadêmico. A relevância desta investigação, sobre a capacidade das policiais lésbicas de reproduzirem e/ou descentrarem a norma, assim como da estrutura da PMBA, da mesma que nomeia, empareda e reivindica, determina o lugar de trânsito da existência lésbica militarizada, dentro da política feminista.

¹⁰² Refere-se à manifestação externa de cada gênero, o que pode ou não corresponder à construção social, as expectativas culturalmente normativas sobre nossas aparências e performances, numa combinação de características femininas e masculinas.

3.2 Segurança pública, polícia militar e os dispositivos de controle na produção dos silenciamentos

As reflexões sobre a tríade da violência, do povo e da polícia, em conjunto com a manutenção desta última, desde o período colonial até a sua oficialização como força pública, profissional, burocrática e os seus impactos sobre a ideia de segurança pública, dados como direitos humanos em cenários democráticos, têm exigido mais esforços para equiparar os alcances da administração do sistema criminal, assim como das agências policiais, que estão no controle de uma ordem que, mesmo com o processo de modernização e as sucessivas reformas, seguem ainda dentro de uma lógica penalista, discricionária e distante da efetividade dos direitos humanos, tudo isto frente ao avanço das múltiplas formas de violência e o uso abusivo da força repressiva para contê-las.

As visões sobre policiamento e segurança pública estão intrincadas na relação entre as ações da polícia, um aparelho repressivo, e as violações dos direitos humanos. Para que serve a polícia em estados democráticos de direito? A desmilitarização será realmente a via para uma perspectiva de educação para cidadania, dada a transição democrática às agências policiais? Afinal, o que faz a polícia e o seu policiamento?

Rolim (2009) faz um panorama sobre policiamento e segurança pública, no século XXI, problematizando o modelo reativo de policiamento, dentro das sociedades modernas. Começa por questionar, assim, as funções e as responsabilidades da polícia ainda atreladas à concepção de manutenção de uma ordem distanciada de outras agências governamentais, estas sendo aquelas que possam articular uma efetiva política de segurança pública, como a educação, a saúde, a geração de emprego, renda, o acesso à cultura e ao lazer. Decerto, a ideia de polícia, portanto, de segurança pública, segue restrita no combate ao crime, e à redução da criminalidade, assim como o ato de “aplicar a lei”, na prisão dos supostos criminosos, através da seletividade criminal.

A polícia e sua intrincada relação com o crime, a marginalidade e a criminalidade das classes perigosas (GUIMARÃES, 2008) torna incerta a noção de segurança pública, haja visto que os policiais atuam em várias áreas, e são envolvidos em diferentes questões do cotidiano:

Eles emitem autorizações para eventos e credenciam pessoas; emitem certificados e fazem vistorias; liberam portes de armas; acompanham manifestações públicas; protegem testemunhas e custodia, pessoas nos tribunais; atendem solicitações dos mais variados serviços; buscam crianças desaparecidas; localizam objetos perdidos; transportam pessoas doentes aos hospitais e, muitas vezes, fazem partos de emergência; guardam prédios; protegem reservas ambientais e policiam as rodovias;

intervêm em brigas de casais; socorrem pessoas feridas; salvam animais; ressuscitam afogados; controlam multidões em estádios de futebol; auxiliam portadores de deficiência; amparam pessoas alcoolizadas ou sob efeitos de outras drogas etc. (ROLIM, 2009, p. 23).

As múltiplas funções desempenhadas pela polícia só reafirmam a complexidade do trabalho policial, assim como exigem um aprofundamento sobre o processo de institucionalização das forças policiais em sociedades modernas. Sobremaneira, isto acontece no Brasil. Mesmo que o termo “polícia” esteja atrelado a “arte de governar a cidade”, inicialmente, as suas funções estavam restritas à fiscalização da ordem pública pecuniária de tributos, considerando: “o próprio conceito de ‘segurança pública’ não faria qualquer sentido para além da ideia de ‘manutenção da paz’ em sociedades onde as funções de persecução e a própria aplicação da justiça criminal era, normalmente, consideradas questões ‘privadas’” (ROLIM, 2009, p. 24).

Uma vez, quando retornamos ao questionamento inicial, sobre a relação entre polícia e crime, o seu surgimento decorre menos por incidências de crimes, e mais por revoltas populares, ocorridas em países europeus. É no cenário de descontrole da “ordem pública” que surge a necessidade de um policiamento permanente (profissional) e ostensivo nas cidades, algo que estava além das atribuições das Forças Armadas (Exército), estas que dispersavam, com força, as manifestações, mas não se mantinham em campo para “manutenção da ordem” por tempo indeterminado, ou permanente.

Ainda, segundo Rolim (2009), houve muita resistência por parte dos ingleses em instituir um modelo de polícia profissional aplicado no território francês, chamado de Guarda Civil no Campo e Tenência de Polícia em Paris, pelo medo de que tal polícia fosse usada com objetivos políticos, assim como afrontasse as liberdades individuais. Surge, assim, um novo modelo de policiamento que abdica do uso de armas – os *constables* (policiais ingleses).

Para além do modelo de policiamento inglês, se recusa o uso de armas e emprega uma abordagem pautada no “ser civil e cortês”, em que há uma implícita autorização para o uso da força física, assim como de outros métodos coercitivos, não como uma mera possibilidade, mas, sim, como definidora da função policial, mesmo que permaneçam as ideias de “proteção” e “manutenção da ordem”, estas para o exercício de uma autoridade policial, a mesma que precisa responder às demandas criminais.

A influência das Forças Armadas, usada para configurar um modelo de policiamento através da hierarquia e da disciplina, arregimentou toda a concepção que temos sobre as

polícias militares, dadas por força da sua formação profissional (para o combate às classes perigosas), burocrática, e, invariavelmente, suplantada pelo *modus operadi* reativo.

A cultura policial se marca, finalmente, por um conservadorismo intelectual que, sob a capa do pragmatismo, privilegia o olhar rasteiro, a tomada em consideração apenas dos elementos concretos e o antiintelectualismo. Tudo o que se apresenta sob a forma de inovação, de experimentação ou de pesquisa suscita reações de rejeição imediata. Pelo fato de ser redutora de incertezas, a reprodução do “eterno passado” congela o universo policial em práticas rotineiras e bloqueia sua capacidade de se adaptar à mudança social (MONET, 2001, p.48).

A ineficaz supervisão sobre a corrupção interna, mesmo diante de todo processo de modernização e racionalização das organizações policiais, aproxima os policiais das práticas combatidas nas comunidades, usadas para reafirmar as ideias de “guerra contra a corrupção” e “guerra contra o crime”, o que ajuda a invisibilizar um problema maior, este vivenciado nas instituições de segurança pública, que é o elemento da suspeição, dada como definidora do imaginário sobre os corpos negros, jovens e periféricos.

A lei n.º 11.343/2006¹⁰³, conhecida como Lei Antidrogas, ao contrário do que se pensava sobre o seu distanciamento das leis com vertentes penalistas (Lei n.º 6.3668/1976¹⁰⁴ e Lei n.º 10.409/2002¹⁰⁵), intensificou as penas. Ao longo de dez anos, se encarcerou mais de 300 mil pessoas, com a justificativa de associação com o tráfico de drogas, tudo isto sobre os mesmos corpos de antes, que eram jovens, negros e periféricos.

No tocante para com a dialética entre repressão e resistência, a história nos mostra como o poder do Estado arregimentou espaços e pessoas, moldando comportamentos e o imaginário social, ocupando o lugar antes das hierarquias privadas através das instituições públicas, com o exercício legítimo do uso da força.

Usando a polícia, o Estado assumiu a tarefa de proteger a propriedade, o que na sociedade tradicional ficava a cargo principalmente de particulares, e começou a exercer controle sobre o comportamento público, o que não era uma preocupação central do Estado pré-moderno (HOLLOWAY, 1997, p 21).

Holloway (1997) salienta, assim, que as instituições policiais, estas do tipo moderno, surgem durante o processo de transição dos séculos XVIII e XIX, frente à ideologia liberal, algo que foi rapidamente absorvido pelo mundo dos detentores do poder, das elites, assim como submetida ao mundo de uma maioria precarizada, através de mecanismos de controle e

¹⁰³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm#art75. Acesso em 20/05/2020.

¹⁰⁴ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6368.htm. Acesso em 20/05/2020.

¹⁰⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10409.htm. Acesso em 20/05/2020.

coerção, exatamente para produzir uma sensação de segurança, pautada por perseguições, torturas e encarceramento disciplinar, anunciado por Foucault (1987) ao descrever o nascimento da prisão e dos seus propósitos, em uma sociedade moderna, que é uma sociedade carcerária.

A igualdade perante a lei, por exemplo, uma das bases essenciais do moderno projeto liberal, nunca foi além do slogan contido na expressão caracteristicamente brasileira “para inglês ver” – ou seja, para impressionar os de fora [...] o cidadão no Brasil está sujeito a leis impessoais e ao poder brutal da polícia, que o discrimina sistematicamente e o explora impiedosamente, tornando-o um “igual para baixo”, em clara perversão dos conceitos liberais (HOLLOWAY, 1997, p.23).

A análise citada acima converge com as reflexões de Da Matta (1982), prioritariamente, sobre as raízes da violência, frente ao discurso amoral dos fatos sociais, a partir de uma perspectiva dialética e relacional, assim como para com as especificidades das categorias sociológicas, no tempo e no espaço, quando a sociedade se espelha no ato de fazer-se, refletindo-se em polos distintos e relacionais: polícia *versus* criminoso, ordem *versus* desordem, crime *versus* castigo, ou norma *versus* anomia.

Adorno (1995), em suas profícuas contribuições sociológicas sobre criminalidade urbana, polícia e justiça criminal, postula que a violência, em suas múltiplas formas de manifestações, mesmo com os avanços republicanos, segue enraizada no imaginário social, como um valor positivo na conduta e na prática cotidiana, intensificando os conflitos nas diferenciações de raça/cor, de gênero, de classe, de propriedade, de poder, prestígio e privilégio.

As estratégias e práticas de diferenciação, dadas no trato com o contingente populacional precarizado, nas principais capitais brasileiras, possuem um caráter histórico e militar (o ato de guerrear), em que a eficácia policial se realiza em detrimento dos direitos civis, prioritariamente, através da continuidade dos abusos e violações “legais” das operações policiais, tornando o ideário da segurança pública uma questão da morte como poder, como de quem pode viver e quem pode morrer sob a tutela do Estado (NASCIMENTO, 1978; MBEMBE, 2011).

E, ainda sobre esse caráter disjuntivo da democracia brasileira, Caldeira e Holston (1999) afirmam que há certa conivência entre um protótipo de cidadania e as inúmeras ofensivas à dignidade humana, ao agregar e naturalizar a escalada da violência, dos abusos violentos aos direitos humanos, que também são praticados pelas polícias no enquadramento

das classes empobrecidas dos centros urbanos. Há, portanto, muito mais continuidade do que rupturas com o traço autoritário, algo que legitima e operacionaliza as operações policiais¹⁰⁶.

A abordagem sobre o paradoxo brasileiro, dada entre violência e democracia, nos leva a pensar que a transição democrática, de alguma maneira, provocou uma ruptura com a experiência autoritária, mas a possibilidade de reconstrução das instituições ligadas à ordem pública foi negligenciada, o que criou aberturas também para a altíssima tolerância a escalada das violências, praticadas pelos operadores da ordem: “o retorno à democracia foi marcado pela passagem das violências aquisitivas, cuja curva se havia elevado nos anos 1970, aos crimes de sangue, cujas taxas mais que dobraram entre 1980 e 1997” (PERALVA, 2000, p. 21).

Pinheiro (1982) já afirmava, assim, que a continuidade da militarização das polícias foi um dos determinantes das sucessivas violações dos direitos humanos no Brasil, uma interpretação que reitero a partir da pesquisa realizada com policiais militares, no período de 2004 a 2006 (LOPES, 2007).

Situação problemática é aquela em que não há uma clara divisão de trabalho entre as forças policiais e as Forças Armadas, confundindo-se assim as atribuições de segurança externa e de segurança interna (Lopes *apud* Pinheiro, 2007, p. 63).

Por outro lado, Saporì e Souza (2001) divergem desta tese, prioritariamente, ao argumentar que tais práticas são operacionalizadas por ambas as polícias: civil e militar, assim como que existem exemplos exitosos de militarização policial em países europeus, como na França, Espanha e Chile.

A concepção que o policial tem de seu papel na sociedade, bem como da clientela com a qual ele lida, é muito mais relevante do que o caráter militar ou civil da organização para explicar suas atitudes violentas (SAPORI; SOUZA, 2001, p. 183).

Ao contrário de Pinheiro (1982), que denunciava os males do caráter da cultura militar nas atividades de segurança pública, e, conseqüentemente, sobre a exacerbação da violência policial, Saporì e Souza (2001) deslocam o foco da violência policial para outras dimensões, estas sendo aquelas que constituem o caráter organizacional das instituições policiais, a exemplo do uso arbitrário do poder de polícia, sem, contudo, avançar e explicar sobre quais seriam tais dimensões, ainda restritas às experiências realizadas na parceria entre a Fundação José Pinheiro e a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

¹⁰⁶ Após a decisão do STF de suspender as operações policiais militares nas favelas do Rio de Janeiro, houve uma redução de 76% no número de mortes em confronto com a polícia.

Bretas (1998) já sinalizava, assim, a urgência por mais investigações científicas, dadas sobre a cultura e o universo das atividades policiais, que são, quase sempre, sobrepostas pelos estudos sobre instituição policial. Pesquisadores da área, a exemplo de Paixão (1984), Beato (1997), Muniz (1999), Barreira (2000), Kant de Lima (2002), Misse (2010; 2011), Soares (2011) e Lopes (2007; 2014), comungam da ideia de que a cultura policial segue impregnada por valores morais, socializadas cotidianamente nas práticas dos policiais, assim como, que estas, no campo das relações sociais, ocorrem de forma diferenciada.

Kant de Lima (2002) apresenta duas perspectivas de sociedades, dadas para se entender a natureza do trabalho policial: 1) uma sociedade em que as regras para o controle do conflito social são equalizadas, de forma que a lei seja para todos, independentemente da classe social; e, 2) uma sociedade em que as regras são aclamadas como universais, mas que não são efetivamente gerais, o que acarreta diferenciação no uso e acesso aos espaços públicos. Enquanto, no primeiro modelo, a polícia estaria imbuída de certa autonomia para negociar, coletivamente, os espaços públicos, assumindo-se enquanto força legítima dentro do que define por *to enforce the law*¹⁰⁷. No segundo modelo, o Estado, através da polícia, se apropria do espaço público de forma desigual e excludente, com o olhar da suspeição criminal (MISSE, 2010), prioritariamente, no ato de aplicar a regra ou a sanção. Ao contrário do primeiro modelo, a polícia não seria mediadora, e, sim, uma autoridade que justifica o uso excessivo da força, tudo isto para extinguir e não para dar resolução. No geral, ambos os modelos apresentam à polícia como uma instituição criada para fazer cumprir as regras, assim, de apropriação dos espaços públicos.

A concepção apresentada por Kant de Lima (2002) comunga, deste modo, mais de perto com a perspectiva de Monjardet (2003), quando este compara a polícia ao martelo, como uma força aplicada em determinado objeto.

Enquanto instrumento, o martelo não tem finalidades próprias, ele serve (mais ou menos eficazmente, segundo suas características técnicas) às finalidades daquele que o maneja. Acontece exatamente o mesmo em relação à polícia: instrumento de aplicação de uma força (a força física em primeira análise) sobre o objeto que lhe é designado por quem comanda (MONJARDET, 2003, p. 22).

Monjardet (2003) retira, assim, a necessidade e/ou legitimidade para o uso da força nas relações sociais, exatamente porque a polícia não pode ser compreendida como um instrumento que necessita “*force may have to be used*”¹⁰⁸, e, sim, criada para *ancillaire*

¹⁰⁷ Refere-se a ideia de se fazer cumprir a lei.

¹⁰⁸ Traduzida para a “força pode ter que ser posta em ação”.

(servir), quando é previamente ordenada ao ato de aplicação da regra, a partir de diversos objetivos em regimes distintos (autoritário e/ou democrático), seja por autoridades superiores (políticos, gerais, oficiais) ou advindas do sistema do qual se faz parte, compartilhando e comungando. A ideia de que a “força pode ter que ser posta em ação”, em referência a defesa de Bittner (2003), questionada por Monjardet (2003), se atrela para com a ação policial, em conjunto à uma necessidade que não tem paralelo com o instrumento de distribuição da força empregada.

Há, assim, dois aspectos da cultura policial compartilhados nas atividades operacionais das capitais brasileiras, levando-se em consideração as diferenciações por área, renda, cor e gênero: 1) a prática da violência como instrumental; e, 2) a prática da violência como recurso moral, diante da tensa relação entre polícia e ordem legal. O primeiro bem, enraizado como prática institucionalizada, justifica-se como uma técnica de controle e prevenção da criminalidade, a exemplo dos excessos nas abordagens policiais¹⁰⁹; e, o segundo, se estabelece pelo confronto direto entre policiais e supostos criminosos, legitimado pelo auto de resistência e tolerância às execuções.

Quando os disparos são efetuados à esmo, o número de mortos é muito reduzido em relação ao de feridos, e o índice terá um valor próximo de zero. Ao contrário, quando o número de mortos é igual ou superior aos feridos, isto é, quando o valor do índice de letalidade é igual ou superior a 1, o cenário aponta um uso excessivo e possível existência de execuções (Cano, 1998, p.211).

Cano (2000), ao analisar a literatura sobre a discriminação racial, dentro das dimensões da segurança pública e na justiça criminal, evidenciam a associação entre o viés racial e o uso da força letal, dada por parte da polícia, que age atrelando a cor da pele (preta ou parda) à criminalidade.

Misse (1999), em suas reflexões sobre os sentidos da violência e das suas práticas, através de códigos e sentimentos morais, afirma que a construção do elemento potencial para a criminalidade segue, inevitavelmente, o ritual de incriminação, a partir da sujeição criminal de um tipo de indivíduo criminoso. Assim, as instituições policiais passam a realizar suas atividades de “limpeza social”, com o principal objetivo de executar os “bandidos”, que eram previamente prescritos, mesmo que a forma esteja em desacordo com a lei (MISSE, 2010;

¹⁰⁹ Ver vídeo de policial pisando na cabeça de mulher negra em SP gera indignação. Disponível em: <https://domtotal.com/noticia/1459502/2020/07/video-de-policial-pisando-no-pescoco-de-mulher-negra-em-sp-gera-indignacao/>. Acesso em 01/07/2020.

2011), mas em consonância com os clamores, assim, de parte significativa da população, em geral.

O debate sobre a criminalidade no Brasil, assim como na América Latina, surge a partir da apreensão da ideia de “marginalidade”, conceito utilizado por Robert Park, em 1928, oriundo da primeira geração da Escola de Chicago, para caracterizar populações imigrantes à procura de integração na sociedade, referindo-se às situações e grupos sociais, assumindo uma conotação físico-espacial, assim como instituindo uma emblemática relação causal entre marginalidade e criminalidade.

Para Edmundo Campos (1976), tal relação passa a ser questionada por não dar conta de questões cruciais, como a própria distribuição da marginalidade e da criminalidade urbana (PERLMAN, 1997), forjada a partir da natureza discricionária do sistema criminal (ADORNO, 1991), o que molda a percepção dos operadores da justiça, ainda, sobre o binômio pobreza *versus* crime, institucionalizando o que Campos (2005) define por “Oficina do Diabo”, tudo isto diante da crise da política de segurança na década de 1980, e as incongruências sobre a compreensão do tema à época:

Ao contrário da marginalidade, sobre a qual já existe no Brasil vasta literatura, a criminalidade ainda não surgiu como tema para a produção acadêmica ou como objeto específico de políticas públicas. Talvez porque a comunidade acadêmica considere a criminalidade uma consequência da marginalidade, algo como um epifenômeno, e dê prioridade à causa sobre a consequência no elenco de suas preocupações. Por outro lado, para poder público, a criminalidade parece ser um problema de polícia, não para políticas. A esse nível, parece ter também vigência o mesmo esquema de causalidade: à polícia, os efeitos; aos formuladores de políticas, as causas (Campos, 2005, p.17).

A publicação, dada em uma série de artigos que foram lançados ao longo da década de 1980, foi organizada por Magda Prates Campos, em homenagem às contribuições do Edmundo Campos Coelho, considerando a sociologia como foco nas organizações da administração do sistema criminal. Além das argutas análises sobre criminalidade, marginalidade e violência urbana, se fez escola e formou uma legião de pesquisadores à época, sabendo-se que tais temas não eram centralidade na sociologia brasileira, ao propor a inversão de uma lógica perversa: a pergunta da pesquisa não seria mais sobre o que o crime poderia fazer com a sociedade, e, sim, questionar o que e como a sociedade faz para tratar o crime e os criminosos.

Na década seguinte, de 1990, Adorno (1995) apresenta as disparidades do sistema criminal, dada no tocante ao acesso discriminado de pessoas brancas e negras (preta e parda), assim como aos seus direitos de defesa: enquanto os réus brancos “contam majoritariamente

com defensoria constituída (60,5%). No caso dos réus negros, apenas (38,1%) são defendidos por assistente judiciário constituído” (ADORNO, 1995, p. 55). Essa pesquisa evidencia o fosso entre direitos e a justiça criminal, o que perpassou as décadas seguintes, no que tange ao flagrante delito, sendo a cor o instrumento para distribuição da justiça, de comum acordo entre as instituições de justiça e as operações policiais.

Villaveces-Izquierdo (2002) salienta que uma das questões que envolve o espaço da polícia é a convergência de múltiplas forças, sejam políticas, históricas e culturais, arregimentando outros sentidos para as práticas policiais, ilegítimas, assim como na administração dos conflitos, o que também influencia na cultura e na subjetividade do ser policial. Para o autor, as instituições policiais estão intrincadas por três eixos: violências, autoritarismo e ineficácia do Estado, todas estas para administrar o sistema de justiça e prover segurança pública.

Como foram apresentados, desde a década de 1970, os estudos sobre violência vêm sinalizando o vertiginoso crescimento do crime organizado, assim como dos índices de violência, atrelando-os à vida urbana na relação entre pobreza e crime (ZALUAR, 1985), a exemplo dos assassinatos, massacres, execuções e arbitrariedades policiais, todos como práticas naturalizadas, e, por vezes, legitimadas pela população.

As críticas à administração de justiça e da instituição policial podem ser vistas como partes na reprodução e regulação desta violência, assim como os estudos sobre polícia e sistema de justiça nas Ciências Sociais só surgem na metade da década de 1990, diante do movimento por reformas nos aparelhos de justiça e segurança no Brasil, assim como na América Latina (CAMACHO, 1993; BRETAS, 1997; MUNIZ, 1999), dados como produto do processo de abertura democrática. O trocadilho entre “recuperar” e “punir” parece ser a incógnita para se justificar a permanência de um sistema que criminaliza, antes mesmo da constatação do delito (PAIXÃO, 1987).

O processo de transformação democrática, atrelado aos modelos liberais, não significou avanços na configuração socioeconômica da população, através de um encrudescer das desigualdades, pela militarização da segurança pública, seguida pela tolerância aos grupos de extermínio em toda América Latina, como em diálogo “com esses traços autoritários latentes que já vêm determinando as formas em que se têm estruturado e naturalizado as relações de poder na sociedade” (VILLAVECES-IZQUIERDO, 2002, p. 79).

[...] as corporações policiais continuam presas a concepções militaristas da ordem pública e em oscilações políticas conjunturais que dão resultados rápidos sem

considerar os métodos e consequências que a médio e longo prazo possam produzir (VILLAVECES-IZQUIERDO, 2002, p.79).

Tomando como referência a primeira tentativa na América Latina, no início da década de 1990, e, na Argentina, com o apoio do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, se passou a financiar programas para reformas na segurança pública, assim como que no Brasil convivemos com dois campos de força, estes que permeiam o ambiente político: 1) a autorização do Exército e das forças especiais, para atuar em atividades policiais¹¹⁰, como ocorreu na cidade do Rio de Janeiro; e, 2) as sucessivas reformas nas instituições policiais, através da concepção de polícia comunitária, aplicada em várias capitais do Brasil, a exemplo de Salvador/BA, no final da década de 1990. Em conjunto, se vê a implantação da primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPPs), no Morro Santa Marta, comunidade de Botafogo, na zona sul do Rio de Janeiro, em 2008.

O primeiro campo de força, assim, dado sob o julgo do ideário da intervenção militar, seja na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, comandada pelo General Braga Neto, no período de 2018 a 2019, resultou, sem cobrança de resultados eficientes, para a redução dos crimes e dos índices de insegurança da população, promovendo mais crimes, mais violências e mais operações às comunidades deflagradas pelo tráfico, assim como por sucessivas violações de direitos e mortes.

As experiências das polícias comunitárias e pacificadoras, tidas como boas práticas na Segurança Pública, não foram capazes de superar a dicotomia da pobreza *versus* crime, frente à militarização da vida dos seus moradores, com sucessivas violações dos direitos humanos, seguidas por práticas de tortura, que eram praticadas por policiais militares. No caso de Salvador, na Bahia, no ano de 1998, o auge da implantação da Polícia Comunitária na Bahia, foi dado através de uma guarnição¹¹¹ de policiais militares que atuavam na Ronda Noturna no bairro da Pituba, área considerada nobre da cidade, e, sob o comando da 13ª Companhia Independente de Polícia Militar (CIPM), abordando, torturando e obrigando as travestis a nadar, exatamente para que não fossem eliminadas.

Uma das travestis morreu afogada, e, no dia seguinte, instaura-se uma crise no Comando da Polícia Militar da Bahia, com troca de comando da 13ª CIPM. E, o caso da ação de policiais militares, que atuavam na Operação “Paz Armada”, na UPP/Rocinha, Zona Sul do

¹¹⁰Ver em: <https://vermelho.org.br/2018/12/19/como-previsto-intervencao-no-rj-chega-ao-fim-com-pessimos-resultados/>. Acesso em 01/05/2021.

¹¹¹ O termo “guarnição” refere-se ao grupo formado por no mínimo 03 policiais militares: 1 sargento PM (comandante da guarnição), 1 soldado PM (o motorista) e 1 cabo ou 1 soldado (o apoio ou terceiro homem da guarnição).

Rio de Janeiro, resulta no desaparecimento do pedreiro Amarildo, no dia 13 de julho de 2013¹¹². Instaura-se, mais uma vez, uma crise institucional no âmbito das agências policiais e da Política de Segurança Pública, dada sobre as atribuições e limites das operações policiais militares, tudo isto em todo Brasil.

Há um debate fervoroso, assim, sobre as reformas institucionais das polícias no Brasil, através de uma Política Nacional de Segurança Pública (SOARES, 2007), na perspectiva de estender a transição democrática à Segurança Pública, o que acarretaria a proposta de desmilitarização do pesquisador e do ex-Secretário Nacional de Segurança Pública (SENASP), Luiz Eduardo Soares. Ainda assim, há o reconhecimento acerca dos desafios à educação, tudo isto em Direitos Humanos, principalmente, nas instituições policiais, o que ainda carece de vontade a política para a superação da dicotomia sociedade *versus* polícia (NEVES et al, 2002), principalmente, na formação policial. Sendo assim, há a possibilidade do deslocamento de uma polícia-força para uma polícia-serviço, tudo isto na relação da polícia e da cidadania (LOPES, 2014).

Neves et al (2002), em uma coletânea de ensaios sobre a relação entre polícia e democracia, na perspectiva da educação em Direitos Humanos, apresenta uma sociedade sob a batuta do monopólio estatal e a emergência pelo Estado de Direito, a começar pelo processo de modernização dos procedimentos judiciais e da Segurança Pública, contudo, sem apresentar avanços contínuos frente ao emprego desproporcional do uso da força, o que desnuda o modelo de Segurança Pública e dos dispositivos das agências policial e criminal, dados para conter a escalada da criminalidade violenta.

Lopes (2007), numa tentativa de compreender as percepções dos policiais militares sobre violência, expõe a segregação da Segurança Pública, tudo isto através das ações de policiamento e distribuição do efetivo na capital baiana, retratando certo direcionamento cultural e operacional da Polícia Militar do Estado da Bahia. De certo, a atividade policial acontece sob a existência militarizada, o que racionaliza e justifica suas ações a partir de uma ideologia de Estado, pautada na preservação e no controle da criminalidade, dado a todo custo. Criam-se, portanto, os “espaços do crime” no imaginário da tropa, nas jornadas de instrução militar nos Centros de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), com a reprodução do currículo selva, assim como de um currículo oculto sobre os possíveis corpos, dados nestes combates (LOPES, 2014).

¹¹² Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/caso-amarildo-entenda-o-que-cada-pm-condenado-fez-segundo-justica.html>. Acesso em 31/07/2020.

Ainda, sobre os (des)caminhos da Segurança Pública no Brasil, Soares (2007) faz uma análise sobre os percursos das intenções e da construção da primeira Política Nacional de Segurança Pública, ainda no Governo de Fernando Henrique Cardoso, diante do imobilismo brasileiro, frente à escalada da violência, sob os princípios democráticos com a criação de pontes importantes, dadas para o alcance dos objetivos iniciais: a Secretaria de Direitos Humanos, o Plano Nacional de Direitos Humanos e o Fundo Nacional de Segurança Pública.

As boas práticas representaram, assim, um giro importante para se pensar na Segurança Pública, principalmente, dentro de uma pauta intergovernamental de integração intersetorial, o que não foi suficiente para barrar os impulsos corporativos e refratários das gestões estaduais, tudo isto diante de uma Política Nacional construída à toque de caixa, após o episódio que repercutiu em todo Brasil e no exterior: o caso do ônibus 174, no Rio de Janeiro, no ano 2000 (SOARES, 2000). E, assim, a sua reafirmação pela tese da desmilitarização das polícias, do que é necessário para estender à transição democrática à Segurança Pública, pela problemática da violência letal também praticada pelo Estado, foi dado por uma oportunidade também abortada nas gestões dos governos de Luís Inácio Lula da Silva [2003-2007; 2008-2011] e de Dilma Rousseff [2011-2016], ambos de posições progressistas e de esquerda, enquanto os dados seguem evidenciando o quanto essa pauta é crucial, tudo isto na atualidade com a politização das Forças Armadas e das suas forças militares, dentro da gestão bolsonarista.

Passos (2011), ao analisar a estruturação da implantação do modelo de policiamento comunitário, na cidade de Aracaju, dentro dos períodos de 2007 a 2010, a relação entre comunidade e polícia postula que, mesmo diante da emergência de um policiamento de proximidade, a polícia sergipana reafirma a perspectiva tradicional de policiamento com a centralização de comando e da verticalização das operações repressivas, assim como dos serviços, que estão distantes da demanda das comunidades, tudo isto por direito à cidadania e à segurança pública.

Nas últimas pesquisas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, denominadas pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2017, 2018 e 2019), os resultados são alarmantes, dados no tocante às mortes impetradas por ações policiais (um aumento de 19%), e, as vítimas preferenciais são desde homens (99%), negros (75%) e jovens (78%)¹¹³, o que evidencia que a

¹¹³Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/10/politica/1568134128_017016.html. Acesso em 01/07/2020.

violência é racializada contra pessoas negras, fruto do racismo estrutural¹¹⁴, que ainda impera no Brasil¹¹⁵.

No primeiro ano da pandemia de Covid-19, em 2020, houve um crescimento das mortes violentas intencionais, com o registro de 50.033 vítimas, em que o emprego da arma de fogo representou 78%, impactando os homens (91,3%), jovens (54,3%) e negros (76,2%). No tocante à letalidade policial, foram registradas 6.416 mortes, estas por intervenções policiais, que ceifaram a vida de homens (98,4%), jovens (76,2%) e negros (78,9%), em conjunto às vítimas preferências, que ressurgem quando comparadas aos dados da população, em geral¹¹⁶. A morte possui cor porque os negros são desproporcionalmente atingidos, e são 84,1% das vítimas, dentro do ano de 2022, ou seja, para cada uma vítima, não se nega que quatro ou cinco das vítimas podem ser negras, maior do que a potencialidade numérica do próprio ato letal¹¹⁷.

Esse cenário em que o Estado também operacionaliza violências letais e discricionárias contra a população, foi problematizado por Reis (2005), quando a juventude negra e periférica de Salvador/BA é atucada¹¹⁸ pelo Estado, através de políticas de Segurança Pública, transvestidas de polícia cidadã e comunitária, mas com o escopo da tolerância zero ao crime, exatamente para legalizar a licença para matar, uma narrativa corroborada também nos estudos de Reis (1998; 2001). O projeto AntiCrime do Ex-Juiz e Ex-Ministro da Justiça, Sérgio Moro, foi duramente criticado pela Coalizão Negra de Direitos, por querer institucionalizar os autos de resistência, que já operam no Brasil, se valendo da justificativa de legítima defesa e excludente de ilicitude, o que poderia aumentar as taxas de violências e homicídios contra a população negra.

O arquétipo apresentado, assim, se torna referente aos traços autoritários e a escalada das violências, fazendo com que as instituições policiais auxilie o Exército Brasileiro, por espaços de múltiplas convergências políticas, assim como em campos de força que legitimam práticas repressivas, a começar pelo processo de formação policial militar, com forte apelo militarista, que impõe sobre toda tropa a heteronormatividade compulsória às *performances* de gênero e sexualidade. Aqui começamos uma nova sessão sobre o ingresso das mulheres no

¹¹⁴ Ver o debate sobre racismo estrutural reacendido por Sílvia Almeida, na coleção Feminismos Plurais.

¹¹⁵ Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/retrato-da-violencia-contra-negros-e-negras-no-brasil/. Acesso em 01/07/2020.

¹¹⁶ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf> Acesso 27/03/2021.

¹¹⁷ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em 16/09/2022.

¹¹⁸ Refere-se ao ato de ficar de guardar, vigiar, ou espiar.

ambiente militar e suas lutas pelo direito à presença feminina, dada em seus quadros também de comando (altos escalões), assim como em todos os embates sobre as identidades de gênero.

Os meandros sobre o ingresso das mulheres nas corporações policiais datam do processo de transição democrática à baila da urgência, tudo isto por reformas nas instituições de Segurança Pública, dentro do Brasil¹¹⁹. No entanto, tal perspectiva não surgiu de forma espontânea, e, sim, do fruto das lutas travadas pelos movimentos de mulheres e feministas, que reivindicavam por direitos e pela participação feminina em várias instâncias de representação, garantidoras da questão de gênero.

Soares et al (2005) apresentam um minucioso trabalho sobre a presença feminina na Polícia Militar do Estado, dentro do Rio de Janeiro, e as peculiaridades das funções atribuídas às mulheres, por espaços do cuidado (assistência social e hospitais), por espaços de mediação de conflitos de menor impacto (atuação comunitária e no trânsito), em contraponto à atuação dos homens em operações de rua, dos confrontos, e de “polícia”. Essa “nova” imagem de uma polícia próxima da comunidade, restringindo às atuações das mulheres ao que seria o “lugar” das mulheres na sociedade, geraram muito conflitos, que também foram internos, quanto à ascensão feminina nos quadros de comando: “havia 455 homens e apenas três mulheres ocupando o posto de coronel policial militar em todo o país” (SOARES et al, 2005, p. 12).

Por outro lado, a presença feminina nas corporações policiais foi fartamente usada para induzir à ideia de reforma, mudança na cultura militarista e na redução da corrupção, sem, contudo, denotar avanços significativos. E, a pesquisa, assim, também revela que as policiais, mesmo com certa intolerância à brutalidade e a corrupção policial, defendiam bravamente o militarismo, dado como elemento da cultura dominante, portanto, patriarcal e heteronormativa, em contraponto da ideia de “humanização” da imagem da polícia.

Souza (2014), ao refletir sobre as representações de gênero de policiais militares à inserção feminina na Polícia Militar do Estado de São Paulo, evidencia que a mulher teve um caráter complementar e secundário, seja nas atividades de Segurança Pública, ainda restrito às atividades administrativas. Para além disso, se pontua que há um comportamento refratário da instituição militar, diante da presença feminina, pela ideia de que as mulheres representam um risco à identidade policial, que é expressivamente masculina e voltada para o *ethos* guerreiro.

O ser policial, mas também ser mulher, nos remete à reivindicação de uma feminilidade institucional, o que cria o zoneamento acerca dos lugares e dos postos, que foram reservados aos homens e às mulheres, assim como da recusa à masculinidade, por parte

¹¹⁹ Exceto, assim, o caso do estado de São Paulo, que já havia admitido em 1955 a presença feminina em seus quadros, que nos demais estados só passaram a vigorar no final de 1970 e início de 1980.

das mulheres, nas suas atividades rotineiras. A justificativa do cercamento das mulheres no interior dos quartéis era legitimada, por receio à masculinização dos seus corpos e comportamentos, além do risco de “inversão” da sexualidade (SOUZA, 2014).

Braga (2012), ao analisar o cotidiano das mulheres policiais que atuam no serviço operacional da Polícia Militar do Estado de Sergipe, evidencia a manutenção de um modelo que não reconhece o feminino e privilegia o masculino, acarretando o alinhamento das mulheres ao *ethos* guerreiro (força, rigidez, liderança ou violência) para suplantarem a rejeição institucional, assim como criarem possibilidades de mobilidade, seja no fazer policiamento em suas práticas laborais ou sociais. Esse ajustamento do feminino ao modelo de masculinidade tem rebatimento nas práticas policiais e sociais, arregimento para às mulheres os estereótipos de uma polícia-força, o que promove maior engajamento profissional e reconhecimento institucional.

Foucault (1995) já nos alertava sobre o caráter múltiplo do poder em suas relações de força e produção de narrativas, dado ao possibilitar variados posicionamentos em um contexto e/ou estrutura, seja através de um jogo que retroalimenta, produzindo resistências e acomodações ao padrão instituído, assim como ao modelo patriarcal. Esse lugar da resistência, mas também da acomodação, está inscrito nas relações de poder, nas relações de gênero e das sexualidades na produção de um *continuum* de *performances*, que são, ao mesmo tempo, constitutivas do sujeito quanto submetidas e reivindicadas, institucionalmente (BUTLER, 2003).

Após quase sete décadas da primeira Companhia Feminina Militar, criada no âmbito da Segurança Pública no Estado de São Paulo, o que impulsionou a inserção das mulheres em outros territórios e unidades federativas. A perspectiva institucional ainda é refratária à ascensão feminina, à ambiência militar e aos altos postos de comando, aprofundando a visão secundária do papel da mulher na sociedade e em suas práticas laborais. O controle sobre os corpos ganha outra dimensão, não mais pautada no receio da masculinização, e, sim, na reafirmação deste ajuste para o reconhecimento da identidade policial feminina, uma reivindicação institucional de uma masculinidade espelhada e duplicada, nos corpos femininos, através das suas *performances* no campo, no *front*, das atividades operacionais das Polícias Militares.

No capítulo sobre as “Epifanias lésbicas”, as narrativas das policiais militares lésbicas, escolhidas por apresentar trajetórias mais significativas e historicidade ao objeto da tese, incluem a perspectiva de “Outras Vozes”, complexificando ainda mais a ambiguidade entre homens e mulheres, assim como as *performances* lésbicas no processo de controle e regulação

dos corpos, principalmente, na estrutura da Polícia Militar do Estado da Bahia. Há, de veras, uma luta por narrativas, desde o momento em que as policiais lésbicas são submetidas aos dispositivos de controle do feminino, performando masculinidade ou feminilidade, tanto para acomodar quanto para refutar o *ethos* guerreiro e selvático, em resposta à reivindicação institucional da identidade policial militar.

4 EPIFANIAS LÉSBICAS: NARRATIVAS DE ENCRUZILHAMENTOS MILITARES

“Na Polícia, ou você é puta ou sapatão. Os espaços são todos dos homens. Se uma mulher dirige bem é porque é sapatão, ao se comportar como homem. Eles não desistem de nos nomear. Eu fico triste ao ver esse tipo de discriminação contra as mulheres e lésbicas” (Cb PFem/PMBA).

A citação de abertura deste capítulo celebra o encontro entre Monique Wittig e Judith Butler, dado sobre o “ser” ou “não ser” mulher, e o eterno “fazer-se” aludido no âmbito das teorias feministas. Afinal, as lésbicas não são mulheres? Há real descentramento, distanciamento do eixo normalizador dos corpos? Sobre quais corpos nós estaríamos narrando, e sobre qual ótica? O contrafogo deste debate atravessa as teorias e a própria concepção do existir no mundo, do ser reconhecido como humano, algo negado aos corpos negros, assim como reivindicado pelas vozes dissidentes do feminismo negro (SAUNDERS, 2017), associando-o às narrativas das policiais lésbicas.

Assim, o primeiro ato deste encruzilhar de ideias e posições políticas será entre Wittig (1935-2003) e Butler, principalmente, em seu duelo sobre o caráter de uma identidade lésbica, professada pela intelectual francesa, em um resgate póstumo. No segundo ato, a abertura da encruzilhada será conduzida pelas vozes das intelectuais negras, que negam esse alinhamento, descentrando, dada a perspectiva de uma história única, que é eurocentrada, dentro das trajetórias de sujeitos e corpos, distintos e repletos de marcadores sociais, portanto, das intersecções, ao afirmar mais sobre o racismo *genderizado* (KILOMBA, 2019).

Na perspectiva das rupturas e dos deslocamentos, o pós-estruturalismo descentra as estruturas, tudo isto sem abrir mão totalmente delas, assim como rompe com a binaridade advinda da linguística (significado/significante), possibilitando o emergir das multiplicidades silenciadas na ambiência de instituições reguladoras (PETER, 2000). Por outro lado, a teoria feminista radical de Monique Wittig (1935-2003) aporta, em uma estratégia narrativa de desintegração da binaridade gênero-sexo, numa crítica ácida à “mentalidade *hétero*” e o sujeito universal masculino, mas tende a universalizá-la ao propor uma cultura lésbica apartada, dentro da cultura heteronormativa.

As produções acadêmicas que ressurgem em torno dos movimentos feministas, independente das fases e ondas, sempre pronunciaram a relação entre o “ser homem” e o “ser mulher”, dado como um ponto nevrálgico dentro das demandas feministas, assim como das perspectivas de rupturas da relação binária gênero-sexo (BEAUVOIR, 1949; RUBIN, 1993;

SCOTT,1990). No entanto, já nos primeiros passos de organização das pautas feministas, as rupturas internas atestaram o que até hoje ainda é incipiente para reconstruir: a visibilidade das mulheres lésbicas nas pautas e nas produções acadêmicas.

Segundo Miriam Grossi, as rupturas dos movimentos feministas na França impactaram a possibilidade de reconhecimento, assim como a inclusão do debate sobre gênero e sexualidade, dentro dos departamentos acadêmicos. A saída de Monique Wittig da França para os Estados Unidos (1976), assim como a tradução da sua obra para a língua inglesa, possibilitou o devido (re)conhecimento acadêmico e a disseminação das pautas lésbicas no continente americano. O silenciamento sobre a produção *wittigiana*, em território francês, deu-se desde sua saída da França (1970) até sua morte (2000), nos Estados Unidos, momento em que retorna à cena literária e acadêmica, com a tradução do seu livro de ensaios (GROSSI, 2018).

Outro passo importante sobre a emergência das contribuições lésbicas, no âmbito dos movimentos feministas, foi dado por Judith Butler, no livro *Gender Trouble* (Problemas de Gênero, tradução brasileira), ao resgatar e problematizar a teoria feminista-lésbica de Monique Wittig, umas das primeiras combatentes do modelo feminista, que surgiu na França, ainda no ano de 1968. Wittig idealiza, assim, e lança a revista “*Questions Féministes*”, voltada para a sexualidade das mulheres e as narrativas lésbicas – um *tabu* dentro dos movimentos feministas, e, por isso, foi “convidada” a se retirar da equipe formada por feministas heterossexuais, momento em que migra para os Estados Unidos.

Para além dos embates com os movimentos feministas travados por Wittig, duas das suas reflexões sobre as experiências das mulheres lésbicas dão a tônica da força do seu pensamento: “*ser lésbica é um ato político*” e “*as lésbicas não são mulheres*”, sendo que a última provocou reações e questionamentos entre seus pares. No primeiro caso, Wittig chama atenção para a politização do ser lésbica no enfrentamento à heteronormatividade compulsória. No segundo caso, mais emblemático, segue a primeira no sentido de que “*o ser lésbica*” deve estar além das relações afetivo-sexuais, dadas entre as mulheres.

Se autodenominar lésbica não é apenas o amor entre mulheres - o que já é muito importante, também. Mas é para além do amor entre mulheres, é a posição política que nós assumimos enquanto mulheres que nos automeamos lésbicas. Em uma sociedade onde as mulheres são subalternizadas e onde as mulheres só têm valor através do vínculo com um homem, em geral o marido ou o pai, se colocar de fora desses vínculos é, em si, um ato político fundamental (GROSSI, 2018, p. 7).

A feminista lésbica francesa descobriu a ideia de que ser lésbica seria sinônimo de práticas sexuais entre mulheres, assim como expande essa experiência para uma ruptura com

o sistema patriarcal, quando estas são subjetivamente e economicamente autônomas, dadas com a presença e a reverência masculina. Nesta passagem, evidenciamos que a autora, imbuída de um contexto também eurocêntrico, idealiza um sujeito que não representa as especificidades do próprio movimento de lésbicas que se ramificaram pelo mundo, e, com maior atenção, entre as lésbicas negras ainda relocadas em posições subalternas e desumanizadoras (SAUNDERS, 2017). É identificada a urgência, portanto, de uma epistemologia lésbica-sapatão que transcenda essa voz para os demais corpos negros ainda silenciados, nas camadas dos movimentos, que fazem parte: lésbico e negro.

O ato político vislumbrado por Wittig só se realizará diante do autorreconhecimento público pelas mulheres lésbicas, já que “*a lésbica transcende a oposição binária entre homens e mulheres; a lésbica não é nem mulher nem homem*” (BUTLER, 2015, p. 196). Mas esse corpo que reivindica o lugar de protagonista e subversiva do patriarcado também invisibiliza outros corpos perfilados por marcadores sociais, como por gênero, raça e classe.

Dentro desta perspectiva radical à época, e, falando desse lugar também de privilégio, a autora inaugura a identidade lésbica apartada da categoria de sexo, exatamente por tal construção ser contingencial à matriz heterossexual, e passa a vê-la fora das categorias estáveis e políticas, nos termos sexo e gênero. Para Wittig (2006), não há distinção e nem a dicotomia entre gênero e sexo, pois este último traz as marcas de gênero, por ser uma categoria política naturalizada, mas não natural, excluindo quaisquer perspectivas de existência de outras identidades sexuais.

Para Butler (2015), a perspectiva apresentada por Wittig do “*tornar-se lésbica*”, assim como da possibilidade de apresentar uma identidade “*estável*” desatrelada dos contextos heterossexuais, negligencia o fato de que a cultura lésbica não o é e não o foi gestada fora da estrutura heterossexual, haja visto a proliferação de identidades de gênero, enquanto *performances* que ocorrem dentro das próprias práticas discursivas de lésbicas, gays e pessoas trans, em alusão à mentalidade heterossexual.

O espectro da teoria feminista e pós-estruturalista francesa, ao imputar aos distintos arranjos de poder, ajuda a produção discursiva da identidade de gênero, lança luz sobre suas próprias controvérsias: a) um único sexo, masculino, que se elabora através de um “outro” indefinido; b) a relação entre “ser homem” e “ser mulher” dentro da categoria de sexo, sendo este um produto da contínua regulação da sexualidade¹²⁰; assim como, c) a existência apenas

¹²⁰ Foucault (1988).

de um sexo, o feminino, em que o masculino é sinônimo de *universal* dentro da lógica da heterossexualidade compulsória (WITTIG, 2006; RICH, 2019).

As mulheres jamais poderão ser compreendidas segundo o modelo do ‘sujeito’ nos sistemas representacionais convencionais da cultura ocidental, exatamente porque constituem o fetiche da representação e, por conseguinte, o irrepresentável como tal. Segundo essa ontologia das substâncias, as mulheres nunca podem ‘ser’, precisamente porque constituem a relação da diferença, excluído pelo qual esse domínio se distingue. As mulheres também são uma ‘diferença’ que não pode ser compreendida como simples negação ou como o ‘Outro’ do sujeito masculino (BUTLER, 2015, p. 46).

Esse arquétipo – o sexo como substância – é fruto de uma linguagem hegemônica, que molda o sistema binário e reafirma a prática discursiva falocêntrica, que silencia o feminino em suas capacidades de existir e subverter-se para além dele, o masculino. Para Foucault (1988), tal relação, esculpida pela binaridade, esvazia da sexualidade o caráter subversivo de uma sexualidade que pode imputar fissuras no sistema heterossexual. Já, para Wittig (2006), o mesmo sistema enclausura e impõe ao sexo feminino a reprodução compulsória, assim como apenas a existência lésbica pode estagnar a heteronormatividade e transcender a binaridade, para emancipação plena das mulheres, tanto particular quanto universal. Há, assim, uma proximidade entre Foucault (1988) e Wittig (2006), dada no sentido de que a ruptura e os descentramentos da dominação heteronormativa provocariam a desagregação da categoria sexo e o seu desaparecimento.

A destruição da categoria sexo representaria a destruição de um atributo, o sexo, o qual, por meio de um gesto misógino de sinédoque, tomou o lugar da pessoa, do cogito autodeterminador. Em outras palavras, só os homens são ‘pessoas’ e não existe outro gênero senão o feminino (BUTLER, 2015, p. 48).

A crítica de Butler, assim, ao projeto ficcional de Wittig, é sobre sua defesa do “sujeito cognitivo” sem atingir categoricamente o sujeito universal “masculino”, assim como elege como substituto a “lésbica” que extrapola a categoria de sexo – uma visão invertida de identidade, portanto, substancial por se deixar aprisionar pelas ilusões da linguagem, que age feito os córregos, transitando entre crenças e verdades a partir da marca de gênero – por designação, qualificação e emparelamento ao universal, que é o “ser masculino”.

Wittig (2006), ao instituir que o sexo é uma marca aplicada pela heterossexualidade, hegemônica e masculina, de forma a institucionalizar e operar através dos mecanismos de controle dos corpos (FOUCAULT, 1988), expõe todo o legado filosófico ocidental, por fazer parte de “outra ordem de materialidade”, que, por via da radicalidade, poder ser reinventada.

Por outro lado, desconsidera que a linguagem possa ter caráter misógino em suas estruturas, o que denota ser esta imbuída de neutralidade, tanto política quanto de gênero.

Para Butler (2015), há uma negligência por parte de Wittig sobre o significado e a função da linguagem na determinação da “marca de gênero”. A autora enfatiza que o gênero não pode ser enquadrado, nem como substância, nem como atributo, pois o seu efeito é *performativamente* produzido e regulado pela dita coerência de gênero, dado no interior do discurso, que advém da metafísica da substância: “o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra” (BUTLER, 2015, p. 56). Assim, traz ao centro do debate uma perspectiva de pensar na categoria de gênero fora da metafísica da substância, anulando o enigma de que haveria algo, alguém, ou um ser, por trás do ato de fazer-se e tornar-se¹²¹, sendo assim, “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente construída pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados (BUTLER, 2015, p. 56).

Dar-se, portanto, a emblemática divergência entre Butler (2015) e Wittig (2006), tudo diante da impossibilidade da existência de “uma” identidade, regida por seu caráter fluído e desagregador por um lado, e *performativo* por outro. Mas, assim, Wittig (2006) sustenta que aquilo que tomamos por opressão enquanto causa é a marca distintiva do opressor. E, Foucault (1988), ao situar o *tabu* do incesto, postula que a lei repressiva produziu ambas, a heterossexualidade e a homossexualidade, situadas em suas especificidades de sanção e transgressão, dadas como efeitos da lei, o que descarta a possibilidade de uma sexualidade anterior à lei, desde que não seja uma ficção ou uma paródia¹²² - o gênero, em que a *performatividade*:

Não é um ato singular, porque sempre é a reiteração de uma norma ou um conjunto de normas e, na medida em que adquire a condição de ato no presente, oculta ou dissimula as convenções de que é uma repetição (BUTLER, 1993 *apud* NUNES, 2017, p.23).

A relação das práticas discursivas, apontada por Butler (2015), é a de que a citação, chamada por “identidade”, segue a lógica binária entre singularidade e contexto, operando como norma que regula a vida e o próprio exercício da sexualidade, o que não desconsidera a proliferação de outras categorias sexuais, dadas no interior da cultura gay e lésbica: *queens*, *butchers*, *femmes* ou *girls*, algo que é desconsiderado pela proposta humanista da cultura

¹²¹ Referência à Nietzsche, em “Genealogia da Moral”.

¹²² Encenar ou teatralizar o outro gênero, como uma cópia que imita o que aprendemos, seja a ser homem ou ser mulher ininterruptamente, com isso, sem admitir a ideia de que exista um ser original ou que esse movimento possa retornar ao eu original.

lésbica de Wittig (2006). A teoria subversiva *butleriana* coloca, assim, no centro do debate, a desintegração do conceito de identidade, mas não a desintegração da política, que permeia o próprio processo desintegrador desta categoria.

Neste sentido, enovelamos historicamente a presença feminina na PMBA como ferramenta de *encruzilhamentos* militares, através das narrativas das mulheres lésbicas, estas que vão compor esse capítulo com toda potência e resistência, dadas aos assédios e aos múltiplos episódios de silenciamento, que conformam as instituições militares.

4.1 A historicidade como ferramenta que enovela as narrativas de *encruzilhamentos* militares

No ano de 2020, a Polícia Militar do Estado da Bahia comemorou os 30 anos da presença feminina em seus quadros, sem, contudo, alterar significativamente a fotografia da sua tropa, que segue majoritariamente masculina, desde o Decreto Imperial de sua criação, em 17 de fevereiro de 1825 (NEVES, 2008). O acesso de mulheres no Quartel dos Aflitos só foi possível após 165 anos de existência da Corporação da Polícia Militar, com a criação da Companhia de Polícia Feminina – CIAPFem (1990), em face da abertura democrática e corroborada pelas pressões externas, por reconhecimento aos direitos das mulheres no mundo moderno, mesmo que de forma tardia na Bahia.

O ingresso das mulheres nas polícias estaduais do país não significou alteração da divisão sexual do trabalho em uma sociedade que define as atividades para os corpos masculinos e os corpos femininos, ou seja, o espaço público para os homens e o espaço privado para as mulheres. Ingressar nesta esfera institucional de trabalho, com emprego público, em uma força auxiliar do Exército, foi a quebra de um paradigma que, ainda hoje, insiste em reduzir um contingente, mesmo que pequeno, às esferas do privado, do doméstico, e do secretariado das Forças Militares, frente ao *ethos* selvático e guerreiro. Um caminho espinhoso, assim como delimitador das capacidades intelectivas das mulheres ao poder, ao comando das polícias, permeou por inúmeras situações de assédios, silenciamentos e resistências.

Na década de 1950, a presença de mulheres nas forças policiais já vigorava nos Estados Unidos e em outros países, a exemplo da França, Áustria, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Finlândia ou Itália. No entanto, o ingresso das mulheres nas forças policiais brasileiras só ocorreu a partir de 1955, com a instituição do Policiamento Especial Feminino no âmbito da Guarda Civil do Estado de São Paulo, através do Decreto nº. 12.548/1955, assinado pelo então Governador, Jânio Quadros (CARVALHO, 2006).

Essa decisão foi motivada pela reivindicação de Hilda Macedo, criminologista da Escola de Polícia, no 1º Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia (1953), em sua defesa de tese sobre a criação da Polícia Feminina como uma medida urgente para o devido cumprimento da manutenção da lei e da ordem de forma harmônica e igualitária. Destarte, esse movimento de reivindicação da presença feminina nas polícias militares também foi arregimentado por um grupo de assistentes sociais à luz das demandas sociais e ao atendimento assistencial feminino às populações mais vulnerabilizadas – mulher, idoso, crianças, adolescentes em conflito com a lei e enfermos (DAMASCENO, 1998).

Essa experiência feminina nos quadros da Guarda Civil do Estado de São Paulo passou a ser comandada pela criminalista Hilda Macedo, formando o 1º Núcleo Feminino de Polícia, reconhecido como agrupamento feminino fardado e subordinado à Secretaria de Segurança Pública através da Lei nº. 5.235, de 15 de janeiro de 1959, artigo 2º (SOARES et al, 2005, p.27).

A presença feminina, então, passa a avançar para os batalhões de policiamento e depois para as missões de policiamento ostensivo, já que ainda estava restrita às atividades administrativas de assistência social da corporação. A partir do pioneirismo do estado de São Paulo, abre-se, então, as portas das corporações militares de outras Unidades Federativas à presença feminina em seus quadros, mesmo que de forma restrita às atividades de secretariado e nas patentes de praças (soldados, cabos e sargentos).

Na década de 1990, ocorre a criação das Companhias Femininas e possibilita maior expansão e visibilidade da presença feminina para os Batalhões de Polícia, suscitando a abertura da Academia de Polícia Militar do Barro Branco/SP, com a formatura da primeira turma de mulheres oficiais em 1992, consagrando, assim, as treze pioneiras que ocupavam os diversos espaços de atuação policial, desde o policiamento de trânsito, bombeiro, choque, rodoviário, escolar, florestal e assessoria militar.

No entanto, a expansão da presença feminina foi retardada em muitos estados da federação, a exemplo do Estado da Bahia, que instituiu a primeira turma de mulheres na formação militar, no ano de 1990, assim como no espaço adaptado da Vila Militar dos Dendezeiros, Salvador/BA, no mesmo local de formação dos oficiais militares na Academia da Polícia Militar do Estado. Essa decisão, assim como ocorreu em São Paulo, se deu em razão da necessidade de uma intervenção feminina, sob julgo do assistencialismo e a perspectiva de humanização da imagem da Corporação, desatrelada dos anos de chumbo da Ditadura Militar (SOARES et al), que dialogava menos com a eficiência feminina nas

atividades policiais, assim como mais com a perspectiva de mudança da percepção da imagem, dada por esta instituição policial.

Santos (2003) anuncia, assim, que a mulher passa a atuar no serviço policial da Guarda Civil da Bahia, através do Decreto nº. 16.639, de 07 de novembro de 1956, na gestão do Governador Antônio Balbino. Na perspectiva de substituir os homens em atividades de assistência social, ao trato com grupos específicos, de mulheres, crianças, idosos e adolescentes, se determinava o lugar da mulher, assim, no assessoramento das atividades burocráticas e às autoridades locais.

Neto (2005), ao postular que a incorporação das mulheres às polícias era justificada pelas habilidades femininas, no trato com os grupos específicos, com ênfase à docilidade da mulher, prevê algo alheio às características masculinas, impondo uma narrativa de naturalização do “ser homem” e “ser mulher”, reivindicada por uma sociedade patriarcal ainda atrelada à proteção da família nuclear e dos bons costumes à ordem pública.

Depois de 32 anos da presença feminina na Guarda Civil da Bahia, o governador Nilo Augusto Moraes Coelho cria o primeiro corpo feminino na Polícia Militar do Estado da Bahia, através do Decreto nº 2.905 de 19 de outubro de 1989, subordinada ao Comando de Policiamento da Capital (SANTOS, 2008). Ao contrário do que ocorreu na inserção das mulheres na Polícia Civil, as mulheres que ingressaram na PMBA atuavam, tanto nas atividades burocráticas (atividade meio) quanto nas atividades operacionais (atividade fim), com vistas a também exercer o policiamento ostensivo, missão primordial da Polícia Militar na manutenção da ordem pública (NEVES, 2008)

Segundo Neves (2008), o primeiro edital para ingresso de mulheres na PMBA ocorreu em abril de 1990, com a chamada de 27 vagas para a patente de sargento, e, em maio do mesmo ano, ocorreu o concurso para seleção de 80 mulheres, para a patente de soldado. O acesso de mulheres no oficialato da Academia da Polícia Militar da Bahia só ocorreu em 1992, e a turma foi batizada de Irmã Dulce. Por outro lado, à época, assim como nos dias de hoje, a Bahia segue a mesma limitação de 10% de acesso de mulheres aos quadros das polícias militares do Brasil, pelo exemplo de Goiás, Maranhão e Minas, o que ainda impossibilita a equidade de gênero em todas as patentes, inclusive do oficialato.

Ainda que a perspectiva da Corporação Policial Militar fosse enquadrar as mulheres em ambas as atividades administrativas e operacionais, havia uma distribuição desigual sobre tal efetivo, sendo que 60% atuavam na atividade meio e 40% na atividade fim, tanto na capital quanto nas demais unidades da PMBA, consolidando a presença feminina nos quartéis, muito mais do que no trabalho ostensivo.

A configuração inicial de disponibilização das policiais às Unidades provocou descentramentos sobre qual comando tais policiais estariam sujeitas: ao comando da Companhia de Polícia Feminina ou aos comandantes das Unidades. Por essa ingerência, ocorreu a criação da 3ª Companhia Independente de Polícia Militar – CIPM, através do Decreto nº. 5.570 de 11 de julho de 1996, o que ampliou a participação feminina nas Unidades de Polícia Militar da Bahia (SANTOS, 2003).

A autonomia de uma CIPM arregimentou a qualificação do corpo feminino para áreas ainda ocupada por homens, como a condução de viaturas, ao formar a primeira turma de policiais motoristas, e, compor a primeira guarnição de rádio patrulhamento, no período de 1992/1993, atuando em toda Região Metropolitana de Salvador, ainda com ligação direta ao Centro de Operações Policiais Militares (COPOM), assim como pelo prefixo de acesso próprio: Atenas (NEVES, 2008).

O que poderia ser uma revolução dentro da PMBA, com mulheres condutoras de viaturas, não passou de uma necessidade própria de uma Companhia Feminina, esta que não se espalhou significativamente para as demais Unidades da Corporação, haja vista a disparidade de acesso entre homens (90%) e mulheres (10%). No entanto, o surgimento da polícia comunitária, frente à urgência da passagem de uma polícia truculência para uma polícia de proximidade, alterou apenas a imagem (fardamento, viaturas e *designers*), e não significativamente o valor do feminino na docilização das atitudes, dos corpos e do imaginário masculino, dentro e fora da Polícia Militar.

Novamente, mesmo com a centralidade da presença feminina no *front*, há, sem dúvida, a reprodução do lugar da mulher não como liderança, mas sim como uma resposta às exigências de uma sociedade, dada aos novos encaminhamentos das polícias militares. Mulher como “isca”, “puta”, e “recatada”, não como representação de força e perspicácia militar. Por outro lado, sua presença passa a ser necessária no âmbito das relações públicas, haja visto o desgaste dos atos truculentos orquestrados pela masculinidade militarizada, um processo que se mostrou sazonal, de tempos em tempos, a força auxiliar do Exército, permitindo certos sombreamentos à sua dinâmica original: patriarcal, misógina, racista e LGBTfóbica.

Uma ambiência institucional que ainda restringe a presença feminina nos quartéis, instituída como o mundo dos homens selváticos e guerreiros, compulsoriamente, restringiria a manifestação de *performances* que confrontassem o arquétipo da binaridade, um lugar de homem e lugar da mulher, portanto, da heteronormatividade compulsória, construindo ritos de passagens, que conduzem à masculinidade dos corpos femininos como algo imperioso à sua aceitação, pelas guarnições guerreiras. O fato de a mulher ter que se comportar como homem

para ser aceita e vista como “igual”, um homem selvático, nos diz que esse rito atravessa o gênero e a própria sexualidade em suas encruzilhadas de pertencimentos.

O “ser mulher” e o “ser lésbica” estão em sentidos distintos nesse campo: a mulher cis na busca por validação masculina, que percorre o caminho do “*fazer-se*”, performando horas o feminino e noutra o masculino, mas reafirmando sua orientação heteronormativa junto aos seus pares de mulheres e homens, o que prescinde de uma relação amorosa binária (homem-mulher). E, a lésbica, enovelada pelo mesmo processo do “*fazer-se*” neste rito, performando ambos, feminino e/ou masculino, tentando criar no grupo uma validação imaginária, o que impulsiona um maior vigilantismo sobre sua orientação sexual, haja visto a ausência de um homem como par frente à linguagem não-binária, quando são questionadas sobre namoro e/ou relacionamentos: “eu tenho uma figura”, ou “eu tenho uma pessoa”.

O espaço do não lugar da existência lésbica nas corporações de Polícia Militar, mesmo com a reiterada reivindicação institucional às *performances* masculinas, alerta-nos sobre a complexidade e a ambiguidade das relações entre as mulheres, assim como dos homens, acerca de si no *front*. O *fazer-se*, como um ato contínuo, impulsionado pela *performatividade* no campo de tantas tensões, apagamentos e silenciamentos, cria um trânsito entre ambas as *performances*, feminina e masculina, sendo que a última corresponde ao que está mais próximo aos corpos femininos, para resistir e sobreviver na ambiência militar.

Assim, neste capítulo, serão apresentadas as trajetórias das policiais lésbicas em dois atos – primeiro, as trajetórias mais significativas no rol das entrevistas realizadas, no âmbito da pesquisa de campo, levando-se em consideração alguns requisitos: a) ano de ingresso na PMBA, perfilando todas as décadas desde a primeira turma de PMFem; b) profundidade e complexidade da entrevista; c) formato da entrevista, presencial e/ou virtual; d) viabilidade de acesso à entrevistada, dada para regularizar os ajustes da transcrição. Em um segundo momento, as outras vozes que entrecruzam e reafirmam a ambiência de *genderização* da *performatividade* lésbica. E, novamente, destacando que os nomes utilizados na exposição das narrativas são fictícios, ao considerar o compromisso, confiança e espaço de segurança das mulheres entrevistadas.

No escopo do ato 1, a narrativa de Chavela é a primeira trajetória a ser revelada neste bloco, exatamente por atravessar todos os requisitos acima citados. Chavela fez parte da primeira turma de policiais femininas da PMBA, no ano de 1990, o que possibilitou o acesso às primeiras impressões do contexto da época, incluindo as estratégias criadas por ela e outras policiais lésbicas, ainda não declaradamente assumidas, que performavam tanto o feminino quanto o masculino, na perspectiva de passarem incólumes aos assédios institucionais.

A segunda narrativa traz a trajetória de Rani, com especial atenção pela complexidade da entrevista e da similar experiência da pesquisadora à época do curso de formação, em policial no CFAP/Governador Mangabeira. Essa trajetória alude não só a passagem da pesquisadora neste Centro, mas ao processo de lesbofobia experienciada por ambas na primeira sindicância instaurada, por denúncia para apurar suposto ato ilícito em um Centro de Formação Policial Militar da PMBA¹²³.

A terceira trajetória traz elementos complexos e ambíguos sobre a presença feminina na PMBA, que pendulam entre a necessidade de ser e existir, a partir da estabilidade econômica e a vocação que traz, em si, novas descobertas sobre o sistema. Assumidamente lésbica, após um longo processo de aceitação, Dandara defende a PMBA e estimula outras mulheres ao ingresso, mas alertando sobre a misoginia, o machismo e a discriminação racial. O fato de assumir sua orientação sexual, dizendo que está nos entremeios das *performances* femininas e masculinas, faz admitir que as mulheres lésbicas performam masculinidade e são muito mais aceitas pela tropa, principalmente, quando coadunam com os mesmos assédios praticados pelos homens, o que ocorre com frequência, por parte de colegas lésbicas. O recorte racial é sinalizado, muito mais como um elemento que atravessa todas as patentes, do que como um elemento desagregador da tropa, ou seja, isso não é excludente na ambiência militar.

A quarta e última trajetória deste capítulo foi dedicada à trajetória de Sueli, possibilitada por meio da videochamada do aplicativo *WhatsApp*, em data e horário programados. Na perspectiva de acessar as narrativas de mulheres policiais, que atuavam em outras companhias e batalhões da PMBA, no interior da Bahia, o formato virtual foi utilizado e produziu frutos razoavelmente satisfatórios. Dentre as 05 entrevistas realizadas nesse formato, apenas a narrativa da Sueli foi considerada satisfatória, mesmo diante de uma ambiência que excluía a confiança do face a face, mas de considerável interatividade.

Essas explicações são necessárias, porque a trajetória da Sueli da PMBA, da sua formação às atividades policiais, ostensiva e administrativa, foi atravessada por muitos assédios, todos dos superiores hierárquicos. Em sua concepção, por performar feminilidade, os assédios já eram naturalizados no tocante à presença feminina. Por outro lado, por recusar sucessivamente as investidas de colegas e superiores, além da reserva e da ausência do par

¹²³O projeto de tese foi disseminado de forma ampla para todas as policiais lésbicas, assumidas ou não, no âmbito da Polícia Militar, alcançando todas as regiões do Estado. Para além das 16 pessoas entrevistadas, muitas policiais foram contatadas e não houve nenhum relato sobre sindicância em outras épocas, e/ou Centros de Formação, o que torna esse processo único, no tocante aos corpos lésbicos.

masculino, houve situações extremas de abusos diversos, pela negação da sua orientação em um corpo feminino, e não na lógica reiterada do corpo masculino.

No escopo do ato 2, intitulado de “outras vozes do mesmo *front*: A emblemática vocação das mulheres lésbicas para ser, existir e fazer-se na PMBA”, o *encruzilhamento* de outras vozes amplifica as vozes anteriores e centrais, no âmbito das experiências vivenciadas pelas policiais lésbicas, ressaltando os principais elementos que compõem essa pesquisa: motivação para ingresso na PMBA, despertar do desejo lésbico, formação, *performances*, assédios, silenciamentos, *genderização* e recorte racial.

Em face da negação, reiterada da existência lésbica na sociedade, um objeto de estudo abrangente, mas nos espaços institucionalmente militares, ainda são pouco pesquisados, até mesmo pela complexidade do acesso às policiais militares e aos quartéis, que tornam o debate das múltiplas sexualidades um *tabu*. Para apresentar esses caminhos espinhosos, elucidativos, e, por vezes, perplexos, sobre como as policiais lésbicas performam masculinidades ou feminilidades, são criadas estratégias de luta, tanto na reprodução quanto na adaptação à estrutura militar, algo premente nesta escrita de cordéis, que se faz encantada, mas que arde sem se ver.

4.2 Chavela¹²⁴ e o querer ser militar: O libertar-se e o desejo de amar!

O desejo de ser militar foi a principal motivação de Chavela para aceitar o chamado para compor a primeira turma de policiais femininas da Polícia Militar do Estado da Bahia (PMBA), no ano de 1990. Mas, o seu desejo mesmo era ser marinheira, entrar para a Marinha Brasileira do Brasil, por achar bonito todo mundo de branco. Porém, naquela época, já se exigia o nível técnico ou o nível superior para o ingresso, e ela ainda estava terminando o último ano no Convento (nível médio). Por fim, desistiu desse sonho quando duas colegas do Convento anunciaram o concurso da PMBA, e, assim, resolveram ir juntas efetivar a inscrição na Vila Militar do Bonfim, na Cidade Baixa de Salvador, no ano de 1989.

Segundo Chavela, a fila para realizar a inscrição no concurso para o Policiamento Especial Feminino da PMBA já ultrapassava a sede do Clube Militar, mesmo com toda chuva que caía em Salvador. Ainda a completar 20 anos de idade, natural de Salvador, ela não queria perder essa oportunidade e fez a inscrição junto com as colegas para ambas as chamadas do concurso: soldado e sargento. Do grupo que prestou o concurso, apenas ela foi aprovada, e

¹²⁴ Entrevistada 10, vide Quadro 2.

assim abandonou as colegas da época do Colégio de Freiras, um convento, local em que estudou dos 12 anos aos 16 anos de idade.

Por incrível que pareça, no convento, tinha um bocado de meninas que dava para ver que eram gays, mas ninguém falava nada. E, eu, só andava com essas criaturas, nem me importava com isso. Eu gostava mesmo era de jogar futebol, entendeu? As freiras proibiam, e, mesmo assim, a gente enrolava uma garrafa de Q'boa¹²⁵ com pedaço de pano. Assim, eu só andava com as meninas mais homenzinho (PFem, PMBA – entrevista com Chavela).

Chavela relata que, à época do convento, aprendeu e viu muita coisa, como o relacionamento de suas colegas com outras meninas. Era normal ver menina beijando na boca de outra menina, mesmo com todo o rigor das freiras. Mas, também, afirma que adorava estar com as colegas transgressoras que se comportavam como “homenzinhos”. Não sentia vontade de trocar carinhos com as meninas, só gostava mesmo da companhia delas por não achar nada de errado no ato dos carinhos, que era frequente, no ambiente da escola. Por outro lado, em casa, esse tipo de assunto sequer era comentado, porque a sua mãe, evangélica e conduzida pela moral e os bons costumes da Igreja, abominava o comportamento e a possibilidade de relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, afinal, era pecado mortal que poderia levar as pessoas para o inferno.

Chavela, filha de mãe viúva, convivia com mais sete irmãos, e o seu maior desejo era poder ser livre, sair de casa e viver sua vida, sem as pressões para namorar, casar e ter filhos. Na adolescência, nunca gostou de saias, vestidos e blusas de alcinhas, mas também não se via com roupas de homens. Além disso, Chavela afirma que nunca se interessou por rapazes, apenas gostava da companhia deles para sair e “curtir”, algo que fazia com os primos, pretendentes aos namoros.

Homem, eu não gostava de namorar. Só curtia, saía para paquerar, mas não namorava. Meu primo que queria namorar comigo, falava em casar. Eu sempre dizia “Deus me Livre. Casar, nunca!” E eu nunca estranhei isso, mas quando falava em namorar e casar, eu terminava e não queria saber de jeito nenhum. Eu só vim descobrir algo quando entrei na Polícia (PFem, PMBA – entrevista com Chavela).

Na declaração de Chavela, qualquer tentativa de beijos, abraços e declarações de namoro por parte dos homens era motivo para impor distanciamento, algo compulsório para os pretendentes desejosos do casamento, o que representaria, para ela, uma prisão. Por outro lado, ela diz que não desejava as meninas como suas colegas “homenzinhos”, algo que nunca se questionou, porque ela só queria ser livre e ganhar o mundo, algo que incentivou o seu

¹²⁵ Q'boa é uma marca de água sanitária.

desejo de ingressar na Marinha do Brasil - o desejo por velejar pelo mundo. Disse também, assim, que odiava a forma limitada de viver, imposta às mulheres, algo que nunca iria se permitir.

Com a aprovação no concurso para aluna soldado, ela ingressou no curso de formação de praças, em maio de 1990, na Vila Militar do Bonfim, com a inauguração de parte das instalações da Companhia Especial de Polícia Feminina (CIAPFem), com os alojamentos prontos para receber as 78 mulheres selecionadas que chegariam de toda parte da Bahia, e, também, de outros estados do Norte e Nordeste do Brasil, para o Edital de Concurso, que disponibilizou 80 vagas.

Nas primeiras semanas do curso, na fase da adaptação e reconhecimento entre as colegas, era comum saírem juntas para beber e conversar. Em uma dessas saídas, duas colegas assumiram para Chavela que eram lésbicas, e, portanto, um casal, mas pediram sigilo, não era permitido contar para ninguém, porque poderiam usar isso para excluí-las do curso.

As meninas começaram a andar comigo, a gente pegou amizade. E, todas as vezes que elas saíam, me chamavam para sair, e, outras meninas também. Uma vez, a gente ficou bêbada e uma delas disse: “olha, já que você é também, eu vou dizer a você que a gente é um casal, mas não pode dizer a ninguém porque é proibido na Polícia (PFem, PMBA – entrevista com Chavela).

A confissão do casal de colegas, motivada pelo reconhecimento de pares, ao ser associada ao perfil de “bofinho¹²⁶”, uma *performance* inconsciente, mas que organizava aquilo que ela desejava ser diante dos homens, causou de pronto uma reação da Chavela:

Chavela: Eu caí na risada e disse que não era lésbica, não me interessava por mulheres, mesmo que elas achassem. E, elas insistiram, dizendo que eu era sim, porque era toda “bofinha”. E, eu disse que não era, porque nunca tinha me interessado por nenhuma mulher.

Entrevistadora: Para você, por qual razão o casal te reconheceu como lésbica?

Chavela: Olha, eu tinha o cabelo curtinho, consertava tudo no quartel, jogava futebol e não gostava de usar vestidos ou saias.

Entrevistadora: E qual era a impressão da sua família, em relação a sua *performance*?

Chavela: Ninguém dizia nada, mas minha mãe me cobrava muito por ser evangélica, não gostava muito, exigia que eu usasse saia por causa da Igreja, e eu sempre gostei de usar calças. Depois de entrar na Polícia, essa cobrança acabou (PFem, PMBA – entrevista com Chavela).

¹²⁶ Referência às mulheres que performam masculinidade, trajam roupas e trejeitos de boy, boyzinho, ao contrário das mulheres que performam feminilidade, as *ladies*, com trajes e trejeitos femininos.

À época, ela não se reconhecia desta forma, como um “bofinho”, com uma *performance* mirada como masculina, mesmo usando os cabelos curtos, sem o gosto por maquiagem e sem vestir-se de saias ou vestidos, expressões que chamaram a atenção do casal de colegas e de toda tropa. De pronto, Chavela respondeu que não se sentia atraída por mulheres, apenas não gostava de se sentir “mulherzinha”.

As cobranças da mãe sobre uma *performance* dissidente, exigindo feminilidade com o uso de saias, vestidos, e, maquiagem moderada, por causa da Igreja, era refutada por Chavela, que se considerava uma garota rebelde por questionar o gosto e o padrão impostos às mulheres. Ela gostava mesmo era de vestir de calças, blusões, de jogar bola, sair com os primos e colegas para beber, sem ter hora para voltar, sem as cobranças comuns às mulheres, como devem se comportar, como devem ser no papel do feminino, para os homens. Ela admirava o estilo de vida e os privilégios dados aos homens em uma sociedade machista. A liberdade, portanto, era performática e genuinamente masculina, mesmo sem se perceber em suas relações familiares e sociais.

Neste sentido, ingressar na PMBA representou o passaporte para a tão almejada liberdade, através da sua independência financeira, assim como a possibilidade de sair da casa da mãe, das pressões por feminilidade, ajustamento à moralidade evangélica, casamento e filhos, ou seja, viver livre e sem cobranças de ninguém:

A única pessoa que poderia me preocupar, caso viesse aqui me dizer alguma coisa, fora ou dentro do quartel, era o ACM¹²⁷, porque era ele quem pagava o meu salário. Para o resto, eu sempre dizia: ‘Foda-se!’ (PFem, PMBA – entrevista com Chavela).

Chavela segue relatando que, enquanto aluna soldado, o único medo que possuía, compartilhado com as mulheres lésbicas na formação militar, era de ser demitida da PMBA e perder a estabilidade financeira, uma via possível de manter sua existência longe das críticas familiares e do armário imposto pelo quartel. Fora isso, ninguém falava de gay no quartel, algo visto como crime e pederastia, e, menos ainda, em mulheres lésbicas, sapatão, homem-macho. Contanto que ninguém soubesse, isso não era o problema maior na vida das mulheres lésbicas, e, sim, o comportamento dos homens diante da presença feminina, no território que eles afirmavam ser naturalmente para os homens de combate, comportamento produzido institucionalmente.

¹²⁷ Antônio Carlos Magalhães foi eleito Governador do Estado da Bahia nas Eleições de outubro de 1990, e, era temido por conduzir a gestão pública com mão de ferro. No entanto, a instituição do decreto de criação da CIA PFem ocorreu no último ano da gestão do Governador Waldir Pires, em 1989, quando renunciou ao mandato para concorrer a vice-presidente na chapa de Ulysses Guimarães, e, assim sucedido por Nilo Coelho.

Até a foto 3x4 usada para colocar no mural da CIA PFem e na carteirinha de Polícia, a gente tirava com o uniforme azul petróleo, paletó e gravata do efetivo masculino. A camisa e o short das atividades físicas também eram masculinos. A gente tinha que amarrar o short com um cordão na cintura. Tudo era para os homens. Fomos obrigadas a usar uniformes masculinos para as atividades do curso. Não houve diferença entre homem e mulher na formação da Vila Militar (PFem, PMBA – entrevista com Chavela).

O registro para a carteirinha militar das alunas policiais foi feito de acordo com o modelo masculino. As roupas, em sua maioria, foram emprestadas pelos policiais para fazer os ajustes, já que o corpo das mulheres não comportava dentro do modelo das roupas, que eram feitas para os homens. Devidamente fardadas, no padrão masculino, as alunas “soldados” se apresentaram primeiro ao Comandante da Companhia de Polícia Feminina - CIA PMFem, Major PM Mello, antes das alunas sargentos, para que pudessem se instalar nos alojamentos que estavam prontos, exceto os banheiros, o que obrigou as mulheres a usarem as instalações sanitárias da Academia de Polícia Militar - APM, reservada aos alunos oficiais, ambas na Vila Militar do Bonfim. Esta situação gerou muitos conflitos e abusos de autoridade no processo de adaptação do novo corpo “feminino”, assim, à instituição militar do estado da Bahia.

A gente era obrigada a atravessar o pátio que separava a CIAPFem da APM para acessar os dois banheiros com duchas para banho e fazer nossas necessidades. Tudo isso, gerava constrangimentos e comentários entre eles, sobre os nossos corpos (PFem, PMBA – entrevista com Chavela).

Diante desse cenário, o Major PM Mello, designado para o comando da CIA PFem, fez o convite à Tenente PM Terezinha, uma das mulheres precursoras da presença feminina na Polícia Militar do Estado de São Paulo, para assessorar a formação da 1ª turma de mulheres da PMBA. Com a sua presença, diuturnamente no Centro de Formação, as mulheres começaram a ter o tratamento adequado, a começar pelo fardamento, que foi importado de São Paulo.

No mês seguinte, abril de 1990, a CIA PMFem recebeu as 26 alunas sargentos selecionadas no concurso, exatamente para compor o efetivo geral da Companhia, e, assim, iniciar o processo de formação com as alunas soldado, que já estavam alojadas. No início da formação, só ficava aquartelada quem residia no interior ou em outro estado, as demais passavam o dia no quartel e eram liberadas, no final da tarde. No entanto, diante da apresentação da tropa no pátio da Vila Militar ser muito cedo, às 05h30, e, dos esforços das atividades do dia, muitas alunas decidiram pelo aquartelamento com liberação aos finais de

semana. Esse aquartelamento não impediu que elas pudessem sair do quartel após as atividades do dia, mas deveriam retornar até às 22h00, o que possibilitava a integração da tropa feminina com a tropa masculina nos arredores, incluindo os bares da região, no turno noturno.

Segundo Chavela, antes da chegada da oficial paulista à CIA PMFem, o Major PM Mello era moderador, e, em muitos momentos, soube diluir os conflitos entre as alunas sargentos e as alunas soldados. Segue relatando, assim, que as alunas sargentos, de acordo com a patente, eram superiores às alunas soldados, e, por isso, responsáveis pela orientação e supervisão das atividades, assim como dos comportamentos das subordinadas. Imbuídas desta autoridade, as alunas sargentos repreendiam e muitas vezes, sem diálogo e/ou escuta, deixavam as alunas soldados detidas no quartel. As alunas, aprendizes de soldado, recorriam ao Comandante para tentarem a diluir o conflito, o qual convocava a aluna sargento para conversar, instruir, e, depois, ouvia a aluna para decidir sobre a gravidade (ou não) da situação, diante da suposta detenção.

Numa ambiência militarizada construída sob o viés masculino e de uma autoridade consagrada pela obediência, as alunas sargentos incorporavam o *ethos* desta autoridade para impor poder e respeito sobre as alunas soldado, considerado por Chavela como “a lógica do R Quero”, ou seja, do “regulamento como eu quero”:

Naquela época, se alguém passasse e decidisse te deixar detida, por ser hierarquicamente superior, um soldado, e, você, aluna, isso acontecia e muitos comandantes endossavam, sem questionar. E, na formação, isso era igual também com as alunas, sargento sobre soldados, e, dos alunos oficiais sobre todas nós. Mas, o Major Melo não permitia essa prática e proibia que os alunos oficiais circulassem no espaço da CIA PFem (PFem, PMBA – entrevista com Chavela).

A proibição de circulação de alunos oficiais na área CIA PFem passou a vigorar, assim, em razão do abuso de poder dos alunos oficiais às alunas, tratando-as como suas empregadas, quando queriam água, por exemplo, e, não solicitavam, mas sim ordenavam que elas obedecessem, mesmo com um bebedouro na Academia para saciar sua sede. Ao ser informado sobre tais práticas, o Major PM Melo, que passou a ser chamado de “Pai Melo” pelas alunas, conversou com o comandante da Academia e selou a ordem de proibição.

O dia a dia da formação era conduzido pelos graduados, sargentos, que também ocupavam a área de administração, e, os soldados, que atuavam também como motoristas. Nesses espaços, as alunas, que, por qualquer situação, demonstrassem cansaço nos treinamentos, ouviam piadas de traquejos e eram estimuladas a desistir, com a alegação de que o lugar, a polícia, não era lugar para mulher, falando: “para quê trazer mulher para

quartel, não aguentam nada, vão embora para casa, onde é lugar de mulher” (PMFem Chavela).

Por outro lado, fora do quartel, quando as alunas se reuniam no barzinho próximo da Vila Policial Militar do Bonfim, a aglomeração de alunos oficiais e graduados era grande para estreitar as relações e ali selar o lugar dessa mulher: obediente, recatada e do lar. Esses encontros ocorriam sempre após o horário das atividades, 17h30, e, seguia até às 22h00, horário determinado pelo Comando para quem ficava aquartelada. Segundo Chavela, muitos namoros e até casamentos surgiram desses encontros, inclusive, entre mulheres.

Em relação ao corpo feminino, no período da formação, havia os olhares diferentes, receosos, sobre os corpos com *performances* masculinas, já que eram perceptíveis a todos/as, por rejeitar a norma, que subjugava os corpos femininos para uma feminilidade compulsória. Mas, não havia conversas sobre sexualidade nos alojamentos, e, nem em nenhum momento no quartel, exceto entre aquelas que assumiam para si e para os pares iguais. Todos sabiam de todos, ou imaginavam saber. Segundo Chavela, algumas mulheres mantinham namoro até mesmo com os alunos oficiais, para disfarçar a sexualidade, e sua relação com outras mulheres na formação, porque era arriscado ser ou assumir qualquer coisa no ambiente militar. O disfarce era uma forma de sobreviver, algo praticado por muitas mulheres: “tinha menina que saía com a gente, bebia e começava a querer beijar, abraçar, e falar coisas. E, no dia seguinte, se apresentava toda séria, saindo com os homens. A gente via que ela era incubada”¹²⁸.

No geral, o namoro, a curtição com os homens, era encoberto pelo medo de ser revelada por algo que todas mantinham em segredo, sua sexualidade e o seu desejo de libertação para a independência econômica, assim como para o poder amar sem as pressões familiares, ou da sociedade. Mas, tudo isso era penoso para elas, que teriam que manter esse disfarce até a garantia da estabilidade do serviço público, nos três longos anos, após a formação, que poderia ser atravessada por uma paixão.

No ambiente militar, há conhecimento sobre os corpos dissidentes, assim como tais *performances* atraem os olhares dos predadores e dos simpatizantes. É proibido manter relacionamento, ou atos “ilícitos”, nos quartéis fora da heteronormatividade. Porém, não há disciplinamento que impeça o desejo, sendo-lhe proibido revelar-se. Revelar é, sim, uma falta grave, gravíssima, que impactava a disciplina militar, passível de punição e expulsão.

¹²⁸ Incubada é uma expressão típica do meio lésbico, que se refere à mulher que disfarça sua sexualidade, não expõe para manter a linha da aceitável entre a família, os homens e a sociedade.

A ordem, portanto, é negar, negar-se, sempre! E, deste modo, os elementos do disciplinamento dos desejos nos quartéis também ganhavam novas roupagens, estas em outros espaços, os mesmos que compõem essa rede, chamada de dispositivo, que atravessa as ambiências da escola, da igreja, da família, do hospital, da universidade, e, do hospício. Não há formação original de um novo sujeito, e, sim, uma moldagem desses elementos neste sujeito, o que se assujeita à nova engrenagem, mas que não mantêm o controle sobre todas, diante das fissuras que são criadas no entrelaçamento desses elementos, assim como nesses corpos dissidentes.

Chavela expõe, assim, como o seu discurso de negação do desejo às mulheres, no início do curso de formação, e, ao longo da sua juventude, se diluiu com a chegada da 2ª turma da CIA PMFem, momento em que se percebeu apaixonada por uma novata. Ainda residindo na CIA PMFem, um ano após o curso, em 1991, ela foi convocada para recepcionar a nova turma e instruí-la sobre os procedimentos na nova moradia, já que muitas alunas ficariam aquarteladas, por serem residentes das cidades do interior.

No dia em que o pessoal do interior chegou (no quartel), a gente foi convocada para recepcionar essa galera do interior, e, aí, nesse mesmo dia, eu conheci essa menina, ela foi colocar as malas lá em cima, e fui contando para ela como era a vida toda ali, e ficamos juntas até às 05 horas da manhã conversando. E, daí, era sempre assim, a gente ficava até às 02, 03 horas da manhã conversando. E o pessoal começou a perceber algo primeiro que a gente. E começaram a perguntar se era namoro, e eu dizia que ela era minha amiga, que a gente gostava de conversar das coisas de Salvador, já que ela era do interior (PMFem Chavela).

A empatia entre as duas logo chamou atenção das colegas mais antigas, com insinuações de que Chavela estava enamorada. E, ela, como sempre, negava e dizia que era apenas atenção e amizade. A percepção dos outros sobre os seus corpos e afetos foi motivo para mais comentários no quartel, porque as conversas entre ambas se tornaram frequentes, mesmo após o término das atividades. Relata, assim, que as pessoas perceberam o envolvimento afetivo antes mesmo de ambas se darem conta do que estavam sentindo, assim como expressando para os outros, e, como tudo isso poderia impactar suas vidas nos ambientes, conhecidos como militar e familiar.

Na época, Chavela tinha 22 anos, e, Silvia, 19 anos, oriunda do interior baiano. Ambas seguiram construindo uma relação afetuosa, sem as pretensões julgadas pelas demais colegas lésbicas, como um suposto namoro. Afinal, o envolvimento afetivo-sexual entre as mulheres, nos principais espaços de socialização, assim como das relações de poder heteronormativos, como a família, a igreja, ou a escola, era algo inconcebível. No ambiente

militar, o combate era implacável, dados os elementos que constroem a rede desse dispositivo de controle, seja nos corpos e nos desejos, assim como do ser e de existir, o que, por vezes, coíbe (encobre) o despertar de sentimentos e sentidos dos desejos. O medo de se revelar ou ser revelada era a tônica na vida dessas mulheres, momento em que o disfarce toma forma, lugar, face e vida.

Em uma saída com as colegas, bebemos demais e aí trocamos um beijo. Eu, nervosa, e, ela também, dissemos que isso não iria acontecer de novo. Tinha o medo de alguém saber, o namorado, e a família do interior nunca poderiam saber. E, aí, eu vi que não daria certo porque a gente não poderia se assumir, e, ela como aluna, ficava com namorado para disfarçar e não ser excluída. E, ela, com resistência com ela mesma, nem seguiu em frente (PMFem Chavela).

Ambas se envolviam com alunos oficiais, sem outros contornos, além de saídas e beijos, para ocultarem seus sentimentos e desejos no ambiente militar, assim como para a família. Esse esquema, segundo Chavela, provocou muitos conflitos na relação com os seus medos, os ciúmes por causa das investidas dos homens e as incertezas sobre a vida profissional militar, trilhada com o objetivo de libertar-se das pressões familiares, por casamento e filhos. Mas, mesmo assim, Chavela diz que não entendia o medo excessivo da companheira com as possíveis posturas dos pais, que caso descobrissem tal relação homoafetiva, quando relatava, tinha medo de ser posta para fora de casa, para fora da família.

Ela disse que nunca iria assumir para a família, para o pai dela, porque o pai dela botaria ela pra fora de casa. Aí eu dizia: Seu pai te bota pra fora? Menina, você saiu de casa, tá aqui no quartel, é militar, tem seu emprego, sua vida. Mas aí ela dizia que a família era tudo para ela. E, aí, eu me reatava com ela, dizendo que todo mundo da família podia casar, ser feliz, e ela, não podia ser feliz? Não deu certo. E, isso acabou influenciando a vida dela toda até hoje, nunca se assumiu, mesmo se envolvendo com várias meninas na Polícia. Hoje, ela tem dois filhos, é minha amiga, conhece minha companheira, vem na minha casa, mas nunca se resolveu (PFem Chavela).

Chavela descortina em suas narrativas, assim como com os elementos que conformam o dispositivo de controle militar, que conecta-se, ininterruptamente, com outros elementos que são necessários ao funcionamento desta rede, que assujeita os seus agentes, tanto construindo quanto provocando desconstruções de si mesmos, em suas relações de assujeitamento à sexualidade pré-determinada, impondo à vida de algumas ao armário, ao disfarce, às *performances*, mesmo que os desejos confluem livremente entre os seus pares, no processo de confissões da carne e dos variados usos dos seus prazeres nesse sistema de poder (FOUCAULT, 1988).

Ao contrário de Silvia, a sua primeira paixão, engrenagem da sua descoberta de si como mulher, que desejava e amava as mulheres, Chavela fez uso de várias estratégias para descentrar e distrair o dispositivo heteronormativo, assim como lesbofóbico, invertendo a lógica de que sapatão não namorava os homens, por exemplo. Para ela, sair e beijar homens à época da formação foi uma maneira de se manter combatente num campo, no sistema, que tenderia a excluí-la, expulsá-la, retirar dela o que de mais significativo no ser militar poderia representar para sua vida, a estabilidade financeira diante da família e da sociedade, e a porta da liberdade feminina. Viver no armário, sem se revelar ou se rebelar, possibilitou a realização de descobertas que antes não eram acessíveis a ela, como o despertar do seu desejo por mulheres.

A estratégia de envolver-se com os homens como forma de camuflar-se não foi uma regra para o casal de amigas que confessaram ser lésbicas, mas era ainda mais comum entre as mulheres, que mantinham os namorados, assim como suas relações no armário, com outras colegas. Para as primeiras, dadas por um casal de lésbicas, uma forma de fugir das investidas dos homens era evitar os encontros comuns nos bares próximos da Vila Militar do Bonfim. Porém, quando se é solteira e feminina, o assédio se intensifica, mas não isenta as mulheres que se masculinizam, prioritariamente, para fugir do arquétipo heteronormativo dos assédios dos homens.

Havia, sem dúvidas, o desejo de amar uma mulher, que estava incrustado pela norma do armário, o que bloqueava qualquer tentativa de revelar-se, pensando no sistema de poder multifacetado pela ambiência militar. Por esse motivo, Chavela, mesmo despertando para o desejo e o amor por mulheres, seguiu se envolvendo com homens. Foi só em 1996, no curso de formação de Cabo PM, realizado no antigo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – Governador Mangabeiras¹²⁹, com grupos mistos, de homens e mulheres, com vários cursos ocorrendo no mesmo espaço com a presença feminina – Curso de Formação de Sargentos, e Curso de Formação de Cabo -, que se sentiu definitivamente lésbica.

Chavela relata que, no curso de formação para Cabo PM, a presença feminina era considerável, havendo muitas mulheres lésbicas que namoravam e brigavam entre si, na disputa por tais mulheres, com paqueras, bate-boca e confusão por ciúmes, mas nada que alterasse ou denunciasses tais práticas no ambiente militar. Havia os pactos entre elas, e, isso as protegia das investidas dos homens. Em relação às mulheres autodeclaradas heterossexuais,

¹²⁹ O CFAP – Governador Mangabeiras foi criado em 14 de agosto de 1989 e extinto em agosto de 2002, quando suas instalações foram doadas para a Prefeitura de Governador Mangabeiras, e a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças passa a ter uma única sede no Quartel de Alto de Ondina, em Salvador/BA.

àquelas que não se envolviam com mulheres no ambiente militar ou que alguém soubesse, não perturbavam o bem-estar das policiais lésbicas, que circulavam entre elas, desde o local do banho (ambiente coletivo) até às demais atividades de formação, de tipo teórica e prática.

Não havia, para Chavela, nenhum olhar estranho sobre sua *performance*, ou das demais colegas, dentro do ambiente da formação, que ela tenha presenciado. Mas, logo em seguida, afirma-se que algumas mulheres evitavam tomar banho no mesmo horário que elas, pois tais mulheres eram evangélicas e tinham ressalvas sobre o ato de expor o próprio corpo.

Chavela: O banheiro era igual aos clubes de futebol, sem boxe, sem nada, todo mundo junto, algumas conversando, e outras escondendo o corpo. Eu nunca, da minha parte, percebi discriminação de ninguém, mas algumas evitavam tomar banho com a gente porque sabiam que a gente era gay.

Entrevistadora: Então, tinham mulheres que evitavam tomar banho com vocês?

Chavela: Eram as evangélicas que iam primeiro, ou iam depois. Não sei se era bem discriminação não. Eu nunca percebi discriminação nisso. Elas sempre diziam que era algo errado, aconselhava a sair dessa vida, que a gente iria para o inferno. E evitavam olhar a gente (PFem Chavela).

Ainda, sobre o ato de evitar o olhar dessas mulheres, que eram lésbicas, as evangélicas usavam seus tempos com as colegas para pregar sobre o que significava a relação afetivo-sexual entre duas mulheres: “Saia dessa vida, você sabe que está errado, Deus condena”. Chavela relata que a pregação quase sempre era feita em conversas no individual, sem alardes, porque elas se conheciam da época da formação de soldado, e, não havia ali nenhuma perspectiva de prejudicar as colegas com denúncias ao superior hierárquico, mas sim possibilitar uma salvação, considerada “às almas perdidas pelo desejo errôneo, que era condenado por Deus”. Como havia o pacto do silêncio entre elas, a pregação seguia no mesmo ritmo das certezas da sexualidade, assim como dos atos dos prazeres das policiais lésbicas.

E, é justamente no ano de 1996, ainda na formação de Cabo PM, que Chavela resolve assumir para si sua lesbianidade e revelar-se, quando se apaixona por uma mulher não militar, a reconhece em sua vida pessoal e profissional. Nos seus relatos, Chavela diz que esse encontro foi um acaso, mas que já poderia ter ocorrido se Sarah não tivesse sido reprovada nos exames médicos do concurso de 1989, na primeira turma de mulheres na Polícia Militar do Estado da Bahia. Ao final, diz que tudo ocorre no tempo certo, que pôde viver e aceitar a si como lésbica, assim como ao seu amor por mulheres.

Eu conheci a Sarah em uma das minhas idas ao barzinho que a turma frequentava, e, foi por acaso mesmo. Ao vê-la, disse que ela não era estranha, e, de pronto, ela disse que tinha feito o concurso de 1989, mas foi reprovada nos exames. Aí a galera lembrou dela no processo, começamos a conversar e a namorar. Ela era dona do bar, andava de moto, cabelo curtinho, e eu assumi o namoro (PFem Chavela).

O encontro com a maturidade, aos 27 anos, assim como com a coragem da Sarah, em ser declaradamente uma lésbica assumida para a família desde a juventude, o que impulsionou Chavela a se permitir viver outro tipo de ambiente familiar, o que agregava, ao invés de excluir ou julgar. A independência da Sarah com apenas 25 anos, assim como financeira¹³⁰, fascinou e possibilitou a Chavela construir uma relação real, essa com o (re)conhecimento do pai da namorada, que, de imediato, foi agregada à nova família. Por outro lado, ela seguiu ouvindo as pregações da mãe que não reconhecia o direito da filha de amar, de ser feliz com outra mulher, porque afrontava os desígnios de Deus.

Chavela diz que não havia, por parte da mãe, a negação da presença da filha com as colegas de farda, dentro de espaços da família, mas, sim, a negação da exibição e da prática da lesbianidade, já que, segundo ela, a Igreja e Deus proibiam isso, e seria imposto o pior castigo, que é o destino para o inferno. A recusa, por inúmeras vezes, dos convites da mãe para retornar à Igreja, na esperança de que poderiam consertá-la e salvá-la do pecado em que vivia, fez com que o receio de ser execrada com os discursos de pecado, ao seu modo de viver e ver o mundo, a afastasse do convívio da mãe.

Confiante sobre o poder da autonomia econômica das mulheres para transformar o mundo ao redor, Chavela estimulou sua companheira a prestar o concurso para o cargo de Cabo do Corpo de Bombeiro Militar¹³¹, um ano após o encontro (1997), com o resultado exitoso no certame. No ano de 1998, aproveitou para prestar o concurso para Sargento do Corpo de Bombeiro Militar, e, com isso, quase sempre se encontravam no espaço do trabalho, em que todos sabiam do seu relacionamento, era algo público.

Entrevistadora: Com essa migração para o Corpo de Bombeiros, você acha que o tratamento era diferente, sofria menos pressão por parte dos colegas, os assédios sobre os seus corpos, na patente de sargento?

Chavela: Mesmo eu afirmando que era casada com uma mulher e colega de farda, sempre tinha um que vinha com brincadeiras, querendo me abraçar, dizendo que eu parecia com a esposa dele. E, eu também seguia na brincadeira, dizia que a minha esposa se visse não iria gostar. Os demais colegas orientavam a ele deixar pra lá. Todo mundo sabia (PFem Chavela).

¹³⁰ À época, Sarah era dona de um bar em Lauro de Freitas, local em que Chavela comprou um apartamento junto com outras colegas de farda.

¹³¹ O corpo de Bombeiro Militar sofreu alterações, assim como houve separação dos quadros militares, a partir de 2016.

A patente de sargento, seguida da afirmação de ser uma mulher lésbica, não a livrou dos assédios dos colegas sobre o seu corpo. A brincadeira, uma estratégia de dominação dos homens sobre os corpos femininos, gerava constrangimentos e silenciamentos, e, foi também utilizada por Chavela, para contrapor as investidas e alcançar as linguagens de opressão, tudo isto em direção ao reconhecimento de si, diante do espelho do outro: o opressor, na tentativa de tornar menor tais tensões, prioritariamente, em suas relações dentro do quartel.

Uma forma de barrar os assédios foi afirmar reiteradamente que era casada com uma colega militar, que fazia parte da mesma instituição. Assim, as investidas em forma de “brincadeiras” foram sendo reduzidas, assim como tratadas como algo menor nas suas relações, dentro do quartel.

Ao contrário do curso de formação para soldado, agora já estável como funcionária pública, o medo já não tinha lugar em suas decisões sobre ser e estar na Polícia Militar. Desta forma, a presença de outras mulheres, com *performances* lésbicas, passava a ser comum, até mesmo na forma de identificá-las, seja nos trejeitos masculinos, ou, mesmo na forma de olhar, das mulheres lésbicas femininas. Independente da *performance*, masculina ou feminina, quando se é lésbica há um sinal de identificação entre elas, e, tentar negar esse lugar, através de uma feminilidade que não pertence ao seu corpo, reafirma ainda mais o *ethos* de uma masculinidade, também reivindicada por Chavela:

Quando a minha namorada foi fazer os exames médicos, lá tinham duas meninas, e, logo vi que eram lésbicas. Uma tinha jeito e trejeitos masculinos, cabelo curtinho, andava de pernas e braços abertos, mas ela gostava de usar saias e aí ficava estranho. Se é para usar vestidos, precisa interpretar o feminino porque fica estranho e continua com o estilo de bofinho. A outra era feminina, mas o olhar denunciava o desejo de revelar, mas de proteção. A gente sempre sabe quem é sapatão, e, logo encostamos para puxar conversar e ficamos próximas, amigas depois (PFem Chavela).

A binaridade compulsória circunda a formação, dada no tocante ao que se compreende, por “ser homem” ou “ser mulher”, na identificação dos pares. Neste caso, *performar* feminilidade ou masculinidade, a que é reproduzida por Chavela, assim como retroalimentada na ambiência militarizada, acaba por emparedar os corpos para um dos lados, numa prévia orientação disciplinadora de como devemos ser diante do outro, assim como de nós mesmas. Qualquer tentativa de quebra da norma, e, conseqüentemente, dos estereótipos, é reconstruí-los novamente num movimento, este que nem sempre é perceptível para quem

vive, vê, analisa e julga. Afinal, a imposição da norma também possibilita a existência de fissuras de outra ordem, (re)existindo entre e nas relações, mesmo que às margens.

Há, por outro lado, uma necessidade de identificar-se com os pares, criar laços de proteção e amizade, assim como em ambientes que tendem a isolar, e negar tais corpos. A vigília sobre o olhar, uma estratégia também de autoproteção para o corpo observado, monitora outros na perspectiva de agregar e construir espaços de diálogo, assim como escutas sensíveis sobre sujeitos, estes que não são e não podem se revelar, dado para o dispositivo que opera e assujeita as suas vidas. Cria-se, portanto, manobras de ser e existir, como um processo de captação de sujeitas, aptas para o se assumir para si, assim como depois, para as outras do coletivo. Sem esquecer, por assim dizer, do pacto tácito entre ambas: o silêncio!

A monitoração acerca do reconhecimento entre lésbicas é quase que automática na ambiência militar, porque há uma busca de si através das outras, mesmo para aquelas que ainda não despertaram para suas *performances*, dadas como potências que descentram o dispositivo lesbofóbico, ao mesmo tempo, assim, em que criam estratégias de camuflagem para sobreviverem na selva. Mas, ainda assim, há distinções de tratamento pautadas naquilo que é “aceitável” e “intolerável”, principalmente, quanto aos corpos lésbicos em suas estratégias de “ser” e “existir”, através das *performances* femininas e masculinas nas forças militares. O dispositivo sinaliza o botão “aceitável” aos corpos femininos, com *performances* masculinizantes, porque ali se equipara ao imaginário, acerca de um corpo “masculino” idealizado para o combate, com a reafirmação de uma pretensa virilidade vivenciada, esta mesma através da vibração selvática das forças armadas, reverberada nas polícias militares.

Quando esses corpos passam pelo crivo da masculinidade militar, angariando o distintivo emblema de “igual” pela *performance* masculina, não estarão, necessariamente, isentos dos assédios, porque a investida se baseia na dominação patriarcal, que os considera abjetos, e, assim, qualquer tentativa de incorrer nas práticas determinadas ao feminino e ao que se entende por “ser mulher”, estará sujeita às perseguições e aos assédios, do tipo moral e sexual, retroalimentadas por uma heteronormatividade compulsória. Por outro lado, mesmo que haja uma reivindicação institucional aos corpos masculinizados, estes nunca estarão totalmente a salvo, porque a ideia de “igual” no discurso militar é fragmentada pela patente e pela perspectiva de gênero, assim como pela sexualidade que forma e conforma toda sociedade, em que as companheiras das mulheres *performam* masculinidade e são assediadas diante do discurso falocêntrico.

Novamente, o olhar enquanto estratégia de proteção, no sistema que controla e padroniza através da norma, reafirma o seu *locus* de possibilidades de prisão, libertação e

reconhecimento aos corpos lésbicos, que *performam* feminilidade por estabelecer, assim, um trânsito entre o ser reconhecida como mulher, diante dos homens, daqueles que usam do assédio para “reabilitá-las”, assim como dos protestos das mulheres heterossexuais, que não as agregam por não as reconhecer como tais, portanto, passíveis dos ajustes masculinos.

Segundo Chavela, os assédios dos homens sobre os corpos lésbicos masculinizados são limitados, porque as mulheres “sapatão” são mais agressivas e dispostas a defender o seu território, seja o seu próprio corpo ou o corpo da companheira, o que não procede com as que *performances femininas*, que incorporam todas as fragilidades impostas às mulheres, em uma sociedade sexista, heteronormativa e lesbofóbica.

Os caras vão paquerar as meninas que são bem femininas, e, eles tratam as mulheres masculinizadas de igual para igual, brincam mais com limites porque ela é bofinho e sabe reagir de imediato, e, com o rigor, às investidas deles. E, também, as bofes são mais agressivas, querem partir pra porrada e escracham logo, dizendo que não querem homem circulando entre elas (PFem Chavela).

Os corpos “sapatão” também se protegem ao assumir uma masculinidade viril, e, com isso, não tentam pormenorizar nada com os homens, como fazem as mulheres lésbicas que possuem uma *performance* de feminilidade, para não serem olhadas como “sapatão”, não criar conflitos pessoais ou institucionais, por medo da exposição e perseguição, assim como da preocupação em não contrariar esse homem, criando desculpas de que estão cansadas quando não querem dançar, e/ou quando fingem que não estão entendendo que aquela atitude de tentar contato com o corpo dela, no ambiente de trabalho, é assédio. Deste modo, na maioria das vezes, elas se calam.

Chavela diz que as mulheres que *performam* masculinidade são diretas, curtas e grossas, o que lhes rende menos importunações dos homens. Mas, também, diz que quando essas mulheres reagem aos assédios, expondo-os, eles seguem assediando por achar que mulher nenhuma resiste a uma boa cantada, portanto, estão “disponíveis”. Afinal, quem são elas para negar isso aos homens? Essa visão sobre os corpos femininos, como serviçais dos homens, tanto no ambiente doméstico, familiar, quanto no ambiente laboral e profissional, é confrontada pelas mulheres, que *performam* masculinidade, e, não só resistem, como reivindicam, cotidianamente, esse lugar da escuta masculina, seja através da força, ou seja investindo mais energia e tempo, dada no desenvolvimento das atividades policiais.

Chavela enuncia, deste modo, como personagem desta obra, que os tempos atuais são outros nas forças militares, porque pôde presenciar todo esse movimento, desde a primeira turma de mulheres, nos seus quase 30 anos de militar. Além disto, tudo isto aparece muito

mais porque o mundo externo foi pressionado pelo reconhecimento, dadas as diferenças de uma ação interna de reconhecer tais direitos. A presença feminina na PMBA, cis hétero e de lésbicas que seguem à margem, possibilitou mudanças de comportamento, tanto dos homens quanto das mulheres, assim como de alguns comandantes, estes que acompanharam desde cedo essa transformação, como o Major PM, hoje alçado à patente de Coronel PM Mello, que recepcionou as mulheres na CIAPFem, mesmo que ainda vigore uma dada reivindicação institucional, esta oferecida aos corpos femininos, moldados às *performances* da masculinidade.

4.3 Rani¹³² e o ímpeto selvático: a vocação e o sonho de ser a Mulher Maravilha!

A afirmativa de ser vocacionada para a carreira militar emoldura toda trajetória de Rani¹³³, assim, diante das inúmeras situações de assédio vivenciados por ela, e, de tantos outros desconsiderados. Ao longo dos seus 22 anos de carreira na Polícia Militar do Estado da Bahia, Rani é a filha mais velha de três irmãos, com um pai falecido e mãe dona de casa, ela foi criada pela avó. O seu desejo de ser militar não foi estimulado pela família, e, sim, pela propagação dos filmes de ação policial, no combate à criminalidade. Na juventude, já residia de forma paralela em dois mundos: o das normas da família e o mundo do prazer de existir, o desejo por mulheres, em seu primeiro despertar para o amor, vivenciado com uma prima.

As agruras da pré-adolescência foram amenizadas e adocicadas pela possibilidade de viver plenamente o amor, algo que lhe foi retirado, diante do afastamento do convívio com a mãe e os irmãos, reestabelecendo os vínculos, ainda em família, pela avó. E, depois, por quem instituiu os gostos e os novos caminhos da sua existência feminina pelo desejo às mulheres, pela convivência com uma nova personagem, a Luísa. Encantada e desejosa por garantir a estabilidade desta relação, Rani resolveu prestar o concurso para uma das vagas de soldado da 1ª classe feminina, no ano de 1996, no que obteve êxito.

Rani residia com a prima, e, mantinha uma relação de quase quatro anos, sem o conhecimento de ambas as famílias. A prima era mais velha e morava com o avô, pessoa enferma que necessitava dos seus cuidados. Não havia nenhuma especulação sobre o envolvimento das duas, porque Rani não morava mais com a sua família biológica, e, assim,

¹³² Entrevistada 1, vide Quadro 2

¹³³ Codinome da Sargento Feminina da PMBA, que vivenciou o processo de sindicância com a pesquisadora desta tese.

transitava entre os cuidados da avó e da prima, algo considerado normal no contexto das duas famílias, haja visto que o assunto mais preocupante à época era o medo das meninas se tornarem putas, devassas. Neste caso, o afeto entre meninas não só era visto como algo normal no mundo feminino, como era estimulado pelas famílias, o que descartava a ideia de trocas amorosas e/ou prazeres entre meninas, esvaziando a ideia da homossexualidade feminina e o assunto “sapatão” nas famílias, mesmo que algumas meninas performassem masculinidades, algo passível de “conserto”. Portanto, os afetos entre meninas, jovens e mulheres eram mais aceitos e estimulados do que entre meninos, jovens e homens, numa sociedade patriarcal, sexista, misógina e LGBTQIfóbica.

Ainda, ao completar 20 anos de idade, Rani afirmava que tinha a certeza de que ser policial seria o caminho para realizar um sonho e alcançar a estabilidade desejada para ser feliz. Porém, a ideia de ser a “Mulher Maravilha”, àquela que salvava o mundo e que fez parte do seu imaginário desde criança, trazia consigo também a imagem de uma farda azul bonita, que passou a ser vista por ela como um conto de fadas, ao perceber o papel institucional, tudo isto diante dos assédios e dos demais desvios da ordem, dados na ambiência militar.

A visão embaçada que entrelaça o real e o sonho começa a ser despertada dentro do curso de formação, ocorrido no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – Governador Mangabeira, no ano de 1997, quando Rani se encantou por uma colega, no segundo mês do curso, mas não foi o suficiente para fazê-la entender detidamente os ditames de um dispositivo que determina, padroniza e encerra as possibilidades da existência lésbica, através da política do silenciamento, legitimada por outras dimensões que compõem a rede de conexões da vida, tudo isto em sociedade.

Pesquisadora: Quando você entrou na Polícia, já se relacionava com mulheres?

Rani: Sim, mais ou menos, há uns quatro anos.

Pesquisadora: E, esse seu desejo de ingressar na Polícia, um ambiente masculino, não criou em você nenhum tipo de resistência?

Rani: Olha, eu não pensei, não analisei isso. O meu sonho vinha na frente, o de ser policial. Mas, ao ingressar né, na Corporação né, eu passei a viver essa discriminação conosco, mulheres e lésbicas, então, né? Muito mais latente essa discriminação.

Pesquisadora: E, essa discriminação ocorreu na formação, durante o processo, ou permanece até hoje?

Rani: Ela foi mais forte na formação, porque naquela época (1997), as coisas eram menos divulgadas, as pessoas menos esclarecidas. A homossexualidade na Polícia era vista como pederastia, né? Era crime. Então, a gente tinha mesmo que se esconder. Para você frequentar lugares (bares) de acesso, os homossexuais tinham que se esconder, por medo de ter alguém infiltrado ali. Antes, era tudo muito difícil, porque as coisas não eram divulgadas, e, as pessoas, assim, eram menos esclarecidas para buscarem seus direitos.

Pesquisadora: E, isso ainda ocorre hoje?

Rani: Ocorre sim (PFem Rani).

Rani relata, assim, como a discriminação, na ambiência militar, recondicionou seus hábitos, assim como incutiu a norma do crime em suas práticas amorosas, sem, contudo, impactar o seu sonho de ser policial, algo que ela não pesou ao decidir prestar o concurso, e, mesmo no período da formação, no ambiente que exaltava a masculinidade e a virilidade, como base da discriminação contra mulheres e lésbicas, através do *modus operandi* das forças militares, o que ainda perdura até os dias atuais.

Pesquisadora: Quando você diz que “antes era tudo mais difícil”, quer dizer que algo mudou, ou melhorou a postura dentro da Corporação, sobre os corpos lésbicos?

Rani: Eu disse que o período da formação foi mais difícil, porque hoje eu tenho outra postura, e, as pessoas também têm outra postura comigo.

Pesquisadora: Explique isso melhor!

Rani: Hoje, eles (oficiais) sabem que são obrigados a me aceitar, porque sabem que não podem usar as mesmas armas usadas naquela época (1997), de ameaças, de desligamentos no curso de formação, de impedir a minha continuação no curso, ou na Corporação. Eles não podem me punir, simplesmente porque eu sou homossexual. E, onde eu vou, as pessoas sabem. Agora, claro que tem aqueles comentários: “Chegou Rani, gay, a homossexual, é lésbica” (PFem Rani).

Rani revela, assim, que houve dificuldade de adaptação no período de formação, e, que isso deixou marcas ao longo da sua trajetória militar, mas, que, em nenhum momento, pensou em desistir, porque estava vibrando pela ideia de estar no espaço militar e por ter apoio financeiro para complementar as despesas no CFAP, além do apoio afetivo da prima e da avó. No entanto, a convivência com Isabel foi se tornando ainda mais frequente, ao longo das semanas com as atividades de ensino, prática de esportes, plantões de serviços nos alojamentos e no refeitório, o que chamou a atenção das demais colegas de quarto e das turmas.

Ao ingressar no curso, além do alojamento e da alimentação, os agrupamentos feminino e masculino tinham direito ao soldo¹³⁴, em forma de ajuda de custo, o que não ocorreu nos dois primeiros meses de instalação no CFAP – Governador Mangabeira, uma cidade localizada a 125 km, ou seja, quase duas horas da capital baiana. Pelas dificuldades econômicas vivenciadas por Isabel para regressar para casa nos finais de semana, Rani resolveu ficar no CFAP, mesmo sem estar escalada nos plantões de serviços obrigatórios, com intuito de passar mais tempo livre na companhia da Isabel¹³⁵.

¹³⁴ O soldo representava uma bolsa de ajuda de custo, que não chegava ao percentual de 30% do salário de Soldado da PMBA.

¹³⁵ Codinome da pesquisadora, que relata a narrativa de Rani no período da formação policial militar, assim como também o processo de adaptação, acomodação e despertar da identidade lésbica na ambiência militarizada.

Rani e Isabel, por fazer parte da mesma turma, eram escaladas em quase todos os plantões, estes no refeitório e nos alojamentos, mesmo que não estivessem nos mesmos quartos de horas¹³⁶. As trocas e a ajuda mútua eram frequentes entre elas, assim como ocorriam, do mesmo modo, em menor intensidade com as colegas de quarto, que compartilhavam de suas rotinas e das suas expectativas sobre o curso, assim como da formação e do serviço militar que tanto desejam para mudar suas vidas, em um sonho. Ou seja, era previsto que, para algumas oportunidades, muitas ali se assujeitavam a uma norma que silenciava, não apenas suas vozes, mas suas existências.

4.3.1 O trauma e o paredão do esquecimento: (re)memórias da sindicância e além

Antes do horário agendado para realizar a primeira entrevista, que seria gravada com o consentimento da entrevistada, às 14h00, eu saí cedo de casa e fui passar a manhã na Biblioteca Central da Bahia, localizada nos Barris, bairro central que abriga o Departamento de Administração e Finanças da PMBA, que também fez parte da minha juventude e dos tempos de estudos, da formação social e política da geração dos anos 1980 e 1990, com a Sala Walter da Silveira, o primeiro Cinema de Arte da cidade, que agregava a galera da universidade, da juventude socialista, dos diretórios, da UNE e dos grupos de estudantes, estes sendo aqueles que frequentavam as escolas públicas do Centro, a exemplo do Colégio Central, ou do Senhor do Bonfim.

Ao refazer o roteiro da entrevista, revendo algumas brechas e aperfeiçoando os problemas das perguntas, lembrei que foi nesse lugar, da primeira biblioteca pública baiana, que trilhei o meu caminho para a Universidade Federal da Bahia, o meu esconderijo para abafar uma existência lésbica, com literatura brasileira e estudos técnicos da matemática, para o Vestibular em Engenharia Elétrica (1996) – lugar este que me centrava e me reabilitava em muitos instantes de desassossego. Como o que eu estava a viver e pressentir, o encontro da tarde não seria nada fácil, tudo isto frente ao embate com as minhas memórias, memórias que foram soterradas, e, que, agora brotavam feito limão: ácido por cortar a pele, amargo por ser difícil digerir, assim como fresco por trazer alívios, apesar da dor.

A cura estava por vir, mas ainda não se sabia, nem eu (Regina/Isabel) e nem ela (Rani/Policial), sobre os (des)compassos que essa experiência de coveiras poderia nos trazer, ao nos permitirmos inalar o odor daquilo que nos marcou na formação militar, ao mesmo

¹³⁶ Os plantões dos serviços eram divididos por quartos de horas: uma hora de serviço e duas horas de descanso no plantão, formado por 03 alunas soldados, ao longo das 12 horas.

tempo em que narraríamos tudo isso numa ambiência militarizada, local que a Rani se permitiu (in)conscientemente seguir e defender fervorosamente, por um tempo, como projeto de vida, seja por realização ou por necessidade.

O departamento da PMBA dos Barris, em Salvador, abriga alguns setores, em que atuam policiais à paisana¹³⁷, o que possibilitou o meu acesso sem maiores protocolos, assim como dos estranhamentos que a farda provocava em mim. No horário marcado, identifiquei-me na entrada do Departamento, informando o nome da policial que estava a me aguardar, e, de imediato, o caminho foi liberado para a minha passagem. Ainda atônita em ver, nos corredores e nas paredes, memórias não ditas de um passado tão próximo de todas nós, mulheres, que ainda sofrem assédios, me peguei pensando nas motivações do feminino, que ainda é visto como um “defeito” de fabricação para uma engrenagem que exige força, virilidade e violência, todos como pilares de uma percepção heteronormativa.

Eu fui recebida por Rani, e, assim, conduzida ao espaço mais reservado do setor. No entanto, a chegada de três policiais à paisano fez atravessar o início de nossa conversa. Juntaram-se ao redor da mesa em que estávamos, e, deste modo, começaram a falar e questionar a gestão do Comando Geral, assim como das decisões do Governador, que estava permitindo, por exemplo, a entrada de pastores para evangelizar a tropa, assim como os presos nos presídios, sem se aperceber que eu era ali uma *outsider*. Em nenhum momento, eu fui questionada naquele lugar, e, a Rani, percebendo o rumo da conversa, me conduziu para o espaço da realização dos cultos religiosos.

No momento em que a Rani foi indagada sobre os constrangimentos sofridos no período da formação policial, e, também, de como os corpos femininos e lésbicos eram tratados nessa ambiência militarizada, houve um silêncio ensurdecedor que repercutiu de imediato em mim (pesquisadora), que estava diante de si, da Isabel abandonada, e de, também, a Rani, que pediu para pausar a gravação, alegando que não conseguia lembrar, ou organizar os pensamentos, sobre os episódios da formação.

Nesse momento, eu (a Pesquisadora, nominada por Isabel) fui confrontada com todas as memórias daquela época e de como o ambiente militar reforçava tais assuntos, de sentimentos que evocavam ressentimentos e medo, algo compreensível para Rani, que seguiu e seguia sua vida dentro da PMBA, almejando o reconhecimento para alçar o posto de sargento militar. Esse sentir quase que esmagado pelos fragmentos, acerca da lesbofobia, que era vivenciada à época da formação, a Rani por estar de serviço, sugeriu que a entrevista

¹³⁷ Policiais militares sem farda, como civis.

ocorresse no Departamento da PMBA. De imediato, eu fiquei a pensar em como reagiria ao entrar nesse espaço, que resolvi abandonar por completo, ao solicitar exoneração no ano de 2004. Lá, assim, se foram 15 (quinze) anos da minha saída da Corporação Policial Militar até esse retorno, ou seja, ao campo, de forma antecipada, como pesquisadora, em razão de um cenário de perseguições do Governo Federal, aos estudos sobre gênero, diversidade sexual e meio étnico-racial.¹³⁸ Como toda imaginação, nada se compara aos rompantes de sentimentos que nos engolem, prioritariamente, quando o trauma revisita o paredão do esquecimento. Ali, sentada e buscando caminhos de fuga, o sujeito tão aclamado e dominado pelos protocolos de distanciamento, com o objeto, cede à inversão das posições e reconhece que o objeto pulsa, fala, escuta, analisa e nos empareda em nós mesmas. Neste momento, é quando a Isabel passa a se despir do lugar da neutralidade e começar a narrar:

Pesquisadora: Eu fiz a pergunta, voltando ao período de formação, porque acho que aquela época foi traumática. As pessoas têm reações diferentes. A sua reação foi apagar, o que o trauma não faz, né? Fazer a gente recolher aquilo, porque n nós não temos nem força e nem condições de lidarmos com aquela situação. Ao contrário de você, que ingressou por vocação na Polícia, por desejar realizar um sonho, no meu caso, não foi por vocação, e, sim, por uma única busca, da estabilidade, porque eu também tinha um sonho e não era ser policial.

Rani: Sim, eu lembro.

Pesquisadora: O meu sonho era entrar na Universidade. Então, eu entrei para a Polícia, no mesmo tempo em que fui convocada pela da Universidade, você lembra?

Rani: Sim, lembro.

Pesquisadora: Quando eu entrei no CFAP, acho que a partir do terceiro mês, eu passei a ser liberada duas vezes para assistir às aulas na Universidade. E, essa liberação gerou uma série de olhares diferentes sobre mim da nossa turma, como se eu não merecesse estudar ou tivesse que escolher entre Polícia e Universidade, criando, desde já, um nó entre as demais alunas da turma.

Rani: Você sempre foi participativa.

Pesquisadora: Eu nunca quis ser melhor que elas, apenas participativa, porque eu era aquilo.

Rani: E, contestava, questionava, e era admirada pelos professores, oficiais.

Pesquisadora: Por isso, eu acho que o processo construído sobre nós, sobre mim, teve esse viés do preconceito enraizado na inveja, no despeito. E, quando perceberam nossa aproximação, de que nós éramos lésbicas, viram a oportunidade de nos atingir.

Rani: Exatamente isso.

Pesquisadora: Eu fiquei dois meses sem poder ir para casa por falta de grana, minha família não tinha dinheiro. Por isso, a gente via muita coisa por lá: envolvimento de alunos com alunas, ou dos oficiais com as alunas, durante os plantões. E, ninguém dizia nada. Ninguém dizia nada porque era considerado o “normal”, tudo diante da heteronormatividade compulsória.

Rani: Todo mundo sempre soube que em todos os GRs aconteciam essas questões aí. Mas como era homem com mulher, podia!

Pesquisadora: Eu lembro que a gente estava muito junto em todas as atividades, assim como no compartilhamento com as colegas dos nossos dormitórios. A partir

¹³⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/08/21/governo-bolsonaro-suspende-edital-com-series-de-temas-lgbt-apos-criticas-do-presidente.ghtml>. Acesso em 03/09/2021.

destes episódios, foi criada uma história de que a gente estava se pegando no banheiro, e, isso tomou uma dimensão terrível, saindo das turmas das mulheres e tomando todo o CFAP.

Rani: E, o banheiro era um local aberto, de que todo mundo tinha acesso a qualquer hora.

Pesquisadora: Eu nunca esqueci disso.

Rani: Eu lembro que nós fomos chamadas pelo corpo de alunos, e, ficamos numa roda lá, com comandantes de pelotões, auxiliar de pelotão e o comandante. E, com vários oficiais, que trouxeram a acusação¹³⁹. E, olhe, eu não me lembrava de como tinha sido.

Pesquisadora: E, eu não me lembrava desse episódio.

Rani: E aí chegou o momento de praticamente nos induzirem a pedir o desligamento do curso. Eu sei que a gente ficou se defendendo, mas o fato se deu por conta disso, incomodava muito todas as suas apresentações, as suas colocações lá no curso¹⁴⁰. Realmente!

Pesquisadora: Depois disso, a gente foi emparedada, e, eu questionava o tempo todo. Mas, a gente foi orientada pela sargento Cleide¹⁴¹, e, com a ajuda e o envolvimento do capitão Santos, que interveio junto ao Comandante do CFAP, porque a intenção era efetivar o nosso desligamento do curso.

Rani: Sim, lembro!

Pesquisadora: A gente tinha a única mulher oficial do Centro à frente desse processo, que liderava o pelotão das mulheres.

Rani: A tenente Silva e a sargento Núbia¹⁴².

Pesquisadora: Isso, a sargento ficou em cima do muro, não defendeu a gente. A gente, Rani, passou por isso. Instaure-se uma sindicância, e, as pessoas que nos acusaram, foram ouvidas e nós duas fomos para “O pé da Olivetti”¹⁴³ (PFem Rani).

Diante da recusa de se autoincriminar, a sindicância foi aberta e seguiu por dois/três meses. E, a partir deste momento, uma avalanche caiu sobre ambas, Rani e Isabel. Ao sinal de alguns minutos de atraso, todos os dias, elas eram vaiadas quando chegavam juntas para a apresentação noturna, com a tropa “em forma”¹⁴⁴, com piadinhas e afrontas, além dos sorrisos dos comandantes das tropas, graduados ou oficiais, que tratavam tal situação como mera brincadeira. No entanto, todo mundo sabia que aquilo era linchamento, era lesbofobia.

O ato solene da sindicância começa com Rani e Isabel firmes, e, ao mesmo tempo, assustadas pelo rito, uma defronte à outra. Ao meio, a máquina de datilografar, da marca *Olivetti*, sobre uma mesa de madeira maciça, com quatro cadeiras, localizada próxima da janela, e, assim, sob comando de um sargento, na presença da única oficial feminina do Centro, designada para apurar as acusações. A sala escolhida à época para a sindicância

¹³⁹ Essa situação provocou em nós um retraimento, devido ao linchamento público, que vigorou nos demais pelotões e turmas do Centro. Em especial, nos horários de apresentação, para o recolhimento noturno, que, diante do atraso de uma de nós, nos recebiam com falas jocosas e agitações, dadas com a nossa chegada, insinuando que estávamos nos pegando no dormitório.

¹⁴⁰ Referência à perseguição movida por inveja de algumas mulheres da turma, sobre um corpo não desejado, mas reconhecido como corpo político.

¹⁴¹ Nome fictício da sargento militar que nos apoiou, por também ser lésbica e ter várias graduadas lésbicas atuando no Centro.

¹⁴² Nomes fictícios para resguardar a identidade das pessoas envolvidas.

¹⁴³ Referência aos casos em que policiais militares são arrolados em situações e precisam ser ouvidos/as, o que sempre ocorria à época, via máquina de datilografar, já que a marca comum era a Olivetti.

¹⁴⁴ Apresentação regular noturna de toda tropa, para averiguação antes do recolhimento, assim como para os alojamentos.

estava situada no térreo do pavilhão de aulas do pelotão feminino, com grandes janelas de vidro, este mesmo contornando toda lateral, que era virada para o jardim arborizado (devidamente cuidado pelos plantões dos agrupamentos, sendo masculino e feminino), por toda área dos corredores das salas dos dois andares do pavilhão, uma visão privilegiada para o espetáculo das oitivas das acusadas e das testemunhas.

Nos dias das oitivas no CFAP, se dava um frenesi, que começava no momento em que as pessoas arroladas, dentro do processo, eram informadas no intervalo das aulas, até o último ato da chamada noturna, às 22h00. O assunto do dia era “as sapatonas”, e isso se espalhava pelo Centro, invadia as conversas, as fofocas ao pé de ouvido, os plantões do dia, quase sempre em todos os pavilhões dos dormitórios, do refeitório, dos banheiros e do Comando entre oficiais e graduadas/os.

As acusadas, assim como as testemunhas de acusação e de defesa, eram avisadas na sala de aula por uma/a graduada (cabo ou sargento), esta mesma que fazia parte da Comissão da Sindicância, o que já era muito constrangedor à época. Agora relatando, perceber os olhares de suspeição das colegas da sala, e, também, das outras turmas, sobre os nossos corpos, ao seguirem nosso caminhar até a sala reservada, se dava como se estivéssemos a caminho da forca. Afinal, essa simbologia da sindicância com a forca faz sentido, porque o objetivo da sindicância era a nossa declaração, o assumir ser “homossexual”, exatamente para nos enquadrar na letra da lei do Código Penal Militar, no artigo 235, este acerca do termo pejorativo “pederastia”, dado pelo sustentar do fato narrado pelo grupo de mulheres, tudo isto sobre as nossas supostas condutas¹⁴⁵.

A descida das escadas de acesso ao térreo era quase fúnebre, envolvida por muita vergonha, tudo isto mediante àquela exposição, sobre algo que não foi praticado no espaço institucional, mas que era necessário para a única mulher oficial, a mesma que comandava a sindicância, como um ato exemplar para se impor, dado como um corpo feminino, assim como a reivindicação da feminilidade heteronormativa, através da disciplina, além de buscar centralidade numa ambiência genuinamente masculina, mesmo que diante de um processo que começou de forma ilegal, dando mais atenção aos sujeitos e menos ao ato, acarretando o linchamento moral.

Pesquisadora/Isabel: A gente passou por muitos constrangimentos, terríveis, ali.

Rani: Sim, isso aí eu também sei, porque eu também passei por isso. Eu lembro que eles ficaram nos pressionando para pedirmos o desligamento. Agora, você falando,

¹⁴⁵ Na ADPF, 291-Acordão STF/2015, foi argumentado que não se pode usar termos pejorativos e discriminatórios face ao reconhecimento do direito à liberdade e diversidade sexual. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10931627>. Acesso em 11/02/2021.

eu vou lembrando. Eles queriam que a gente pedisse para sair ou abríamos sindicância. E, aí, a gente disse: pode abrir! Elas teriam que provar o que criaram. E essa ilegalidade iria repercutir junto ao Comando, porque seria feito de forma irregular.

Pesquisadora: Arquivaram, mas por uma pressão externa. Aquele procedimento foi arquivado, exatamente porque o Capitão Santos foi ao Comandante do CFAP. Isso chegou até ele, porque foi um escândalo à época àquela situação. Um escândalo porque a mentira que foi criada, foi uma coisa violenta contra nós, mas que elas estavam se sentindo como “as mulheres”, ou seja, “não queremos sapatão aqui”.

Rani: Você relatando tudo isso agora, vai me trazendo as lembranças. Se você tivesse se mantido na postura de submissão o tempo todo, poderia ter sido evitado tudo isso. Mas aí também seria outra forma de violência, por não participar, assim como se impor ao que realmente é uma formação militar, do ‘sim, Senhor’, ou do, ‘não, Senhor’ (PFem Rani).

As narrativas compartilhadas nesse triangular de vozes foram desenterradas, dentro deste diálogo de urgências, entre o eu, o mim, e a outra, fazendo ressurgir a Isabel que pulsava entre a pesquisadora e a Rani, uma voz pujante que ainda estava presa no CFAP. Ela exigia uma oitiva como vítima para ser ouvida, para além das pressões impostas pela sindicância militarizada. Agora, face-a-face com a outra e consigo mesma, a pesquisadora cedeu lugar para àquela que se permitiu subalternizar ao negar sua sexualidade, *a sua existência lésbica*, naquele processo de acusação que gerou violências irreparáveis, dadas pela publicidade da matéria, na vida de ambas as alunas, dentro do período da formação policial militar, sob o jugo do “Meia Volta, volver” (LEIRNER, 1997).

4.3.2 Quando a *Meia volta, volver* descarrilha nos assédios aos corpos femininos e lésbicos

Essa ferida aberta suscitou alguns questionamentos sobre o caráter da disciplina, tudo isto na ambiência militarizada que, por abrigar um currículo oculto (LOURO, 2000 e 2003; SILVA, 2009), institucionaliza as múltiplas violências vivenciadas pelas mulheres, tudo isto em suas especificidades de gênero, raça e sexualidades. Ao contrário do que ocorreu com Isabel que, ao negar sua existência lésbica, ao “pé da *Olivetti*”, passou a negar substancialmente a própria Polícia Militar. Ou seja, ao recusar possíveis áreas de atuação, serviços com remunerações extras e os apelos dos oficiais por sua candidatura às seleções do CFO¹⁴⁶, Rani seguiu firme no sonho de se realizar. Estava ali, então, enquanto policial militar de carreira, com perfil selvático, almejando sempre estar e ocupar os espaços previamente

¹⁴⁶ Curso de Formação de Oficiais, vestibular ministrado pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, mas com gestão da formação pela Polícia Militar do Estado da Bahia.

dominados pelos homens, como as Rondas Especiais de Segurança Pública – RONDESP e o Batalhão de Choque da Polícia Militar da Bahia – BPCChoq.

Para começar, a RONDESP é considerada uma atividade-fim, a Unidade de combate da PMBA que atua, preferencialmente, realizando rondas em áreas vulneráveis, consideradas de alta periculosidade e com maior intensidade, tudo isto no horário noturno. Neste espaço, houve uma reedição dos constrangimentos sofridos à época da formação de Rani, mas que foram relativizados em face do desejo de se superar, passando a negligenciar a si mesma no *front* com os colegas de farda, a maioria do sexo masculino, pelo súbito desejo de ser reconhecida como um “ser militar”, de ser policial no confronto diário, de ser a destacada Mulher Maravilha. Isso sim, então, era ser Polícia.

Rani: Eu também passei situações que me marcaram em relação ao gênero na Unidade Operacional que eu participei, a RONDESP, em que só tinha, em todo efetivo, apenas duas policiais femininas.

Pesquisadora: Em quais situações você se sentiu constrangida?

Rani: Eu fui questionada todo tempo sobre o que fui fazer lá, e quais foram as unidades que eu havia passado antes de ir para lá. Eu tive que me mostrar o tempo todo preparada, competente, e, em todo serviço, eu era colocada à prova, entendeu?

Pesquisadora: E, mesmo assim, você desejou passar pelo Batalhão de Choque?

Rani: Sim, mas a RONDESP era pior. E, aí, ser mulher era fazer as mesmas coisas que aqueles homens que se sentem superiores a tudo e a todos.

Pesquisadora: E, por qual motivo a RONDESP foi pior?

Rani: O BChoq é uma unidade que fica mais aquartelada, entendeu? Ela não aparece muito nesses embates, só quando é solicitada. A RONDESP é de rondas diárias, é mais repressiva, entendeu? Traz mais conflitos (PFem Rani).

O relato da Rani sobre os dois espaços operacionais, pelo qual desejou ser integrada, eram genuinamente compostos por homens com alto nível de tensão, tanto nas operações diárias quanto em outras diversas, mesmo que o Batalhão de Choque seja mais aquartelado. A percepção, assim, era de que ocupando esses territórios que exalavam masculinidade poderia fazê-la ser destaque, tudo isto diante das demais mulheres e para a tropa masculina, revelou um imbricamento na relação entre os homens e a masculinidade frágil, intocada e silenciada pelo militarismo, dado diante da presença feminina. Estas, então, eram as mulheres, que representavam um perigo eminente para a supremacia masculina, que performava o poder militar.

Pesquisadora: E, como era o comportamento dos policiais contigo, na RONDESP?

Rani: Alguns ficavam querendo me proteger, como se eu fosse frágil, dando a entender que tudo poderia acontecer comigo, menos com eles. Já, outros, se sentiam frágeis porque a minha presença os fragilizava, entendeu?

Pesquisadora: Como assim, a sua presença os fragiliza?

Rani: Entre os fragilizados, a tropa estaria enfraquecida por me ter entre eles; e, assim, os outros se sentiam ameaçados porque eu tinha competência para fazer a mesma coisa, muitas vezes, até melhor que eles.

Pesquisadora: Entendi. Mas, há alguma situação que você possa contar?

Rani: Foram várias situações, e, que, ainda hoje vivencio na Polícia. Eu me lembro de uma ocorrência que o ‘elemento’¹⁴⁷ foi abordado, o policial fez uma busca pessoal malfeita, o rapaz estava armado e não foi detectado. E, eu que estava na segurança externa, de longe vi que o cara estava armado e aí eu sinalizei. Mas, se tivesse sido o contrário, se fosse eu a fazer a abordagem ou qualquer mulher, seria execrada, e, assim, nunca mais iria para rua por ter demonstrado incompetência. Mas, a incompetência do policial foi encoberta pelos corporativistas, porque são homens.

Pesquisadora: Então, os homens podem errar na Polícia, as mulheres não?

Rani: Sim, com toda certeza. Teve uma operação aqui em Salvador que uma policial estava sendo conduzida para o Hospital por ter passado mal, e, no meio do caminho, houve uma ocorrência, um assalto na Praça Castro Alves. A guarnição foi acionada e aí teve que parar, porque a população não sabia que tinha alguém ali sendo socorrida, e, nesse intervalo da espera, a policial feminina fez xixi, porque ela já estava doente dentro do carro. Mas, isso repercutiu mal porque ela fez isso, o xixi, por medo da ação. Tudo isso porque era mulher, certamente (PFem Rani).

Na ambiência militarizada, mesmo com toda pressão por ser homem e herói, os homens compartilhavam de símbolos e discursos legitimados, tanto pela estrutura militar quanto pela sociedade, a mesma que determinou ser o exercício do controle social aos corpos masculinos, os mesmos que performam masculinidade viril. O papel das mulheres nas Forças Armadas e em suas instituições auxiliares, como as polícias militares, é ainda visto como uma afronta institucionalizada, dada nos corpos, que são genuinamente masculinos, viris e selváticos, dados para o exercício militar.

A situação relatada, em que um corpo feminino foi negligenciado, tudo isto em prol do suposto combate ao crime, nos conduz ao pressuposto de que o corpo militar está acima das intempéries (faça chuva ou faça sol), assim como das contingências das missões diárias. Afinal, os corpos femininos são continuamente colocados à prova, todos como ritos permanentes de aceitação e negação institucional.

Até o momento, a entrevistada situou suas narrativas naquele corpo feminino, que descentrava as operações policiais, e, conseqüentemente, fragilizava a existência, tanto dos homens que achavam que as mulheres deveriam ser protegidas, o que remontava o lugar privativo das mulheres ao espaço doméstico, do cuidado e da proteção feminina. Enquanto os homens, assim, labutavam nos espaços públicos, da constituição e interação masculina, das relações de poder. Assim, os homens que reagiam negativamente à presença feminina, como um dos males do fracasso das operações, da imagem menor, que poderia ter, diante da opinião pública, com uma mulher na guarnição, o risco de se auto revelar como um ser humano que

¹⁴⁷ Dentro da Polícia Militar, o dito “elemento” é uma linguagem para definir a pessoa suspeita nas abordagens policiais. Na grande maioria, são pessoas negras.

possui limitações, apreensões e medos, mesmo que blindados por esses territórios privilegiados de poder, de uma masculinidade corporativista.

Ambos os corpos, masculino e feminino, foram educados dentro de uma pedagogia da sexualidade, que impunha códigos e limites às mulheres, aos espaços institucionalizados de poder, em que o gênero é definidor dos acessos, tanto ao reconhecimento quanto perante a tropa e à sociedade. Esse cenário é ainda mais avassalador para os corpos que contrariam a heteronormatividade compulsória, ou a binaridade, e performam, na sua expressão, suas sexualidades, mesmo que a mensagem fique no âmbito do não dito.

Pesquisadora: Você acha que esse processo que você vivenciou na RONDESP, estaria ligado apenas ao fato de ‘ser mulher’, ou também por ‘ser lésbica’?

Rani: Eu não associava isso. Eu associava muito mais pelo fato de ser mulher. Mas, tinham questões que eles me colocavam à prova, principalmente, da sexualidade, pelo diálogo dentro da guarnição. Eles não me poupavam de ouvir determinadas coisas, mesmo sabendo que eu era lésbica. Não tinham respeito algum na conduta deles.

Pesquisadora/Isabel: Mas, o que eles falavam na sua frente?

Rani: Durante as 12 horas¹⁴⁸, que eram seguidas do plantão, eu passava ouvindo palavras chulas o tempo todo, assim como eles ficavam expondo o que faziam ou deixavam de fazer com as mulheres. E, quando passavam mulheres na rua, eles comentavam comigo, como se ali tivesse um igual, um colega, um homem.

Pesquisadora: E, para você, eles faziam isso porque sabiam que você era lésbica?

Rani: Sim, tudo para me testar e ver minha reação. Por exemplo, tem um horário que a guarnição tem um tempo para descansar e todos de farda, e, aí, teve uma situação de um colega acordar com o pênis ereto e foi dizendo: “olhe como eu estou” alegando que era por causa da minha presença.

Pesquisadora: E, qual foi a reação dos demais colegas da guarnição?

Rani: Todos riram (pensativa e silenciosa). E, eu te disse que entrei na Polícia por gostar, e, por isso, eu tentei vencer essas barreiras. Também, porque eu acho que a gente não pode recuar mesmo. E, é justamente isso que eles querem, ser maioria sempre, e não pode ser assim. A prova disso é a limitação do ingresso da mulher na Polícia, com, no máximo, 10% da quantidade de vagas. Eles sabem que se a gente for disputar, em pé de igualdade, só vai entrar mulher, em termos de estudo e competência. E, eu não pedi para sair, resisti o tempo todo. Até que eu saí, mas por boicote (PFem Rani).

Os fragmentos acima demonstram as inúmeras violências e assédios vivenciados pelas mulheres no ambiente militarizado, o que se intensifica com a negação da possibilidade de recusa das policiais lésbicas à heteronormatividade compulsória. O pensamento heterossexual forma, assim como conforma, dentro dos sujeitos, a ideia biologizante do gênero e das atribuições pertinentes, que eram destinadas às mulheres e/ou aos homens, na estrutura militar. O acesso das mulheres ao mundo restrito, assim como aos homens, provoca

¹⁴⁸ A escala de serviço das Unidades Especiais é diferenciada: 12 horas diurnas, 12 horas noturnas, e, depois, 36 horas de descanso. No geral, o esquema é trabalhar por 12 horas (diurno) e folgar 24 horas, assim como depois trabalhar mais 12 horas (noturno) e folgar 36 horas.

descentramentos, junto com uma avalanche de imposições, dadas sobre como tais corpos devem se comportar e conformar à lógica pré-estabelecida.

Para os homens, esta é uma formação envolvida numa aquiescência masculina de cooperação, assim como de reconhecimento mútuo. Para as mulheres, a formação parece ser ininterrupta com ritos de passagens a cada plantão, e, assim, conduzida pelos próprios colegas de farda, graduados ou oficiais, que não as reconhecem como parte do processo, portanto, das unidades operacionais da instituição.

Ultrapassar os limites das unidades-meio e unidades-fim¹⁴⁹ deste mundo militarizado é entender, assim, ou provocar a afronta ao patriarcado, o que não quer dizer que as mulheres que atuam nas unidades-meio estão isentas dos assédios diários, pelo simples fato de ser mulher, mãe ou lésbica. A começar pelos boicotes orquestrados pelos comandantes das guarnições policiais, das Companhias Independentes ou dos Batalhões de Polícia, como se a presença feminina na PMBA, que já existe há 30 anos, fosse algo menor para a instituição, dada diante das narrativas compartilhadas.

Rani: Eu fui boicotada o tempo todo. Todos os comandantes procuravam uma forma de me tirar de lá. E, aí, um dia, numa 2ª feira, eu largando o serviço, só retornava ao trabalho na 5ª feira, marcaram uma reunião de tropa na 5ª feira. No mesmo dia, assim, em que eu havia sido liberada para ir à faculdade. Eu cheguei na Unidade ao meio-dia e o comandante me reprimiu porque eu faltei à reunião. E, mesmo com a justificativa da liberação para realizar uma prova, o comandante me remanejou de Unidade e eu só soube no domingo, na folga, para me apresentar em outro Batalhão. E, a justificativa do remanejamento, assim, era a mesma: falta na reunião da tropa.

Pesquisadora: Mas neste caso, você acha que a perseguição foi por você ser lésbica e estar ocupando o lugar de um homem na guarnição?

Rani: É como eu te falei, as pessoas são muito covardes. Aqueles que têm o poder de punir fazem isso de forma burlada. Todos sempre souberam e eu nunca neguei, nem para o meu superior e nem para os colegas.

Pesquisadora: O fato de você nunca ter negado ser lésbica, acabou te blindando de outros assédios, estes que as demais policiais vivenciam?

Rani: Olha, assim, em 1997 foi a minha formação; de 1998 para 1999, eu ainda não me declarava. Eu sempre afirmava que eu tinha alguém e esse alguém eu nunca declarei quem seria – homem ou mulher, entendeu? Era uma forma de me blindar, sim, por causa de tudo que a gente tinha sofrido lá no CFAP. E, como estava tudo muito recente, a época não permitia. Hoje, eu me sinto muito mais forte, me declarando, não negando. Eu me sinto muito mais protegida e não dou espaço. E, agora, com a criminalização da homofobia, é uma forma de frear. E, as pessoas hoje sabem que suas discriminações podem ter consequências para elas. A forma que eu conduzo a minha vida hoje, eu me protejo muito mais¹⁵⁰ (PFem Rani).

¹⁴⁹ As unidades-meio são definidas pelas atividades administrativas, de atendimento e planejamento; e, as unidades-fim, assim, são definidas pelas atividades operacionais, no policiamento ostensivo e nas rondas policiais pela cidade.

¹⁵⁰ Visibilizar a identidade de gênero como arma de proteção não se aplica totalmente na ambiência militar, o que se efetiva se a tropa masculina te reconhece como um igual, um homem imbuído das qualidades e dos direitos, à caverna.

Há, no entanto, uma burla sobre o tratamento das *performances* dos corpos femininos e lésbicos, o que nem sempre as próprias policiais lésbicas sabem diferenciar, ou seja, se os assédios começam pelo fato de ser mulher ou se pelo conhecimento da tropa da existência de um corpo lésbico (feminino) ou sapatão (masculinizado), isto nas Unidades Policiais. Quase sempre, assim, os corpos masculinizados são preteridos nas Unidades-fim, e, os corpos femininos nas Unidades-meio, não isentam ambos os assédios praticados, seja por seus superiores ou até mesmo por colegas de patente, dados por aqueles das guarnições policiais, ao reivindicarem continuamente o direito do macho viril, cis, ou heterossexual, de impor o controle sobre os corpos das mulheres.

Após 22 anos de serviços prestados à Polícia Militar do Estado da Bahia, Rani alega que falta muita informação nas formações policiais, tudo isto sobre os direitos humanos, que são voltados para a população LGBTQIA+, ainda mais agora com a determinação do Ministério Público da Bahia sobre o ingresso de pessoas transgêneras, dentro da corporação policial.

Rani: É complicado. Infelizmente, as mudanças ocorrem sempre pelas pressões. E outra – tem muita gente gay e lésbica entrando na PM, o que também facilitou o convívio, exatamente por visibilizar essas presenças, tanto entre oficiais quanto praças.

Pesquisadora: Quando você diz que hoje o convívio é melhor, com o ingresso de pessoas LGBTQIA+, quer dizer, então, que isso ocorre dentro dos circuitos fechados dos grupos, ou também nas áreas da instituição?

Rani: A gente procura se relacionar com pessoas que pensam mais próximas de nós, das nossas concepções de vida. As outras pessoas, que são contrárias, eu excluo e sigo em frente. Eu já não sofro mais as perseguições, e as pessoas me veem mais como profissional do que na ótica da minha sexualidade. É o que eu disse: muitas pessoas gays e lésbicas entrando na Polícia. Mas, assim, é notório que é preciso ter uma formação melhor, e, eu soube que a Polícia vai realizar um curso para receber as pessoas trans.

Pesquisadora: E, como é a postura da PMBA no tocante aos corpos gays que performam feminilidade, eles passam por constrangimentos?

Rani: Os homens gays sofrem tanto quanto às mulheres héteros, entendeu? Porque o homem gay, aquele que é mais sensível, mais próximo do estereótipo feminino, sofre muitas pressões. Eu já vi policial ser retirado da rua porque o cara “desmolhecava” demais, usava óculos “fechoso” demais; estiloso demais e não tinha o perfil do policial machão. E quando tinha algum evento que ele tivesse que aparecer em público, um oficial, mandavam retirar o policial porque este não poderia aparecer daquele jeito, ou seja, o jeito dele incomodava a Polícia porque todo mundo iria ver que ele era “viado”, entendeu? (PFem Rani).

Nas corporações policiais e militares, as *performances* femininas ainda não são aceitas como corpos possíveis de reconhecimento e pertencimento, tudo isto à patente da estrutura militarizada. Uma mulher que *performa* masculinidade, seja lésbica ou heterossexual, se aproxima mais do *ethos* masculino militar, ao incorporar elementos que intuem competências dedicadas ao mundo patriarcal. Por outro lado, as pessoas que performam feminilidade, sejam

mulheres ou homens gays, sinalizam para o dispositivo de controle uma série de ameaças ao sistema constituído, sendo assim, os alvos preferenciais do controle e do vigilantismo, passíveis de constrangimentos e punições.

O aglutinar-se em grupos fechados pode possibilitar maior controle sobre os atos arbitrários e gerar maior bem-estar e segurança, o que não dilui por completo a visão e os *habitus* institucionais de enquadramento dos corpos. A estrutura, portanto, se desloca para ajustá-los/as, com o objetivo preeminente de invisibilizá-los/as, tornando-os/as visíveis ao controle institucional e invisíveis à opinião pública. O *viado* afeminado e a sapatão masculina ganham contornos distintos dentro da corporação: o primeiro abdica do *ethos* viril e é rejeitado pela tropa, o segundo incorpora tal *ethos*, e, após as etapas de constrangimentos compulsórios, passa a ser reconhecida como o igual, como o outro, ou o “segundo homem”.

Ao corpo feminino é esperada e exigida uma *performatividade* que afirma fragilidade, docilidade, obediência e utilidade, como a eterna secretária. Neste interim, se apresenta o corpo lésbico que desorienta tal ordenamento, assim como afronta o *ethos* masculino, ou o patriarcado. Afinal, você é o quê, *mulher*? Na instituição militar, a concepção heteronormativa é ainda mais emblemática ao retratar a mulher para o homem, àquela que vai servi-lo, assim como ocorre com os corpos negros, vistos como servis diante da mentalidade colonial. A junção dos marcadores de gênero, raça e orientação sexual subvertem a ordem, ao passo em que também a instrumentalizam para ações mais duras e excludentes, tudo isto para tais corpos. Há diferença na maneira de lidar, e, no tratamento desses corpos dissidentes à norma?

Rani: Há diferença sim. A mulher negra é sempre colocada no segundo plano da Polícia. E, quando se faz a seleção, já vai escolhendo né, quem vai ser a secretária, e, sempre será a mulher branca, com o tal rostinho bonitinho nas repartições, para estarem próximas aos oficiais superiores. Vai ser selecionada essa mulher, branca, e, não a mulher negra. É bem lógico.

Pesquisadora: E, você, sente que ao agregar mulher, lésbica e negra, a discriminação é maior?

Rani: Sem dúvidas. E, muitas mulheres buscam se encaixar no padrão aceitável, normal da Polícia, que é a mulher aparentemente aceita ser feminina e branca, ou parda. E, assim, eu não preencho esse padrão e nunca busquei. Então, eu não tive essa frustração. O meu alvo nos postos sempre foi aquele que não incomodava os padrões de aparência. Mas, se eu desejasse estar nos setores administrativos, por exemplo, com certeza eu sofreria sanções por mais competência, já que eu estaria ali por ser mulher, negra e lésbica (PFem Rani).

Como uma sobrevivente deste sistema, apesar de saber que a maioria do efeito da PMBA é composto por pessoas negras, nem todas as mulheres negras têm consciência dessa condição imposta de subalternidade, e, isso nunca foi pauta de debate nos intervalos, ou nas

conversas realizadas nas rondas do policiamento ostensivo, e nas operações policiais. O fato é, assim, exatamente por algumas mulheres negras perfilarem *performatividade* nos corredores do Quartel Geral da Polícia Militar da Bahia, no Quartel dos Aflitos.

A maioria das mulheres que ocupa os cargos de secretárias imediatas dos oficiais eram mulheres brancas e pardas, porque as aparências importam e muito para a corporação, desde o fardamento alinhado até o protótipo da democracia racial: mulher, branca, sempre no linho, com cabelo engomado, ocupava a titularidade de ser secretária, para receber os comandantes das unidades e/ou batalhões.

A mulher negra sempre figurava no papel de auxiliar dessas mulheres, vistas como brancas (a maioria era parda), previamente reconhecidas e instituídas de poder. Ao passo, assim, de que as policiais brancas e pardas circulavam pelo meio administrativo, as negras eram alocadas nas áreas externas, no policiamento ostensivo, debaixo do sol de Salvador e do interior do Estado, porque esse corpo foi pensado como um corpo ideal para o trabalho pesado, e, assim, não para as sutilezas do planejamento, do atendimento, do secretariado, ou do assumir o poder na ausência do comandante imediato.

O mesmo paralelo podemos conjecturar com os corpos lésbicos, seja do feminismo ou masculinizados. O primeiro que *performava* feminilidade e preenchesse o requisito de cor, anteriormente, destacado, ganha atenção e espaço no administrativo, sem, contudo, revelar sua orientação e assim ser cortejada pelo efetivo masculino, que a circunda. O segundo performa masculinidade, ocupa as áreas operacionais, quase sempre a pedido, e, enfrenta todos os questionamentos de opinião pública, assim como também dos colegas de farda sobre o que ela realmente seria: homem ou mulher. E, mesmo defendendo o seu direito de existir da forma que se apresenta, as investidas e os testes diários sobre o nível da sua masculinidade colocam o seu desejo à prova, até que reconheçam tal corpo como apto para acessar a caverna, sem deixá-la totalmente livre dos estereótipos, que são carregados por serem “sapatão”.

4.4 A ascensão de Dandara¹⁵¹ na Polícia Militar: entre a vocação e a revolta

Dandara, jovem negra, oriunda de classe média baixa soteropolitana, foi estimulada pela mãe a prestar o concurso para soldado da Polícia Militar do Estado da Bahia, no ano de

¹⁵¹ Entrevistada 4, vide Quadro 2.

2002, enquanto ainda finalizava o curso superior na área das Ciências Sociais Aplicadas. Filha única de mãe solteira, ter estabilidade financeira na vida era uma meta a ser seguida, sonho na família. Aliás, os números (contábeis) eram do que ela gostava, mas profissão que nunca exerceu, pelo atravessamento da carreira militar em sua vida.

Na perspectiva de uma estabilidade que nem ela mesma pensava, essa entrada na Polícia ocorreu por acaso, quando a mãe, ao atender a ligação de uma amiga, foi informada, no último dia, para a inscrição no concurso para PMBA:

Nunca pensei, inicialmente, em ser PM, mesmo sabendo da necessidade do emprego, a questão da estabilidade, já que eu só fazia faculdade, na época. Mas, foi tudo por acaso mesmo, uma colega ligou, minha mãe atendeu, uma vizinha aqui também estava sabendo do concurso. Minha mãe me acordou para me inscrever. Foi o acaso mais feliz, porque no decorrer do processo da formação, eu já me descobri vocacionada. Tanto que eu me formei no mesmo ano (2003) do curso de soldado e nunca atuei. Eu sempre fui Polícia (PFem Dandara).

Assim, ela ingressou no curso de formação para praças, genuinamente feminino, com a seleção de 300 mulheres, na Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (EFAP), localizada no Quartel de Alto de Ondina, na capital baiana. Assim, apenas 287 chegaram ao final, e, como Dandara afirma, 13 mulheres desistiram ao longo dos nove meses do curso.

Aos 24 anos, época em que já sabia da sua orientação sexual, e do *ethos* masculino e militar, que negava outros corpos que não fossem heteronormativos, ela disse que vivia às escondidas a sua sexualidade para a família, além de lutar contra si diante do processo gradual de negação-aceitação, tudo isto desde o começo da sua existência, assim como do crescente desejo afetivo-sexual. Por se considerar uma pessoa reservada, o que afirma manter até os dias atuais, acreditava que este detalhe não traria nenhum tipo de problema para sua atuação policial.

Antes de entrar na Polícia, eu já me relacionava com mulheres, mesmo que de maneira incipiente, porque era um namoro à distância, e, isso começou aos 22 anos, escondido total e ainda no processo de autoaceitação. Como a gente só se via, no máximo, duas vezes no ano, porque ela morava em outro estado, trabalhava e não podia viajar para me ver sempre, isso não me incomodava muito e eu mantinha isso na minha intimidade, o que acho que deve ser feito, ainda mais na Polícia (PFem Dandara).

Assim como havia a vontade de se estabelecer na vida, havia também o desejo de ser aquilo que se é, através do exercício pleno da sua sexualidade. Mas, do mesmo modo, os silêncios perturbadores sobre os pecados da carne não a permitiram assumir-se, mas sim reservar-se, porque não haviam espaços possíveis para o assunto, nem dentro de casa nem no trabalho, acerca de uma sexualidade que brotava e era continuamente negada por ela mesma,

mesmo que tivesse mantido encontros à distância com mulheres ainda na juventude, em conjunto com seus vários questionamentos sobre desejo, amor, pecado e possibilidades de existir, sempre atrelados à luz da vocação do ser polícia.

Pesquisadora: O que é ser Polícia?

Dandara: Ser Polícia é ser instrumento para servir a sociedade. Instrumento de apoio, proteção, de orientação, e tem a parte ruim da repressão, isso quando é necessário. Mas, principalmente, é o instrumento para servir.

Pesquisadora: Quando você diz que a repressão é uma parte ruim da Polícia, como é isso, em que momento ela é necessária?

Dandara: Então, é uma profissão multifuncional. Eu sempre faço propaganda para os meus parentes jovens.

Pesquisadora: Sim, mas retomando a pergunta sobre a repressão, explique isso melhor.

Dandara: O mercado de trabalho não está fácil e é o único concurso que oferece de mil a duas mil vagas, e, você pode ser tudo na Polícia, desde serviço geral, telefonista à fisioterapeuta e médico, a depender da sua profissionalização, mesmo que seja apenas 10% para o feminino. Essa é a tal cota, porque a gente já entra na segregação de gênero da Polícia. Mas, a parte que acho ruim, que, na realidade, é uma das funções básicas, é o combate à criminalidade. E, esse combate nos coloca num lugar ruim, ao entrar em favela e correr o risco eminente de ter que se salvar, eliminando o inimigo. A ideia é eliminar? Não. Mas quase sempre acontece, e não precisa ser assim. Essa é a parte ruim da nossa profissão (PFem Dandara).

Ainda, sobre o processo de formação e sua vocação para “ser Polícia” - uma profissão que foi criada como instrumento para servir a sociedade -, na sua visão, a Polícia Militar é muito mais do que esse caráter repressor, que foi constituído pela sociedade. Cada integrante pode ser o que desejar, basta investir na profissionalização para avançar. Para ela, há o preconceito contra o “ser Polícia”, como algo sempre envolvido em práticas violentas, mesmo que seja necessário. Assim, a repressão à criminalidade nas favelas não quer dizer matar ou anular o suposto inimigo. Não há aqui um reconhecimento sobre o dispositivo de controle da máquina institucional, através de uma repressão reiterada sobre os espaços favelados, empobrecidos ou pretos, o que atravessa todos os corpos. Inclusive, na reafirmação desse dispositivo, se ramifica a força desse poder para normalização da vida, mesmo que às custas da eliminação.

Dandara, ainda versando sobre a formação policial, afirma que experimentou muitas situações constrangedoras em que a brincadeira era a tônica para normalizar violências, assim como assédios aos corpos femininos e lésbicos. Os termos usados por instrutores eram desde “meninhas” até “gostosinhas”, ao se referir às mulheres em treinamentos.

Pesquisadora: Em algum momento da formação, você se sentiu constrangida por ações de instrutores, ou até mesmo na negação dos corpos femininos para o exercício militar?

Dandara: Sim, muitas vezes.

Pesquisadora: Relate isso.

Dandara: É aquela coisa naturalizada, mas no tom de brincadeira. Mas, quem está do outro lado e atento, percebe que isso não é normal. E, eu sempre fui ciente da minha condição como mulher, negra e recém-homossexual. Naquela época, eu estava me aceitando, tudo aquilo me atingia, e eu sentia mais esse impacto.

Pesquisadora: Explique isso melhor, esse sentimento.

Dandara: Era aquela coisa de força, não pode esmorecer, é menininha, e outras coisas piores.

Pesquisadora: Quais coisas ocorriam por lá?

Dandara: Quando um instrutor chegava e crescia o olho, no modo de falar, sobre algumas colegas que eles consideravam gostosas. E aí algumas se colocavam nesse lugar, da bonita e gostosa, para receber facilidades no treinamento. E ocorria o inverso, aquela que eles consideravam bonita e gostosa, mas que não se colocavam nesse papel, sofriam represálias por não dar a tal risadinha de consentimento. A maioria dos instrutores é homem e queria a recíproca total da gente, algo que a gente não estava ali para isso (PFem Dandara).

A formação militarizada impõe sobre os corpos femininos uma ditadura da masculinidade, tudo isto na tentativa de expurgar àquele/a que não sejam “homens natos” para vibrar, dado sobre o manto da reafirmação da masculinidade exaltada. Na redoma deste campo de batalha da binaridade, as mulheres enfrentam cotidianamente essa ofensiva, tudo isto em meio ao contingente majoritariamente masculino, como um espaço do não lugar para tais corpos, haja visto a determinação da heteronormatividade compulsória. Esses mesmos corpos, que se esforçam para adequar-se ao padrão regulamentado pelas Forças Armadas, a caça aos inimigos, colocam os corpos femininos como lugar da fragilidade, de debilidade e subserviência aos corpos masculinizados. Por certo, os assédios são frequentes, e, impõem aos corpos femininos outro lugar na corporação militar, principalmente, na resignação às concepções machistas e misóginas, pela via da obediência e do silêncio.

Por certo, muitas mulheres que se lançaram nesse lugar desejam, para além da vibração selvática, a estabilidade e uma carreira que possibilite sua autonomia financeira. Mas, assim, esse cenário não está restrito às mulheres autodeclaradas heterossexuais, perpassando a vida e a existência das mulheres lésbicas, que fazem uso de distintas *performances*, tanto para sobreviver à ambiência militarizada dos traquejos, assentada na heteronormatividade compulsória, constitutiva da corporação policial militar¹⁵².

Pesquisadora: E, os corpos lésbicos, sofriam duplamente essa opressão, ou não?

Dandara: Sim. Eu tenho a minha percepção em relação a isso, dentro da Polícia, e, até comparando com os gays, a lésbica é bem mais aceita. A lésbica, particularmente, é mais masculinizada.

Pesquisadora: É mais aceita?

Dandara: Sim, melhor aceita, porque tá mais próximo do que eles querem, o que é ser ‘homem retado’. Então, a lésbica que é retada, que vibra mesmo, que tá ali e tal, em algum momento, ela é mais bem aceita pelo comportamento físico, por exemplo, de correr, de não reclamar dos traquejos. Então, eu observava isso em alguns

¹⁵² Termo nativo para aprendizagem policial militar, mediante o sacrifício, o rebaixamento e a dor, uma prática cotidiana na Academia, por Linhares e Paes Machado (2006).

momentos. É, em contrapartida, a lésbica que é feminina, não necessariamente, a gente vai descobrir que ela é lésbica, e ela já se protege. Mas, aquela que tem trejeitos¹⁵³, como é o meu caso, em alguns momentos, era bem mais aceita.

Pesquisadora: Mas esse ato de “ser bem mais aceita” era basicamente no ato dos exercícios, na vibração, ou por não reclamar?

Dandara: Mas, não é só para quem vibra. Eu tenho um exemplo de uma colega e amiga nossa, que não quero citar o nome, que entra na viatura e paquera as mulheres junto com os caras. Então, para eles, ela é mais um cara, entendeu? Quando passa uma menina, ela olha e diz: “pô, gostei daquela ali, e coisa e tal”. Então, os caras sabem e por trás até podem falar dela, mas considera ela como a “nossa brother”, entendeu? O que eu quis dizer sobre o que é ser bem aceita na Polícia, é isso? Mas àquela que fica ali na pose, não por questão de pose, e, sim, por questão pessoal, de reserva, nem eles ficam à vontade para falar com a mulher ali, mas por trás falam: “aí ô, por trás faz isso, roça, fica tirando onda, não comenta nada, e, nem entra no nosso time, entendeu? (PFem Dandara).

A vibração militar, em um currículo da selva, que encobre o currículo oculto, impõe a dor e as humilhações, tudo isto como base da formação militar, ultrapassando os limites da ordem, e, produzindo, reivindicando, *performances* masculinas, independente do gênero. Assim, também, como o homem incorpora as táticas de guerra, seja na formação policial para se tornar imperioso, assim como para reafirmar a norma heteronormativa, dadas as mulheres que também buscam esse lugar de reconhecimento, como uma norma da estrutura, algo aceitável no sistema, e, assim, por seus pares. Por outro lado, as mulheres lésbicas passam a ocupar um lugar diferenciado quando reproduzem, para além das *performances* masculinas, os assédios circunscritos às ambiências masculinas e militarizados. É certo dizer que nem todas as mulheres que *performam* masculinidade e vibração selvática praticam assédios, mas retroalimentam a percepção de quem comanda – os homens -, de que ser policial militar é um *status* do *ser homem*, aquele que não reclama, não chora, não menstrua, não denuncia os abusos, e, que não foge da lógica selvática, por uma reivindicação institucionalizada de todos os corpos ao currículo da selva.

Pesquisadora: É comum dentro da Polícia esse comportamento selvático, com atitudes de opressão, por parte das mulheres lésbicas?

Dandara: Existe sim, e não só por ser lésbica.

Pesquisadora: E como você identifica isso?

Dandara: Uma colega oficial, que começou a fazer fisiculturismo, hoje, com o corpo todo masculinizado, malha, toma hormônios, e, por isso, está à frente desses pelotões de selva, da caatinga, por exemplo. É bacana ter uma mulher à frente de uma tropa? Sim. Mas, para isso ela se estereotipou, e, isso é uma aproximação com o masculino, em que ela passa a ser aceita, respeitada. E, assim, agir como os homens agem, oprimindo outras mulheres.

Pesquisadora: Então, há uma cobrança de padronização, de reivindicação às mulheres pela *performance* masculina, na condução das tropas, por exemplo, com gritos, falas e pressões que humilham, ou castigam o corpo e mente (PFem Dandara).

¹⁵³ Um olhar igual ao de alguém, um movimento dos braços e pernas, jeito de se sentar, andar ou vestir-se!

Neste contexto, as mulheres que não aderem às brincadeiras, com risadas disfarçadas de medo e obediência, passando a sofrer represálias porque os homens, sejam os instrutores (praças ou oficiais) ou alunos, exigem reciprocidade total por parte das mulheres, tudo dentro do jogo institucional do currículo selvático, que eleva a norma patriarcal dentro da formação policial militar. A pressão, portanto, alcança níveis insuportáveis de convivência, ainda mais por ser uma ambiência de apenas 10% do corpo feminino diante dos 90% do corpo masculino, em todas as etapas da formação, da sala de aula às instruções do campo, que são operacionais, o que resulta na negação sistemática dos corpos femininos à inteligibilidade militar.

Pesquisadora: Então, de alguma forma, mesmo que de forma oculta, há um direcionamento dentro da PMBA pela negação dos corpos femininos?

Dandara: Sim. Exatamente. E aí, as pessoas que são mais sensíveis, por natureza, são as que mais sofrem, porque a pressão é grande. Eu, particularmente, não apresento aparência ou comportamento sensível, talvez por uma capa ou uma máscara, sei lá, mesmo assim, tudo isso me machuca muito por eu ser muito observadora.

Pesquisadora: Machuca de qual forma?

Dandara: Na forma de tratar com o outro, sempre na humilhação e no desprezo. A nossa presença nesse lugar, que eles reivindicam para eles. Mas, eu, que já passei por muitas coisas, como na fase da formação de soldados, agora sei me defender, mas tem muita gente que ainda não sabe, e assim algumas desistem.

Pesquisadora: A primeira formação ocorreu em 2003, e a outra em 2010, ou seja, são sete anos de diferença. Não houve uma mudança estrutural na formação policial militar?

Dandara: Não. E, se duvidar, a última formação foi pior.

Pesquisadora: O porquê foi pior?

Dandara: Porque a opressão era maior. No primeiro, a tropa era toda feminina, e, aí, as mulheres se protegiam um pouco mais. No segundo, que era tropa mista (homens e mulheres), você tem a opressão do instrutor e do colega, que também está em formação, mas é homem e se comporta assim, como se tivesse os poderes do instrutor sobre nós, mulheres. Além disso, tem a competição pelas notas e pelas promoções, e, eles, os homens, levam vantagens sempre (PFem Dandara).

A dinâmica relatada por Dandara ultrapassa os limites da formação e conduz todas as demais instâncias da estrutura policial militar. Ao longo do tempo, não houve mudanças estruturais no tocante ao acolhimento da presença feminina, mas, sim, uma maior especialização das práticas de assujeitamentos da tropa, dadas ao currículo selvático das Forças Armadas. E, com maior intensidade aos corpos femininos, estes são impactados tanto pelos superiores hierárquicos (praças e oficiais), tanto quanto por colegas na formação policial militar. Independentemente de ser praça (soldado, cabo, sargento ou subtenente) ou oficial (tenente, capitã, major, tenente coronel ou coronel), as mulheres passam pelos mesmos ritos de passagem, destinados aos corpos femininos, com questionamentos sobre sua presença, humilhações e negações de existências.

O processo alcança outros níveis quando a tropa é mista (mulheres e homens), pois é nesse momento que as diferenciações mais qualificadas ganham conotações de privilégios de gênero. Ser homem é a marca do militar, portanto, todas as glórias ao corpo e as ideias de quem pode “naturalmente” comandar a tropa, com firmeza e certeza da reprodução do espírito selvático, o que corrobora para uma política interna de negação dos corpos femininos, que começa com o edital de convocação (800 vagas para homens e 200 vagas para mulheres), assim como se estende em todos os níveis hierárquicos das atividades meio e fim, tudo isto dentro da PMBA.

Pesquisadora: Nessa estrutura, há algum tipo de diferenciação quanto à patente das mulheres?

Dandara: Não. Mas quem se forma como sargento ou como oficial, a coisa é menor por estar mais resguardada na atividade de gestão, e, que não tem contato com muitas pessoas. Existe uma contaminação, digamos, organizacional, para que isso aconteça.

Pesquisadora: Contaminação? Explique melhor!

Dandara: Dos homens continuam a achar que as mulheres são merendas deles. E, esse termo, assim, eu estou reproduzindo do que eu já ouvi, internamente, de colegas. Infelizmente, tem colegas que se colocam nesse lugar de merenda, outros se colocam nesse lugar pela própria carência. Na época de formação, e vai se relacionando com um, com outro, no estilo Big Brother, logo chegava na boca do povo, que passava a disseminar para os demais o caráter de cada uma. Para aquelas que são solteiras, elas ficam desprotegidas e recebem mais investidas, assim como mais assédios. Ainda tem, deste modo, aquelas que são casadas e ostentam a aliança no dedo, mas se envolvem com os colegas.

Pesquisadora: E, entre as mulheres lésbicas?

Dandara: Sim, eu fiquei sabendo de alguns envolvimento, e, ainda acontece, já que eram faladas, ou seja, eram perseguidas. Mas nunca me relacionei dentro do quartel, justamente para não cair na boca do povo (PFem Dandara).

Para Dandara, dentro da Polícia, as mulheres lésbicas são mais aceitas do que os homens gays, em especial, as masculinizadas, porque estão mais próximas do ideário institucional acerca da identidade policial, o *ethos* guerreiro. A ideia da concepção de “homem duplicado no corpo feminino”, assim como a aceitação do corpo feminino que performa o masculino, os códigos de virilidade, da vibração, e da selva - no arquétipo do homem militar.

No contraponto da hegemonia masculina, compulsoriamente legitimada, os homens gays, de forma mais contundente àqueles que performam feminilidade, são rechaçados, exatamente por abdicar da cultura falocêntrica e do pensamento heterossexual - uma dinâmica de poder sobre os corpos femininos e dissidentes à norma -, e, assim como as mulheres, passam a ser continuamente questionados enquanto “homens”, em suas capacidades para representar as insígnias da Polícia Militar.

A prática do silenciamento sobre a orientação sexual é uma normativa, e o gay passa a ser visto como “o peixe fora d’água na vida militar”, ao mesmo tempo em que é suplantado pela reivindicação do modelo masculino, tanto dentro quanto fora da PMBA¹⁵⁴. Ao contrário do que ocorre com a lésbica que performa masculinidade, na sua luta por resistência e acomodação, os gays são emparedados pela tropa, e, continuamente visibilizados de forma jocosa, a partir do que entendem como falha, a sua sexualidade, para estar e viver na estrutura policial militar.

A teoria radical acerca da produção *queer*, postulada por Preciado (2010), nos convida a entrecruzar pontos de estratificação – gênero, classe, sexo, raça e corpo –, para transbordar a própria noção de identidade homossexual, que é vilipendiada e sentenciada ao subterrâneo dos quartéis militares. Por outro, o mesmo poder acomoda também, assim como cria aquilo que nomeia e retifica à sua maneira, na obediência e na disciplina, em conjunto com os deslocamentos de gênero, através dos discursos performáticos que orientam as múltiplas *performances*.

O modelo do feminino aceitável é aquele em que as mulheres, os corpos reconhecidos como feminino, não reclamam dos “traquejos” – por excesso de atividade, às vezes, desnecessários à formação policial. Em contrapartida, as mulheres lésbicas mais femininas eram tratadas como as demais mulheres, com os assédios frequentes aos seus corpos. Ou seja, para os corpos lésbicos que *performam* masculinidade há discriminação da tropa, em especial, por parte das mulheres, que reagem com repulsa. Para os corpos lésbicos que performam feminilidade, há maior tentativa de assédios, moral e sexual, por parte dos homens, e, portanto, maior receio das mulheres autodeclaradas heterossexuais em tê-las por perto, seja para não ser confundidas com elas, ou agregar a marca de lésbica, e sapatão. Seja para se proteger delas e/ou transferir os assédios, pelos quais também são vítimas, assim.

(...) tem uma amiga nossa que entra na viatura e paquera as policiais junto com os caras, entende? Quando ela diz: Gostei daquela ali. Mas quando tem uma mulher policial e lésbica na viatura e ela é reservada, mas eles sabem que ela se relaciona com mulheres, logo se sentem acuados e começam a comentar: Olha lá, é sapatão, e fica tirando onda, se achando melhor do que a gente (PFem Dandara).

O corpo feminino que performa masculinidade, por ser reconhecido pelos homens como “o outro de si”, na labuta operacional, recebe certo código de acesso ao arquétipo militar, prioritariamente, quando reproduzem certos comportamentos de opressão às

¹⁵⁴ Disponível em <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/homofobia-na-pm-baiana-tenente-gay-sofre-perseguido/>. Acesso em 29/01/2021.

mulheres. Nesse circuito de reprodução, assim como as mulheres lésbicas, as mulheres heterossexuais também *performam* masculinidades para que possam ser aceitas, e, assim, articulam suas ações para oprimir outras mulheres com falas pejorativas, contra dada feminilidade, esta que possa enfraquecer a luta por reconhecimento, ao mesmo tempo em que intensificam o vigilantismo sobre os corpos lésbicos, aqueles que compactuam com as “brincadeiras” da turma dos homens.

No que se refere à existência de certo direcionamento sobre a negação dos corpos femininos, na estrutura das corporações militares, há sim esse dispositivo, já que é visado o alcance do seu objetivo, justamente para assujeitar e silenciá-los, com a prática dos assédios que quase criam hordas de perseguições, estas que alimentam a rotina institucional policial militar, durante e após o período de formação.

A reafirmação desta lógica é a configuração do corpo de instrutores, a maioria formada por homens (praças e oficiais), dada no curso de formação para o efetivo de 300 mulheres, em que o dispositivo manteve o seu alcance, tudo isto na produção de sofrimento dos corpos femininos – lésbico ou não –, porque quem comanda a estrutura das escolas de formação e dos batalhões, assim como companhias de polícia militar, ainda são os homens. Por outro lado, ainda não há indícios de que um comando feminino nessas escolas pudesse reduzir tal impacto, dado aos corpos femininos. Quando surgir esse comando, o que ainda não há, ainda depois de 30 anos da presença feminina na PMBA, se poderá auferir.

Há, portanto, uma política de altíssima valorização masculina, que começa com a convocação nos editais de concursos, com a reserva de até 10% das vagas para o ingresso de mulheres à corporação. As forças militares, cientes da Lei n. 9.713/1998, que estabeleceu a cota de 10% das vagas às mulheres, para garantir a presença feminina nas forças militares, faz uso dessa prerrogativa, sem acompanhar a realidade atual, para controlar a ascensão das mulheres aos altos escalões das corporações militares. A Defensoria Pública do Estado da Bahia entrou, assim, com uma ação contra o sexismo da Polícia Militar da Bahia, porque a presença feminina não alcança 14% do quadro efetivo.

Para Dandara, manter os 10% de acesso às mulheres é, ao mesmo tempo, fortalecer a opressão contra os corpos femininos e dissidentes, tudo isto em face de uma cultura falocêntrica que é pautada na hierarquia. Ao perceber que havia certa variação da opressão, quando se é oficial ou sargento, Dandara resolve se aplicar e concorrer à vaga de aspirante à patente de oficial, tudo isto no processo seletivo coordenado pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, no ano de 2010.

Alcançando o êxito e a aprovação, já no curso de formação, com turmas mistas de homens e mulheres, relatou que a opressão contra as mulheres foi intensificada, porque agora tanto os oficiais (instrutores) em seu processo de assédio, quanto os colegas (alunos aspirantes), que almejavam pontuação maior para poder escolher o melhor lugar para trabalhar na Corporação Policial, definiam o lugar do ser mulher por palavras. Nesse caso, o corpo feminino era o de menor valor nessa corrida por reconhecimento e respeito mútuo, tudo por parte do oficialato militar. E, mesmo que a opressão fosse maior contra as praças (soldado e cabo), “os homens seguem achando que as mulheres são as merendas deles” (Dandara).

A prática reiterada contra os corpos femininos, na ambiência militar, provoca o *emparedamento* das mulheres: “tem mulheres que se colocam nesse lugar de merendas, como eu já falei. E, aquela policial que é na dela, solteira, está mais vulnerável, assim como busca logo alguém, para se sentir mais segura das investidas. E, tem o lance de policiais que se envolveram dentro dos quartéis, e, que, por isso passam a ser perseguidas” (Dandara).

Institui-se um não lugar para os corpos femininos, o que provoca uma corrida por espaços entre as mulheres e a conseqüente reprodução das práticas, assim como o fortalecimento do dispositivo entre gênero e intergênero. Definem-se, sem dúvida, entre os grupos, quais os corpos são válidos e aptos ao reconhecimento, assim como quais são inválidos, e, portanto, sujeitos à negação de um lugar que se nasce, assim como se afirma, através do *hipercorpo*, o mesmo produzido pela masculinidade selvática.

Acessar a ambiência do oficialato é incidir sobre certa variação do *ethos* da masculinidade selvática, proveniente da heteronormatividade compulsória, mas nunca a domar, eliminá-la, já que a Dandara segue sofrendo opressões e buscando, no conhecimento das leis, sua base para o enfrentamento e defesa de uma voz, a feminina: “e, hoje, como oficial, eu chegar para um Comandante e perguntar: eu não estou entendendo, como na mesma situação com um colega, para ele, é dado um tratamento diferenciado? E, assim, ele olha para mim e diz que eu sou ousada!” (PFem Dandara).

Como o silêncio é reservado às mulheres, aos corpos femininos, mesmo para àqueles que performam masculinidade, o questionar passa a ser visto como uma ousadia, um ato insolente diante do não dito: Sabe com quem você está falando, mulher? A perspectiva de Dandara é usar os seus conhecimentos para a luta, para o seu empoderamento, mas também instruir as colegas sobre os seus direitos, como consta na legislação, como bandeira de proteção na condução do trabalho policial, independente do gênero, patente ou hierarquia. Para ela, quando se é mulher na PMBA, pouco importa se você é oficial diante de toda estrutura que privilegia os homens.

Dandara relata que, em dada situação com um oficial, o questionou e foi repreendida, mesmo estando certa em seus questionamentos. Não satisfeita, ela procurou o comandante da Unidade Policial e relatou o fato. De imediato, o comandante chamou o oficial, conversou, e decidiu pela transferência dela para outro departamento. E, mesmo conseguindo ser transferida, Dandara não avaliou tal posição do Comandante como positiva, porque previa ainda mais perseguições por esse ato, uma afronta para os demais oficiais em serem constrangidos perante o Comandante, e que não podem tolerar indisciplina ao seu poder, por parte das mulheres, mesmo que esta também seja do oficialato.

Ao chegar em casa, deitei na cama em posição fetal e comecei a chorar, eu chorei muito prevendo outras perseguições que poderiam ocorrer comigo, por isso. Foram dias terríveis por saber do peso das perseguições, de raiva, de medo, do cara ter ido lá se explicar ao Comandante, de ter dito que não era nada disso, que era macete meu. Ou seja, eu estava apresentada ao serviço, não reconhecido por ele, e quando eu volto à Unidade, eu tenho que cumprir mais 15 dias de serviço como se eu estivesse em casa, entende? Mas eu estava trabalhando, só era outro tipo de atividade que eu estava representando a Polícia Militar (PFem Dandara).

Para ela, há de se ter coragem e conhecimento das leis sobre o que se questiona dentro da Polícia Militar, o que não significa a solução dos problemas, já que os superiores hierárquicos gozam de certa imunidade militar. Tudo que venha a fazer em prol dos seus direitos não te livrará das consequências produzidas por esse ato subversivo à ordem: romper o silêncio reservado as pessoas assujeitadas na hierarquia militar, ainda mais quando se é mulher, lésbica e negra.

Há, sem dúvida, um tratamento diferenciado quanto ao impacto da hierarquia nas forças militares, mesmo que não haja nada escrito, declarado, sobre como devem ser conduzidas certas situações discricionárias e discriminatórias, dentro da Polícia, porque tais elementos são impregnados por uma cultura externa que as legitimam. Dandara, por mais reservada que possa ser, dentro ou fora das repartições policiais, não foi e não estará isenta dos olhares discriminatórios sobre sua *performance* masculinizada nos alojamentos femininos, nas atividades operacionais da formação inicial e nem em suas práticas cotidianas.

O assédio aos corpos femininos é uma constante, e, demasiadamente, aos corpos lésbicos, que suscitam nos homens um emblemático desafio à norma heteronormativa, o que produz sujeitos que se assujeitam à LGBTfobia, dada como regra de um dispositivo que está conectado com outros elementos, os mesmos que perpassam suas existências: a família, a igreja, a escola, a ciência, a universidade, a polícia, e, portanto, os quartéis. As apostas masculinas são legitimadas sobre a perspectiva dos ajustes heteronormativos aos corpos

lésbicos, mas que também diferenciam o seu tratamento no tocante às reivindicações institucionais aos corpos dissidentes.

Quando as meninas são femininas, elas passam como heteros. E, se ela não fizer questão de se afirmar, ela vai se saindo das paqueras dizendo que é casada, comprometida. Já, a policial masculina é nítida na expressão sexual e é mais reconhecida, assim como respeitada pelos homens como um 'outro homem', um significado que não deveria ser (PFem Dandara).

O *ethos* da masculinidade conforma as práticas militares como elemento guerreiro, selvático, distintivo e superior aos corpos femininos, o que acarreta a negação de outra perspectiva que afronta à mentalidade heteronormativa e falocêntrica. As *performances* lésbicas masculinizadas, portanto, estabelecem uma ponte de diálogo possível, dada do feminino com a esfera institucional, através dos seus sujeitos que passam a reivindicar para si a suspensão controlada de uma masculinidade, duplicada no corpo feminino militarizado.

O diálogo entre o masculino e o feminino, na ambiência militar, está trincheirado pelo caráter do medo eminente que possa desnudar a fragilidade de uma masculinidade forjada como a centralidade da heteronormatividade compulsória. O feminino, portanto, para elevar-se, exige vestir-se com a capa de uma masculinidade protetora dos corpos femininos, ao passo em que nenhum reconhecimento lhe será outorgado plenamente, sem os mesmos questionamentos pelos seus feitos. Por outro lado, a resignação e louvação à masculinidade pelo corpo feminino, em comportamentos e ações, passam pelo *clivo* de uma deliberação masculina, a mesma que legitima à suspensão temporária do controle (assédios e perseguições) àqueles corpos que deliberadamente (ou não) correspondem aos anseios institucionais das forças militares: masculinidade, virilidade e violência.

4.5 O armário e seus desdobramentos na vida de Sueli: o suplício dos assédios

Sueli recorda que, desde a infância, ainda com 10 anos de idade, brincava de dar beijinhos na boca de uma coleguinha, e, que nunca se questionou sobre tal ato, porque era algo compartilhado e desejado por ambas. Na adolescência, começou a namorar e seguiu a vida como determinavam o que deveria ser: beijar a boca de meninos. No ambiente familiar, não havia qualquer perspectiva desse assunto vir à tona, e nem ela mesma pensou que um dia pudesse imaginar que o desejo pelos beijinhos ingênuos na coleguinha da infância retornaria com toda força para sua vida adulta, pioneiramente, com a colega da época, até prestar o concurso da PMBA, sem nenhuma motivação familiar, mas por desejar estabilidade.

Eu fiz o meu curso de formação em Alto de Ondina, em 2005, e não houve nenhuma motivação atrelada ao trabalho policial. Eu terminei a faculdade e buscava estabilidade e passei no concurso. Novamente, não havia nenhuma ligação de vocação, ou sonho de ser polícia (PFem Sueli).

Há quase 10 anos mantendo o relacionamento com o primeiro e único namorado, Sueli terminou a faculdade e desejava ter estabilidade financeira, motivo pelo qual resolveu prestar seleção ao concurso de praças da Polícia Militar do Estado da Bahia (PMBA), em 2004. No ano seguinte, ela foi chamada para o curso de formação na Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças no Quartel de Alto de Ondina, Salvador/BA.

O que Sueli não imaginava era que ao ingressar na PMBA, ela seria surpreendida com uma paixão avassaladora por uma colega do curso de formação policial. A descoberta de estar desejando uma mulher não acarretou nenhum processo de negação desse desejo, ao contrário, a fez sentir mais completa e externar esse sentimento em abraços, cuidados, olhares e afetos.

Então, quando eu passei no concurso, eu já tinha uns 10 anos de namoro com um homem, e esse foi o único relacionamento que mantive com homens. Ao entrar na PMBA, na formação, eu me apaixonei por minha colega de curso. Depois, nós ficamos juntas uns 05 (cinco) anos e aí eu me descobri completamente (PFem Sueli).

O problema era justamente os olhares contrários lançados pelas colegas do curso sobre os seus afetos com a amiga, mesmo que, no início, não existisse confirmação de ambas, apenas o descobrir do desejo, da necessidade de estar em trocas de alegrias com a colega.

Assim, como a gente estava se descobrindo ali, isso meio que despertou os olhares, porque o comportamento da gente em si acabava denunciando, da forma de chegar e se abraçar. Não existia ainda o envolvimento, o que só ocorreu ao final do curso. Mas as pessoas percebiam que existiam um carinho, uma coisa rara, e dava para perceber uma certa repulsa, vamos dizer assim (PFem Sueli).

A *performance* de ambas era considerada feminina, portanto, eram lidas como heterossexuais. Mas, não foram isentas dos questionamentos sobre o “excesso” de afetos entre elas, passando a ser olhadas diferentemente das demais, e, com atos discriminatórios, por parte de outras colegas do curso. Havia ali um limite sobre as possíveis expressões de afetos aceitáveis entre as mulheres, em que o centro dos afetos deveria ser heteronormativo, e, caso não fosse, a negação seria certa.

(...) eu já passei por certas coisas, com comentários que tinham sim a negação. Comentários de colegas, cantadas para ver até onde eu iria por conta deles perceberem, comentários, desatinos, foram muitas coisas chatas que eu vivi ao longo desse tempo (PFem Sueli).

O tempo de permanência em que ficaram juntas, com trocas de carinhos e afetos, passou a incomodar as demais colegas, criando uma ambiência de denúncias sobre um possível relacionamento lésbico entre elas, quando nem elas sabiam que estavam desenvolvendo tais afetos. Sueli relata que se apaixonou pela colega, mas que só se envolveram de forma definitiva no final do curso, já no oitavo mês da formação. Ao longo desses meses, a expressão dos seus atos, gestos e afetos foi continuamente patrulhada e negada com certa repulsa pelas colegas, o que chamou a atenção dos homens, que passaram a criar situações de investidas nesses corpos, com cantadas, brincadeiras que exaltavam a perspicácia masculina, criando todo um clima de incômodo para ambas. Para Sueli, as investidas sobre elas eram frequentes para testá-las e saber até onde elas poderiam ir, ou deixá-las confirmar a máxima de que: “é sapatão porque não encontrou o homem certo”.

Sueli: Na fase da formação, eu sofri muito com a negação por parte das mulheres. E depois do curso, quando eu fui atuar em uma CIPM, os oficiais faziam piadas, e, foram momentos desagradáveis que refletiam em meu trabalho. E, eles me colocavam em certos serviços, e eu sabia o porquê, era como se fosse uma espécie de castigo. Hoje, eu continuo presenciando e ouvindo certas coisas, mas assim, eu não sou assumida na Corporação, mas me reconheço como tal e sei que isso não me faz nenhum mal, pelo contrário, eu absorvo da melhor forma possível.

Pesquisadora: Absorver é calar?

Sueli: Não, mas de forma mais tranquila. Acho que tem a ver com a questão do amadurecimento (PFem Sueli).

No geral, o homem certo poderia ser qualquer um, nem que fosse contra à vontade da mulher, cercada, emparedada, cerceada e humilhada em seus afetos, sem direito à defesa, já que as palavras “gay”, “lésbica” e “sapatão” só eram usadas nos grupinhos, para afugentar qualquer perspectiva de afirmação da dita aberração no espaço militar, como afirma Sueli. Essa prática segue ganhando peso e reconhecimento entre àqueles que comandam, ou seja, oficiais e graduados, e repercutindo entre os soldados, alunos e soldados, dentro da lógica do violento corporativismo masculino, porque é retroalimentada por outras instâncias que compõem a rede de relações interna e externa, dada em conjunto à Corporação policial militar: o dispositivo heteronormativo, produtor de assujeitamento das mulheres à norma, e, até mesmo daqueles/as que estão às margens em resistência – as lésbicas assumidas, silencia as vozes e a existência, de quase todo feminino em Sueli.

Eu já passei em uma situação de uma investida de um oficial, na primeira CIPM, e ele tentava manter contato corporal, buscando me dizer coisas no pé do ouvido e ao final dizia assim ‘se eu te pego em um lugar escuro, eu faço e aconteço!’ Na época, eu não sabia como lidar com aquilo. Eu falei com o Comandante sobre o assédio e a decisão dele foi me mandar para a área (serviço ostensivo a pé), e eu era a secretária dele, do Comandante, enquanto o oficial (Tenente) seguia em suas funções sem ser questionado. Nesse episódio aí, eu procurei transferência e consegui por muito custo

porque o Comandante não queria me liberar, mesmo eu tendo relatado as situações. Mas depois de um certo tempo, eu consegui mesmo sabendo que eu iria sofrer retaliações (PFem Sueli).

O corpo de Sueli, através de uma *performance* feminina, atrelado às fofocas dos bastidores, suscitava os reiterados assédios dos colegas, mesmo que em nenhum momento tenha assumido ser lésbica em sua trajetória, dentro ou fora da Polícia Militar, em comparação às *performances* das mulheres, que performam masculinidade, algo visível à toda tropa.

Eu acho que existe sim uma diferença, além da discriminação maior pelo fato da mulher ser masculinizada. Mas o assédio, as investidas dos homens, é maior nos corpos mais femininos, como eu, por exemplo, que sou feminina. Nas mulheres masculinizadas há um certo respeito dele, policiais, por considerar que é como se fossem homens (PFem Sueli).

Por um lado, ela acha que os corpos lésbicos, que performam masculinidade, sofrem mais discriminação porque os seus corpos já denunciam algo contrário à norma, algo negativo da forma, em que as pessoas lidam com as mulheres que assumem o *ethos* guerreiro, masculino. Por outro lado, afirma que as lésbicas que performam masculinidade são discriminadas muito mais pelas mulheres, e, menos pelos homens, sendo que este último absorve melhor as mulheres que performam masculinidade, em razão do que entendem ser a missão da polícia militar, assim como todos os ritos de passagem, diante de um corpo capaz para o combate. Nesta perspectiva, mesmo sofrendo discriminação por parte das mulheres, a *performatividade* masculina passa a ser o ideário militar, e, por certo, ganha o respeito por parte dos homens que, em certa medida, passa a considerá-las como parceiros, como homens.

Sobre os corpos lésbicos que performam feminilidade, nestes incidem o patrulhamento masculino e a repulsa das mulheres, que não são solidárias diante dos assédios às mulheres lésbicas, como assim o são às demais mulheres, atrelados às perseguições masculinas e aos seus corpos. E, sobre os corpos lésbicos que performam masculinidade, os mesmos incidem o patrulhamento feminino através do isolamento e da discriminação¹⁵⁵, repulsa, negação e medo, ao passo em que garantem certo reconhecimento dos homens, seja no compartilhamento de uma masculinidade duplicada no corpo feminino, do espelho do outro “ser homem”. Mas, antes desse reconhecer como igual, parceiro, ou homem, tais corpos passam também pelos códigos masculinos da pertença selvática, operacional, do trabalho

¹⁵⁵ O assédio está associado à conduta abusiva que, de forma intencional e com certa frequência, vai contra a integridade física ou psíquica de uma pessoa, no ambiente de trabalho. O ato discriminatório distingue, exclui e elege preferências, tanto quanto a questão de gênero, raça, classe social, ou religião, que possa causar danos às oportunidades.

policial, momento em que também muitas mulheres se permitem masculinizar para alcançar o dado reconhecimento do ser polícia.

A percepção, portanto, tanto dos homens quanto das mulheres policiais militares depende de como essa mulher se apresenta. Se ela tem uma *performance* masculinizada, eles, os homens, passam a vê-la como um homem diferenciado, sem excluir os comentários depreciativos antes do rito de passagem que a legitima como igual. Já, no tocante às mulheres policiais e suas atitudes sobre os corpos lésbicos, há uma disputa por espaço e reconhecimento de sua presença feminina na corporação, colocada em xeque pelo corpo lésbico que performa masculinidade, aquele que aguenta às demandas da atividade policial, assim como do corpo lésbico, que performa feminilidade ao romper com a norma, com a hegemonia do corpo dócil, invertendo a lógica de que o feminino deve ser para o masculino e vice-versa. Além disso, há o emparedamento das mulheres lésbicas, assumidas ou não, pelas policiais militares, que só reitera a ideia de que tais corpos trazem descentramentos à estrutura policial militar, assim como de que tais lutas não cessam, mesmo diante das tentativas de silenciamentos.

Ao longo da narrativa sobre a trajetória da Sueli na corporação militar, o ponto imbrincado em seu discurso era o assédio que sofreu e segue sofrendo em sua atividade policial. Assumindo a *performance* feminina, salienta que a insistência dos oficiais em abraçar, manter contato físico no ambiente de trabalho era e é uma prática entre os homens, quando elegem uma mulher para barganhar, e, ela sendo lésbica, a situação poderia chegar ao extremo da invasão da sua privacidade, do desempenho das suas funções, o que leva ao adoecimento pelas sucessivas tentativas de sobreviver nesse *front*.

As ações vão desde encostar e tentar esfregar o corpo em partes diferentes do seu corpo, discretamente, como se fosse algo involuntário, até querer dizer coisas lascivas ao seu ouvido: “se eu te pegar em um lugar escuro, eu faço e aconteço!”. À época deste episódio, Sueli diz que não sabia como lidar com tais situações, foi se esquivando e fingindo não entender, algo que ela achava que ocorria também com outras mulheres da corporação militar. O questionamento de Sueli é que, mesmo não assumindo publicamente sua orientação sexual, algumas pessoas sabiam que ela se relacionava com mulheres, e, mesmo assim, o oficial insistia nos assédios, o que estimulava outros à mesma prática, com conivência de quem deveria resguardar os seus direitos – o Comandante da Unidade Policial:

A Polícia Militar é altamente machista, então não vai adiantar, entre aspas, denunciar, porque a gente, infelizmente, vai sofrer retaliações por àqueles que

seguem tendo o respaldo para as suas práticas, e isso nos leva por vezes a nos manter caladas (PFem Sueli).

Para sair deste cabedal de suplícios, a transferência de unidade seria a única via possível para restabelecer a dignidade. Porém, dar-se início ao mais terrível processo de esgotamento e negações. A decisão do Comandante é imperiosa e quase sempre beneficia os seus pares, desconsiderando todo o processo de assédios e possíveis perseguições, ao manter uma mulher próxima do seu assediador. Ao expor a situação de assédio, praticado por praças ou oficiais, não há nenhum dispositivo de proteção do corpo feminino frente aos ataques, tanto dos seus pares quanto do oficialato, ao monitorar sua atuação no policiamento ostensivo (na rua):” alterações de plantões e sobrecarga de serviços ao bel prazer do oficial, podendo ser notificada por qualquer situação simples, desde atrasos e rondas ao local de serviço” (PFem Sueli).

Ao ser questionada se o excesso de retaliações ao corpo feminino lésbico era o efetivo exercício da lesbofobia, Sueli sinaliza que sim. Ou seja, quando rompem o silêncio sobre os assédios, a situação pode piorar, por isso, muitas se mantêm caladas, silenciadas, até que possam se livrar do opressor, com permutas e mudanças de Unidade Operacional, sendo quase sempre o que ocorre, também para outras mulheres, que são assediadas pelos superiores hierárquicos.

No tocante ao currículo oculto de cerceamento dos corpos dissidentes, nas forças militares, Sueli relata que há, sim, a negação do feminino em prol de uma virilidade masculina e militar, legitimada pelas práticas cotidianas dos assédios, com perseguições e retaliações sobre os corpos que tentarem reagir ao silenciamento, assim como fazer as denúncias: “se a vida não é fácil para nós que sequer assumimos, imagine quando expomos o que é naturalizado por eles” (PFem Sueli).

Ainda retomando a questão do não se assumir enquanto lésbica, nem na Polícia nem no âmbito familiar: Sueli relata que nunca se sentiu segura o suficiente, diante de todas as exclusões que vivenciou dentro e fora da PMBA. Além disso, reitera que, mesmo não levantando bandeira, algumas pessoas sabem que ela se relaciona com mulheres, o que circula em várias áreas da corporação, aumentando os assédios sobre a sua *performance* feminina, diante do olhar dos homens que insistem em afirmar diretamente para ela o seguinte: “você não teve um homem de verdade, que te fizesse mulher”.

Para Sueli, mesmo que a sua última experiência em relacionamentos com homens tenha ocorrido antes de ingressar no curso de formação da PMBA, há 16 anos, o

reconhecimento sobre o “ser lésbica” ainda se dava no subterrâneo, e circulava pelos corredores com fofocas, fuxicos e alardes sobre a sua vida privada, assim como das demais pessoas aversas à norma, institucionalizada pelo pensamento heterossexual, para aludir à teoria *wittigiana*.

Há, portanto, um pacto de silêncio que ilude, ao anunciar proteção, e, que subverte, ao produzir ainda mais opressões sobre tais *performances* dissidentes. Nas reuniões nos setores, nas cantinas, nos encontros livres das Unidades, o assunto é e era quase sempre quem está com quem e quem pega quem. E, nesse jogo de poder, as sexualidades dissidentes ganham espaços nos comentários pejorativos, desumanizadores, em forma de brincadeiras que retiram do outro o direito de existir e reagir para não ficar marcado como o “viado” ou a “sapatão” da Unidade, do setor, algo que impossibilita transferências e oportunidades de ascensão para outros departamentos e órgãos do estado, porque o redemoinho dos fuxicos, da diversão e do cotidiano, recaem majoritariamente sobre quem transita no limbo da norma, e, todos/as sabe e sabiam quem era quem nesse jogo.

4.6. Outras vozes do mesmo *front*: a emblemática vocação das mulheres lésbicas para ser, existir e *fazer-se* na PMBA

As narrativas das policiais lésbicas da PMBA entrevistadas evidenciam um aparato, do dispositivo de controle sobre os corpos feminino ou masculino, que gera tensões na corrida pelo reconhecimento do “ser policial” e de ser no mundo, em face dos inúmeros episódios de perseguições, retaliações e assédios, que impactam de forma mais objetiva às mulheres, lésbicas e negras. Tais narrativas configuram um espectro que descortina os lugares e não-lugares destes corpos, principalmente, na ambiência institucional policial militar, assim de como cada corpo é visto e definido, a partir dos “aceitáveis” e “inaceitáveis” confrontados, paralelamente, pelas *performances* que buscam encaixes e reconhecimento, aos ditames do espírito militar, de uma polícia que mesmo negando, agrega e possibilita o acesso limitado dos corpos femininos que não conseguem estabelecer alianças, dadas entre àquelas que são dissidentes à norma, e, que, por isso, projetam desejos, anseios e querereres na luta, a mesma por uma narrativa de inclusão da diversidade, silenciada, deveras.

Aproveito para apresentar outras vozes, aqui representadas por uma oficial com patente de Capitã PM, uma Sub Tenente PM, duas Cabos e uma Soldado da Polícia Militar da Bahia,

autodeclaradas lésbicas, mas nem todas assumidas, para compor as narrativas dos cordéis que pronunciam, inicialmente, o entusiasmo de um fogo brando pela possibilidade de estabilidade na vida e na carreira, mas que, depois, projetam desafios em forma de labaredas por situações de assédios e imposição do *ethos* guerreiro aos corpos femininos, desde o processo de formação até nas atividades das Unidades Policiais Militares. Destaco o ano de ingresso de cada uma das policiais, exatamente para que possamos verificar se houve modulação, avanços significativos ou não, na recepção à tropa feminina por seus pares, dados os demais policiais militares e à própria posição da Corporação Policial Militar.

A mensagem de que os corpos femininos são tolerados pronunciam, ao mesmo tempo, brechas de possíveis alianças que não alcançam os corpos lésbicos em sua necessidade de existir, mesmo diante das adversidades importas às mulheres e pelas mulheres às *performances* lésbicas, como o não lugar para existir.

Em todas as entrevistas, o ato afetuoso, ao receber as policiais nos espaços previamente definidos, seja por segurança (aplicativo WhatsApp) ou por comodidade (Museus, Livrarias, Bibliotecas e Unidade Policial e Quartel), se caracterizou como o momento de se ver (pesquisadora e remanescente deste lugar) e ser vista (entrevistadas que resistem aos assédios) em suas humanidades, sem a farda que operacionaliza outros sentidos para a existência lésbica. O olhar que reconhece a si e à outra, numa humanidade partilhada, também está em memórias do mesmo *front*. Para esta parte, foi pensado enxergar o que enovela o cordel, em partes conjugadas, a partir do roteiro compartilhado entre todas elas.

Pesquisadora: Qual foi a sua motivação para ingressar na PMBA?

As duas coisas: vocação e estabilidade. Mas acho que a vocação foi mais forte. Não sei se a necessidade me ocorreu na época. Eu entrei com 20 anos, e aí não acho que havia necessidade, e, sim, vocação mesmo¹⁵⁶ (Entrevistada 11);

Na época, eu estava desempregada e aí era uma possibilidade de emprego, estabilidade¹⁵⁷ (Entrevistada 9);

Nos anos 2000, já estava tendo tensões dentro de casa quando eu me descobri em 1999, com 18 anos, namorando com uma mulher. Eu nunca tive problemas com homens, mas me apaixonei por uma menina. E com a instabilidade do trabalho, uma amiga me falou sobre o concurso e, com a necessidade, eu fiz o concurso em 2001 para soldado¹⁵⁸ (Entrevistada 7);

Na verdade, eu nunca pensei em ser policial militar. Eu cheguei aqui com 23 anos, eu já tinha uma filha de 03 anos, mas ainda me sentia imatura porque eu fui mãe muito cedo, pelo menos mais cedo do que a grande maioria. Eu não tinha nenhuma divergência, nenhuma aversão e não sabia nada sobre o que era isso aqui, foi uma

¹⁵⁶ Entrevistada 11 - SubTenente PM, vide Quadro 2.

¹⁵⁷ Entrevistada 3 – Cabo PM, vide Quadro 2.

¹⁵⁸ Entrevistada 7 – Capitã PM, vide Quadro 2

oportunidade que surgiu em ser policial, me inscrevi no concurso e fui aprovada sem nenhum planejamento. Uma oportunidade de emprego sem nenhuma reflexão¹⁵⁹(Entrevistada 2);

Basicamente foi por causa da história familiar (muitos dos meus parentes são policiais militar e civil). Eu entrei no Colégio Militar da Bahia e aí foi aumentando a vontade de ingressar¹⁶⁰ (Entrevistada 9).

Em todos os casos, exceto a motivação da PMFem soldado, havia uma busca por estabilidade implícita (ou não) para se recompor financeiramente, assim como estabelecer outro tipo de relação no âmbito familiar, sobre o fato de ser mulher: mulher que namora e deseja outras mulheres. Antes mesmo de ingressar na PMBA, as policiais já travavam suas lutas internas na esfera familiar para abordar sua existência lésbica, algo que foi acirrado com mais intensidade na esfera institucional da Polícia Militar, já que a maioria se relacionava com mulheres antes do ingresso.

Pesquisadora: Quando você ingressou na Polícia, já se relacionava com mulheres? Se não, houve algum tipo de envolvimento com mulheres na PMBA?

Já. Na minha primeira relação homoafetiva, eu tinha 19 anos e foi um processo conturbado para mim, do ponto de vista da autoaceitação, de me entender e me aceitar enquanto mulher lésbica. No primeiro momento, eu tive um relacionamento e concluí que eu não queria ser lésbica, eu estava decidida a não ser lésbica, aí veio esse cara, o meu primeiro namorado, mas no meio da relação eu descobri que não tinha pra onde correr, eu não tinha como fugir de mim (Entrevistada 11).

Sim, e já existia o preconceito de forma rude e atuante lá dentro, com muitos comentários preconceituosos contra gays e sapatões. Eu tinha medo que alguém comentasse alguma coisa sobre a minha sexualidade, mas precisava sobreviver (Entrevistada 3).

A minha namorada também fez o concurso e passou, ficamos na mesma sala de aula. Mas estávamos cientes do ambiente militar, cheio de preconceitos. Acho que iremos aprofundar esse tema em relação ao que representa a identidade feminina e masculina dentro da Polícia. A gente entrou namorando, mas não era algo declarado porque tinha 300 mulheres e as pessoas percebiam. No meio do curso, nós terminamos e ela se relacionou com outra garota do curso, e eu também me envolvi com outra garota (Entrevistada 7).

Sim, mas foi em um evento da PMBA. Eu sempre me posicionei com muita firmeza na Polícia, nunca fui muito “menininha”, e sempre fui muito séria e muito firme, talvez por isso eu passei a entender melhor esse mundo dentro da Polícia. E aí, outra policial também participava desse evento, passou por mim e me cumprimentou, como qualquer colega. Mas o cumprimento dela não foi comum, e eu senti diferente, ela piscou o olho para mim. No momento, eu tinha três colegas ao meu redor – dois homens e uma mulher – que começaram a falar sobre o episódio, dizendo que a policial quase me levava com aquela piscada de olho. E, aí, eu parei para pensar nisso (Entrevistada 2).

¹⁵⁹ Entrevistada 2 - Cabo PM, vide Quadro 2.

¹⁶⁰ Entrevistada 9 – Soldado PM, vide Quadro 2.

Já. Eu estou no meu segundo casamento. Assim, eu briguei muito comigo mesma porque eu mesma não me aceitava. E, o meu pai é policial civil e eu fui criada por ele. E, para não decepcionar, eu estive nessa guerra interna comigo. Mas, a partir do momento que eu comecei a ter minha independência, saí de casa, e aí fiz com que ele entendesse, me aceitasse. No começo, foi difícil, me afastei dele. Depois, eu falei com ele, dizendo que se ele não me aceitasse, como eu estarei procurando ele? Ele sofreu, eu sofri, mas hoje em dia ele se dá super bem comigo, e com a minha esposa (Entrevistada 9).

Em todas as narrativas apresentadas sobre o envolvimento com mulheres, antes do ingresso ou dentro da PMBA, fica latente, novamente, a guerra interna sobre o “ser lésbica”, com os medos em torno da sexualidade, a negação, o processo de autoaceitação, os conflitos com a família, e o vigilantismo por parte das colegas de turma e/ou do trabalho, fruto da homofobia generalizada na sociedade que emprega compulsoriamente a heteronormatividade. A lógica falocêntrica que empareda todas as mulheres, e, em especial, as mulheres lésbicas que sobrevivem aos discursos de correções, através dos estupros corretivos, emanados pelo pensamento heterossexual (WITTIG, 2006), impactam consideravelmente em uma existência que urge por fazer-se todos os dias em ambiências hostis, ao debate da sexualidade, seja na família, na escola, nas associações, clubes ou em alguns departamentos das universidades.

A lesbofobia, como derivação das inúmeras formas de preconceitos, à existência das lésbicas, da união entre o desejo de duas mulheres, desumaniza-as e torna-as ainda mais abjetas, também por outras mulheres, que reproduzem os mesmos discursos que assujeitamos, ao se sentirem ameaçadas por *performances* contrárias, ao ideário do “ser mulher” numa sociedade patriarcal. A ofensiva lésbica, à base estrutural do patriarcado, cria no imaginário social a ideia de que as lésbicas não são mulheres, portanto, devem ser tratadas como homens, pela via da violência institucionalizada, assim como porque não pela tentativa de silenciamento, e/ou apagamento da sua existência.

Pesquisadora: Em algum momento, você se sentiu constrangida no período de formação pela forma em que a tropa feminina era tratada diante da exaltação da masculinidade selvática, guerreira?

A postura de exaltar a masculinidade sempre houve, mas do ponto de vista homofóbica, eu nunca presenciei. Mas o machismo sempre existiu, fazia parte das relações (Entrevistada 11).

Era muito comum esses comentários porque era muito repressivo. Então você já está ali se escondendo do mundo e aí quanto menos visibilizar, menos danos. Pelo menos, era assim que eu pensava (Entrevistada 3).

É engraçado dizer isso: mas eu fui muito melhor tratada no curso de soldado do que no curso de oficial. Isso daria uma dissertação. Como a gente estava muito dentro do universo feminino no curso de soldado, eu não me lembro de situações deste tipo. Na época do curso de oficiais, eram 90 homens e 10 mulheres, e existia um componente masculino muito forte e os oficiais mais diretamente ligados com a

gente e aí o elemento da sexualidade tem mais a ver com o “ser policial” porque você não pode ser a “bichinha”, vamos dizer assim (Entrevistada 7).

Várias vezes. Os instrutores reclamavam da fragilidade¹⁶¹ das mulheres, muitas vezes pelos oficiais. Usavam termos pejorativos como eu creio que usam até hoje, a gente não se unia pra nada, éramos muito novas e era uma possibilidade de emprego e aí todo mundo encarava e se adaptava¹⁶². Aconteceram algumas coisas não muito agradáveis com os oficiais quando tinham reuniões para realizar os eventos, as meninas que eram as responsáveis voltavam com as falas enojadas do que os oficiais diziam sobre elas e o que faziam com elas com outros oficiais porque alguns mantinham relacionamento com algumas meninas que participavam dos eventos (Entrevistada 2).

Por incrível que pareça, eu sempre me dei melhor com os homens. Não sei explicar, do meu jeito fácil de lidar com eles, eu os entendo melhor, a minha verbalidade é melhor com os homens (Entrevistada 9).

Antes mesmo de partilhar os efeitos dos preconceitos e exclusões impostos à *performatividade* lésbica, as entrevistadas se arregimentam e narram o tal lugar do “ser mulher” diante do gênero que é tratado como abjeto, sem qualquer direito sobre os seus corpos, e, totalmente vulneráveis aos ditames dos homens, sejam eles de baixa ou alta patente, salientando que o poder está concentrado nas mãos dos oficiais.

A negação do feminino é evidente em ambos os corpos, feminino ou masculino, haja vista a emblemática questão de uma *performatividade* guerreira, atrelada aos corpos dos homens. A mulher, que também passa a ser anunciada por seus pares, em que o *locus* da sua formação é privativa ao homem, ao lar e à família, e, por isso, a (in)tolerância à fragilidade feminina nos centros de formação policial militar, sendo assim, esta mesma um tipo de fragilidade absorvida para assuntos, sendo outros que possam preencher a vaidade e os desejos de quem baliza o poder. Os oficiais, em seus discursos sobre o potencial das mulheres na arena militar, assim como da construção de um estereótipo de que a ascensão de uma mulher nas forças militares é proveniente do fato de que ela, com certeza, “estava dando para alguém”, ou seja, o oficial imediato.

Por outro lado, há quem se identifique com a masculinidade militar, menos por consciência, e, mais para encontrar um lugar para chamar de seu, diante na negação de si no rol da tropa de mulheres, o que exala comentários pejorativos sobre as mulheres que performam masculinidade dentro dos quartéis. Isso, sem dúvidas, aproxima tais corpos, expurgados do ambiente feminino, aos paredões de uma inclusão processada, consentida e reivindicada institucionalmente.

¹⁶¹ O olhar masculino acerca da suposta fragilidade feminina é típico da lógica do amor romântico, da princesa que precisa ser protegida e por vezes, violada, caso não obedeça às normas.

¹⁶² A entrevistada demonstrou dificuldade de falar sobre os abusos que ocorreram na época da formação.

Pesquisadora: E como era a relação entre as policiais lésbicas e demais mulheres?

Então, eram 300 mulheres e os homens ficaram em outras Unidades. Então os homens que tinham eram do efetivo da Escola, e nós não tínhamos muito contato. Mas isso não me isentou de me sentir constrangida em algumas situações porque tinham alguns casais de lésbicas que não escondiam sua orientação e isso gerava comentários do tipo: “fulana é sapatona”. E esses comentários eram oriundos de mulheres (Entrevistada 11).

Eu já sofri sim, no ambiente machista da Polícia. Eu já ouvi vários comentários como ocorreu com uma colega que me definiu como “uma mulher muito masculina, que eu parecia um macho”. E disse que eu era uma mulher e que tinha que casar. E aí, eu disse que já era casada. E ela disse: “casar com um homem”. E aí, eu disse que não era obrigada a casar com um homem (Entrevistada 3).

Quando pensei que iria ter que conviver com mais nove mulheres no período longo, resolvi que não iria ficar mudando a conversa de gênero como “o meu namorado”, “o meu marido” etc. Mas um belo dia, a gente se reuniu e eu disse que era lésbica, que tinha uma companheira e que estava abrindo porque o período de convivência seria longo. De início, algumas ficaram de boa e outras ficaram tensas, mas foram se aproximando. Uma das que ficaram tensas, hoje é minha amiga, e ela me contou que à época quando souber pensou logo: “agora ela vai dar em cima de mim”. E era meio tenso mesmo em especial na hora de tomar banho. Além disso, também ocorre as investidas das mulheres que se dizem heteros, mas eu plantada me fiz de boba. Logo depois, ela disse que eu havia dado em cima dela. E quando eu soube foi àquele barraco no alojamento feminino. Essa situação trouxe de volta a tensão entre as mulheres e a minha sexualidade (Entrevistada 7).

Eu estou agora voltando no tempo e refletindo sobre isso. Nós eramos muito machistas. A gente não era parceira da mulher¹⁶³. A maioria das mulheres, neste período, não se defendia. Eu não me lembro de defender nenhuma colega. Eu não me lembro de pensar nisso antes de 2007¹⁶⁴. Nós tínhamos comportamentos machistas. Agora a gente tem avaliado isso. Atualmente, a gente tem avaliado isso por causa daquele casal de mulheres que matou o filho. Tudo aqui virou caos, literal, porque eu ouvi várias falas não só de oficiais e de sargentos dizendo assim: “ela é assim, lésbica, porque ela foi malcomida”, e a gente não reagia (Entrevistada 2).

O meu receio maior foi em relação às meninas tanto que eu evitava ficar no alojamento. Eu fazia do meu carro, o alojamento. Na hora que tinha que tirar o descanso, eu ficava em meu carro. Se eu fui no alojamento por cinco vezes em nove meses foi muito. Eu preferia chegar cedo para não está no mesmo momento em que todo mundo estava trocando de roupa porque eu sentia que elas ficavam incomodadas. Eu acho que é medo (Entrevistada 9).

O emparedamento das mulheres lésbicas também é instrumentalizado por mulheres, durante a formação, e, conseqüentemente, nas atividades desenvolvidas nas Unidades Policiais. A ideia de que a *performatividade* lésbica é o protótipo de uma masculinidade invasiva em seus territórios ocasiona a reprodução compulsória sobre tais corpos, tanto em relação ao medo de si, quanto em relação ao medo dos seus próprios desejos, reafirmados heterossexuais. Essa rejeição é indubitavelmente mais violenta às *performances* masculinas,

¹⁶³ A fragilidade da construção de sororidade ou irmandade entre as mulheres, um arquétipo do patriarcado.

¹⁶⁴ O ano do despertar da sexualidade lésbica, o amor por outra mulher, incluindo-a em seu corpo mais uma marca, além de ser mulher e negra.

as mesmas que transitam em seus espaços de intimidade, a exemplo dos vestiários e banheiros.

O assumir-se diante das colegas de turma ou de quarto não é garantidor de isenção e/ou proteção na teia das interrelações, que suscitam competições entre as mulheres para a subserviência aos homens. O ambiente machista, sexista e lesbofóbico advém de uma norma que institui sobre o corpo feminino certa determinação ao corpo masculino, ao mesmo tempo em que a existência de um corpo feminino performa uma masculinidade desnuda à existência feminina em seus escrutínios de validação e proteção. Os espaços íntimos do Centro de Formação, assim como dos alojamentos das Unidades Policiais, passam a ser os abrigos das mulheres e das suas trocas, o que invalida a presença daquelas que são consideradas “homens”, ou seja, o “segundo homem”, e, portanto, vistas como invasoras.

Acho que a negação em si fazia e faz parte da conjuntura de ser militar. Eu me coloco como exemplo: pensar no padrão do que deveria ser feminino, hétero, é evidente que as mulheres lésbicas masculinizadas são mais percebidas e também determinadas como sendo “algo” – sapatão – do que outros corpos (Entrevistada 11).

Como relatei sobre a imposição de uma colega sobre eu ‘ser uma mulher macho’. Na Polícia ou você é puta ou sapatão. Os espaços são todos dos homens. Se uma mulher dirige bem é porque é sapatão ao se comportar como homem. Eles não desistem de nos nomear. Eu fico triste ao ver esse tipo de discriminação contra as mulheres e lésbicas (Entrevistada 3).

Sempre rolava divisões nos grupos e aí aconteceram dois fatores: Certa feita, um colega falou que lugar de mulher não era na Polícia, não servia para o serviço, e o outro citou o meu nome dizendo que eu tinha qualidades, tinha competências, e o cara logo respondeu: ‘mas ela não é mulher’, entendeu? (risos); e o outro fato foi quando um colega foi dizer para a colega que ele estava saindo que eu queria ‘comer ela também’ (Entrevistada 7)

Tinha até outras meninas que eu sabia que eram lésbicas, mas a gente não se falava e hoje somos amignonas. Ninguém se conhecia e aí tem os medos. E como era uma Unidade de Formação, em que cada atitude pode gerar consequência negativa, ser perseguida, e aí acho que era medo mesmo do desconhecido (Entrevistada 9).

A tropa feminina é forçada a incorporar, quase que compulsoriamente, o *ethos* guerreiro e selvático, para o seu enquadramento aos ditames do arquétipo masculino rude e viril, haja visto que o feminino e todos os seus atributos não são merecedores do respeito e da validação, na operacionalidade policial militar. Neste tipo de ambiente, a feminilidade é tratada como distração nos círculos fechados dos homens, assim como ausência de valor às atividades militares, seja no corpo feminino ou no corpo masculino. O feminino segue sendo

alvo da ojeriza dos militares, não só por ocupar espaços que não o cabem, como estabelecer marcos dissidentes à norma.

O embrutecimento dos corpos femininos, à lógica de uma masculinidade viril, impõe sobre as mulheres certos constrangimentos, seguidos de assédios, por “ser mulher”, que nem sempre são sentidos pelas policiais que performam masculinidade com dada frequência, sem, contudo, estarem isentas das ofensivas moral e sexual dos policiais na caverna.

A PM tem algo curioso, diferente de outras áreas, a mulher lésbica, de certa forma, é um pouco mais aceita - a masculinizada - até mesmo pelo caráter militar de padronizar os corpos femininos dentro da lógica masculina e viril, como se isso fosse sinônimo de eficiência, operacionalidade. O pensamento coletivo é de que a mulher tem que dar para todo mundo, todo mundo assedia, todo mundo quer pegar, acha que é comida, o tal BETA 30¹⁶⁵, como é comum a gente ouvir pelos corredores (Entrevistada 11).

Se a gente não se adequa para permanecer deste jeito (masculinizada), somos chamadas de “macetosas”¹⁶⁶ e de várias palavras pejorativas e algumas se valem disso para buscarem os caminhos mais fáceis na Instituição. Na verdade, é o contrário: os caminhos mais fáceis da Instituição só são conquistados pelas mulheres mostrando a feminilidade (Entrevistada 3).

Eu já ouvi de Comandante dizer que não concorda com a presença de mulher na Polícia. Infelizmente, a gente acaba se masculinizando para ter esse espaço, essa aceitação. Ou seja, é um jogo simbólico de lugares sociais para se ajustar ao *ethos* masculino para melhor circular no ambiente institucional (Entrevistada 7).

Não é porque eu sou lésbica que toda mulher que tiver nua na minha frente eu vou ter interesse. E eu acho que a mulher não sabe distinguir o olhar de uma outra mulher nessa situação, já que a visão que se tem do homem é o carnal, selvagem. E para os homens, eles acham que a gente é como eles, tem essa visão mesma. E em relação aos corpos masculinos, não acho que eles respeitam mais, mas acho que colocam mais no freio. Eu mesma não sofri tanto esse tipo de assédio porque eu tenho a tendência masculina. Por esse meu jeito, eu não sofri tanto quanto outras meninas (Entrevistada 9).

Ao mesmo tempo em que a instituição militar flexibiliza e valida a presença da mulher lésbica que performa masculinidade, com certo aval da tropa de homens, após rigoroso rito de passagem aos códigos instituídos de força, liderança e lealdade, orchestra entre as mulheres autodeclaradas heterossexuais e as lésbicas não assumidas, que performam feminilidade, um duplo desconforto: da negação e restrição do feminino, como um pêndulo da atividade militar, uma existência em suspensão, ao objeto dos assédios por parte, em especial, do oficialato, e a personificação da Geni¹⁶⁷.

¹⁶⁵ Referência à comunicação policial militar quando a/o PM solicita afastamento para refeição. Disponível em: [Código Fonético | PDF \(scribd.com\)](#). Acesso 16/01/2023.

¹⁶⁶ Pessoas que são vistas como preguiçosas, que se demoram para executar uma atividade, e que são malvistas, porque não gostam de trabalhar. A visão escravagista acerca do bom escravo, o obediente e servil, em oposição ao escravo rebelde, bruto e indomável no trato com o trabalho.

¹⁶⁷ Em referência à personagem Geni, cantada em prosa e verso por Chico Buarque.

Assim, tanto a feminilidade quanto a masculinidade orquestram rotas de fuga, seja por proteção ou validação. Ambas implodem, ainda mais do sistema, quando as *performances* lésbicas são expressas nos corpos negros, que reagem ao emparedamento, tanto dos homens quanto das mulheres, que reivindicam para si a binaridade instituída pela heteronormatividade compulsória, misógina e branca.

Pesquisadora: Para você, as *performances* lésbicas em corpos negros são mais discriminadas dentro da PMBA?

Acho que os corpos negros tanto hétero quanto homo são mais discriminados. Esse estigma de que a mulher preta tem que se fuder mesmo porque aguenta tudo. Se você participa de uma abordagem policial, e se estiver uma mulher de pele mais clara, esta será sempre a privilegiada. Agora, se tiver uma mulher negra, ela será vista como um homem. As mulheres não negras sempre ocuparão as vagas no administrativo; se houver abordagem policial, sempre será a mulher negra a ser convocada, como se as mulheres negras não tivessem direito à proteção, ao resguardo da proteção. E aí, entra o não reconhecimento da sua feminilidade (Entrevistada 11).

Eu tô analisando onde estive e por onde passei, mas não dá para perceber essa distinção porque somos muito miscigenadas. Por exemplo: uma pessoa já não quer mais trabalhar na área, na rua, no serviço pesado. Se ela for “bruta”¹⁶⁸ não vai conseguir espaço no serviço administrativo. Assim, ela tem que amansar, é difícil você encontrar uma policial na Unidade Administrativa que ainda tenha a disposição, a “energia”¹⁶⁹, para estar na rua. Por isso, tem que amansar para estar aqui ou pensar em estar aqui e seguir o padrão da tal “boa aparência” (Entrevistada 3).

Acho que sim. É juntar uma condicionante de vulnerabilidade e a Polícia potencializa o *ethos* guerreiro. E sendo mulher e negra e lésbica por conta do racismo, com certeza, a etnia, raça negra e mulher é um componente explosivo. Por exemplo, uma mulher negra que presta serviço no Batalhão veio me contar que certa vez um policial negro mostrou para ela a foto da esposa e ela, ao perceber que era uma mulher negra disse: “Poxa, você só namora mulher branca, hein”. E ele disse: sim, porque mulher negra fede. E ela sendo uma mulher negra ficou arrasada e veio me contar. Agora, pense: um homem negro tratando as mulheres negras deste jeito. Imagine o que ele pensa das colegas de trabalho (Entrevistada 7).

Eu acho que já passou muito, já teve muito mais. Hoje em dia, tá caindo mais por causa dos avanços, as brigas por direitos, a briga tem crescido. Mas tem mulheres negras de destaque, como a Major Denice, comandante da Operação Ronda Maria da Penha, e ela trabalha com mulheres lésbicas (Entrevistada 9).

A percepção das policiais lésbicas, sobre o quesito cor/raça, é flagrante sobre o lugar das mulheres negras nessa cadeia de poder instituída pela hierarquia militar, o que não é diferente da relação que a sociedade colonial, escravagista, produziu e retroalimenta como sujeitos, indesejáveis, inapropriados para certos espaços que possa arregimentar laços de afetos,

¹⁶⁸ A palavra “bruta” aqui tem caráter, não de pessoa violenta, e, sim, com *performance* masculina, alheia à feminilidade requisitada pela estrutura policial militar.

¹⁶⁹ Significa o espírito para o combate, o grito de guerra “selva”, masculino e viril no espaço militar.

empatia e poder. Por outro lado, essa mesma configuração ganha força em ambientes menos favorecidos, executando o trabalho mais pesados, árduos, comparando-os aos corpos dos homens negros, também destinados ao trabalho braçal, de força bruta.

É, portanto, nos corpos das mulheres negras em que ocorrem as distinções dos acessos e das discriminações, dos abusos e dos assédios. Quando Sourjouné Truth diz “e eu não sou uma mulher?”, isso nos traz os imprescindíveis ensinamentos da Lélia Gonzalez (1994) sobre como esse imaginário ainda colonial foi construído sobre os corpos das mulheres negras e sua relação com o capital: 1. Empregada doméstica; 2. A mulata; e, 3. A mãe preta. Nos três tipos, ela é vista na dimensão do corpo: 1. O corpo forte para o trabalho; 2. O corpo gostoso para saciar as necessidades sexuais; e, 3. O corpo que amamenta com o leite da mãe preta, em que esta última secundariza o papel de mãe, por ser a outra (LOPES, 2019).

Há, assim, a invisibilidade das mulheres negras na concepção de “ser humano”, o que é intensificado pelo racismo institucional e estrutural no cotidiano das práticas seletivas de quem é “aceitável” e “inaceitável” para representar e recepcionar o público geral e seu oficialato na Corporação Policial Militar

Discorrer sobre o racismo na Polícia Militar é espinhoso, haja visto que a maioria da tropa é negra (parda e preta), pois não há, ainda, no âmbito da Corporação, a permissão para a autodeclaração de raça/cor: “No Setor de Identificação da Polícia Militar da Bahia, não é permitida a autodeclaração. O policial, tanto faz masculino ou feminino, não pode se autodeclarar negro ou negra” (NAVES, 2003). E, esse processo, assim, é fruto da determinação do Exército Brasileiro, que cria o Serviço de Identificação, assim como que exclui da ficha de identificação das tropas de militares, incluindo as praças e oficiais das polícias militares, e as informações sobre os seus dados fenotípicos.

Ainda sobre o caráter de cor/raça na Corporação Militar, Sansone (2003), ao abordar a presença de negros na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro articula as categorias classe e raça com a complexidade do caráter militar, ambiência que proporcionou ascensão e mobilidade social para pessoas afro-brasileiras: “os policiais negros geralmente se sentem protegidos pela Corporação; a despeito de todos os riscos possíveis que correm eles afirmam conhecer poucas outras situações em que os brasileiros negros possam sentir-se “gente” como na PM” (SANSONE, 2002 Apud NEVES, 2002, p.54). No âmbito do acesso da população afro-brasileira aos quartéis, como protagonistas e não como bandidos, gerou o sentimento de deslocamento de uma origem empobrecida para uma instância de poder e legitimidade frente às comunidades vulnerabilizadas e criminalizadas das periferias.

O debate trazido por Neves (2003) sobre a presença da policial feminina com características afro-descentes na Polícia Militar da Bahia segue atual após 20 anos da sua defesa, haja vista a reafirmação da atuação dos corpos negros femininos nas atividades ostensivas ao passo em que os espaços das atividades administrativas são preferencialmente ocupados por policiais que estejam atreladas ao ideário do embranquecimento em presença e aparência.

Nogueira (2006), ao propor um novo olhar sobre o racismo no Brasil, expõe o preconceito de marca e o preconceito de origem em análise comparativa com os Estados Unidos. Ao passo em que o preconceito de marca se apresenta como uma preterição, fundado no ideário da miscigenação, o preconceito de origem é inevitavelmente a exclusão de determinado integrante, membro, de um grupo, uma comunidade, como comumente ocorre nos Estados Unidos. Há, portanto, uma variação sobre quem é branco e não-branco no Brasil, o que possibilita o acesso aos recursos e meios de competição por postos e oportunidades de ascensão daqueles/as que possuem maior proximidade com a lógica da mestiçagem, o branqueamento, mesmo que se tenha origem afrodescendentes, tornando-as aceitáveis, toleráveis. Para quem carrega na pele, no corpo, os traços negroides a sentença de inferioridade lhe é impressa desde a tenra idade, com incontáveis processos de negação de uma humanidade possível, replicadas em seu cotidiano como os indesejáveis, incultos.

A discriminação de gênero afeta sobremaneira as mulheres negras (parda e preta), em razão do racismo genderizado por conectar gênero e raça como categorias inseparáveis, assim como engendra e se relaciona com a sexualidade: “Uma grande parte das políticas negras construiu seus sujeitos em torno da concepção de masculinidade heterossexual negra. A construção do sujeito negro como ‘masculino’ é problemática porque invisibiliza experiências de mulheres e pessoas LGBTQIA+ negras” (KILOMBA, 2019, p. 96).

No âmbito das *performances* lésbicas na ambiência militarizada, assim como nas relações tratadas no âmbito civil, o silêncio é e deve ser compreendido como aspecto cultural que invisibiliza a existência das mulheres e, conseqüentemente, as experiências das mulheres lésbicas e negras, na dupla negação do ser e existir para além delas mesmas (COSTA et al., 2015). Uma história invisibilizada, por isso a necessidade de produzir novos espaços de falas, de quebra dos silêncios, saindo das margens em direção ao centro do que foi mantido em segredo, nos recônditos silêncios a existências das policiais lésbicas.

Pesquisadora: No período da formação havia alguma disciplina sobre Direitos Humanos, direitos das pessoas LGBTQIA+?

Não, isso nunca foi pauta (Entrevistada 11).

Não. Hoje, nós temos reuniões pedagógicas e o comandante se pronunciou dizendo que está aberto ao ingresso de pessoas Trans. Mas isso parece que fica restrito ao posicionamento do Comandante e não da tropa (Entrevistada 3).

Se falava sim em Direitos Humanos, mas de modo geral. Eu costumo dizer que a Polícia comunitária é a ala progressista, mas que nunca fechou a ser realmente efetivada, ainda mais agora neste processo de polarização política (Entrevistada 7).

Havia. Eu fiz um curso que não foi ministrado pela Polícia e sim pelo Ministério Público sobre Polícia Comunitária e à época eu era muito ferrenha na defesa da Polícia porque eu colocava em prática o que havia aprendido na formação. E hoje, com mais maturidade, eu me coloco naquele lugar e entendo perfeitamente a posição da promotora ao questionar a forma discricionária da PM agir. A gente precisa se humanizar muito mais e as instituições não policiais sempre pregaram isso e a gente não aprende (Entrevistada 2).

Sim. Como era ano de Copa foi um assunto muito citado em relação às abordagens de pessoas trans, mas muito mais pelo evento e não por causa das atividades operacionais (Entrevistada 9).

Nos espaços institucionalizados das polícias militares, ao longo dos quase 30 anos do ingresso das tropas femininas, os avanços ainda não são significativos, tanto quanto ao debate sobre os direitos humanos na visão das entrevistadas, mesmo diante de toda disseminação das bases comunitárias de segurança, através das polícias comunitárias e cidadãs na década de 1990. O embate sobre os direitos humanos circula, muito mais como um movimento imposto às tropas, do que da efetiva formação para a cultura cidadã.

Desarticular esse debate na base da pirâmide é, sem dúvidas, inviabilizar a humanização das instituições policiais aos processos democráticos. Porém, do ano de ingresso da primeira turma de mulheres na PMBA (1990) até o ano de 2014 (soldado entrevistada), a temática dos direitos humanos é quase sempre impulsionada por espaços além muros da Polícia Militar, como o Ministério Público e a Defensoria Pública, haja vista a adesão compulsória das tropas militares ao ideário bolsonarista, como ocorreu publicamente no estado de Goiás, mesmo diante da proibição de participação de policiais militares em atividades político-partidárias¹⁷⁰.

O cenário social-político, desde a abertura democrática, passou pela celebrada polícia comunitária, até o tensionamento das medidas mais agressivas e violentas, com limitação de direitos através da normalização da militarização da segurança pública, em que sucumbem os corpos jovens, pretos e periféricos da capital baiana¹⁷¹, com graves ofensivas às minorias já alijadas no país. Tudo isso nos remonta a noção de estado de exceção (AGAMBEN, 2004),

¹⁷⁰ Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/em-treinamento-de-rua-policiais-militares-fazem-campanha-ilegal-para-bolsonaro-veja-o-video/>. Acesso em 02/01/2023.

¹⁷¹ Disponível <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/02/06/chacina-do-cabula-acao-da-pm-que-deixou-12-mortos-na-ba-segue-sem-solucao-apos-4-anos.ghtml>. Acesso em 02/01/2023.

que arregimenta mecanismos de guerra e normas legais, as mesmas que justificam as sucessivas violências através dos dispositivos de controle (FOUCAULT, 2001a; 2008), portanto, da politização da morte, da morte como estratégia do biopoder, emaranhado pela necropolítica (MBEMBE, 2018).

A gestão militarizada desmorona qualquer perspectiva de reconhecimento à diversidade, assim como dos direitos sexuais pelo caráter de sua formação, exatamente para o combate ao inimigo das principais periferias do país, legitimada pela justificativa da violência como meio e como fim. Esse arquétipo permeia toda formação policial, que é reproduzida pela tropa em suas atividades operacionais, seja pelas mulheres ou por homens.

A problemática relação entre polícia e democracia já havia sido alertada por Neves et al. (2002), em face da resistência das agências policiais, ainda sob a batuta das Forças Armadas, mesmo que chefiada pelo Poder Executivo, acercada da imperiosa reforma dos currículos e inserção da educação para os direitos humanos, algo ainda flutuante nos centros de formação policial militar.

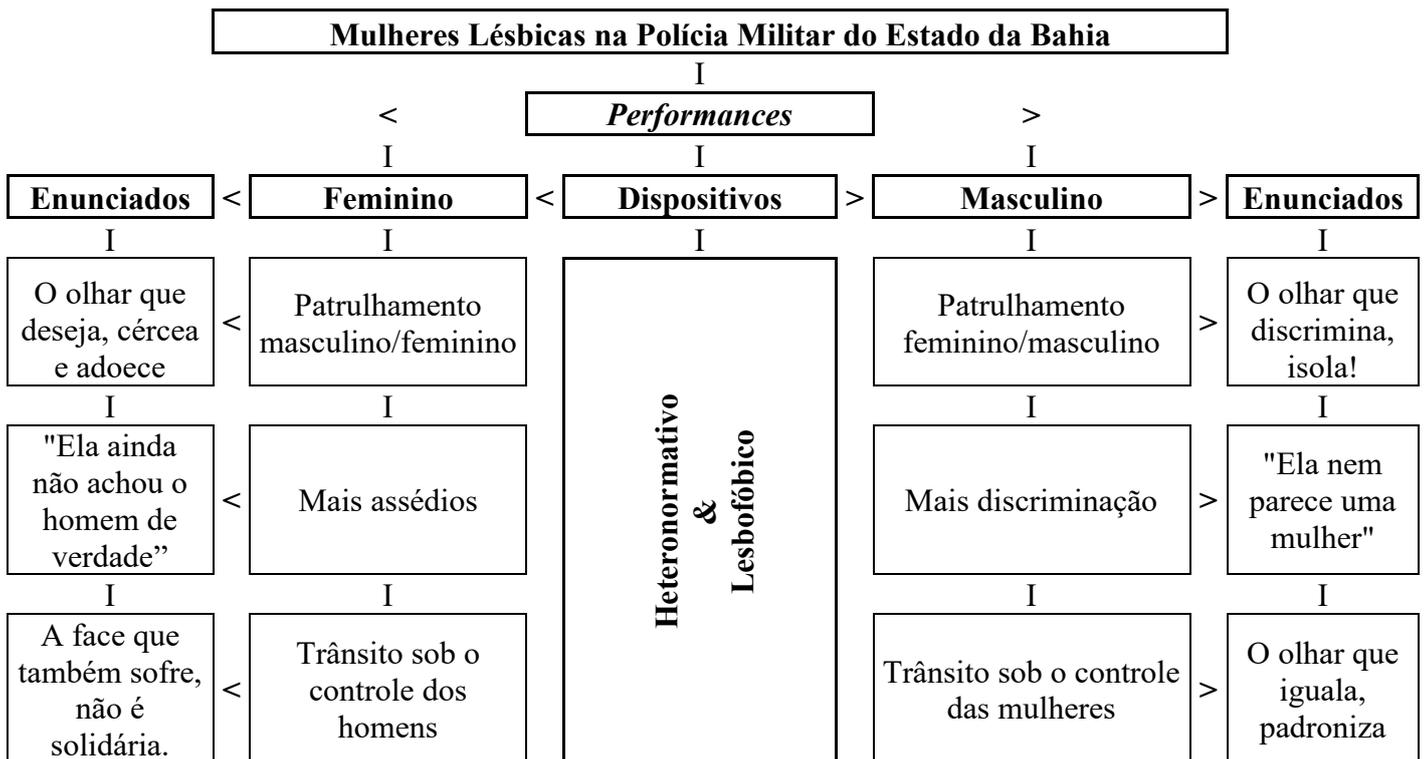
A dualidade de uma polícia que transita entre a preservação da ordem e o policiamento cidadão esbarra nas políticas de segurança pública, que operacionalizam o controle da criminalidade e a instrução militarizada da tropa policial, através do currículo selvático. Assim, a lógica do aparelho repressivo é reservada para o combate à criminalidade, aos pobres, os desvalidos da população em situação de rua, aos desviantes da ordem de toda natureza, o que impõe à existência lésbica o não lugar na ambiência da PMBA. Como mobilizar uma linguagem dos direitos humanos para a ação, se o processo de formação policial arregimenta a negação dos corpos dissidentes à norma, assim como a heterossexualidade compulsória? Como empreender uma existência lésbica nos trânsitos militares, se o vigilantismo operacionaliza e padroniza comportamentos dentro de uma ideologia de gênero, portanto, excludente? A política mais eficaz, assim, é empreendida em todas as instituições, sejam elas militares ou não, pelo silenciamento através do medo, ou pela moral.

Lorde (2020) nos chama atenção para a urgência da quebra do silêncio através da disseminação das nossas vidas pretas invisibilizadas tanto pela genderização do racismo cotidiano quanto pela sexualidade cerceada, apagada, por ser preta e não humana. Reivindicar para si, uma unicórnica preta, o que a dita transparência eurocêntrica nos nega: a existência integral de uma subjetividade que integre “negritude, lesbianidade, mulheridade, maternidade, espiritualidade” (LORDE, 2020, p.11). No entanto, a percepção do silêncio permeia corpos e almas e os desafios seguem sendo de um combate velado, das alianças do subterrâneo.

O debate sobre a existência lésbica e negra circunda com maior visibilidade no âmbito dos movimentos feministas e negros, ainda alocados nos espaços das universidades, por isso, a importância desta pesquisa, do olhar de dentro, da experiência do sujeito que vivenciou o sistema repressivo, que coloniza nossos corpos, e, impõe, reivindicando, condutas expressas em nossas *performances*, por reconhecimento e existência.

As *performances* lésbicas são atravessadas pelo racismo (des)velado, que submete umas (e não outras), em seus processos de silenciamento, subordinação e emparedamento. Mas, como descortinar essa névoa, diante de uma tropa genuinamente negra (parda e preta)? É imperioso salientar que a possibilidade de escuta sensível de mulheres lésbicas que foram duplamente negadas ao ato de fala, de presença e de representação, proporcionou reflexões acerca de si, em suas práticas cotidianas, mesmo que, em certos momentos, foram necessários aprofundar os traumas, descortinando-os, assim como a revelar o que permanecia ocultado, abafado, mas latente e capaz de subverter verdades negadas, reprimidas, ao encruzilhar gênero, raça, sexualidade e ascensão, dados aos postos de trabalho, com a política de silenciamento na estrutura da Polícia Militar da Bahia. A *performatividade* das mulheres, negras e lésbicas ocupa o espectro do não lugar, de uma inclusão excludente, mas que serve de exemplo e resposta ao dispositivo de controle.

Quadro 03: Fluxograma do espectro da política de silenciamento na PMBA.



I I I

Política do Silenciamento

Fonte: Autora da obra (2021).

O Quadro 04 apresenta, assim, o fluxograma sobre o cenário em que estão inseridas as policiais militares lésbicas que atuam na PMBA, evidenciando que a partir das suas *performances*, os dispositivos heteronormativos e lesbofóbicos são acionados, através da genderização e patrulhamento dos corpos, submetidos à política do silenciamento. Em ambas as *performances*, masculinidade e feminilidade, há mais ou menos incidências do patrulhamento, mas com distintas características dos seus enunciados, que criam categorias analíticas distintas exatamente para fortalecer no imaginário da tropa, o seu assujeitamento do feminino, até o ideário patriarcal.

No tocante à *performatividade* lésbica à luz da feminilidade, o patrulhamento é demasiadamente masculino através da prática de assédios, do tipo moral e sexual, e do pleno controle do ambiente laboral no trânsito destes corpos, haja vista a hegemonia masculina, tanto na base de praças quanto no oficialato. A feminilidade do corpo lésbico suscita questionamentos, seja por parte do efetivo policial, que procura os traços de uma masculinidade compulsória para justificar os desejos das mulheres, sendo aquelas que amam outras mulheres.

(...) ser lésbica tem que ser o sapatão pesado, coçar o saco e que age e fala próximo ao comportamento masculino. E que a lésbica mais feminina realmente precisa de um homem, de ‘uma pica’. E se você preserva as características femininas, passa a ser um ser passível de salvação. Ela não é típico sapatão, via louvação fálica (Entrevistada 11).

Ao contrário do que ocorre com as mulheres lésbicas masculinizadas, as femininas, mesmo sabendo que são lésbicas, aí é que eles investem mais para saber até onde a gente vai, o que também fazem com as demais mulheres (Entrevistada 2).

O cerceamento do trânsito das mulheres lésbicas, seja na atividade meio ou na atividade fim, é continuamente retroalimentada pela reafirmação do pensamento heterossexual, do macho, para quem o respeito às mulheres só será concedido diante da figura de outro corpo, igualmente imbuído da masculinidade. Em face da ausência de um par masculino protetor para os corpos femininos, a recusa ao oferecimento de dada proteção, desejada e estimulada pela ambiência militar, o olhar que deseja, é justificado, mesmo que

seguido de sucessivas negativas ao protótipo do homem ideal, para iniciá-la, provendo a cura desse mal – a lesbianidade.

O corpo feminino é visto como propriedade dos homens, e, o desejo pela correção é eminente, diante das *performances* lésbicas. Situar-se entre a “puta” e a “sapatão” é o grande desafio para as policiais lésbicas que performam feminilidade: negam, assim como as demais mulheres da PMBA, o estereótipo de que toda mulher é puta, portanto, apta a aceitar a proteção e as investidas dos homens. Do mesmo modo, a sapatão é julgada por não performar masculinidade, e recusar os assédios dos homens dentro e fora da Corporação. Ou seja, "ela ainda não achou o homem de verdade".

A negação e/ou repulsa da proteção masculina pode ocasionar às mulheres lésbicas que performam feminilidade um risco proeminente à sua presença na Unidade, porque o mesmo olhar que deseja, arregimenta situações constrangedoras, e, conseqüente, dissemina narrativas sobre a capacidade e o compromisso da policial, dado para executar suas atividades. Seja praça ou oficial, passa a instrumentalizar uma série de falatórios e fuxicos, dados pelos corredores que alcançam os postos de serviços sobre o comportamento “anormal” da policial, tanto entre os homens quanto entre as mulheres, com múltiplas situações negativas sobre a vida e o objeto de desejo da policial, o que compromete suas atividades até beirar o adoecimento.

Os assédios são vivenciados por todas as mulheres dentro da corporação militar pela negação de sua competência para gerir espaços de controle policial, dentro da criminalidade. Porém, não há solidariedade entre as mulheres quando a vítima é uma mulher lésbica. O mesmo discurso empregado pelos homens para classificar as mulheres lésbicas é reproduzido pelas demais mulheres sobre a ótica da correção, dado para o controle da ordem e da imagem da tropa feminina na Corporação.

Essa é a ideia de que toda lésbica vai comer as demais colegas, como se nós agíssemos como eles, os homens. Certa vez, ouvi de um Comandante que as mulheres no geral davam problemas. Mas as meninas que gostavam de meninas traziam menos problemas não faltavam ao serviço com regularidade, não tinham que cuidar de filhos, teoricamente eram mais resistentes e acabam aderindo mais ao universo masculino. Acho que isso tem mais a ver com a negação do feminino na Instituição e aí com a confusão sobre o que é ser lésbica – a mulher que quer ser homem (Entrevistada 4).

Eu presenciei várias situações de assédios de colegas para com outros homens também porque não se admite ser gay, o ser feminino. Com relação às meninas - eu tive algumas situações com colegas de turma – existia aquela coisa de dizer que a aluna era plantada, séria, fechada, criando um outro estereótipo de que no final o peso era “você está dando para alguém” ou que você, a mulher, teria conseguido algo porque “estava dando para alguém”, nunca se valorizava a mulher em suas capacidades e sim no âmbito do corpo (Entrevistada 7).

A reivindicação institucional de uma masculinidade selvática, um rito necessário para a pertença policial militar, impregna as relações entre as tropas de homens e de mulheres. A fuga do estereótipo de sapatão, dada pelas mulheres que performam masculinidade e que são autodeclaradas heterossexuais, fortalece a ideia de que as mulheres lésbicas que recusam os galanteios dos homens acirram ainda mais a negação do feminino, e da sua integridade das competências na corrida, por reconhecimento e pertença no domínio dos homens.

Em razão deste cenário, tóxico e controverso, não há solidariedade das mulheres heterossexuais em face dos sucessivos assédios e perseguições sofridas pelas mulheres lésbicas, haja vista a defesa conjunta que estabelecem junto aos homens do pensamento heterossexual, na manutenção da ordem e dos bons costumes. Ambas as mulheres, heterossexuais e lésbicas, não arregimentam ações conjuntas que sejam capazes de alterar o sistema que viola direitos, assim como negam sucessivamente os corpos femininos na gestão de uma segurança pública militarizada.

Às mulheres lésbicas que performam masculinidade, os enunciados do dispositivo de controle são distintos, por revelar a força de uma binaridade reivindicatória acerca desses corpos na arena militar. O patrulhamento sobre essas *performances* é realizado em conjunto, tanto por homens quanto por mulheres, em face de um protagonismo conquistado pelo exercício regular da identidade policial, porque os seus corpos pensam e anunciam, ao descentrar e reiterar a estrutura do emparedamento.

No grupo dos homens, inicialmente, há uma recusa por parte da tropa em reconhecer a mulher que performa masculinidade, e, que não é biologicamente homem, mas que revela atrativos de força, dedicação e superação dos obstáculos impostos no rito de militarização nos Centros de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, nas Academias de Oficiais Militares, e, posteriormente, nas atividades operacionais. Não basta performar a masculinidade, é necessário incorporar e extrapolar as barreiras do feminino, para que seja permitido o ciclo completo nos ritos selváticos, na formação e nas atividades operacionais, incluindo a linguagem que cércea as mulheres dentro das dinâmicas do mundo dos homens.

No âmbito da tropa feminina, os enunciados expõem que há forte discriminação às mulheres lésbicas que performam masculinidade, além da imposição de isolamento, e não pelo reconhecimento, dado por parte das mulheres heterossexuais aos corpos dissidentes. O enunciado “ela nem parece uma mulher” é corriqueiramente lançado sobre tais *performances*, tanto pelos homens quanto pelas mulheres, porém, com maior ênfase por parte da tropa feminina, que discrimina duplamente, como uma ofensiva à lesbianidade.

Se espera que as mulheres assumam essa postura masculinizada, truculenta, do uso da força física. E o imaginário coletivo imagina que a mulher “sapatão”, mais masculina, vá agir da mesma forma que o homem. Ou seja, como um homem, ao contrário de uma mulher lésbica com mais característica mais feminina e das mulheres heteros também (Entrevistada 8).

A recusa parte da ideia de que tais corpos atendem a reivindicação institucional, e, conseqüentemente, o respeito da tropa masculina. No segundo momento, o lugar da recusa se localiza em compartilhar espaços da intimidade feminina com os corpos que performam masculinidade, e, assim, constrói situações de trânsito, do não lugar para as mulheres lésbicas, seguindo a lógica de que são perigosas para as trocas femininas.

Segundo as entrevistadas, os corpos lésbicos que performam masculinidade são mais aceitos pela tropa dos homens do que pela tropa de mulheres, porque para a última, suscita desconforto e sensação de perigo, o que impõe sobre tais *performances* a elaboração de estratégias de sobrevivência em espaços comuns das mulheres, a exemplo dos dormitórios, banheiros e vestuários à época da formação. Mas, esse processo de vigilantismo e disputas pelo reconhecimento, atravessa todas as dimensões da existência lésbicas em suas atividades administrativas e/ou operacionais, principalmente, no policiamento de rua.

A ideia de que estão lidando com um corpo feminino com *performance* masculina transpõe todas as limitações de acesso à presença masculina, mesmo que sejam mulheres em sua *performatividade*. Por outro lado, esses mesmos corpos são reconhecidos por incorporar o *ethos* guerreiro, aptos para as operações policiais no combate à criminalidade e à manutenção da ordem, em especial, nos bairros vulnerabilizados pelo tráfico e pela violência, que tem provocado aumento considerável de mortes, por intervenções policiais. Ser reconhecida a partir da reprodução da perícia dos policiais, que atua no policiamento ostensivo, tem influenciado o comportamento das mulheres, sejam praças ou oficiais, na ideia de que serão vistas como iguais na disputa de narrativas, no processo de ascensão do comando das guarnições em operações policiais e das Unidades de Policiamento, dados pelos oficiais.

Somos discriminadas como mulheres e as lésbicas são invisíveis porque eles não querem admitir que existem essas pessoas. Não faz diferença para eles. Quanto mais lésbicas brutas, melhor. Porque não serão vistas como macetosas e vão querer trabalhar na rua, fazendo o papel de homem. É mais um pião para trabalhar (Entrevistada 13).

Eu teria que estar séria para ter um serviço sério. Assim, eu estava me colocando masculinizada para não ser assediada. E eu sempre fiz isso. E sua pergunta me fez refletir sobre o porquê que eu fazia isso. Nas abordagens policiais nos ônibus, eu lembro que as mulheres tinham muito medo de mim por conta da minha postura. Eu nunca fui bruta nas abordagens. Eu nunca passei dos limites sobre o que era

instruído. Mas a minha postura muito séria, enfezada, me fazia ser temida pelas mulheres que eu abordava (Entrevistada 2).

A estrutura militar, e, conseqüentemente, o âmbito da Segurança Pública, criam obstáculos às mulheres no acesso ao mundo, o que não pode transparecer sensibilidades, fragilidades, diálogos, e o feminino. É no controle deste trânsito que as instituições militares nomeiam, padronizam e reivindicam uma *performatividade* masculina, no fazer-se das mulheres, inclusive, das mulheres lésbicas, na rotina operacional criada e defendida para ser e pelos homens.

A *performatividade* lésbica dentro da Polícia Militar é ancorada, distintamente, através de um dispositivo de controle que regula os corpos mais aptos (masculino), assim como os menos aptos (feminino), dados às operações policiais e a própria manutenção da ordem. O mesmo arquétipo de segurança pública que se propôs às reformas com a perspectiva de uma política de policiamento comunitário, através de uma polícia de proximidade, segue operando em seu modelo tradicional de discricionariedade e seletividade penal, racial.

Houve avanço na relação entre sociedade e polícia, pelo menos, na perspectiva de que o subalterno pudesse falar, escutado pelos operadores das bases comunitárias, os mesmos que passaram a ter a presença feminina à frente das pautas de mobilização, da participação social e das demandas por segurança, ou direitos. Contudo, essa estrutura militarizada, que se apresenta renovada, visibiliza o protagonismo feminino no comando de 35% destas Bases Comunitárias de Segurança Pública da cidade de Salvador. Ou seja, também busca, além da sensibilização do ser e fazer-se polícia no combate ao elemento suspeito, o arrefecimento da imagem de uma polícia truculenta, sexista, homofóbica, lesbofóbica e racista.

A prova de fogo lançada sobre a responsabilidade das mulheres é de enfrentar o desafio de estabelecer proximidade em áreas altamente vulneráveis, racializadas e territorialmente deflagradas por múltiplas violências, atuações de facções e intervenções policiais na capital baiana: Bairro da Paz, Calabar, Fazenda Coutos, Narandiba, Santa Cruz, Itinga e Nova Cidade. O protagonismo ofertado às mulheres surge em espaços em que os homens relegaram ao fracasso, mas, que resistem, como o Calabar, que não registra homicídio, sob o comando de uma capitã da PMBA, que executa projetos sociais com a comunidade. Afinal, na polícia comunitária, conseqüentemente, “segurança pública não é só polícia” (PASSOS, 2011).

A política do silenciamento aprofunda discriminações de várias ordens, com sucessivos episódios de assédios sexual e moral, dados e ofertados às mulheres que atuam na

PMBA, arregimentando um duplo emparedamento às mulheres lésbicas, através das *performances*, que podem tanto facilitar quanto dificultar o seu trânsito em ambas as tropas, masculina e feminina. A operatividade, selvática, coloca à prova, desde os Centros de Formação Policial Militar às inúmeras operações de combate, em conjunto com a criminalidade que ocorre nas principais capitais do país, da lendária Rota (SP) à RONDESP (BA), suscitando não só questionamentos sobre o funcionamento desta estrutura, mas o processo pelo qual mimetizam a presença feminina e lésbica, em seus quadros.

O atravessamento destes corpos, à luz do dispositivo de controle que vigia e pune (FOUCAULT, 2001b), em conjunto, possibilita deslocamentos e fissuras na estrutura (BUTLER, 2015c), que engendram relações de poderes que se impõem aos corpos femininos em distintas situações, desde a formação com a presença do currículo oculto, selvático, à distribuição das policiais militares em departamentos e unidades policiais menores, com pouca visibilidade.

Leva-se em consideração os corpos previamente avaliados como indesejáveis, inaptos, para o fortalecimento das instituições militares, quais sejam: mulheres, negras e lésbicas, proveniente tanto do racismo genderizado quanto da imagética percepção sobre o lugar e o papel da mulher negra e sapatão – da não existência, da desumanidade diante da urgência de uma epistemologia sapatão (SAUNDERS, 2017).

A defesa de uma identidade lésbica (WITTIG, 2006;2019) não se sustenta, nem nos movimentos feministas, nem na ambiência militarizada, tão refratária à presença feminina que, indubitavelmente, incorpora os códigos militares que ritualizam sua passagem do mundo civil ao mundo militar, sem, contudo, reconhecê-la como sujeito pleno que ancora sua existência na reprodução da heteronormatividade compulsória. Não há identidade apartada da binaridade, pois a mesma norma que nomeia, classifica e padroniza, impossibilitando as alianças entre as mulheres e intergrupos, passando a sancionar tantas outras *performances* que travam lutas por reconhecimento, destaque e poder.

A colonialidade de gênero permeia as relações sociais e de poder, assim, quando visibiliza a pluralidade do fazer-se mulher em espaços que possam reconhecer e enegrecer o pensamento e a própria história, a mesma que denota humanidade e existência à pluralidade de narrativas do viver, do vivido (LUGONES, 2008) como uma perspectiva de resistência ao apagamento e ao silenciamento da existência humana das mulheres, das suas múltiplas *performances*. Por outro lado, a genderização do racismo compartilha as narrativas das policiais lésbicas, sempre no prisma da outra e não de si, tornando assertiva a ideia de que os corpos negros e lésbicos são duplamente impactados pela cultura, assim como de que a

proteção, a sensibilidade e a docilidade são constitutivas dos corpos não negros (KILOMBA, 2019).

O silenciamento dos corpos negros, genderizado pelo racismo, tem sido bem estratégico nas instituições militares, o que agrega o maior contingente de pessoas negras, parda e preta, em serviços laborais na segurança pública do país. O recrutamento que possibilita o deslocamento do sujeito paisano para o sujeito militar, arregimenta os dispositivos de controle e ideologia na mentalidade, assim como nos corpos, em micropoderes que elevam suas existências, como as novas autoridades da justiça nos recônditos espaços deflagrados pela violência. E, o corpo da mulher negra, carregado do estereótipo popular, visto como bruto e sem aparência, uma máquina do trabalho manual, pesado, é realocado na mesma base desta estrutura, sem honras e nem glórias, sem proteção nas operações policiais.

Ao mesmo tempo em que Lorde (2020) nos diz que devemos romper o silêncio e nos manifestar para ganhar a liberdade, assim como a voz, já não temos proteção. As mulheres lésbicas reiteradamente silenciam e aguardam fielmente o reconhecimento das suas competências, dados para comandar suas vidas e de outrem. Enfrentar o racismo, o sexismo e a lesbofobia, na ambiência militarizada, é romper com uma ordem previamente consentida à luz da disciplina e da hierarquia. A subalterna não pode e nem deve falar, e essa passa a ser a sua proteção através de uma reivindicação institucional que fomenta a masculinidade nos corpos femininos, menos para descentrar, assim como mais para acomodar as múltiplas *performances*, que organizam a *performatividade* lésbica.

A mesma *performatividade*, que sai do armário e assombra a estrutura, é a mesma que adere aos contínuos processos de modelagem ao *ethos* guerreiro, um canal de vitalidade da binaridade de gênero e da compulsória existência heteronormativa. Reproduzir atos e assédios contra os corpos das mulheres, e se permitir ao entendimento da genderização do racismo, não significa desaceleração de práticas que produzem traumas, dores, isolamento e desumanidade.

O duplo emparedamento da existência lésbica, a partir das narrativas das policiais, demonstram que a política feminista, assim como das feministas lésbicas, que ainda não adentraram e/ou tornaram inviável o acesso dessas outras vozes que resistem, descentrando, e, assim, se acomodando no sistema que ora reivindica, ora padroniza, ora isola e adoce os mesmo corpos que performam lesbianidades à luz de uma heteronormatividade compulsória, não as permitindo criar alianças com as demais mulheres, nem mesmo entre as lésbicas, pelo atravessamento da disciplina, da hierarquia militar e a permanente urgência do *ethos* guerreiro, dada em suas atividades laborais e sociais. Uma ferida aberta que pulsa nos corpos

femininos, lésbicos e negros, que não se reconhecem como parte da mesma engrenagem, que as oprimem no terreno fértil da hegemonia masculina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: À GUISA DE UM *CONTINUUM* DE NARRATIVAS LÉSBICAS NO *FRONT*

O propósito desta tese era o de empreender uma reflexão sobre os alcances do descentramento das *performances* lésbicas, estas ao dispositivo de controle que impregna a segurança pública, em conjunto com as instituições militares. Para tanto, através de um relato autoetnobiográfico, este associado ao *continuum* de narrativas autobiográficas de policiais lésbicas, foram associadas as capacidades da *performatividade* lésbica, dentro de descentrar a heteronormatividade compulsória, a mesma que impregna a segurança pública, esta ao normalizar a subalternidade feminina e naturalizar a hegemonia masculina, assim como branca, da Polícia Militar do Estado da Bahia (PMBA).

A hipótese de que a negação do feminino, assim como a ofensiva às *performances* dissidentes à norma, faz parte do discurso de pertencimento militar, ajuda na nomeação e na sanção do que e quem pode ser “aceitável” e “não aceitável”, tudo isto diante da reivindicação institucional de uma masculinidade pautada no *ethos* guerreiro e selvático, que atravessa todo o processo de desenvolvimento desta tese. Assim, objetivamente, a partir da minha experiência vivida no Centro de Formação Policial Militar, buscamos visibilizar a desigualdade de gênero e as distintas existências de policiais lésbicas, as mesmas que performam masculinidade e feminilidade na PMBA, todas narrando suas experiências em situações de assédio, patrulhamento, isolamento e silenciamentos, estas impostas às mulheres, às lésbicas e as negras.

O assumir dos lugares de ativista, negra, lésbica, pesquisadora e ex-policial possibilitou o revelar da capilaridade dos dispositivos de controle, todos sobre as mulheres e a singularidade da opressão, dada à existência lésbica, como um esforço, diante das limitações teórica-metodológicas, que impõem o apagamento de vozes subjacentes, reestabelecidas, tanto pelo *fazer-se* no descortinar das epifanias lésbicas, quanto pela perspectiva de problematizar a colonialidade de gênero, que ainda impera na produção dos saberes, das memórias, dos sentimentos, das imagens e dos efeitos das experiências das mulheres negras, negras e sapatão.

Os caminhos desta pesquisa possibilitaram entregas e alcances tangíveis acerca da política do silenciamento, tudo como resultado dos dispositivos de controle, o mesmo que privilegia e/ou rejeita, assim como exclui, segundo a radicalidade das relações e das práticas sociais. O desafio foi ampliado, ou seja, ao me permitir desnudar diante do outro, em imagem

refletida no mesmo *front*, em face dos processos de lesbofobia, que foram vivenciados na PMBA.

A minha experiência no CFAP, na década de 1990, foi atravessada por narrativas de policiais que ingressaram em distintas épocas, assim como que reiteram a contínua negação do feminino no *front* militar, demonstrando que os avanços foram poucos, os mesmos para descentrar a estrutura militarizada, a mesma que conforma a segurança pública no estado da Bahia. O massacre à estrutura feminina em exercícios pesados, à negligência, à condição feminina em seus períodos mensais, assim como das suas competências na possível liderança da tropa, segue inabalável na instrumentalização do ser policial, dentro e fora da Polícia, tudo no processo de ascensão das mulheres aos postos de comando, dominados pelos homens.

Nas narrativas autobiográficas, o discurso de que a polícia possibilitou ascensão e realização profissional é evidente, mesmo com os *descaminhos* dessas trajetórias, principalmente, no fazer-se policial. Não abdicar da feminilidade é permanecer na arena da domesticação, principalmente, vulnerável aos assédios reiterados da tropa masculina, proveniente do currículo oculto, que se faz latente mesmo quando o curso de formação é composto só de mulheres. Neste caso, as mulheres assumem o lugar do patrulhamento dos corpos vistos, todos como dissidentes à norma binária, heteronormativa. A reprodução desta lógica é cumprida por aquelas que também são vítimas das ofensivas, mas que atuam nas fileiras dos micropoderes, e, assim, na ausência dos homens, desejam estabelecer quem comanda.

As mulheres heterossexuais e lésbicas sofrem as ofensivas da tropa masculina, mas se refazem dentro do que a estrutura propicia como possível, viável, mesmo para quem se aproveita das suas fissuras. Sem a intenção de hierarquizar as opressões, mas, em arena militarizada, o uso da hierarquia é peça central para a vitalidade da estrutura e da acomodação da tropa, denotando-se que as mulheres lésbicas que performam feminilidade, na ambiência militar, estão e são mais vulneráveis às ofensivas masculinas, exatamente pelo caráter difuso da sua condição, assim como de acomodação à perspectiva da binaridade.

A norma que estabelece o quê e para quem operacionaliza os sexos, dadas como cada um deve portar-se na arena e nas relações entre os pares. A obrigatoriedade da presença e da proteção masculina não é uma máxima desta arena, mas a retroalimentação dela na formação, na organização institucional faz parte da ideológica da tropa. A recusa aos gracejos masculinos acarreta ofensivas mais graves, desde assédios, do tipo moral e sexual, acompanhados de perseguições e transferências compulsórias de postos/unidades. Essa

dinâmica impetrada pelos homens, dada ao corpo feminino, é legitimada e assentada na estrutura militar, através do corporativismo militar e masculino.

Para as mulheres que performam masculinidade, o enfrentamento é diferente, haja visto ser este o objeto perfeito do alinhamento institucional, com a presença feminina nas várias dimensões da operacionalidade policial. Os constrangimentos vivenciados por esses corpos também advêm da tropa masculina, mas são ainda mais refratários da tropa feminina, que impõe uma série de discriminações, isolamento, padronização e alinhamento desta *performance*, dadas aos comportamentos masculinos, como os assédios aos corpos femininos.

Ao passo em que há uma contínua hegemonia dos corpos masculinos às insígnias militares, vivencia-se a supremacia no comando dos postos, em departamentos, unidades e batalhões, além das bases comunitárias de segurança pública, com todas as mulheres, sem exceção, que travam entre si lutas por existências, sempre pautadas pelo modelo de masculinidade, que condiciona a todas nos seus devidos lugares de subalternidade, mesmo àquelas que performam masculinidade, que, assim como as demais, reproduzem entre si os males que fortalecem a estrutura militarizada.

O caminho entre a abordagem eurocêntrica e a abordagem decolonial revelou outras vozes no mesmo *front* militarizado, dando visibilidade ao dispositivo de racialidade, que impacta tanto a vida da população negra, jovem e periférica, quanto a vida das policiais lésbicas e negras. Ou seja, ao operar na mesma engrenagem de acomodação à *performatividade* lésbica, tudo isto é revisto, pelos que engendram masculinidade (aptas à identidade policial) e feminilidade (aptas ao ajustamento de gênero feminino).

Há uma evidente distinção entre as policiais que performam masculinidade e feminilidades no trânsito de acesso aos códigos da ritualização militar e do reconhecimento dos seus corpos. O Centro de Formação Policial Militar atua como classificador dos corpos aptos e não aptos a atuação policial. A ritualização e a reivindicação de corpos masculinos, assim como dos empoderados para o combate à criminalidade, retroalimenta o sentido de segurança pública e a preservação da ordem. O primeiro desafio da maioria das mulheres que ingressou na Polícia Militar da Bahia, é em busca de estabilidade e segurança laboral.

A *performatividade* lésbica, enovelada pela hegemonia masculina, mas também preterida pela mesma, criou *status* distintos, assim como mais conflitos acerca das experiências que transitam entre a masculinidade e a feminilidade, tudo isto na manutenção da Segurança Pública. O entrecruzamento dos micropoderes é o que possibilita, pela hierarquização das relações entre praças (soldado, cabo e sargento) e oficiais (tenente, capitão, major, tenente coronel e coronel), assim como comanda a grande engrenagem que disciplina e

normaliza os corpos. A microfísica deste poder ganha contornos mais densos sobre a vida das mulheres que desejam protagonismo, dada ao alvitrar superioridade sobre os corpos lésbicos que performam masculinidade.

Ao longo dos 30 anos da existência feminina na PMBA, não houve alteração significativa na porcentagem de ingresso de mulheres, nem nos concursos de praças, ou nos exames das Academias de Formação de Oficiais, algo ainda restrito aos 10% de acesso garantido, o que impacta as relações e a mobilidade das mulheres na cadeia de poder, diante da hegemonia dos homens, brancos e heterossexuais.

Foi demonstrado o intercruzamento entre a *performatividade* lésbica *butleriana*, atravessada pela reivindicação heteronormativa e compulsória, o que inviabiliza a existência de uma cultura lésbica *wittigiana* apartada da cultura e do pensamento heterossexual. Como a *performatividade* lésbica faz parte de um mesmo dispositivo de controle que nomeia, sanciona e regula os corpos femininos, assim como possibilita as fissuras para o seu questionamento, dadas as interdições que ocorrem distintamente para tais ou quais *performances*, adicionando para elas a racialidade que opera, inferiorizando os corpos das mulheres negras, situando-os na colonialidade de gênero, portanto, invisibilizados pela desumanização.

A “mentalidade hétero” articula os dispositivos de controle e silenciamentos, seja nas ambiências militarizadas ao invocar continuamente, quanto pelo currículo oculto e selvático de uma masculinidade que inferioriza, cércea, isola e assedia os corpos que performam feminilidade, mas também padroniza, agrega e partilha os códigos guerreiros com os corpos que performam masculinidade. Essa engrenagem, assim, também não pode ser articulada fora daquilo que a constitui enquanto núcleo, que é o militarismo da segurança pública.

A emergência das reformas institucionais surgidas na década de 1990 não alterou, significativamente, a cultura e a concepção bélica das polícias militares que permanecem como força auxiliar do Exército. Ou seja, portanto, com os traços do autoritarismo e da escalada da violência. A reafirmação de uma visão de guerra que desmobiliza as ações preventivas e de proximidade das Polícias Comunitárias, através das Bases Comunitárias de Segurança Pública, encontra o seu contraponto na força das incidências da sociedade civil, dentro dos movimentos negros, em face da militarização da vida, assim como da morte como *biopoder*. A naturalização da fábula do “ser homem” viril e do “ser mulher” frágil contrasta com as performances das mulheres lésbicas, as mesmas que transitam entre a “masculinidade” e a “feminilidade” reproduzida, aquela reivindicada institucionalmente na ambiência militarizada.

O emaranhado de narrativas das policiais lésbicas que compõem as epifanias lésbicas em relatos, reminiscências, fatos, sentimentos, assombros e sentimentos impactam, mas também estabilizam àquelas que performam masculinidade e impõem o assédio como parte integrante dos ajustes, dados à normatividade militar. O *encruzilhamento* das distintas vivências lésbicas na PMBA agrega ritos de passagem entre a vida civil e a vida militar, validação masculina, currículo oculto, formação militarizada e construção de uma identidade profissional disciplinada e normalizadora dos corpos, dos desejos, assim como da vida dentro e fora da Corporação.

A reflexão acerca de si, assim como de como seus corpos sentem e pensam, facilita o funcionamento da estrutura militar a partir de um ideário de segurança pública, possibilitando tanto evidenciar os impactos da hierarquia e da militarização em suas vidas, assim como as estratégias de resistência e conformação das policiais militares lésbicas sobre a condição das *performances*, diante do *tabu* da diversidade sexual em instituições militares, a saber:

1. A incorporação do *ethos* masculino à *performance* lesbiana é um requisito para aceitação dos policiais militares, fruto de uma reivindicação institucional, o que modula os tipos de assédios definidos para cada corpo feminino, previamente subjugado;
2. As mulheres lésbicas com *performances* femininas são mais assediadas pela tropa, independente da patente – do soldado aos altos escalões dentro da Polícia Militar, mas com maior envergadura por aquele que comanda e arbitra, o oficialato;
3. As narrativas das policiais lésbicas configuram um universo de emparedamento das suas *performances*, tanto pelos homens quanto pelas mulheres, em um mecanismo que começa nos centros de formação policial e se estende às Unidades das Polícias Militares, em razão do confronto à heteronormatividade compulsória;
4. Há a constatação de que os corpos negros femininos, pardos e pretos, sofrem mais vigilantismo, pressões e exclusões, estando em constante desvantagem em relação aos corpos femininos não-pretos, caracterizando o que a filósofa Lélia Gonzalez definiu por “corpos reificados para o trabalho”, em alusão ao período escravagista. Neste sentido, as policiais militares negras estão mais expostas às escalas do policiamento ostensivo e menos requisitadas em espaços definidos, principalmente, para aquelas que preenchem o perfil de “boa aparência”;
5. Os corpos pretos passam por mais pressões e sofrem mais perseguições da norma institucionalizada, dados por agregar ao corpo a *performance* lesbiana;

6. O silenciamento acerca do assédio moral e sexual, contra as policiais militares lésbicas, é eficaz em razão do corporativismo militar e masculino, que engendra nas mulheres o medo das perseguições e a exposição pública da sua orientação sexual, com a disseminação de discursos negativos e de ódio.

As epifanias lésbicas revelam, evidenciando, a distribuição desigual do poder dentro da PMBA, ancoradas em processos de sujeição distintos, estes dentro de categorias previamente determinadas para os corpos femininos, em face das performances lésbicas. A problematização acerca da *performatividade* lésbica no *front* militarizado não supõe como deve agir ou ser das mulheres lésbicas que performam masculinidade ou feminilidade, diante do processar das suas existências, mas, sim, visibilizar os dispositivos pelos quais não cessam as opressões e os assédios à presença feminina, maculada pela presença do “segundo homem”.

A pertinência deste estudo não só retrata o espectro da questão de gênero na estrutura policial militar, como alinha a militarização da vida ao arquétipo masculino, selvático, da segurança pública, que se impõe, tanto dentro quanto fora da Corporação, na padronização das *performances* lésbicas ao espírito militar. Descortinar os conflitos entre os gêneros, quando a sexualidade pauta a microfísica dos poderes, isto através da visibilidade das *performances* lésbicas que transitam entre lugares e não-lugares na ambiência institucional. A instabilidade das existências em um campo refuta e reivindica cotidianamente o modelo de masculinidade, o que também impacta os homens que performam o feminino.

A desintegração do feminino, enquanto força possível para o combate, começa por dentro do próprio grupo, múltiplo em *performances*, que luta por existência, sem exceder os ditames da hierarquia e da disciplina, o que se traduz por obediência. A ausência de pontes de intergrupos femininos fortalece as cadeias do poder hegemônico, em face das dissidências à norma, não como uma debilidade, e, sim, como uma força que excede os quartéis e se ramifica nas comunidades, através de uma polícia que invade, refuta, combate e mata. Assim, a *performatividade* lésbica e sua constituição são elementos, parte de uma engrenagem que tatua no corpo, e possui por alvos o feminino, como pelos lugares para quem pode e deve existir (viver), ou desistir (morrer). E, serão as mesmas que sofrem os assédios e a negação da identidade policial, as mensageiras de uma segurança pública que racializa e territorializa vidas, na maioria, negras.

O pouso das mulheres nos postos de comando da Polícia Militar não representou avanços tão significados por várias razões: 1. A desigualdade de gênero é abissal, o que as

tornam limitadas para implementar mudanças significativas e alterar o processo de acesso para outras mulheres, as mesmas que almejam progressões nos quadros, portanto, nas patentes; 2. A violência de gênero é fortalecida estruturalmente, desde a formação nos centros e na Academia de Polícia Militar, colocando sob suspeita a capacidade das mulheres de liderar suas tropas e seu status de comando, seja entre praças ou entre oficiais; 3. O tabu da sexualidade dissidente e a heteronormatividade compulsória, nos corpos dos policiais militares, homens ou mulheres, ensejam múltiplas violências, como os assédios moral e sexual.

Neste sentido, o descentramento promovido pelas performances lésbicas, à estrutura militarizada, é de menor potencial ofensivo, em face do uso exponencial da força simbólica, materializada, pela hierarquização das suas relações entre as patentes militares à presença feminina, um desejo que atravessa a identidade e a constituição do “ser policial”. A acomodação às normas suplanta e reitera os corpos femininos, institucionalmente, ao modelo de força, virilidade e masculinidade entre os pares, grupos e intergrupos.

A força desse modelo de segurança pública, proveniente de uma formação patriarcal e escravagista, introjeta no imaginário social, assim, a constante necessidade de contenção das ditas “classes perigosas”, compostas, majoritariamente, por pessoas negras, jovens e periféricas, descartando e aleijando o feminino no *front* deste confronto para um *front* subterrâneo, do andar de baixo, do escritório, da cozinha, ou da invisibilidade. E, mesmo quando lhe é permitido ascender, aparecer na fotografia, sua imagem é submetida à massa branca, masculina e heteronormativa.

Nesta tese, evidencia-se o processo de patrulhamento e silenciamento dos corpos femininos, assim de como a *performatividade* lésbica impacta, mesmo na acomodação, criando um olhar sobre a estrutura militar, dado ao recepcionar (ou não) o modelo de masculinidade. Nas narrativas autobiográficas, vislumbramos que a reivindicação de uma performance masculina enovela, não só os corpos e a estrutura de assédios institucionais, mas, sim, o fortalecimento de um modelo de segurança pública instituída no Brasil.

A recepção institucional e a prevalência dos corpos femininos, estes que performam masculinidade sobre os demais corpos, feminino ou masculino, retroalimentam uma engrenagem que impossibilita alianças factíveis entre as mulheres e deixam à deriva, desde à formação, as mulheres lésbicas que conduzem ambas as suas próprias *performances*. No entanto, as *performances* masculinas ganham contornos consideráveis de fortalecimento da força militar, em contraponto da perspectiva de fragilidade da presença feminina, o que

produz conflitos entre e intergrupos de mulheres na luta, por reconhecimento na ambiência militar.

Ciente de que há uma recusa por parte das mulheres heterossexuais em recepcionar suas performances, e, inclusive, sua presença no agrupamento feminino, há um consenso de que as mulheres que performam masculinidade sofrem menos assédios dos homens, assim como maior emparedamento por parte das mulheres, por estas agregarem para tais corpos: o risco, o pecado, e a afronta. A “verbalidade” dos homens passa a ser o refúgio daquelas que transitam no não lugar do corpo e do grupo feminino, levando considerável vantagem ao ser associada ao modelo padrão de aceitação para o combate.

Ao contrário do que o surgimento da polícia cidadã havia anunciado sobre o papel das mulheres nas forças armadas e nas forças auxiliares no período da redemocratização, dado por aplacar a perspectiva de um policiamento truculento, hostil e genocida à população pobre e negra, expondo e fazendo uso do ideário feminino como sensível às causas sociais, se evidencia que, desde a primeira turma de mulheres no Centro de Formação Policial da Vila Militar (1990), até a turma de mulheres no Centro de Formação Policial de Alto de Ondina (2014), o modelo de formação guerreira e selvática suplanta os corpos femininos nos tiros militares, através da humilhação, da dor e da morte do “ser civil”, dado para o “ser militar, uma chave para compreendermos uma estrutura que foi responsável por 41.171 vítimas nas intervenções militares entre 2013 e 2021” (ANUÁRIO, 2022, p.33).

A masculinização dos corpos femininos é uma reivindicação institucional diante da urgência por uma modelagem à presença feminina do ideário guerreiro, viril e masculino da tropa, dado para prover os anseios de uma sociedade desigual que anseia por segurança, ordem e poderes. Por outro, a resistência das mulheres nesta estrutura, além da resistência em face dos assédios, escalona e perfila ainda mais o sentido do “ser policial”, que acirra as disputas e coloca em evidência os corpos que mais se ajustam à norma selvática, estes na constituição do “segundo homem” na dupla de policiamento, no determinado *front* que empareda e visibiliza a lesbianidade, sem, contudo, reconhecê-la.

Esse lugar de evidência dos corpos que performam masculinidades possui um preço a ser pago, seja o isolamento do grupo feminino, ou a imposição do corpo ao massacre da força, nos exercícios físicos e psíquicos, pela apropriação do não lugar da existência lésbica, que não eleva a presença feminina porque, a mesma resistência que descentra a estrutura, é capaz de reafirmá-la, cotidianamente, em suas práticas laborais e sociais. Ao tocar na ferida que nos aprisiona e transporta para o processo de mudança, é necessário entender que ela nos molda, assim como que não estamos isentas de reproduzir as mesmas violências praticadas contra

outrem. Esse ensinamento decolonial é a busca por outro tipo de linguagem, a mesma que evidencia a dominação do sujeito colonizado, e, conseqüentemente, dos grupos subalternizados para o alcance de outras ferramentas de resistência e transformação (MIÑOSO, 2007; LORDE, 2020).

Assim como a Lélia Gonzalez já havia nos provocado sobre os lugares reservados às mulheres negras, Audre Lorde nos alertou para o fato de que “as ferramentas do sinhô nunca vão derrubar a casa grande”¹⁷², e, que, por isso, há de se forjar outras ferramentas possíveis para visibilizar a presença e os feitos das mulheres que resistem na estrutura policial militar, através da *performatividade* lésbica. Por fim, esta tese não se resume às *performances* lésbicas, mas como as forças militares usam suas ferramentas para acomodá-las, arrefecê-las, ou premiá-las pela distinção às outras mulheres e dominar suas linguagens, impondo suas narrativas de contínuo controle dos corpos, da vida e da morte do sujeito, dentro e fora da instituição policial militar.

¹⁷² *The Master's Tool Will Never Dismantle The Master's House*”, de Audre Lorde, texto proferido em 1984 na Conferência Feminista na Universidade de Nova York, com tradução de Tatiana Nascimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. A prisão sobre a ótica de seus protagonistas: Itinerário de uma Pesquisa. **Tempo Social**. Revista Sociologia da USP, 3 (1-2): 7-40, 1991b.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte, Editora da UFMG, (2004).

ALBUQUERQUE, Carlos de Linhas de; MACHADO, Eduardo Paes. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 214-237, jan./jun. 2001.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Coleção Feminismos Plurais.

BAUER, M. W. & GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

BEAUVOIR, S. **O segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, vol. 2.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Violência, povo e polícia - Violência Urbana no noticiário de imprensa**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: EDUSP, 2003.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1001**, de 21 de outubro de 1969. Dispõe sobre código e aplicação da lei penal militar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1001Compilado.htm Acesso: 10 fev 2019.

BRETAS, Marcos Luiz. **A ordem na cidade**. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907 – 1930. Tradução *Alberto*.

BRITO, M. J. de; BRITO, v. G. P. socialização organizacional: a iniciação na cultura militar. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, p. 138-165, 1996.

BONI, V; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan. 2005. ISSN 1806-5023. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade**. 8. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015a.

_____. **Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”**. Nova Iorque: Routledge, 1993.

_____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3.ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2015b.

_____. **Relatar a si mesmo**. Crítica da violência ética. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015c.

CALDEIRA, Tereza & HOLSTON, James. “**Democracy, law and violence: disjunctions of Brazilian citizenship**”, In: AGÜERO, Felipe & STARK, Jeffrey (eds.). *Fault lines of democracy in post-transition Latin America*. Miami: North-South Center Press, 1998.

CALVA, Sílvia M. Bénard. **Autobiografía: una metodología cualitativa**. Primera edición. Silvia Marcela Bénard Calva (Selección de textos y traductor). Universidad Autónoma de Aguascalientes y El Colegio San Luis, Mexico, 2019.

CAMPOS, Edmundo. **A Oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. In: **Revista de Administração Pública**, v.2, 1976.

CANO, Ignácio. A existência do viés racial no uso da força letal pela Polícia no Brasil. **24 Encontro Anual da ANPOCS**, Petrópolis, 2000.

_____. Uso da força letal do Rio de Janeiro: os fatos e o debate. **Arché**, ano VII, nº 19, 1998.

CAMACHO, A. “La reforma de la policía: realidades inmediatas y objetivos estrategicos” *Análisis Político*, n. 9, Bogotá. **Mayo-Ago**; n.19, 1993.

CAPPELLE, M. N. A & LEMOS, M. C. O L. Mulheres policiais, relações de poder e gênero na Polícia Militar de Minas Gerais. **RAM, REV. ADM. MACKENZIE**, v. 11, n. 3 Edição Especial. São Paulo, SP, mai./jun. 2010.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **The University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, p. 139 – 168, 1989.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171 – 188, 2002. Tradução de Liane Schneider.

COLLINS, Patrícia Hill & BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Ana Alice Alcântara et al. Uma conversa franca com MH/SAM Bourcier sobre correntes feministas e queer na contemporaneidade. **Revista Feminismos**. v. 3, n.2 e 3, Maio - Dez. 2015.

CÓDIGO PENAL MILITAR. Decreto-Lei nº 1.001, de 10 de outubro de 1969. In: 13 em 1. Equipe América Jurídica (org.). 2ª Ed. Rio de Janeiro: **América Jurídica**, 2006.

CURIEL, Ochy. **Una (auto) crítica ante nuestras luchas políticas de cara al racismo**. fev. 2002.

_____. **El lesbianismo feminista: una propuesta política transformadora**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/8717-pensando-o-lesbianismo-feminista-uma-entrevista-especial-com-ochy-curiel>. Acesso em: 01 jun. 2019.

_____. “La crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo, antirracista”. Revista Nomadas, Bogotá: Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, **Universidad Central**, n. 26, p. 92-101, 2007.

_____. “Identidades esencialistas o construcción de identidades políticas: el dilema de las feministas negras”. **Revista Cultura Electrónica**, Lima, Perú, año 5, n. 5, [s.p], nov. 2009a.

_____. “Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde America Latina y el Caribe”. In: **PRIMER COLOQUIO LATINOAMERICANO SOBRE PRAXIS Y PENSAMIENTO FEMINISTA**, 2009b, Buenos Aires.

DAMASCENO, Luis Alberto, Cap. **PMBA**. A Otimização do Emprego do Policial Militar Feminino da PMBA. Monografia, 1998.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Mulheres, homossexuais e forças armadas no brasil**. 2008.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, março/2002.

ELLIS *et al.* Autoetnografia: un panorama. In: **CALVA, Sílvia M. Bénard**. Autobiografía: una metodología cualitativa. Primera edición 2019. Silvia Marcela Bénard Calva (Selección de textos y traductor). Universidad Autónoma de Aguascalientes y El Colegio San Luis, Mexico, p. 17-42.

ESPINHIERA, Gey (Org.) **Sociabilidade e Violência**: criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia/Universidade Federal da Bahia, 2004, 204p.

FRANÇA, F.G. Hierarquia da invisibilidade: preconceito e homofobia na formação policial militar. **Rev. bras. segur. Pública**. São Paulo, v. 10, n. 2, 154-170, Ago/Set 2016.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

_____. **História da Sexualidade – a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza de Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. v.1 20. reimp. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

_____. **Microfísica do Poder**. 15. ed. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 2001a.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 24. ed. Petrópolis/RJ, Vozes, 2001b.

_____. **A ordem do discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Leituras Filosóficas. 11. ed. São Paulo, Loyola, 2004.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985 (Coleção Primeiros Passos).

GONÇALVES, Marco Antônio; MARQUES, ROBERTO; CARDOZO, VÂNIA Z (Cord.). **Etnobiografia**: Subjetivação e etnografia. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

GUIMARÃES, Alberto P. **As classes perigosas** – banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. 1ª ed. Rio de Janeiro, 2022.

GROSSI, Miriam Pillar. O Pensamento de Monique Wittig. **Universidade Federal de Santa Catarina** – v.4, n. 02 - Abr.- Jun., 2018. Disponível: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendi/issue/view/1604/showToc>.

HALL, Marguerite Radclyffe. **O Poço da Solidão**. Trad. De Jo'se Geraldo Vieira. 1 ed. São Paulo: Ed Victor Civita, 1974. Clássicos Modernos.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

HOOKS, bell. E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismos. Tradução de Bhuvi Libano. 1ed. Rio de Janeiro: **Rosa dos Tempos**, 2019.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2019.

KANT DE LIMA, Roberto. Políticas de segurança pública e seu impacto na formação policial: considerações teóricas e propostas práticas. In: **Zaverucha, Jorge; Maria do Rosário Negreiros Barros** (Orgs.). Políticas de Segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais. Recife: Massangana, 2002, p. 199-219. Série: Gestão Pública e Cidadania.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano, Trad. Jess Oliveira. 1ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 248 p.

LEINER, Pieri de Camargo. Meia-vola, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: **FGV**, 1997.

LIMA, Mirian Assumpção. **A major da PM que tirou a farda**. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2002.

LIMA BARRETO. **Clara dos Anjos**. São Paulo: FTD, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. 1.ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

LOPES, Regina T; PEREIRA, Ana Maria . Movimentos Políticos Feministas -Teóricos em torno das Sexualidades e das Experiências Queer. **III Seminário do Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina**. Caruaru/PE, 12 a 14 de junho de 2017a.

_____. A subversão como argumento e como prática da sexualidade – gênero, corpo e teoria queer. In: **V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**. Salvador, 6 a 8 de setembro de 2017b.

LOPES, R. T. Gênero, trabalho e raça: um tripé insidioso de uma precarização histórica. Dossiê História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Crítica Histórica**, v. 10, n. 19 (2019).

_____. Os ditos e interditos da produção discursiva sobre a sexualidade. In: **II Seminário Internacional Desfazendo Gênero**. Salvador, 4 a 7 de setembro de 2015.

_____. Polícia, violência e ação policial: a dualidade da segurança pública em Salvador. In: **MARTINS, Herbert Toledo; LOURENÇO, Luiz Claudio** (Orgs.) Criminalidade, Direitos Humanos e Segurança Pública na Bahia. Cruz das Almas/Bahia: UFRB, 2014.

_____. As percepções dos policiais militares sobre violência. **Dissertação de Mestrado**, 2007. 115f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) IUPERJ, Rio de Janeiro.

LORDE, Audre. **A unicórnica preta**. Trad. Juliana Borges. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2020.

_____. As ferramentas do sinhô nunca vão derrubar a casa-grande. (T. Nascimento, Trad.). <https://traduzidas.wordpress.com>. Acesso em: 01 mar. 2021.

LOURO, Guacira Lopes *et all*. **Corpo, Gênero e Sexualidade** – um debate contemporâneo na educação. 9ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

_____. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Tradução de Thomaz Tadeu da Silva, 3.ed. Belo Horizonte> Autêntica Ed., 2015.

_____. **Um corpo estranho**: ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

_____. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. Ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2003.

_____. **Currículo, Gênero e Sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2000.

LUGONES, María. “Rumo a um feminismo descolonial”. **Revista Estudos Feministas** Florianópolis, SC, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez., 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em 15/01/2022.

_____. “Colonialidad y género”. **Tabula Rasa Bogotá**, Colombia, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf> Acesso em 15/01/2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed., São Paulo: Hucitec, 2004.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. **Escritos de una lesbiana oscura: reflexiones críticas sobre feminismo e identidad en America Latina**. La frontera, 2007.

_____. **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano**. Coordinado por Yuderkys Espinosa Miñoso. - 1a ed. – Buenos Aires: En la Frontera, 2010.

MBEMBE, Achille. Necropolítica seguido de Sobre el gobierno privado indirecto. Traducción y edición de Elizabeth Falomir Archambault. España: **Editorial Melusina**, 2011.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. **Sobre o Artesanato Intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. In: **Sociologias**, nº 21. Porto Alegre, UFRGS, 2009, p. 150-182.

MOREIRA, Rosimeri. Virilidade e o corpo militar. **História: debates e tendências**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 321-335, jul./ dez. 2010.

MISSE, Michel. “Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria ‘bandido’”. **Lua Nova**, n. 79, 2010, p. 15-38.

_____. “Autos de resistência”: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011). Rio de Janeiro: **NECVU**, 2011.

MONJARDET, Dominique. O que faz a polícia: sociologia da força pública. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros. – ed.ver. 2002, São Paulo: **EDUSP**, 2003.

MUNIZ, Jaqueline. “Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser”: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 1999. 286 f.. Tese (Doutorado em Ciência Política) -**IUPERJ**, Rio de Janeiro.

MUSUMECI, I.; SOARES, B. M. Polícia e gênero: presença feminina nas PMs brasileiras. **Boletim Segurança e Cidadania**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, abr. 2004

NASCIMENTO DOS SANTOS, Tatiana. **Letramento e tradução no espelho de oxum: teoria lésbica negra em auto/re/conhecimento**. 2014. 185 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro. Processo de um racismo mascarado. São Paulo: **Paz e Terra**, 1978.

NETO, José Francisco de Carvalho. A condição da Mulher Policial Civil: um estudo sobre a mulher inserida no aparelho policial. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Ciências Sociais. **Faculdade de Filosofia da UFBA**. Salvador, 2002.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa; RIQUE, Célia D. G; FREITAS, Fábio F. B (Orgs.). *Polícia e democracia: desafios à educação em direitos humanos*. Recife: **Gajop**; Bagaço, 2002. 296 p.

NICHOLSON, L. **Interpretando o gênero**. *Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9- 22, jan. 2000. ISSN 0104026X. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>. Acesso em: 01 mar. 2015.

NORONHA, Ceci Vilar; PAES MACHADO, Eduardo. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. In: **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan./jun, 2002, p. 18-221.

OLIVEIRA, Paulo de Salles (Org). *Caminhos de construção da pesquisa em Ciências Humanas*. In: **Metodologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Editora UNESP/HUCITEC, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PAIXÃO, A. L. **Recuperar ou Punir?** Como o estado trata o criminoso. São Paulo: Cortes, 1987.

PASSOS, Gleise da Rocha. **Segurança pública não é só polícia!": segurança e participação social em relação ao policiamento comunitário na cidade de Aracaju / Gleise da Rocha Passos**. Salvador, 2011. 236 f. : il.

PERLMAN, J. E. **O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**; tradução de Waldívia Marchiori Portinho; prefácio de Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

PERALVA, Angelina. **Violência e Democracia – o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 (Coleção Estudos Culturais).

Pochmann, M. Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 1990. *Movimento-Revista De educação*, (01), 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32417> Acesso 20 nov./2021

REIS, Dyane Brito. **Uma Questão de Cor**. A Polícia e a população negra em Salvador. Salvador, Monografia de Bacharelado em Sociologia, FFCH/UFBA, 1998.

_____. **O Racismo na Determinação da Suspeição Policial**: A construção social do suspeito. Dissertação de Mestrado, Salvador, FFCH-UFBA, 2001.

REIS, Vilma. **Atucaiados pelo Estado**. As Políticas de Segurança Pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991-2001. 2005. 247 f.: il. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador

RIBEIRO, Djamila. Lugar de Fala. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019. **Coleção Feminismos Plurais**.

RICH, Adrienne. **On lies, secrets, and silence: selected prose, 1966-1978**. New York: Norton, 1979

_____. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica & outros ensaios**. Tradução Angélica Freitas e Daniel Luhmann. Rio de Janeiro: A Bolha, 2019.

RIOS, Fátia; LIMA, Márcia (Org.) Lélia Gonzalez. Por um feminismo afro-latino-americano. Ensaio, intervenções e diálogos. 1ª ed. Rio de Janeiro: **Zahar**, 2020.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha: Policiamento e segurança pública no século XXI**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Oxford, Inglaterra: *University of Oxford, Centre for Brazilian Studies*, 2009.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SALIN, S. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Tradução e notas Guacira Lopes Louro. 1.ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2013.

SANTOS, Maria Gonçalves dos et. al. Monografia. A Mulher na Polícia: Análise da Contribuição da Mulher para a Segurança Pública no Estado da Bahia. **Academia da Polícia Militar**. Salvador, 2003.

SANSONE, Lívio. Fugindo para Força: Cultura Corporativista e “cor” na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. In: **Estudos Afro-Asiáticos**. Pallas, 2002, nº. 03, pp 513/532.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In E. M. T. Lopes & G. L. Louro (Org). **Educação & Realidade**, 16, 5-22, 1990.

SAUNDERS, Tanya L. Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 7. Salvador, p. 102-116, 2017.

SANTOS, Sílvia Mateus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural**. Revista de Pós-Graduação de Sociologia da USP, São Paulo, v.24.1, 2017, p. 214-241.

SAPORI, Luís Flávio; SOUZA, Silas Barbabé. Violência Policial e Cultura Militar: Aspectos Teóricos e Empíricos. **Rev. Teoria & Sociedade**, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2009.

SCHIBELINSKI, Diego. “Isso é coisa do capeta!”: o papel da “ideologia de gênero” no atual projeto político de poder. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 28, p. 15-38, 2020.

Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1131/pdf>. Acesso em 29/01/2023.

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. Política Nacional de Segurança Pública. Estudos Avançados: histórico, dilemas e perspectivas. **Estudos Avançados** 21 (61), 2007, p. 77-97.

_____. Meu Casaco de General: Quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro. São Paulo, **Cia das Letras**, 2000.

SOARES, Bárbara Musumeci *et all*. Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2005.

SOARES, Gláucio; BORGES, Doriam. A cor da morte. **Ciência Hoje**, v.35, n.2009, p.26-31, out., 2004.

SOUZA, Marcos Santana de. “Sou policial, mas sou mulher”: gênero e representações sociais na Polícia Militar de São. Tese (doutorado) – **Universidade Estadual de Campinas**, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Orientadora Maria Corrêa, 2014, 463f.

SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e lesbianismo: a identidade em questão. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 12, p.109-120, 1999.

STOLLER, R. **Masculinidade e feminilidade**: apresentação do Gênero. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.

VILLAVECES-IZQUIERDO, Santiago. Culturas Institucionais e Direitos Humanos. In: **Zaverucha, Jorge; Maria do Rosário Negreiros Barros** (Orgs.) Políticas de Segurança Pública: Dimensão da formação e impactos sociais. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Escola de Governo e Políticas Públicas/Ed. Massaguana, 2002, p. 75-90. Série: Gestão Pública e Cidadania.

WITTIG, Monique. El pensamiento heterossexual y otros ensayos. Traducción Javier Sáez y Paco Vidarte. **Editorial EGALES**, 2006. Disponível: <http://www.caladona.org/grups/uploads/2014/02/monique-wittig-el-pensamiento-heterossexual.pdf>

_____. **O corpo lésbico**. Tradução de Daniel Luhmann. Rio de Janeiro: A Bolha, 2019.

ZALUAR, Alba. **A Máquina da Revolta**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

_____. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

ZAVERUCHA, Jorge; Maria do Rosário Negreiros Barros (Orgs.) **Políticas de Segurança Pública**: Dimensão da formação e impactos sociais. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Escola de Governo e Políticas Públicas/Ed. Massaguana, 2002. Série: Gestão Pública e Cidadania.

VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade / Viviane

Vergueiro. - 2016. 244 f.: il. Dissertação de Mestrado - **Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos**, Salvador.

ANEXOS

Anexo 1. Formulário de pesquisa: epifânias lésbicas na PMBA.

FORMULÁRIO DE PESQUISA: EPIFÂNIAS LÉSBICAS NA PMBA

Pesquisadora Regina Lopes

2020

I. No quesito cor/raça, como você se autodeclara:

- 1 Branca
- 2 Negra: preta () ou parda ()
- 3 Indígena
- 4 Amarela

II. Dentro da PMBA você é assumidamente lésbica?

- 1 Sim
- 2 Não

III. No tocante às *performances* lésbicas, como você se vê:

- 1 Feminina
- 2 Masculina

III. Essa *performance* foi construída após ingressar na PMBA?

- 1 Sim. Em qual momento, explique?
- 2 Não. Relate em que momento você se percebeu lésbica e se houve mudança de *performance* na sua trajetória.

III. No âmbito familiar, como a sua sexualidade é vista/tratada?

IV. No âmbito das relações no trabalho policial, as pessoas sabem que você se relaciona com mulheres?

V. No trabalho policial, você se relaciona melhor com colegas homens ou mulheres? Explique

VI. Você já sofreu algum tipo de assédio dentro da PMBA por causa da sua *performance* lésbica? Se (sim), descreva.

VII. Ao longo da sua trajetória profissional na PMBA, informe o tempo em que atuou em atividades operacionais (ostensivas) e atividades administrativas.

VIII. Para você, a desmilitarização seria capaz de reduzir o abuso de poder e, conseqüentemente, os assédios contra os corpos LGBTQIA+ na PMBA? Explique!

OBS: Qualquer outra informação que achar relevante para além das perguntas deste formulário, será bem-vinda!

Anexo 2. Roteiro das entrevistas.

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

2019-2020

1. Qual foi a sua motivação para ingressar na PMBA?
2. Quando você entrou na Polícia, já se relacionava com mulheres?
3. Em algum momento do período de formação, você se sentiu ou foi constrangida da forma em que os corpos femininos eram tratados?
4. Nós podemos dizer que existia/existe algum direcionamento sobre a negação de outros corpos que não fossem viris e masculinos (heterossexuais)?
5. No período da sua formação, havia disciplina de Direitos Humanos na sua formação?
6. Para você, as *performances* lésbicas em corpos negros são mais discriminadas dentro da PMBA?
7. Para você, há distinção de tratamento entre os corpos lésbicos femininos e masculinos?
8. Para você, as mulheres que se masculinizam ou são masculinizadas sofrem menos ou mais assédios do que as mulheres feminilizadas?
9. Você acha que a desmilitarização seria uma medida capaz de reduzir essas questões que envolvem a Polícia Militar como um todo e, em especial, sobre os corpos dissidentes?

Anexo 3. Registro do marco temporal de efetivo.

1-REGISTRO DO MARCO TEMPORAL DE EFETIVO

O Comandante-Geral no uso de suas atribuições e com base nos registros enviados pelo Departamento de Pessoal, publica o Efetivo Geral da PMBA por grau hierárquico, existente em 30 de junho de 2022, para o devido marco temporal do efetivo, conforme planilha anexa.

EFETIVO DA PMBA - MASCULINO

QUADRO	QOPM							QOSPM Médico					QOSPM Odontólogo					QOAPM					QETAPM			QPPM					Soma	
	Cel	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten	Asp	Al Of	Cel	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten	Cel	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten	Asp	Al Of	1º Ten	Asp	Al Of	Sub Ten	1º Sgt	Ch	Sd 1º Cl		Al Sd
QT	37	182	360	970	472	0	75	1	3	5	2	10	1	3	3	1	4	6	16	56	270	7	29	95	95	98	758	2305	4430	13421	1434	25149
TOTAL	37	182	360	970	472	0	75	1	3	5	2	10	1	3	3	1	4	6	16	56	270	7	29	95	95	98	758	2305	4430	13421	1434	25149

EFETIVO DA PMBA - FEMININO

QUADRO	QOPM							QOSPM Médico					QOSPM Odontólogo					QOAPM					QETAPM			QPPM					Soma	
	Cel	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten	Asp	Al Of	Cel	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten	Cel	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten	Asp	Al Of	1º Ten	Asp	Al Of	Sub Ten	1º Sgt	Ch	Sd 1º Cl		Al Sd
QT	0	1	102	144	56	0	7	0	2	1	1	1	0	1	9	2	2	0	0	1	81	0	51	7	4	1	423	1096	1165	1333	196	4687
TOTAL	0	1	102	144	56	0	7	0	2	1	1	1	0	1	9	2	2	0	0	1	81	0	51	7	4	1	423	1096	1165	1333	196	4687

EFETIVO DA PMBA - MASCULINO

QUADRO	QOPM							QOSPM Médico					QOSPM Odontólogo					QOAPM					QETAPM			QPPM					Soma	
	GH	Cel	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten	Asp	Al Of	Cel	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten	Cel	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten	Asp	Al Of	1º Ten	Asp	Al Of	SubTen	1º Sgt	Cb		Sd 1º Cl
QT	37	182	360	970	472	0	75	1	3	5	2	10	1	3	3	1	4	6	16	56	270	7	29	95	95	98	758	2305	4430	13421	1434	25149
TOTAL	37	182	360	970	472	0	75	1	3	5	2	10	1	3	3	1	4	6	16	56	270	7	29	95	95	98	758	2305	4430	13421	1434	25149

EFETIVO DA PMBA - FEMININO

QUADRO	QOPM							QOSPM Médico					QOSPM Odontólogo					QOAPM					QETAPM			QPPM					Soma	
	GH	Cel	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten	Asp	Al Of	Cel	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten	Cel	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten	Asp	Al Of	1º Ten	Asp	Al Of	SubTen	1º Sgt	Cb		Sd 1º Cl
QT	0	1	102	144	56	0	7	0	2	1	1	1	0	1	9	2	2	0	0	1	81		51	7	4	1	423	1096	1165	1333	196	4687
TOTAL	0	1	102	144	56	0	7	0	2	1	1	1	0	1	9	2	2	0	0	1	81	0	51	7	4	1	423	1096	1165	1333	196	4687

GH	Cel	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten	Asp	Al Of	Subten	1º Sgt	Cb	Sd 1º Cl	AlSd	Soma
TOTAL	39	198	496	1177	998	106	261	1181	3401	5595	14754	1630	29836

EFETIVO DA PMBA - FUNCIONÁRIOS CIVIS

MASCULINO	18
FEMININO	44
TOTAL	62

EFETIVO TOTAL DA PMBA

MASCULINO	25149
FEMININO	4687
TOTAL	29836

EFETIVO DA PMBA - ESTAGIÁRIOS

MASCULINO	6
FEMININO	3
TOTAL	9

EFETIVO DA PMBA - ENFERMEIROS